

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO – FECAP

MESTRADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MÁRCIA MARCONDES DA SILVA

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO
ENTRE ESTADO E ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR:
UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA**

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Dra. Elionor Farah Jreige Weffort

SÃO PAULO

2008

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO - FECAP

Reitor: Prof. Dr. Sergio de Gouvea Franco

Pró-reitor de Graduação: Prof. Edison Simoni da Silva

Pró-reitor de Pós-graduação: Prof. Dr. Sergio de Gouvea Franco

Coordenador do Mestrado em Ciências Contábeis: Prof. Dr. Claudio Parisi

FICHA CATALOGRÁFICA

S586d	<p>Silva, Márcia Marcondes da Demonstrações contábeis como instrumento de comunicação entre Estado e entidades do terceiro setor: um estudo no município de Taboão da Serra / Márcia Marcondes da Silva. - - São Paulo, 2008. 226 f.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Elionor Farah Jreige Weffort</p> <p>Dissertação (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP - Mestrado em Ciências Contábeis.</p> <p>1. Associações sem fins lucrativos – Balanço (Contabilidade) 2. Negócios – Linguagem 3. Comunicação - Ruído</p> <p style="text-align: right;">CDD 657.3</p>
--------------	--

FOLHA DE APROVAÇÃO

MÁRCIA MARCONDES DA SILVA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO ENTRE ESTADO E ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

Dissertação apresentada à Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

COMISSÃO JULGADORA:

Profa. Dra. Andréa de Oliveira Gonçalves
Centro Universitário UNIEURO

Prof. Dr. Ary José Rocco Junior
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP

Profa. Dra. Elionor Farah Jreige Weffort
Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP
Professora Orientadora – Presidente da Banca Examinadora

São Paulo, 19 de junho de 2008.

Dedico,

À minha mãe, pelo exemplo de luta e dignidade;

À minha irmã, Marina, e amigos que torceram pelo meu sucesso.

Em especial ao Joaquim, pelo amor e companheirismo de tantos anos e ao Sérgio, irmão e amigo, presente em todos os momentos, mesmo os mais difíceis.

AGRADECIMENTOS

A elaboração de um trabalho dessa natureza é algo que sempre nos deixa em débito com muitas pessoas. Mesmo incorrendo em risco de omissões, desejo expressar minha gratidão àquelas que compartilharam desta tarefa de maneira mais próxima.

À Prof. Dra. Elionor Farah Jreige Weffort, pelo seu incentivo, dedicação e pelas preciosas contribuições.

Aos colegas do programa de Mestrado, pela amizade e gratificante convívio.

À todas as entidades e instituições que abriram suas portas para realização desta pesquisa.

Ao Conselho Municipal de Assistência Social de Taboão da Serra e a Prefeitura do Município de Taboão da Serra por suas contribuições para realização da pesquisa.

Agradeço a Wânia e Sandra pela contribuição para realização da pesquisa e um agradecimento especial à Carmem, que dedicou horas do seu tempo, auxiliando na coleta dos dados de pesquisa.

“Ninguém pode construir em teu lugar as pontes que precisarás passar, para atravessar o rio da vida – ninguém, exceto tu, só tu. Existe no mundo um único caminho por onde só tu podes passar. Onde leva? Não perguntes, segue-o”.

Nietzsche

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi identificar a ocorrência de ruídos que comprometem o processo de comunicação, sendo as demonstrações contábeis atuantes como linguagem de negócios no processo de prestação de contas entre as entidades assistenciais e o Poder Público do Município de Taboão da Serra – Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e Prefeitura Municipal de Taboão da Serra (PMTS). Para tanto, baseou-se em estudos que sugerem existir relação entre o processo contábil, enquanto linguagem de negócios e a teoria da comunicação, com ênfase aos ruídos que podem intervir em qualquer processo de comunicação. A investigação buscou identificar a incidência de ruídos segundo a percepção dos usuários das demonstrações contábeis, emissores – entidades assistenciais e receptores – CMAS e PMTS. A motivação desta pesquisa advém de estudo realizado pela Comissão de Orientação Análise e Fiscalização COAF/CMAS, neste estudo detectado que a maioria das entidades cadastradas estava com seus registros cancelados ou suspensos por problemas com as prestação de contas e pesquisa realizada no próprio CMAS, onde foi detectado a dificuldade que este tem encontrado em formar e manter parcerias com as organizações de assistência social do município. A teoria da comunicação vem revelar que, por vezes, o nível de conhecimento do emissor e do receptor, o contexto sócio-cultural em que ambos se encontram o canal utilizado, o conteúdo da mensagem são responsáveis por problemas ocasionados no processo de comunicação. Portanto, essa teoria estabelece parâmetros para avaliar se o ato comunicativo ocorre com eficiência e eficácia. Conclui-se que, como o objetivo principal da contabilidade é o fornecimento de informações úteis para a tomada de decisões, se as demonstrações contábeis não forem compreendidas, significa que ruídos ocorreram durante o processo e que o ato comunicativo não ocorreu plenamente. Para evitar ou minimizar os efeitos nocivos do ruído é imprescindível conhecer onde e como eles ocorrem.

Palavras-chave: Associação sem fins lucrativos. Balanço (Contabilidade). Negócios. Linguagem. Comunicação. Ruído.

ABSTRACT

The purpose of this work is to identify the occurrence of noises that affect the communication process, with accounting statements working as businesses language within the process of account rendering between the social work entities and the City Hall of the City of Taboão da Serra – City Council of Social Work (CMAS) and City Hall of Taboão da Serra (PMTS). In order to do that, it is based on studies that suggest the existence of a relationship between the accounting process, as business language, and the communication theory, with emphasis on the noises that may interfere in any communication process. The investigation tries to identify the occurrence of noises according to the perception of the users of accounting statements, issues - social work entities and receivers – CMAS and PMTS. The reason for carrying out this research comes from the study carried out by the Commission of Guidance Analysis and Inspection COAF/CMAS, where it was detected that the majority of the registered entities had their registrations cancelled or suspended because of problems with the account rendering and research carried out at CMAS, where it was observed the difficulty of the CMAS in establishing and maintaining partnerships with the social work entities in the city. The communication theory reveals that, some times, the level of knowledge of the issuer and the receiver, the social and cultural context where both of them are inserted, the channel used, the content of the message are responsible for problems that occur in the communication process. Therefore, this theory establishes parameters to determine if the communicative act takes place efficiently and effectively. As the main purpose of accounting is the supply of useful information for taking decisions, if accounting statements are not understood, it means that noises took place during the process and that the communicative act did not fully take place. In order to avoid or diminish the harmful effects of the noise it is essential to know where and how they take place.

Key words: Nonprofit organizations. Financial statements. Business Language. Communication. Noise.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Origem dos recursos.....	32
Figura 2 – Modelo linear de comunicação.....	68
Figura 3 – Hierarquia das qualidades na informação contábil - SFAC nº 2.....	88
Figura 4 – Dendograma.....	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Origem de recursos das instituições do terceiro setor.....	59
Gráfico 2 – Situação das entidades cadastradas no CMAS de Taboão da Serra.....	107
Gráfico 3 – Correlação volume de recursos e relatórios elaborados.....	122
Gráfico 4 – Correlação faixa etária e evidenciação contábil.....	123
Gráfico 5 – Correlação tempo dos dirigentes dedicados à entidade e evidenciação contábil.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Combinações derivadas da conjunção público-privado.....	50
Quadro 2 – Abrangência e características do Terceiro Setor.....	50
Quadro 3 – Classificação das entidades sem fins lucrativos por setores de atividades em 2002	53
Quadro 4 – Síntese das características do terceiro setor.....	54
Quadro 5 – Distribuição das fontes de recursos das entidades sem fins lucrativos no país (inclusa grupo de religião) - 1995.....	58
Quadro 6 – Distribuição das médias brasileiras, latino-americanas e de 22 países das fontes de recursos para o terceiro setor (excluída a grupo de religião) – 1995.....	58
Quadro 7 – Comparativo das características qualitativas e órgãos normativos.....	91
Quadro 8 – Síntese das variáveis que compõem as características qualitativas das demonstrações contábeis.....	110
Quadro 9 – Síntese das variáveis que compõem os aspectos específicos em entidades (NBC T-10).....	110
Quadro 10 – Síntese das variáveis que compõem os objetivos dos relatórios financeiros.....	111
Quadro 11 – Síntese das variáveis que compõem a relevância dos relatórios financeiros, segundo percepção CMAS.....	112
Quadro 12 – Síntese das variáveis que compõem a relevância dos relatórios financeiros, segundo percepção das entidades.....	113
Quadro 13 – Síntese das variáveis que compõem a relevância dos atributos dos relatórios financeiros, segundo percepção das entidades.....	114
Quadro 14 – Escore para cálculo nível de ruído.....	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área de atuação.....	119
Tabela 2 – Distribuição dos colaboradores.....	119
Tabela 3 – Distribuição por volume de recursos captados - Ano 2006.....	120
Tabela 4 – Comparação entre volume de recursos captados (Q8) e relatórios elaborados (Q20A).....	121
Tabela 5 – Comparação entre faixa etária (Q15) e relatórios elaborados (Q20A).....	122
Tabela 6 – Grau de escolaridade do dirigente.....	123
Tabela 7 – Comparação entre Q17 e Q20A.....	124
Tabela 8 – Conhecimento sobre contabilidade.....	125
Tabela 9 – Teste de Kruskal-Wallis.....	127
Tabela 10 – Frequência de respostas.....	129
Tabela 11 – Frequência de respostas.....	130
Tabela 12 – Teste de Mann-Whitney: comparação entre os clusters 1 e 2.....	131
Tabela 13 – Teste de Mann-Whitney: comparação entre os clusters 1 e 3.....	132
Tabela 14 – Teste de Mann-Whitney: comparação entre os clusters 2 e 3.....	133
Tabela 15 – Diferenças entre os clusters.....	136
Tabela 16 – Diferenças entre os clusters.....	136
Tabela 17 – Diferenças entre os clusters.....	137
Tabela 18 – Diferenças entre os clusters.....	138
Tabela 19 – Diferenças entre os clusters.....	138
Tabela 20 – Diferenças entre os clusters.....	139
Tabela 21 – Diferenças entre os clusters.....	139
Tabela 22 – Diferenças entre os clusters.....	140
Tabela 23 – Correlação entre os clusters e as questões da primeira parte.....	146
Tabela 24 – Correlação entre os clusters e a resposta da Q7.1.....	147
Tabela 25 – Correlação entre o cluster e a resposta da Q11.....	147
Tabela 26 – Correlação entre o cluster e a resposta da Q20A.1.....	147
Tabela 27 – Comparação entre o cluster e a resposta da Q20A.2.....	147
Tabela 28 – Comparação entre o cluster e a resposta da Q20A.8.....	148
Tabela 29 – Comparação entre o cluster e a resposta da Q20A.10.....	148

Tabela 30 – Comparação entre o cluster e as questões da parte II.....	148
Tabela 31 – Nível de ruído dos clusters/PMTS e clusters/CMAS.....	150
Tabela 32 – Correlação entre a Q9.5 e a Q20B.....	151
Tabela 33 – Comparação entre Q9.5 e Q20B.1.....	151
Tabela 34 – Comparação entre Q9.5 e Q20B.2.....	152
Tabela 35 – Comparação entre Q9.5 e Q20B.3.....	152
Tabela 36 – Comparação entre Q9.5 e Q20B.4.....	152
Tabela 37 – Correlação entre a Q9.5 e a Q21 e Q22.....	153
Tabela 38 – Comparação entre Q9.5 e Q21.1.....	153
Tabela 39 – Comparação entre Q9.5 e Q21.14.....	154
Tabela 40 – Comparação entre Q9.5 e Q21.15.....	154
Tabela 41 – Comparação entre Q9.5 e Q21.16.....	154
Tabela 42 – Comparação entre Q9.5 e Q21.17.....	155
Tabela 43 – Comparação entre Q9.5 e Q21.18.....	155
Tabela 44 – Comparação entre Q9.5 e Q22.10.....	155
Tabela 45 – Comparação entre Q9.5 e Q22.11.....	156
Tabela 46 – Comparação entre Q9.5 e Q22.12.....	156
Tabela 47 – Correlação entre a Q9.5 e a Q24 e Q21.....	156
Tabela 48 – Comparação entre Q9.5 e Q21.....	157
Tabela 49 – Comparação entre Q9.5 e Q21.13.....	157
Tabela 50 – Comparação entre Q9.5 e Q21.14.....	158
Tabela 51 – Comparação entre Q9.5 e Q21.16.....	158
Tabela 52 – Comparação entre Q9.5 e Q21.17.....	158
Tabela 53 – Comparação entre Q9.5 e Q21.18.....	158
Tabela 54 – Correlação entre a Q9.3 e a Q20B.....	160
Tabela 55 – Comparação entre Q9.3 e a Q20B.5.....	160
Tabela 56 – Comparação entre Q9.3 e a Q21 e Q22.....	160
Tabela 57 – Correlação entre a Q9.3 e a Q21.15.....	161
Tabela 58 – Teste de Mann-Whitney.....	162
Tabela 59 – Teste de Mann-Whitney.....	163
Tabela 60 – Comparação entre Q9.3 e Q21.6.....	164
Tabela 61 – Correlação entre a Q7.1 e a Q20B.....	165
Tabela 62 – Comparação entre Q7.1 e Q20B.3.....	165

Tabela 63 – Comparação entre Q7.1 e Q20B.4.....	165
Tabela 64 – Comparação entre Q7.1 e Q20B.6.....	166
Tabela 65 – Comparação entre Q7.1 e Q20B.8.....	166
Tabela 66 – Comparação entre Q7.1 e Q20B.9.....	166
Tabela 67 – Correlação entre a Q7.1 e a Q21 e Q22.....	167
Tabela 68 – Comparação entre Q7.1 e Q21.5.....	168
Tabela 69 – Comparação entre Q7.1 e Q21.9.....	168
Tabela 70 – Comparação entre Q7.1 e Q22.1.....	168
Tabela 71 – Comparação entre Q7.1 e Q22.2.....	169
Tabela 72 – Comparação entre Q7.1 e Q22.3.....	169
Tabela 73 – Comparação entre Q7.1 e Q22.4.....	169
Tabela 74 – Comparação entre Q7.1 e Q22.9.....	170
Tabela 75 – Comparação entre Q7.4 e Q20B.....	170
Tabela 76 – Comparação entre Q7.1 e Q20B.6.....	171
Tabela 77 – Comparação entre Q7.4 e Q20B.9.....	171
Tabela 78 – Correlação entre a Q7.4 e a Q21 e Q22.....	171
Tabela 79 – Comparação entre Q7.4 e Q21.1.....	172
Tabela 80 – Comparação entre Q7.4 e Q21.5.....	173
Tabela 81 – Correlação entre a Q7.4 e Q21.9.....	173
Tabela 82 – Comparação entre Q7.4 e Q22.1.....	173
Tabela 83 – Comparação entre Q7.4 e Q22.2.....	174
Tabela 84 – Teste de Kruskal-Wallis.....	174
Tabela 85 – Teste de Mann-Whitney: Q20B.8.....	175
Tabela 86 – Comparação entre Q10 e Q20B.8.....	175
Tabela 87 – Teste de Kruskal-Wallis.....	176
Tabela 88 – Comparação entre Q10 e Q20A.....	177

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CEATS-USP – Centro de Estudos de Administração do Terceiro Setor da faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo
- CETS-FGV – Centro de Estudos do Terceiro Setor da Fundação Getúlio Vargas
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade
- CLADEA – Congresso Latino-americano de Escolas de Administração
- CMAS/TS – Conselho Municipal de Assistência Social de Taboão da Serra
- CMP – Central de Movimentos Populares
- CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
- CNEs/MJ – Cadastro Nacional das Entidade/Ministério da Justiça
- COAF – Comissão de Orientação Análise e Fiscalização
- CON – Statement of Financial Accounting Concepts
- DELICO – Departamento de Licitações e Contratos.
- DL – Desenvolvimento Local
- DLIS – Desenvolvimento Local Integrado de Sustentável
- DLS – Desenvolvimento Local Sustentável
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- ENEO – Encontro Nacional de Estudos Organizacionais
- FASB – Financial Accounting Standards Board
- FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
- FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social
- GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
- IASB – International Accounting Standards Board
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBRACON – Instituto Brasileiro de Contadores
- ICNPO – International Classification of Nonprofit Organizations
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- ISER – Instituto de Ensino da Religião
- LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
- MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado
- NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade
- ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PDRA – Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

RITS – Rede de Informações do Terceiro Setor

SFAC – Statement of Financial Accounting Concepts

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Contextualização	18
1.2 Situação-Problema e Questão de Pesquisa	24
1.3 Objetivo do trabalho	29
1.4 Justificativa	30
1.5 Delimitações da pesquisa	34
1.6 Estrutura da dissertação	37
2 REVISÃO CONCEITUAL E PROPOSIÇÃO DE HIPÓTESES	38
2.1 O Terceiro Setor	38
2.1.1 Origem do terceiro setor	39
2.1.2 Desenvolvimento do terceiro setor no Brasil	44
2.1.3 Caracterização do terceiro setor	48
2.1.4 Fontes de recursos	55
2.1.5 Parceria Terceiro Setor - Estado	60
2.2 Teoria e Processo da Comunicação	65
2.2.1 Fonte, transmissor ou emissor	69
2.2.2 Signos e códigos	72
2.2.3 Canais de comunicação	73
2.2.4 Mensagem ou informação	74
2.2.5 Ruído ou Interferência	74
2.2.6 Receptor ou destinatário	77
2.2.7 Decodificação	78
2.2.8 Filtros	78
2.2.9 Feedback	79
2.3 Evidenciação de Informações Contábeis	80
2.3.1 Evidenciação no Contexto da Contabilidade	80
2.3.2 A resistência em evidenciar	81
2.4 Informação contábil: objetivos, usuários e características	83
2.4.1 Objetivos da contabilidade	84
2.4.2 Usuários da informação	85
2.4.3 Características qualitativas da informação contábil	88
2.5 Comunicação econômico-financeira via demonstrações contábeis entre entidades assistenciais e provedores de recursos	93
2.6 Hipóteses	101
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA	104
3.1 Métodos e técnicas da pesquisa	104
3.2 População da pesquisa	106
3.3 Operacionalização da pesquisa	108
3.3.1 Questionário de pesquisa	108
3.3.2 Coleta de dados	112
3.3.3 As escalas de medida	114
3.3.4 Tratamento estatístico	114
4 RESULTADOS OBTIDOS E ANÁLISES	118
4.1 Perfil das organizações e dirigentes	118
4.2 Formação de clusters de entidades	125

4.2.1 Perfil dos clusters – Partes I e II.....	146
4.2.3 Ruído entre clusters e Poder Público	149
4.4 Relação entre perfil entidade e nível de ruído	151
4.4.1 Recursos públicos – Q9.5	151
4.4.2 Parcerias com empresas privadas – Q9.3.....	159
4.4.3 Certificação – Q3.....	162
4.4.4 Maior profissionalização – Q7.1	164
4.4.5 Participação em eventos	174
4.5 Síntese das hipóteses obtidas e implicações	177
5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	183
REFERÊNCIAS.....	188
APÊNDICE A – ENTREVISTA NO CONSELHO MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA.....	199
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO REVISADO APÓS O PRÉ-TESTE	200
APÊNDICE C – ESCORE NÍVEL DE RUÍDO POR CLUSTER.....	200
ANEXO A – IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA.....	217
ÍNDICE ONOMÁSTICO	225

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Todo ser humano é dotado de um conjunto de necessidades e a satisfação destas tornou-se uma das maiores motivações de sua existência. Como exemplo dessas aspirações, pode-se citar o acesso à moradia, saúde, alimentação, segurança, educação, transporte, lazer, desenvolvimento profissional, integração social e religião.

A sociedade, na qual o homem se encontra inserido, é fundamental no desenvolvimento da humanidade, e esta tem, como papel principal, a busca de formas alternativas para atender às necessidades dos indivíduos, como observou Dallari (2003, p. 20):

Estudando a origem da sociedade, procuramos a justificativa para a vida social, visando fixar um ponto de partida que nos permitisse considerar a sociedade como fruto de uma necessidade, ou simplesmente, da vontade humana.

No Brasil, como em outras partes do mundo, mais atribuições, antes restritas ao âmbito estatal, vêm se transferindo para a iniciativa privada e para a sociedade no seu todo.

O aumento de desempregados, a diminuição de renda dos trabalhadores, o crescimento da violência, a desqualificação profissional, a marginalização de crianças e jovens e a precariedade do sistema de saúde, entre outros, são fatores que contribuíram para esta transferência de atribuições.

O papel do Estado tende a ser redefinido, reduzindo suas atividades diretas na área social e intensificando sua parceria com os setores da sociedade, que podem colaborar no enfrentamento de tais questões. Assim, passou o bem público a ser responsabilidade de todos, não apenas do Estado.

Partindo-se do pressuposto de que a sociedade possa ser dividida em campos de atuação sóciopolíticos¹ (setores), observa-se o Estado, denominado como primeiro setor², o qual tem por objetivo a prestação de serviços públicos, sem perspectiva de lucro, onde todas as pessoas devem ser tratadas com igualdade. O mercado como segundo setor, objetiva a geração de lucros para a distribuição entre os sócios e acionistas, e tem liberdade para realizar qualquer atividade, limitada à legislação; e as organizações não governamentais (ONG's) e sem fins lucrativos como o terceiro setor, possui como finalidade à prestação de serviços de interesse geral da sociedade ou da coletividade. A divisão da sociedade em setores será abordada mais detalhadamente no capítulo 2 desta dissertação.

Segundo dados colhidos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2006), nos anos de 2001 e 2004, a população submetida à indigência diminuiu, tendo um pico de 14,3% em 2003, reduzindo a 11,3% em 2004. A incidência da pobreza diminuiu em 2004, chegando a 30,1%, tendo um pico em 2003 de 33,9%.

O fato é que, para atuação das organizações não governamentais, principalmente as voltadas à assistência social, faz-se necessária a parceria com o Estado (primeiro setor) e com Empresas com fins lucrativos³ (segundo setor), visando obter recursos para sua gestão e sustentabilidade, mas, para que estas possam realizar e manter esta parceria, é imprescindível que as organizações demonstrem total transparência na gestão administrativa, como enfatiza Rossi Jr.

¹ O termo “campo de atuação” tem o intuito de facilitar a compreensão do que é terceiro setor no âmbito desta dissertação, para isto utilizou-se a classificação das pessoas jurídicas dada pelo Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), estabelecendo uma relação entre a classificação do código e os campos de atuação sóciopolíticos das pessoas jurídicas delimitado em três setores ou ambientes. O código civil diz que as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado, sob esta ótica têm se dois setores: um governamental e outro não governamental. Visto do ângulo da atuação das pessoas jurídicas em ambientes sociopolíticos formam-se, também em dois setores: um para o Estado e outro para a iniciativa privada. Contudo, o ambiente da iniciativa privada pode ser dividido em mais dois subconjuntos sociopolíticos: o do Direito da Empresa e o das entidades sem fins lucrativos.

² Ao longo da revisão bibliográfica foi possível encontrar autores que consideram o Mercado como primeiro setor, baseados no entendimento de que ele foi o primeiro a se constituir historicamente, Todavia, cabe salientar que existem pesquisadores que utilizam essa classificação de forma oposta: o Estado constitui-se no primeiro setor e o mercado é tratado como segundo setor. Ao longo do trabalho, será utilizado a classificação que coloca o mercado como segundo setor.

³ Na presente pesquisa o segundo setor será referenciado como Empresas com fins lucrativos abrangendo os diversos segmentos como: empresas comerciais, industriais, serviços bancários e financeiros, etc. Autores como Hudson (1999), Fonseca (2000), Fernandes (1994), entre outros chamam o segundo setor de Mercado. O Código Civil Brasileiro se refere ao segundo setor como Empresas iniciativa privada.

(2001, p.22): “[...] a credibilidade é fundamental para a sustentabilidade das organizações do terceiro setor, que operam na sua grande maioria com recursos provenientes de seus parceiros”.

Falconer (1999), abordando o problema da necessidade de transparência e do cumprimento da responsabilidade da organização em prestar contas perante os diversos públicos que têm interesses legítimos diante delas (*stakeholders accountability*), apresenta alguns motivos que podem ter influenciado as organizações do terceiro setor, no Brasil, quanto ao hábito de não cultivar a transparência:

Muitas organizações foram criadas em um contexto repressivo e atuaram como entidades semiclandestinas por muitos anos. Entidades que tradicionalmente foram subvencionadas pelo Estado aprenderam que para obter os recursos necessários deveriam percorrer caminhos obscuros de interesses clientelistas. Muitas organizações simplesmente jamais desenvolveram a percepção de que têm um caráter público, seja pela finalidade que buscam, seja pela isenção de impostos de que se beneficiam (FALCONER, 1999, p.132).

No Brasil, a demanda por prestação de contas, *accountability*⁴, encontra-se, muitas vezes, prejudicada pelo fato de as demonstrações contábeis utilizadas pelas entidades sem fins lucrativos, serem elaboradas a partir dos modelos especificados pela legislação societária, e que foram desenvolvidos para atender às necessidades de usuários de informações ligados a instituições com fins lucrativos.

As diferenças existentes entre as instituições que compõem o mercado (empresas com fins lucrativos) e as que formam esse setor, fazem com que os gestores de organizações do terceiro setor necessitem se adaptar às ferramentas gerenciais, dentre elas, as demonstrações contábeis, para atender às peculiaridades do ambiente, no qual essas organizações estão inseridas (CAMPOS, 2003).

Os usuários das informações contábeis relativas às instituições que compõem o setor sem fins lucrativos, provavelmente, possuem necessidades diversas daquelas apresentadas pelos indivíduos que usam as informações

⁴ O termo *accountability* utilizado nesta pesquisa refere-se a transparência e a obrigação de se prestarem contas (*evidenciação*) pelos resultados de decisões ou ações, obrigação esta que pode ser entendida como um dever imposto àqueles que recebem recursos do Estado, no sentido de que deêm visibilidade aos seus atos e, conseqüentemente, gerem um maior grau de confiança entre receptores e doadores de recursos, e mesmo usuários em geral. Nesse sentido, ver Nakagawa (2007, p.3 - 8).

financeiras tradicionais. Uma dessas necessidades pode estar relacionada com a compreensão dos valores envolvidos na produção dos bens e serviços oferecidos pelas entidades do terceiro setor à sociedade, e as formas como esses recursos são repostos.

As instituições, cujas atividades de captação de recursos estão voltadas, exclusivamente, à busca por doações ou subvenções governamentais, também podem analisar o resultado desse esforço como o produto de uma atividade geradora de recursos, uma vez que envolve a utilização de recursos materiais, financeiros e humanos na elaboração e desenvolvimento dessa atividade.

Deste modo, observa-se que a contabilidade gera “instrumentos” capazes de fornecer informações para ajudar os diversos usuários na avaliação das instituições, com ou sem fins lucrativos, auxiliando-os na tomada de decisão. Porém, para que a utilidade da informação contábil atenda ao seu objetivo, esta depende de algumas características básicas, as quais são citadas em itens posteriores.

Assim, a pesquisa procura identificar se os emissores da informação contábil (entidades assistenciais) e os seus receptores (Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e a Prefeitura do Município de Taboão da Serra – PMTS) possuem diferentes percepções sobre a importância das demonstrações contábeis, bem como as informações nelas contidas. Para tanto, serão utilizados conceitos da Teoria da Comunicação e da Contabilidade, enquanto linguagem de negócios.

É preciso considerar que a evidenciação contábil (*disclosure*), a qual será abordada na seção 2.4, deve permitir que as instituições sejam mais bem conhecidas e avaliadas pelos provedores de recursos, usuários, empregados, fornecedores, órgãos de fiscalização ou quaisquer outros indivíduos que resolva utilizar informações contábeis como instrumento de apoio ao exercício da cidadania.

Considerando que a evidenciação é a forma como nos comunicamos com o usuário e este, sendo foco principal desta pesquisa, é necessário mencionar que os critérios para esta evidenciação são estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas – NBCT, normas norte-americanas do *Financial Accounting Standard Board – FASB* e normas internacionais do *International Accounting Standard Board – IASB*, os quais serão tratados com maiores detalhes em capítulo posterior.

O IASB, em seus pronunciamentos, não trata especificamente das organizações sem fins lucrativos. Para efeito da elaboração do questionário de pesquisa, foram considerados os pronunciamentos destinados aos usuários e as características qualitativas das informações às empresas lucrativas, uma vez que estes visam atender às necessidades de informações de diferentes tipos de usuários e participantes acionários. Para o IASB, os relatórios financeiros devem ser elaborados a partir da perspectiva da instituição, e pretendem disponibilizar as informações a uma ampla variedade de usuários. A estrutura dos relatórios financeiros deve identificar os usuários principais como possíveis e atuais investidores e credores.

Os objetivos do pronunciamento do FASB sobre as organizações sem fins lucrativos, se comparados ao *FASB Concepts Statement nº 1, Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises*, destinado às empresas com fins lucrativos, conclui-se que não é necessário desenvolver uma estrutura conceitual independente para cada categoria específica de instituição. O Conselho acredita que os objetivos do relatório financeiro externo, de uso geral para instituições patrocinadas pelo governo, com atividades não exclusivas a este, devem ser similares àqueles das empresas com fins lucrativos, ou quaisquer outras instituições sem fins lucrativos com atividades similares.

Esse relatório foca-se em instituições sem fins lucrativos considerando suas características próprias, conforme considerações no *Statement of Financial Accounting Concepts nº. 4* (SFAC nº. 4: (FASB, 1980)

As principais características das instituições sem fins lucrativos incluem: (a) recebimentos de recursos de provedores que não esperam receber reembolso nem benefícios econômicos proporcionais aos recursos concedidos, (b) outros propósitos operacionais que não o fornecimento de mercadorias ou serviços com lucro, e (c) ausência de participações acionárias, não permitindo vendas, transferências ou distribuição residual de recursos no caso de liquidação da instituição. (tradução nossa)

A principal diferença entre as instituições sem fins lucrativos e as empresas com fins lucrativos, está na forma como elas obtêm recursos; razões não econômicas são fatores comuns para as decisões de fornecimento de recursos para instituições sem fins lucrativos.

O fato é que, respeitando as características das instituições, os objetivos do SFAC nº. 1 encontram fundamento, principalmente, nas necessidades dos usuários externos que desejam e têm o direito de ter as informações, mas, geralmente, não podem determinar quais informações desejam obter de uma instituição.

Além das informações apresentadas pelo relatório financeiro externo, os gerentes e os órgãos governamentais precisam de informações contábeis internas para cumprir suas responsabilidades no planejamento e controle das atividades.

Tendo em vista que é função da contabilidade fornecer informações capazes de auxiliar na tomada de decisões por parte de diversos usuários, esta pode e deve fornecer um conjunto de demonstrativos que evidencie todos os aspectos relevantes para avaliação do desempenho da administração, independente de sua natureza, fornecendo um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários. Portanto, pode-se afirmar que a contabilidade é utilizada como instrumento de comunicação entre administrador e usuário da informação.

Partindo do princípio que a contabilidade é a principal linguagem “dos negócios”, onde os *stakeholders* e usuários buscam informações sobre a *performance* de empresas ou instituições, faz-se necessário verificar se ela está constituída sob um sistema de símbolos, capazes de traduzir essas informações de forma inteligível para estes usuários.

Dias (2001, p. 5) enfatiza que as “pesquisas têm sido realizadas para avaliar se determinadas categorias de usuários conseguem compreender adequadamente as informações geradas pela Contabilidade”.

Em regra, os resultados sugerem que, por vezes, os termos utilizados nas demonstrações contábeis não são assimilados ou são interpretados de maneira diferente da que desejavam os contadores. Esse problema atinge, inclusive, usuários considerados mais aptos a lidar com informação contábil, como investidores e analistas financeiros.

Em conseqüência dessa dificuldade, os dados contábeis, pouco compreensíveis ou totalmente incompreensíveis, deixam de ser utilizados adequadamente no processo decisório, ou são tratados como elemento pouco relevante, podendo levar o usuário a uma decisão contrária de seus interesses.

Neste caso, teria uma inversão do papel da Contabilidade, que é contribuir para melhorar a qualidade das decisões.

A comunicação é essencial ao funcionamento de uma organização, sendo reconhecida como um dos mais importantes processos de administração, porém, pode apresentar graves defeitos. A comunicação é um processo complexo que envolve diversos dimensionamentos: 1) a transmissão de material do remetente para a audiência-alvo; 2) a recepção e compreensão desse material; 3) a sua aceitação ou rejeição. A cada passo tem-se a comunicação, como se todo material que é transmitido fosse compreendido e aceito (LIKERT, 1971, p. 63).

Quando o material transmitido não é compreendido pela audiência-alvo, pode-se afirmar que houve um defeito na comunicação, que aqui será abordado como ruídos.

Tendo em vista que a Teoria da Comunicação estuda os signos e como eles se relacionam com o meio externo; e que esta tem diversas aplicações, sendo uma delas servir como ferramenta para o estudo de processos de comunicação. Aborda-se o assunto – teoria da comunicação – no capítulo 2, com a finalidade de conhecê-la, mesmo que superficialmente, para identificar sua importância para a Contabilidade.

Assim, a proposta deste estudo é investigar se as demonstrações contábeis, enquanto instrumento de comunicação, estão sendo compreendidas por uma determinada categoria de usuário – entidades assistenciais de Taboão da Serra e Poder Público – CMAS e PMTS, a qual está definida no item 1.6.2 deste trabalho, no item delimitação da população.

1.2 Situação-Problema e Questão de Pesquisa

A contabilidade tem sido reconhecida, por alguns autores, como tipo de linguagem. Esta abordagem permite um melhor entendimento do processo de comunicação das informações contábeis e, conseqüentemente, dos fatores que podem interferir em sua compreensibilidade.

Hendriksen e Breda (1999, p. 29), por exemplo, define em uma primeira classificação, que “a contabilidade é uma linguagem”, e muitos a consideram como a “linguagem dos negócios”.

Para Ijiri (1975, p. 14) a contabilidade é uma “linguagem de negócios” e considera que ela tem “muito em comum com outros tipos de linguagem, assim como a imprensa precisa observar regras no uso de uma língua a fim de transmitir informações de interesses públicos”. Continuando, o autor acrescenta que “a contabilidade também deve obedecer a regras próprias para comunicar eventos de natureza econômica”. O autor salienta que “se as regras não forem observadas corre-se o risco das informações gerarem interpretações distorcidas”.

Iudícibus (2006, p.28 - 29) referencia à contabilidade como processo de comunicação, utilizando os seguintes termos:

[...] a Contabilidade, pode ser considerada como o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social [...] Este processo de comunicação implica o reconhecimento dos tipos de informação necessária para cada principal usuário da informação contábil e a avaliação da habilidade dos usuários em interpretar a informação adequadamente.

Horngren (1974) concebe a contabilidade como um tipo de linguagem que tem vocabulário especialmente direcionado à transmitir a história financeira das organizações. Para o autor, para se entender os relatórios contábeis, o usuário deve dominar os fundamentos dessa linguagem.

No Brasil, o processo de resgate da cidadania envolve a demanda crescente por participação e acesso à informação. Neste contexto, a sociedade passa a influenciar o Estado e as organizações do terceiro setor, cobrando transparência e resultados na utilização dos recursos públicos, principalmente com as parcerias entre Estado-Terceiro Setor (assunto que será abordado no capítulo 2 deste trabalho). Neste conceito de transparência, a administração das ONG's utiliza a contabilidade para se comunicar com a sociedade, com os usuários e com seus *stakeholders* (provedores de recursos).

No processo de comunicação e de divulgação das informações, cabe ao emissor (contabilidade das entidades sem fins lucrativos), usar a mensagem

(linguagem), o canal de comunicação (demonstrativos e/ou relatórios) adequado para a boa compreensão do receptor (usuários das informações).

[...] todos desejam que a informação seja suficientemente compreensível para facilitar a percepção de aspectos relevantes dos eventos econômicos retratados nos relatórios contábeis. Sem tal percepção, os usuários não podem adquirir o conhecimento de que necessitam para tomar decisões racionais. Como eles geralmente não estão em contato direto com tais eventos, é por meio da linguagem contábil que devem adquirir esse conhecimento. (DIAS, 2001, p.3).

Neste sentido, parte-se da premissa de que existem características similares entre o processo de evidenciação contábil e o processo natural da linguagem, ambos sustentados pela teoria da comunicação.

Goldratt (1992, p.8) afirma que “Informação é a resposta à pergunta formulada por alguém. É o resultado do processo de decisão”. O autor esclarece ainda que informação “é aquela parte do dado que tem impacto sobre nossas ações ou, no caso de falta ou não disponibilidade, também impacta novas ações”.

Segundo Most (1982, p. 187, 189), a contabilidade é “um processo de comunicação, no qual os contadores observam e mensuram os itens de evidenciação da empresa e transmitem o resultado destas mensurações para diversos usuários sob a forma de relatórios contábeis”. Para o autor, um ponto crítico no processo de comunicação das informações contábeis é que as mensagens, geralmente, são vistas como algo independente do emissor e do receptor. Em função disso, ele acrescenta que, por vezes, não há concordância entre mensagem e significado; o significado repousa nas mentes do emissor e do receptor. Além de que, o processo de comunicação pode ser perturbado, um fenômeno conhecido como “ruído”.

As abordagens acima são úteis para confirmar que a informação contábil só pode cumprir o papel de informação, se possuir determinadas características qualitativas, e, quando seu papel não é cumprido, podem ter ocorrido ruídos durante o processo.

Considerando que são raros os estudos destinados às características qualitativas da informação contábil no terceiro setor, o presente projeto consiste em investigar se as demonstrações contábeis utilizadas como instrumento de

comunicação na prestação de contas, expressam como os recursos recebidos do Poder Público do Município de Taboão da Serra⁵ foram utilizados pelas entidades assistenciais.

Para construção do questionário, da terceira parte deste trabalho, utilizou-se a revisão da literatura do FASB, IASB e Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T), a fim de identificar a qualidade da evidenciação contábil. Para tanto, as questões destinam-se a avaliar a percepção que cada usuário possui das demonstrações contábeis, a fim de identificar o nível de ruído entre os diferentes usuários. No que tange ao pronunciamento do IASB, foi adaptado à estrutura conceitual das características qualitativas das demonstrações contábeis dirigidas às empresas com fins lucrativos e às organizações sem fins lucrativos.

Ainda em relação à necessidade de estudos dessa natureza, Etheridge (1991, p.1) extrai dos pronunciamentos do FASB:

[...] a ênfase que o FASB confere ao aspecto comunicativo da Contabilidade, em seus *Statements of Financial Accounting Concepts* (SFACs) e em outros pronunciamentos congêneres, sugere ser desejável um maior volume de pesquisas sobre comunicação no processo contábil. (tradução nossa)

Para se estabelecer a situação-problema, foi realizada uma pesquisa preliminar junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Taboão da Serra (CMAS/TS). Foi identificado que o Poder Público Municipal de Taboão da Serra tinha recursos para repasses de verbas, por meio de convênios e parcerias com as entidades de assistência social do município, porém, muitas entidades assistenciais não se encontravam aptas para pleitear, ou melhor, para participar do processo para recebimento destes recursos.

Para obtenção destes recursos, faz-se necessário que a entidade interessada efetue seu cadastro junto ao Departamento de Licitações e Contratos - DELICO, apresentando documentação exigida, conforme Edital de Cadastro⁶,

⁵ Na pesquisa o termo Poder Público compreende dois níveis hierárquicos da Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, abrangendo o Conselho Municipal de Assistência Social e a própria Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, ambos usuários das demonstrações contábeis e que fazem parte do que foi definido como Estado no título da pesquisa.

⁶ Para que as organizações com ou sem fins lucrativos prestem serviços ou mantenham parceria com a Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, mesmo que por meio de suas secretarias e conselhos estas devem efetuar seu cadastro junto ao Departamento de Licitações e Contratos. As instruções e formulários podem ser obtidos no site www.taboaodaserra.sp.gov.br.

porém, são poucas as entidades que se cadastram para participar do processo de parceria. Assim, surgiu a inquietação: se as entidades sem fins lucrativos, principalmente as relacionadas à assistência social, necessitam de recursos de terceiros (públicos e privados), e se o Estado possui uma verba destinada para a publicização de serviços voltados a esta área, porque as entidades assistenciais de Taboão da Serra não se cadastram para participar do processo, para recebimento destes recursos?

A fim de buscar informações para identificar a questão de pesquisa e investigar evidências sobre a inquietação levantada, foi realizada uma pesquisa junto à Câmara Municipal de Taboão da Serra, mais especificamente, nos Diários Oficiais publicados pelo município, com o propósito de localizar a publicação e divulgação de um estudo realizado em 2006, por uma Comissão do CMAS/TS.

Nesta pesquisa documental, foi identificada na Imprensa Oficial do Município Taboão da Serra, a publicação nº 029 – Ano 02, de 19 de janeiro de 2006, que se refere às condições e procedimentos para que as organizações possam receber recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e na Imprensa Oficial do Município Taboão da Serra, nº 054 – Ano 02, de 15 de setembro de 2006, foi identificada a divulgação do trabalho realizado no mesmo ano pela Comissão e Análise e Fiscalização COAF/CMAS, sobre a situação cadastral das entidades inscritas quanto às entidades: regularizadas (21), com registros suspensos (13) e com registros cancelados (16), sendo que as entidades com registros suspensos e cancelados representam 58% das cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social de Taboão da Serra (CMAS/TS). Ainda segundo este trabalho, dez entidades haviam solicitado suas inscrições junto ao CMAS e ainda não haviam apresentado todas as documentações necessárias para o deferimento do processo.

Nesta mesma publicação da Imprensa Oficial, foram divulgados a normatização de prestação de contas, convênios e programas, junto à Prefeitura do Município de Taboão da Serra.

Segundo a pesquisa e as evidências, constatou-se que as entidades têm seus registros suspensos ou cancelados por problemas, em relação à prestação de

contas ou por ausência de prestação de contas. Desta forma, surgiu a seguinte questão de pesquisa:

Quais as principais causas dos ruídos⁷ no processo de comunicação via demonstrações contábeis, entre o Poder Público do Município de Taboão da Serra e as entidades assistenciais?

Assim, a pesquisa procura oferecer uma visão geral do problema da compreensibilidade das demonstrações contábeis. Neste sentido, considera-se que o papel da contabilidade, como linguagem de negócios, é facilitar a percepção das características relevantes de certos eventos econômicos, levando aos usuários das informações contábeis, conhecimentos necessários à otimização de suas decisões.

1.3 Objetivo do trabalho

A pesquisa investigou quais são as causas dos ruídos que ocorrem no processo de comunicação, sendo as demonstrações contábeis atuantes como linguagem de negócios no processo de prestação de contas entre receptores de recursos e doadores. Neste sentido, a investigação será realizada sob a óptica dos usuários, ou seja, as entidades assistências – receptoras dos recursos e o Poder Público: Conselho Municipal de Taboão da Serra e Prefeitura do Município de Taboão da Serra – doador dos recursos.

A investigação não pretende indicar como as prestações de contas devem ser elaboradas, mas avaliar se as demonstrações contábeis cumprem os seus objetivos quanto à evidenciação contábil, permitindo que as organizações sejam mais conhecidas e tenham seus projetos melhor avaliados, sejam pelos usuários interno (receptor) e externo (doador).

Tendo em vista que a função da contabilidade, como ciência que registra todos os atos e fatos de uma gestão patrimonial, e face de seu objetivo ser

⁷ O termo ruído utilizado é para expressar as falhas e/ou problemas ocorridos no processo de comunicação. O assunto será expandido no capítulo 2.

independente de sua natureza, esta pode, e deve fornecer um conjunto de demonstrativos, que evidencie todos os aspectos relevantes para avaliação do desempenho da administração. E pelo fato de que, segundo a teoria da comunicação, a qualidade da informação recebida pelo destinatário tende a variar em função de vários fatores, tais como: características dos usuários da informação, necessidades dos usuários, ambiente, percepção do remetente e do destinatário; o instrumento de pesquisa foi dividido em três partes, sendo a primeira o perfil da organização, a segunda o perfil do dirigente e a terceira a percepção dos respondentes sobre as demonstrações contábeis.

Em paralelo, pretende contribuir para fortalecer a concepção de que as informações contábeis não possuem valor intrínseco, mas sim, dependem de um conjunto de fatores que ajudam os usuários a identificar e selecionar as informações mais relevantes, como também, as que possam servir de base para pesquisas futuras, levando a uma melhoria da qualidade da compreensão das demonstrações contábeis.

1.4 Justificativa

As organizações do terceiro setor têm obtido, nos últimos anos, uma visibilidade, cada vez maior, na sociedade, tanto no Brasil, quanto no exterior. Apesar de muitas destas instituições serem bastante antigas, só recentemente a sociedade, e, principalmente, a mídia, despertaram para o papel destacado que o setor apresenta na economia e na vida de muitos indivíduos.

Entretanto, as causas da expansão do terceiro setor são bastante distintas, quando se analisa os países centrais ou os periféricos, como o Brasil. Nas principais economias capitalistas, a maior visibilidade do terceiro setor está ligada à redefinição da atuação do Estado, com a crise do *welfare state*, e a crise do emprego, provocada pela revolução tecnológica.

O Estado brasileiro, nos anos 1980 e 1990, diminuiu sua atuação nos serviços sociais (educação, saúde, assistência social, etc.), obrigando a sociedade civil a se mobilizar para a prestação destes serviços e, assim, abrindo espaço para o crescimento do terceiro setor.

Apesar da significativa expansão das organizações do terceiro setor nos últimos anos, o estudo de sua gestão ainda é incipiente. Para Salamon (1998, p.10), [...] “o terceiro setor, claramente, chegou como um ator no cenário mundial, mas ainda, está para marcar sua presença na consciência pública, no círculo de políticas, na mídia e na pesquisa acadêmica”.

O primeiro programa de pesquisa sobre organizações sem fins lucrativos foi conduzido na *Yale University*, em 1975. O próprio termo “*nonprofit sector*” (principal denominação utilizada nos EUA), foi criado há menos de duas décadas (HALL, P.D., 1992). No Brasil, as maiores universidades estão criando grupos de pesquisa dedicados a esta temática. Dentre eles, destacam-se o Centro de Estudos do Terceiro Setor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (CETS-FGV) e o Centro de Estudos de Administração do Terceiro Setor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (CEATS-USP). Estes centros procuram desenvolver conhecimento sobre o assunto, formando uma base para futuros cursos de Administração, voltados, especificamente, para o terceiro setor.

As particularidades das organizações do terceiro setor e seu papel cada vez mais destacado na sociedade e na economia, requerem o desenvolvimento de sistemas de gestão e operação próprios, pois, desta gestão, depende a continuidade da organização.

Uma característica marcante destas organizações é a dependência, ainda que parcial, de doações e parcerias para sua sustentabilidade financeira. Estas parcerias podem ocorrer com instituições públicas, foco da pesquisa, ou de instituições privadas.

Como será visto mais detalhadamente no capítulo 2, com o mecanismo de publicização, o Estado necessita da parceria com as organizações do terceiro setor. Neste mecanismo, o Estado, em suas esferas: Federal, Estadual e Municipal, transferem recursos para organizações do terceiro setor, a fim de prestarem serviços sociais à sociedade. Em contrapartida, estas organizações necessitam ter uma postura gerencial e de controle, que devem abranger: transparência (*accountability*), relatórios de avaliação (desempenho) e instrumento de comunicação (relatórios contábeis).

As dificuldades financeiras que o Estado vem atravessando, a falta de uma cultura voltada ao associativismo e voluntarismo, bem como a falta de transparência, têm feito com que instituições do terceiro setor deixem de existir. E, aquelas que permanecem em funcionamento precisam adaptar-se a uma nova realidade e buscar formas, cada vez mais criativas e profissionais, de obtenção de recursos e de prestação de contas.

O Centro de Estudos do Terceiro Setor da Fundação Getúlio Vargas apontou o resultado de uma pesquisa, realizada com mais de três mil ONG's, que demonstra variedade de origem dos recursos que sustentam as ações desenvolvidas pelas organizações do Terceiro Setor.



Figura 1 – Origem dos Recursos
Fonte: Mapa do Terceiro Setor (2003)

As receitas próprias podem ser compreendidas como aquelas provenientes de um conjunto de atividades desenvolvidas pelas instituições sem fins lucrativos, que visam disponibilizar à sociedade, bens e serviços, obtendo em troca algum tipo de remuneração. Dentre essas atividades, encontram-se a venda de bens e serviços à sociedade, concorrendo, diretamente, com empresas do segundo setor, a cobrança de taxas dos associados e o rendimento obtido por meio dos recursos que compõem seu patrimônio.

Apesar das instituições possuírem outros meios para captação de recursos, existem instituições cujas fontes de receitas são, em sua maioria, oriundas de subvenções governamentais, recursos procedentes de agências internacionais, doações, dentre outras.

Além dos desafios enunciados anteriormente, a falta de transparência caracterizada pela resistência em abrir-se à avaliação externa, deve ser entendida como outro importante obstáculo a ser superado pelas instituições do terceiro setor.

Em um setor onde existe a escassez de recursos, o benefício obtido pelos indivíduos, por meio dos serviços prestados por essas entidades, bem como os valores despendidos para o custeio das atividades-fim dessas organizações, chama, cada vez mais, a atenção dos doadores de recursos e da sociedade, de forma geral. Portanto, elaborar demonstrações contábeis que possam colaborar para satisfazer essas necessidades torna-se indispensável.

A transparência é o grande trunfo que as entidades possuem para dar publicidade de seus atos e da eficiência da sua gestão, assim, as demonstrações contábeis são utilizadas como instrumento de comunicação, para passar estas informações aos diferentes usuários, uma vez que é função básica da atividade contábil, identificar, mensurar e comunicar os eventos que afetam o patrimônio das entidades. Porém, é necessário investigar se a linguagem utilizada na evidenciação contábil permite uma compreensão satisfatória dos elementos, que podem afetar as decisões econômico-financeiras dos usuários da contabilidade.

Esse aspecto é enfatizado por Guerreiro (1989), ao explicar que, em muitas ocasiões, os sistemas de informação são gerados, sem considerar se o destinatário da mesma se encontra em condições de compreendê-la e utilizá-la em todo o seu potencial. Corroborando com esse pensamento, Adelberg (1977) explica que o propósito central da contabilidade é alcançar êxito no processo de comunicação, permitindo que suas mensagens sejam bem compreendidas e utilizadas como luzes no processo decisório.

Desta forma, o estudo se justifica pelo fato de contribuir para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica, quanto aos ruídos no processo de comunicação e características qualitativas das informações contábeis. Ademais, como bem observa a Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade desenvolvida

pela Fundação Instituto Brasileiro de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), juntamente com o Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON), que explicam:

não tem sentido ou razão de ser a Contabilidade como uma disciplina 'neutra', que se contenta em perseguir esterilmente uma 'sua' verdade ou beleza. **A verdade da Contabilidade reside em ser instrumento útil para a tomada de decisões** pelo usuário, tendo em vista a entidade. (IUDÍCIBUS, MARTINS, GELBCKE, 2000P.43, grifo nosso)

Pesquisas nesta área se tornam necessárias para que a Contabilidade não se distancie de seus objetivos, de ser um sistema que deve gerar informações úteis ao processo decisório, e, até o momento, existem poucas pesquisas abordando este tema no Brasil, portanto, as oportunidades que se apresentam para o pesquisador são desafiadoras.

Outro ponto que justifica este trabalho de pesquisa é a quantidade de organizações que deixam de ser financiadas pelo Estado. Em estudo realizado em 2006, em Taboão da Serra, pela Comissão de Orientação Análise e Fiscalização COAF/CMAS, foi constatado que 58% das entidades cadastradas estavam com seus registros cancelados ou suspensos por problemas com a prestação de contas. (Anexo A).

1.5 Delimitações da pesquisa

Para a presente pesquisa interessa, apenas, avaliar as demonstrações contábeis, como instrumentos do processo de comunicação, não sendo colocados em questão os procedimentos internos adotados pelas organizações e pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS. No entanto, é relevante a percepção atual dos usuários sobre os relatórios financeiros e sobre a relevância dos itens de evidenciação, constantes nestes relatórios.

A população pesquisada são as 40 entidades assistenciais da totalidade das 50 (cinquenta) que tinham/tiveram registros no CMAS, de Taboão da Serra, e que foram objeto dos trabalhos realizados pela COAF/CMAS, onde tiveram suas razões

sociais divulgadas na Imprensa Oficial do Município Taboão da Serra, nº 054 – Ano 02, de 15 de setembro de 2006. (ANEXO A).

Das 50 (cinquenta) entidades assistenciais, objetos dos trabalhos realizados pelo COAF/CMAS, 02 (duas) foram desconsideradas, em decorrência do perfil não se aplicar à proposta da pesquisa, por se tratar de Secretarias Municipais de Assistência Social, ou seja, são programas criados pela própria Prefeitura Municipal de Assistência Social, sendo um programa na área de assistência social e outro na área de educação e cultura; 08 (oito) estavam com as atividades encerradas ou paralisadas, segundo informações obtidas junto à vizinhança do endereço da sede e não foi possível localizar os antigos dirigentes para realizar a pesquisa. Cabe ressaltar que as 08 (oito) entidades que não estavam em atividade, na pesquisa de 2006, realizada pela COAF/CMAS (Anexo I), encontravam-se com seus registros cancelados.

A fim de comparar se existem ruídos entre as entidades assistenciais e o Poder Público – CMAS e PMTS, a pesquisa, também, será realizada junto a esta população, ou seja, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social e Prefeitura Municipal de Taboão da Serra.

A população da pesquisa em questão está delimitada a um grupo do terceiro setor, assunto este que será abordado no capítulo 2 (dois), no item sobre *Caracterização do terceiro setor*. Assim, a pesquisa compreenderá apenas as entidades tidas como de *Assistência Social* e que foram objeto de estudo realizado pelo COAF/CMAS.

A presente pesquisa tem, como universo, a cidade de Taboão da Serra, município da Grande São Paulo, com uma população estimada de 221.176 habitantes, distribuída nos 20,48 km², sendo 17,4 km² de área urbanizada. O crescimento populacional da cidade é de 2,43%, com um PIB US\$ 914.768.659 e uma taxa de alfabetização de 94,03%, conforme informações estatísticas de 2005⁸.

⁸ Os dados estatísticos foram extraídos de pesquisas do Seade, IBGE, Emplasa e IPEA, disponível no endereço <<http://www.tabooadaserra.sp.gov.br>>. Acesso em 14 set.2007.

Em 2006, o município recebeu, aproximadamente, R\$ 31.770.000,00 de transferência de recursos do Governo Federal, sendo que cerca de 13,77% deste valor, R\$ 4.375.000,00, foram destinados à assistência social⁹.

Em 2005, Taboão da Serra conquistou a gestão plena em assistência social, o que significa autonomia para o município administrar e executar ações sociais, com total controle de investimentos, tendo os governos federal e estadual como co-participantes ou co-financiadores. Entre suas principais atribuições está o fortalecimento dos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Esta co-participação ou co-financiamento se dá por meio de repasses de verbas do governo federal e/ou estadual para o município, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), regido pela Lei nº. 8.742 de 07/12/1993 (BRASIL, 1993).

O fundo foi criado em 1993 pela lei acima citada, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), para financiar as ações governamentais da área de assistência social. Os municípios recebem verba deste fundo porque a LOAS estabeleceu um Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social, de forma que as ações de assistência social, organizadas nas três esferas de governo, realizam-se de forma articulada, cabendo à esfera federal a coordenação e as normas gerais e, a coordenação e execução dos benefícios, serviços, programas e projetos, em suas respectivas esferas e dimensões, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, de modo que o financiamento dessas ações também deva ser custeado pelas três esferas de governo.

Para o recebimento deste repasse do FNAS e a autonomia do município, é necessário que seja instituído, e esteja em efetivo funcionamento, o Conselho de Assistência Social, de composição paritária (igual número de representantes), entre governo e sociedade civil. Os recursos são transferidos para a conta do FNAS e devem ser mantidos em contas específicas para cada programa/ação. A execução destes programas ou ações pode ocorrer de forma direta, por meio de órgão público, ou indireta, por meio das instituições sem fins lucrativos.

⁹ Disponível no endereço <<http://www.portaldatransparencia.gov.br>>. Acesso em 14 set.2007.

1.6 Estrutura da dissertação

No capítulo 1, o tema será introduzido e contextualizado, apresentando a situação-problema, definindo a questão de pesquisa, firmando os objetivos, apresentando as justificativas, delineando um breve esboço sobre os procedimentos metodológicos adotados, caracterizando as delimitações da pesquisa e incluindo este item, que trata da estruturação do trabalho.

No capítulo 2 será apresentado o referencial teórico que dará sustentação à presente dissertação, por meio de pesquisa bibliográfica e documental sobre o terceiro setor, parceria entre ONG – Estado, teoria e processo da comunicação e características qualitativas da contabilidade.

O capítulo 3 destina-se à descrição do método adotado para desenvolver a pesquisa, o instrumento de coleta de dados – questionário – e a proposta de análise dos dados.

O capítulo 4 contempla a tabulação, interpretação e análise dos resultados, com base nas informações coletadas por meio do instrumento do questionário, com o intuito de obter as respostas às questões formuladas inicialmente.

Finalmente, o capítulo 5 é reservado para a apresentação das conclusões e sugestões para pesquisas futuras.

2 REVISÃO CONCEITUAL E PROPOSIÇÃO DE HIPÓTESES

2.1 O Terceiro Setor

O terceiro setor pode ser entendido como aquele que não é Estado nem mercado, ou seja, constitui-se de organizações que não integram o Estado nem a iniciativa privada com fins lucrativos. É representado, portanto, por organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos. Assim sendo, engloba organizações como associações, fundações privadas, institutos, sindicatos, igrejas, federações, confederações, entidades e qualquer outro tipo de organização privada, mas sem finalidade lucrativa.

A fim de entender o conceito de terceiro setor, primeiramente, é importante entender o contexto do surgimento das organizações que o compõem, especialmente no Brasil, bem como o atual cenário que o coloca cada vez mais em evidência.

Em seguida, é desenvolvida uma reflexão específica sobre o conceito de terceiro setor, analisando-se o surgimento do termo e as restrições quanto ao seu uso, sobretudo no Brasil.

Como a pesquisa é centrada na parceria Estado – Entidades Assistenciais, no sentido de investigar as prestações de contas entre os mesmos, a reflexão sobre conceituação do terceiro setor se estende à participação do Estado no crescimento deste setor, em particular no crescimento e fortalecimento destas organizações.

Uma vez comentado sobre o terceiro setor e delimitado a abrangência da pesquisa, faz-se necessário esclarecer sobre suas obrigações, principalmente no que tange à prestação de contas, pois destas fazem parte as demonstrações contábeis – instrumento de comunicação entre doador e receptor de recursos. Neste sentido, cabe frisar os meios e os relatórios que devem ser apresentados pelas instituições aos seus *stakeholders*.

2.1.1 Origem do terceiro setor

Considerando que a sociedade pode ser dividida em setores, de acordo com as atividades diversificadas que fazem movimentar a economia, de um lado, observa-se o Estado, situado no primeiro setor¹⁰ que, por meio de seus órgãos e entidades, exerce suas múltiplas atividades, quais sejam: política, administrativa, econômica e financeira, com o objetivo de cumprir suas finalidades básicas.

No Brasil, o setor governamental (Estado), apresenta como principal responsabilidade garantir “[...] a inviolabilidade do direito à vida, liberdade, igualdade, segurança e propriedade” (art. 5º da Constituição Federal de 1988). Este setor está representado pelos poderes constituídos nas esferas federal, estadual e municipal, incluindo tanto a administração direta, como a indireta – autarquias, fundações instituídas pelo poder público, empresas públicas e de economia mista – e apresenta como característica peculiar à utilização de poder coercitivo, como forma de legitimar e organizar suas ações, reservando-se ao direito de forçar a concordância. Apesar disso, “[...] encontra-se enquadrado num arcabouço legal que limita e regula sua atuação, tornando-a previsível para todos os atores.” (COELHO, 2002, p. 39-40).

Num outro lado, encontram-se as empresas com fins lucrativos, denominado segundo setor. Neste, situam-se empresas privadas que exercem atividades a fim de obter lucros, que garantam a continuidade da empresa, fornecendo recursos para seu desenvolvimento, ampliação do patrimônio da instituição e, conseqüentemente, a distribuição aos investidores como remuneração do capital aplicado, procurando atender as demandas de seus semelhantes por meio da disponibilização de uma variada gama de produtos e serviços.

O segundo setor tem sua atuação orientada pelo princípio da não-coerção legal, ou seja, os consumidores não são obrigados a comprar nada, o mercado baseia suas atividades no mecanismo do preço, no qual se pressupõe que os indivíduos possuem várias alternativas de escolha à sua disposição.

¹⁰ Importante ressaltar, que o termo Setor tem seu significado original, definido nos estudos de Economia, especialmente de Análise Macro-econômica, ao explicar a estrutura do aparelho produtivo (organizações) como gerador da oferta de bens e serviços de uma economia, composto pelo Setor Primário (atividades extrativas), Setor Secundário (indústria de transformação) e Setor Terciário (Serviços, incluindo os agentes de Serviços Públicos). Não deve, pois, ser confundido com a terminologia e critério utilizado pela autora.

Problemas decorrentes da expansão do capitalismo pós Revolução Industrial do século XIX, como o mau funcionamento do mercado que levou as economias capitalistas à insuficiência crônica da demanda agregada, resultou na crise dos anos 30, no século XX e, em decorrência, o agravamento das injustiças sociais. O movimento de reconstrução de vários Estados Europeus no pós-guerra influenciou no surgimento do Estado Social-Burocrático: “[...] social porque assume o papel de garantir os direitos sociais e o pleno emprego; burocrático, porque o faz através da contratação direta de burocratas.” (BRESSER PEREIRA, 1997, p.10).

Segundo o referido autor (1997, p.10), o Estado Social assumiu três formas diferentes para executar o papel de protetor dos direitos sociais e de promotor do desenvolvimento econômico: “a do Estado de Bem-Estar nos países desenvolvidos, principalmente na Europa, a do Estado Desenvolvimentalista nos países em desenvolvimento, e a do Estado Comunista nos países em que o modo de produção estatal tornou-se dominante”.

O *welfare state* (Estado de Bem-Estar), significou, não só uma complementação às políticas no mundo industrial desenvolvido, mas, acima de tudo, um esforço de reconstrução econômica, moral e política, como demonstram as palavras de Esping-Andersen (1995, p.73):

Economicamente, significou um abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direito de cidadania; moralmente, a defesa de idéias de justiça social, solidariedade e universalismo. Politicamente, o *welfare state* foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo.

No Brasil, o *welfare state* tem sido marcado pela centralização político-financeira das ações sociais pelo governo federal, exclusão da população à participação política, fragmentação social e autofinanciamento social (MEDEIROS, 2001, p. 8).

A formação do *welfare state* brasileiro, segundo estudos de Draibe (1989), teve como ponto de partida a década de 1930. Toda essa década e o início da seguinte correspondem um movimento de criação da base institucional-legal para as políticas sociais:

A produção legislativa a que se refere o período 1930/43 é fundamentalmente a que diz respeito à criação dos institutos de aposentarias e pensões, de um lado, e de outro, a relativa à legislação

trabalhista, consolidada em 1943. Se essa é, de fato, a inovação mais importante, o período é também fértil em alterações nas áreas de política de saúde e de educação, onde se manifestam elevados graus de 'nacionalização' das políticas sob a forma de centralização no Executivo Federal, de recursos e de instrumentos institucionais e administrativos e resguardados de algumas competências típicas da organização federativa do país (DRAIBE, 1989, p. 8).

Durante a década de 70, os modelos de Estado de Bem-Estar Social começam a apresentar sinais de esgotamento em virtude, principalmente, de: (a) dificuldades financeiras decorrentes da redução na arrecadação de receitas públicas, motivada pela crise econômica, fato que apresenta como resultado imediato à diminuição das fontes de financiamento para os programas sociais; (b) burocratização e centralização excessivas, que aumentam a ineficiência dos programas sociais e desencadeiam mecanismos de autoritarismo quanto à imposição de políticas de distribuição de recursos; (c) mudanças em muitas das premissas que guiaram a construção dos *welfare states*, como o envelhecimento rápido da população e mudança na estrutura da família convencional (COELHO, 2002, p. 30).

A crise brasileira apresenta como manifestações mais evidentes “[...] a própria crise fiscal e o esgotamento da estratégia de substituição de importações, que se inserem num contexto mais amplo de superação das formas de intervenção econômica e social do Estado” (BRASIL, 1998, p.8).

A necessidade de um instrumento que racionalizasse e trouxesse eficácia ao aparato estatal das políticas sociais, fez surgir a descentralização como sendo uma alternativa de mudança (JUNQUEIRA, 1996, p. 25).

A descentralização vista como uma estratégia para reestruturar o aparato estatal “não com o objetivo de que, reduzido, ganhe agilidade e eficiência, mas para aumentar a eficácia das ações das políticas sociais pelo deslocamento, para esferas periféricas, de competências e de poder de decisão sobre as políticas”, foi utilizada nos países centrais democráticos, como estratégia de mudança nas relações sociedade e Estado, a partir dos anos 70, tendo ainda sido utilizada nos países latino-americanos, como forma de reestruturar o Estado e a gestão das políticas sociais, a partir da década de 80 (JUNQUEIRA, 2001, p. 5).

A descentralização vista como uma estratégia para reestruturar o aparato estatal “não com o objetivo de que, reduzido, ganhe agilidade e eficiência, mas para aumentar a eficácia das ações das políticas sociais pelo deslocamento, para esferas periféricas, de competências e de poder de decisão sobre as políticas”, foi utilizada nos países centrais democráticos, como estratégia de mudança nas relações sociedade e Estado, a partir dos anos 70, tendo ainda sido utilizada nos países latino-americanos, como forma de reestruturar o Estado e a gestão das políticas sociais, a partir da década de 80 (JUNQUEIRA, 2001, p. 5).

No Brasil, em meio à crise dos anos 80 e 90, crise esta, percebida como sendo do Estado, iniciam-se as propostas de reformas baseadas na redefinição de suas funções e áreas de atuação, desregulamentação, superação da crise fiscal e na transformação da administração pública burocrática em gerencial.

Em relação ao aspecto de definição da área de atuação da administração pública, três processos são tidos como importantes: a privatização, a terceirização e a publicização, assuntos estes que serão abordados em seguida.

A privatização implicou a transferência de segmentos ligados à produção de bens e serviços para empresas com fins lucrativos, mediante a venda de empresas e concessão de exploração de serviços, antes tidos como atribuição exclusiva do setor público.

O processo de terceirização consiste na contratação, pelo Estado, de empresas privadas para executar as atividades auxiliares (limpeza, transporte, segurança, serviços técnicos de informática, etc.), por meio do mecanismo da licitação pública, com o objetivo de melhorar a qualidade e reduzir custos.

O mecanismo de publicização tem como objetivo, transferir a realização de atividades de prestação de serviços não-exclusivos para entidades privadas de interesse público, “[...] baseado no pressuposto de que esses serviços ganharão em qualidade: serão otimizados mediante menor utilização de recursos, com ênfase nos resultados, de forma mais flexível e orientados para o cliente-cidadão mediante controle social” (BRASIL, 1998, p.13).

Este cenário de caos decorrente da crise do Estado e da dificuldade do mercado em oferecer soluções aos problemas gerados a partir do desenvolvimento industrial, bem como o aumento das demandas sociais, tem se mostrado como o

ambiente propício para o crescimento, cada vez mais acelerado, de um grupo de instituições que, organizadas sob a forma jurídica de fundações, associações, organizações não-governamentais (ONG's), cooperativas, sindicatos, etc., participam de forma ativa na busca pela solução de questões relacionadas ao meio ambiente, cidadania, educação, saúde, segurança, dentre outras.

O conjunto de entidades, como também é conhecido às instituições sem fins lucrativos, é responsável, na visão de Fernandes (2002) e Falconer (1999), pela formação de um novo setor na sociedade brasileira, complementar aos dois mencionados anteriormente, e que tem sido designado de “terceiro setor”.

Para Falconer (1999, p.9), o terceiro setor, nos anos noventa, surge como portador de uma nova e grande promessa: “[...] a renovação do espaço público, o resgate da solidariedade e da cidadania, a humanização do capitalismo e, se possível, a superação da pobreza”.

Embora as entidades que constituem esse setor da sociedade sejam instituições de direito privado, de acordo com autores como Freemann e Shoulders (1993, p. 39), existem, resumidamente, três diferenças fundamentais entre as instituições sem fins lucrativos e as com fins lucrativos: (a) objetivos institucionais, (b) fontes de recursos financeiros, (c) legislação e controle.

Outro aspecto importante em relação às diferenças existentes entre as instituições que compõem os três setores da sociedade diz respeito à distinção entre as formas de propriedade, uma vez que as entidades que compõem o terceiro setor são dotadas de um tipo de propriedade que difere da propriedade pública e da propriedade privada: trata-se da propriedade privada para fins públicos.

A propriedade privada para fins públicos é “constituída por organizações sem fins lucrativos que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público.” (BRASIL, 1998, p.10).

2.1.2 Desenvolvimento do terceiro setor no Brasil

“Terceiro Setor” é um termo com recente utilização no Brasil e no mundo. Foi empregado pela primeira vez na década de 70, por pesquisadores americanos e, a partir dos anos 80, por pesquisadores europeus, com o intuito de caracterizar um conjunto de organizações que se apresentam como uma alternativa para as desvantagens apresentadas pelo mercado, em relação à maximização do lucro, e pelo governo, em relação à sua burocracia, conforme mencionado anteriormente. Pressupõe-se que essas entidades combinem “a flexibilidade e eficiência do mercado com a equidade e a previsibilidade da burocracia pública.” (COELHO, 2002, p.58).

No Brasil, o termo “terceiro setor” aparece nas obras de Leilah Landim e Rubem César Fernandes, sendo que a terminologia usualmente empregada na literatura brasileira para designar as instituições sem fins lucrativos é “organização não-governamental” (COELHO, 2002, p. 61).

Apesar do pouco tempo de emprego da terminologia, a história das organizações que compõem esse segmento da sociedade no Brasil é muito mais remota. Logo após o descobrimento do Brasil, por volta do ano de 1550, verificam-se atividades sociais na área de educação, desenvolvidas pelos jesuítas, que tiveram como beneficiários os órfãos da casa de Lisboa (IOCHPE, 1998, p.1).

O período compreendido entre o Império e a Proclamação da República é marcado pela atuação da Igreja Católica que, suportada pelo Estado em muitas oportunidades, procurava prestar algum tipo de assistência às comunidades carentes que se encontravam às margens das políticas básicas, como saúde e educação.

Outras doutrinas religiosas, que entendiam a caridade como uma atividade indissociável da prática religiosa, passaram a promover, a partir do século XIX, a formação de entidades com as mesmas características das organizações católicas, dividindo com estas e o Estado a responsabilidade pela prestação de serviços com finalidade filantrópica (COSTA, C.S.; VISCONTI, 2001, p.6).

Problemas decorrentes da expansão do capitalismo levaram o Estado a assumir o papel de principal portador do interesse público e, embora houvesse o

aparecimento de organizações sem fins lucrativos, estas se encontravam atreladas ao Estado. Tratava-se do período do *welfare state*, comentado anteriormente.

A década de 60 marca o início de um longo período discricionário, com obstrução das liberdades individuais e severas restrições à atuação da sociedade civil. Os movimentos sociais organizados são conduzidos à clandestinidade e o país é dividido em dois grandes grupos: governo e empresa privada *versus* sociedade civil.

O movimento ecológico, que marcou a mobilização da sociedade civil na busca pelo desenvolvimento sustentado, ou seja, a tentativa de equacionar o desenvolvimento econômico a um uso não-predatório e equilibrado do meio ambiente, é uma passagem da história que merece ser mencionada no processo de entendimento do desenvolvimento do terceiro setor.

Nos anos 90, o governo Fernando Henrique Cardoso também influenciou no desenvolvimento do atual terceiro setor, pela nova fase de relação com a sociedade civil. As modificações aconteceram, sobretudo, por meio da implementação do Programa Comunidade Solidária e pela proposta de reforma do Estado, mais especificamente, o mecanismo da publicização, que previa a criação de organizações, as quais poderiam desenvolver as atividades de prestação de serviços não-exclusivos do Estado, conforme mencionado item 2.1.1 deste capítulo.

A criação do Programa Comunidade Solidária baseou-se no princípio de parceria entre governo e sociedade, visando à geração de recursos humanos, técnicos e financeiros para agir no combate a fome e à pobreza (CARDOSO; MEDEIROS, 2002).

O Conselho da Comunidade Solidária, composto por representantes da sociedade civil, ministros de Estado responsáveis por áreas relacionadas às questões sociais e o titular da Secretaria-Executiva, tinha como objetivo servir de espaço de diálogo entre governo e organizações da sociedade civil e agir como promotor de parcerias e indutor de idéias, dentre outras funções.

O programa de fortalecimento da sociedade civil, cujo objetivo era ampliar as parcerias com as entidades sem fins lucrativos e estimular a solidariedade e a mobilização social, foi criado a partir de três linhas principais de ação: implantação

do Programa de Voluntários, criação da Rede de Informações do Terceiro Setor (RITS) e a modernização do marco legal (regulamentação) do terceiro setor.

A necessidade de reconstrução do Estado como elemento central da agenda política dos anos 90, foi impulsionada pela crise dos anos 70 e 80, conforme mencionado anteriormente, caracterizada pelos índices negativos de crescimento, aumento da dívida externa e do processo inflacionário, agravamento da baixa qualidade de vida e índices de pobreza do país. Na origem de tal crise, destacam-se os avanços tecnológicos, o fenômeno da globalização e a própria crise do Estado.

Os fundamentos e as propostas de reforma do Estado foram apresentados pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), criado na época para esta finalidade. O principal documento desenvolvido sobre o tema foi o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRA), divulgado em novembro de 1995.

O PDRA foi desenvolvido dentro do contexto de redefinição do papel do Estado, que deixa de ser responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, por meio de produção de bens e serviços, e passa a exercer a função de promotor e regulador desse desenvolvimento. Os processos básicos da reforma do Estado dos anos 90 foram definidos por Bresser Pereira (1997, p.18) tais como a delimitação das funções do Estado orientada para a redução de seu tamanho, sobretudo, em termos de pessoal, mediante programas de privatização, terceirização e publicização.

Quanto ao primeiro processo básico, Brasil, (1995, p. 41) divide as atividades desempenhadas pelo Estado em quatro setores, com a finalidade de estabelecer onde a intervenção é necessária e com que tipo de institucionalidade:

- Núcleo estratégico: é o setor em que são definidas as leis e as políticas públicas e cobrado seu cumprimento.
- Atividades exclusivas: é o setor em que são prestados serviços que somente o Estado pode realizar. São serviços onde se exerce o poder coercitivo, por exemplo, de regulamentar, fiscalizar e fomentar.
- Serviços não exclusivos: é o setor onde o Estado atua, simultaneamente, com outras organizações públicas não-estatais e privadas. As instituições não precisam ter o poder de Estado para a prestação dos serviços. Este,

entretanto, está presente, porque os serviços envolvem direitos humanos fundamentais, como os da educação e da saúde.

- Produção de bens e serviços para o mercado: corresponde à área de atuação das empresas. É caracterizado pelas atividades econômicas voltadas para o lucro, que ainda permanecem no aparelho do Estado, como exemplo, as do setor de infra-estrutura. Estão no Estado, seja por ter faltado capital ao setor privado, para realizar investimento, seja por ser atividades naturalmente monopolistas, na qual o controle via mercado não é possível, tornando-se necessário, no caso de privatização, a regulamentação rígida.

De acordo com Mare (1995, p. 60), o financiamento dos serviços não-exclusivos continuaria, em grandes proporções, como uma atividade exclusiva do Estado, mas a sua execução seria transferida para o setor público não-estatal, mediante o processo de publicização. A proposta é a transferência dos serviços não-exclusivos para as organizações sociais – entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que, por iniciativa do Poder Executivo, detenham autorização do poder legislativo para celebrar contrato de gestão com o poder executivo e, assim, ter direito à dotação orçamentária. Desta forma, com a Lei nº. 9.790 de março de 1.999, cria-se à figura da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP (BRASIL, 1999).

Além dos fatores históricos da realidade brasileira, os fatores externos também foram preponderantes no desenvolvimento do terceiro setor no país. Na visão de Falconer (1999, p.10), “[...] a construção do Terceiro Setor brasileiro, pode-se afirmar com segurança, deu-se **de fora para dentro: de fora do país e de fora do setor** para dentro dele” (grifo nosso).

Ainda segundo o autor citado (1999, p.10), as agências internacionais e os organismos multilaterais exerceram um papel de grande importância na introdução e valorização do terceiro setor nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

Outro fator que tem contribuído para o desenvolvimento do terceiro setor no Brasil é a aproximação entre o setor empresarial e as entidades que compõem o terceiro setor, tendo como resultado o desenvolvimento de parcerias, com vistas a apoiar projetos de proteção ambiental, promoções sociais no campo da saúde, educação, dentre outros.

Como exemplo de mobilização do empresariado, cita-se a constituição do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), que, em 1989, nasceu sob a forma de um grupo de discussões sobre filantropia. Em 26 de maio de 1995, com a participação de 25 organizações, foi realizada a assembléia de constituição do GIFE: “[...] a primeira associação da América do Sul a reunir organizações de origem privada que financiam ou executam projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público.” (GIFE, 1995).

O GIFE é uma organização que apresenta, como diretriz, buscar soluções para a superação das desigualdades sociais brasileiras e, como objetivo estratégico, influenciar as políticas públicas, mediante parcerias, bem como o compartilhamento de idéias, ações e aprendizados com o Estado e organizações da sociedade civil.

Além de significar uma importante fonte de recursos para as instituições sem fins lucrativos, o estreitamento das relações entre o meio empresarial e as instituições que atuam no seio da sociedade civil, com o intuito de melhorar as condições de vida no país, significa um caminho para a superação de problemas de relacionamento que nasceram durante o governo militar.

As palavras do sociólogo Herbert de Souza (Betinho) em documento elaborado a pedido da ONU – Organização das Nações Unidas, para publicação em junho de 1998, retratam as mudanças que começam a ocorrer nessa relação:

Pertenci a uma geração que sempre achou que o empresário era o ‘diabo’ da sociedade. Alguém conversar com o empresário era conversar com o diabo. E se era grande empresário, era um diabo grande. Se fosse pequeno empresário, diabo pequeno. Hoje nós estamos num outro mundo, em outra sociedade e pensamos que o grande empresário tem imensa responsabilidade; o empresário médio, responsabilidade média, e o micro, responsabilidade menorzinha. Porém como cidadãos somos todos iguais diante a mesma responsabilidade de mudar o Brasil. (IOCHPE, 1998, p.1).

2.1.3 Caracterização do terceiro setor

No Brasil, assim como no mundo, existe um elevado número de organizações, com atividades em diferentes campos de atuação, que compõem o universo das instituições sem fins lucrativos inseridas no terceiro setor. Neste universo, pode-se citar como exemplo dessas entidades, os clubes de futebol, hospitais e universidades privadas, associações de interesse mútuo, centros

comunitários, entidades ambientalistas, associações de bairro, centros de juventude, associações de produtores rurais, organizações de defesa de direitos, fundações e institutos empresariais, clubes recreativos e esportivos, creches, asilos, abrigos, organizações religiosas, cartórios, partidos políticos e sindicatos.

A multiplicidade de organizações que compõem o terceiro setor faz com que exista uma enorme dificuldade na geração de uma definição precisa e amplamente aceita para esse segmento da sociedade, sendo esse problema enfatizado nas palavras de Fischer e Falconer (1998, p.12): “O Terceiro Setor foi se ampliando sem que esse termo, usado para designá-lo, seja suficientemente explicativo da diversidade de elementos componentes dos universos que abrange”.

Falconer (1999, p.36) define o terceiro setor, como “[...] um setor privado *não voltado à busca e lucro*, que atua na esfera do público, *não vinculado ao Estado*” (grifos nossos).

Seguindo este conceito, um ponto a ser apreciado é a diferença existente entre coletivo e público: “Os interesses coletivos podem se referir aos de um determinado grupo; interesses públicos devem ser entendidos como algo mais amplo, referente ao conjunto da sociedade” (COELHO, 2002, p.40). Quando se observa a luta de um sindicato para garantir os interesses de uma dada categoria de trabalhadores como, por exemplo, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, se está diante da defesa dos interesses coletivos de um grupo.

A dificuldade encontrada para definir esse segmento da sociedade pode ser visualizada nessa definição apresentada, uma vez que mostra o terceiro setor fazendo referência ao que ele não é, ou seja, não-governamental e não-lucrativo, abstendo-se de dizer o que realmente significa esse conjunto de entidades.

Fernandes (2002, p.20) apresenta outra possibilidade ao pensamento dicotômico entre interesses particulares e públicos, ou seja, “recuperar-se o valor da tríade, afirmando-se a presença constante e eficaz de uma terceira possibilidade.” Assim sendo, trabalha-se com a idéia de um terceiro setor concebido “[...] como uma entre as quatro combinações resultantes da conjunção entre o ‘público’ e o ‘privado’”.

AGENTES	FINS		SETOR
Públicos	Públicos	=	Primeiro Setor (ESTADO)
Privados	Privados	=	Segundo Setor (Empresas com fins lucrativos-MERCADO)
Privados	Públicos	=	Terceiro Setor
Públicos	Privados	=	(Corrupção)

Quadro 1 – Combinações Derivadas da Conjunção Público - Privado

Fonte: Adaptado de Fernandes (2002, p.21).

Na visão do autor (2002, p. 21) “o conceito denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos”.

Tem-se, assim, destacada a ação das entidades sem fins lucrativos, onde o Estado participa, cada vez menos, no processo de mercado, diante da necessidade de intervir, sobretudo, em inúmeros entraves sociais, que demandam algum tipo de ação, com vistas à minimização de conflitos e à satisfação de necessidades coletivas. Há, então, importância crescente na participação destas entidades, que representam uma alternativa institucional, atuando fora da máquina governamental, com a possibilidade de estar mais próxima dos grupos sociais cujos interesses possam ser atendidos.

De modo genérico, pode-se perceber a crescente importância das entidades da sociedade civil de fins públicos e não lucrativos, e sua participação no tripé Estado-Sociedade-Mercado, como pode ser abaixo visualizado:

Ambiente	1º Setor Estado	2º Setor Empresas com fins lucrativos-Mercado	3º Setor Sociedade organizada
Agente	Governo e poderes públicos	Empresas	Organizações não lucrativas não-governamentais
Finalidade precípua	Regulação	Lucro	Emancipação e Justiça Social
Iniciativas	Públicos com fins públicos	Privadas com fins públicos	Privadas com fins públicos

Quadro 2 – Abrangência e características do Terceiro Setor

Fonte: Adaptado de Brandão, Silva e Guadagnin, (1998, p.11).

Outros esforços têm sido desenvolvidos por pesquisadores, no mundo todo, no sentido de criar uma definição abrangente o suficiente para caracterizar o conjunto de organizações desse setor. Dentre os resultados alcançados, destacam-se os trabalhos de Salamon e Anheier (1998, p.30), que apresentam no livro *Defining the nonprofit sector – A cross-national analysis*, quatro abordagens distintas para definir terceiro setor, explorando diferentes aspectos das organizações que compõem esse segmento. São elas:

- Definição legal: utiliza-se da definição existente na legislação do país para caracterizar as entidades existentes;
- Definição econômico-financeira: distingue as organizações do terceiro setor com base na característica de suas fontes de recursos;
- Definição funcional: classifica as instituições do terceiro setor mediante suas finalidades básicas ou funções que exercem;
- Definição estrutural/operacional: define as instituições do terceiro setor com base em cinco pontos que referenciam as características estruturais e forma de operação dessas organizações.

A definição estrutural/operacional tem sido empregada por organizações multilaterais, governos e outras instituições, constituindo-se numa referência em termos de definição do terceiro setor (FALCONER, 1999, p. 42). Essa definição foi utilizada, por exemplo, no projeto *The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project* (O Projeto Comparativo Sobre o Setor Sem Fins Lucrativos), coordenado pelo *Institute for Policy Studies* da Universidade Johns Hopkins, que envolveu 22 países, entre eles o Brasil.

A metodologia adotada para definição das instituições sem fins lucrativos pelos pesquisadores do *Institute for Policy Studies*, tem sido utilizada no Brasil em projetos relacionados ao terceiro setor, cujos resultados foram divulgados no ano de 2004. São exemplos desses trabalhos o Mapa do 3º Setor (CETS-FGV) e as Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil 2002 (IBGE; IPEA, 2004).

Baseadas nessa definição, as entidades que compõem o terceiro setor podem ser compreendidas como “(a) organizações que (b) são sem fins lucrativos e que, por lei ou costume, não distribuem qualquer excedente, que possa ser gerado,

para seus donos ou controladores; (c) são institucionalmente separadas do governo, (d) são autogeridas; e (e) não-compulsória” (ONU, 2003, p.26).

Esta variedade de finalidade, de tipos de organizações dificulta ainda mais o entendimento do setor, sendo necessário fazer uma classificação destas para melhor estudar. Um sistema para classificar informações, seus assuntos, naturezas, tipos, etc. pode ser conhecido como taxonomia. Segundo Terra, et al.(2005), a taxonomia tem como objetivos: representar conceitos através de termos, agilizar a comunicação entre especialistas e outros públicos, encontrar consensos, além de ser um instrumento que permite alocar, recuperar e comunicar informações de maneira clara, fácil e lógica.

Uma classificação utilizada, internacionalmente, é a elaborada de acordo com *International Classification of Nonprofit Organizations* (Classificação Internacional de Organizações não Lucrativas) – ICNPO.

Este sistema foi empregado em projetos como *The Johns Hopkins Comparative Nonprofit Sector Project*, Mapa do 3º Setor (CETS-FGV) etc., e “usa o estabelecimento e a atividade econômica como base de classificação, onde as unidades são diferenciadas, segundo os serviços e bens que produzem”, divididas em 12 grupos (LANDIM; BERES, 1999, p. 57). São eles:

- Cultura e Recreação;
- Educação e Pesquisa;
- Saúde;
- Assistência Social;
- Ambientalismo;
- Desenvolvimento;
- Defesa de direitos civis e *advocacy*;
- Filantrópicas – intermediárias no financiamento de projetos ou promoção de voluntariado;
- Internacionais;
- Religiosas;
- Associações Profissionais e Sindicatos;

- Outras.

Cabe ressaltar que a presente pesquisa está voltada para organizações sociais, enquadradas no grupo 4 – Assistência Social, como definição acima.

O estudo intitulado “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2002”, apresenta o universo de instituições sem fins lucrativos formais, existentes no Brasil, com um conjunto formado por 275.895 entidades. (IBGE; IPEA, 2004, p.19).

Nesta pesquisa IBGE/IPEA (2004, p.38), essas entidades encontravam-se distribuídas da seguinte forma:

Classificação das entidades sem fins lucrativos	% Participação
Saúde	1,38
Cultura e Recreação	13,61
Educação e Pesquisa	6,34
Assistência Social	11,69
Religião	25,53
Associações patronais e profissionais	16,16
Meio ambiente e proteção animal	0,58
Desenvolvimento e defesa de direitos	16,37
Outras	8,34

Quadro 3 – Classificação das entidades sem fins lucrativos por setores de atividades em 2002

Fonte: Adaptado de IBGE; IPEA, 2004, p.56.

O objetivo institucional dessas entidades é provocar mudanças sociais. As entidades filantrópicas têm como seu produto final, indivíduos transformados. Essas entidades são agentes de transformação humana. Seus resultados são mudanças em pessoas, de comportamento, condições, visão, saúde, esperanças e, acima de tudo, de sua competência e capacidade (DRUCKER, 1994).

Para cumprir a sua missão e garantir sua sustentabilidade, devem utilizar mecanismos de gestão adequados, buscando o *superávit*, que é uma maneira de ampliar os serviços e melhorar a qualidade de atendimento.

Os “produtos finais” destas instituições estão relacionados, principalmente, com a melhoria das condições de vida, e, muitas vezes, não existe um produto tangível a ser mensurado. Por este motivo, avaliar seu desempenho não é tarefa

fácil e exigem conhecimentos específicos da área, procurando adaptar os métodos existentes em outros setores econômicos as necessidades do terceiro setor.

Segundo Hudson (1999), as entidades do terceiro setor possuem algumas características não exclusivas do setor, mas que, combinadas, tornam sua administração uma tarefa desafiadora, as quais podem ser visualizadas no quadro síntese das características do terceiro setor.

Síntese das características do terceiro setor
São organizações formalmente estruturadas, com algum grau de institucionalização, exceto agrupamentos temporários.
São institucionalmente separadas do governo.
São organizações autogeridas.
Seus recursos, geralmente, são provenientes da contribuição de terceiros.
Sem fins lucrativos, ou seja, que não têm como razão primeira à existência e geração de lucros, quando gerados não distribuem entre donos ou diretores, os lucros gerados devem ser aplicados em suas atividades fim.
São organizações que envolvem em algum grau a participação voluntária, não-compulsória.
Seus objetivos estão relacionados à transformação humana (mudanças que causam nas condições de vida das pessoas).
Concedido imunidade e isenção tributária, em virtude da contrapartida social.
Difícil monitoramento do desempenho
Responsabilidade perante muitos “patrocinadores”
Estruturas administrativas complexas

Quadro 4 – Síntese das características do terceiro setor

Fonte: Adaptado de Anthony e Govindarajan (1998); Drucker (1994), Hudson (1999); Landin e Beres (1999); ONU (2003).

A disponibilização de informações aos diversos usuários é uma obrigatoriedade das entidades do terceiro setor, já que devem prestar contas a quem estiver interessado: governo, patrocinadores, doadores, funcionários, entre outros.

Para atender a demanda de informações solicitadas, essas entidades precisam criar mecanismo que supram tais necessidades, sem superdimensionar a sua estrutura e aumentar os gastos.

Para que a prestação de contas cumpra o seu papel de disponibilizar informações aos diferentes usuários, estas devem ser elaboradas com clareza e objetividade, de forma que os receptores destas informações possam compreendê-las e utilizá-las para tomada de decisão. Caso isto não ocorra, pode ter ocorrido ruído no processo de comunicação, podendo este ser, no instrumento de comunicação, na codificação da mensagem ou na decodificação desta. Assim, vale ressaltar a importância desta pesquisa, a fim de identificar as causas destas falhas e procurar soluções para saná-las ou diminuí-las, melhorando a qualidade da comunicação, ou seja, tornando-a comum.

Com a apresentação das principais características do setor, é possível identificar seus fatores críticos de sucesso, a fim de apoiar a gestão no alcance dos seus objetivos, pois, a legalidade das operações e a ética devem ser evidenciadas, propiciando um ambiente adequado e uma estrutura administrativa transparente, buscando a confiabilidade de seus parceiros, a auto-sustentação e uma melhor alocação de recursos.

2.1.4 Fontes de recursos

A sustentabilidade institucional, que pode ser entendida no sentido de “garantir a viabilidade financeira de uma instituição, baseada em ações técnica e politicamente adequadas ao enfrentamento dos problemas que se dispõe a resolver” (RAMOS, 2001, p. 55), é um dos principais desafios a ser superado pelas organizações que compõem o terceiro setor.

É importante ressaltar, apesar de o tópico ser sobre fontes de recursos, a existência de outros pontos críticos ao sucesso do processo de sustentabilidade das instituições do terceiro setor. Cita-se, como exemplo, a capacidade com que a organização executa as ações a serem desenvolvidas e a relevância destas à parcela da sociedade à qual se predispõe beneficiar.

Nesse sentido, Ramos (2001, p. 53) destaca a importância da eficiência e eficácia na utilização dos recursos direcionados à consecução dos objetivos sociais da entidade, como forma de atingir a sustentabilidade:

Uma instituição que se pretende sustentável precisa estar efetivamente dimensionada para atingir seus objetivos. Isso significa especialização e profissionalismo. Seja qual for a fonte de recursos que irá viabilizar o trabalho da organização, a relação com a mesma será a de subsidiar projetos que têm objetivos a alcançar e resultados a apresentar. Trata-se de uma equação custo-benefício que precisa ser respeitada.

O desafio da sustentabilidade é tratado de forma mais abrangente no estudo sobre captação de recursos, desenvolvido por Cruz e Estraviz (2003, p.57):

O desafio da sustentabilidade envolve não só o levantamento e a adequada utilização de recursos financeiros; implica investir no desenvolvimento das pessoas que fazem parte da organização, melhorar a qualidade dos serviços e adequá-los às necessidades das comunidades, busca a adesão da sociedade à causa da organização e informar de forma transparente.

Os recursos financeiros utilizados pelas entidades do terceiro setor são, normalmente, provenientes de interações com o Estado, organismos oficiais, organismos privados internacionais, fundações nacionais e internacionais, empresas nacionais e internacionais dos diversos segmentos da economia, bem como, de doações que podem abranger recursos monetários, ou outros tipos de recursos obtidos por essas instituições.

Esses recursos financeiros chegam às instituições do terceiro setor sob a forma de contribuições, doações, subvenções, sendo que essas modalidades podem ser assim definidas:

- Contribuições: transferência voluntária e incondicional de ativos para uma entidade advinda de outra entidade, ou de “associados” que não esperam receber valor em troca. A contribuição também pode ocorrer sob a forma de cancelamento de passivos do beneficiário (DELANEY *et al.*, 2002, p.1017).

- Doações:

[...] transferências gratuitas, em caráter definitivo, de recursos financeiros ou do direito de propriedade de bens móveis e imóveis, com as finalidades

de custeio, investimentos e imobilizações, sem contrapartida do beneficiário dos recursos (CFC, 2003, NBC T 10.16, item 10.16.1.8).

- Subvenções:

[...] são as transferências derivadas da lei orçamentária e concedidas por órgãos do setor público a entidades, públicas ou privadas, com o objetivo de cobrir despesas com a manutenção e o custeio destas, caracterizadas ou não pela contraprestação de bens e serviços da beneficiária dos recursos (CFC, 2003, NBC T 10.16, item 10.16.1.5).

O Conselho Federal de Contabilidade subdivide as subvenções em dois grupos (CFC, 2003, NBC T 10.16, item 10.16.1.5):

a) sociais: “[...] aquelas destinadas a entidades, públicas ou privadas, sem finalidade lucrativa, de natureza assistencial, médica, educacional ou cultural, com vista a estimular a prestação de serviços essenciais em suplementação à iniciativa privada”;

b) econômicas: “[...] as transferências destinadas a empresas, públicas ou privadas, de natureza industrial, comercial, agrícola ou pastoril, e inclusive para a cobertura de déficits de manutenção das empresas públicas”.

A análise das definições acima destaca a ausência de uma contraprestação direta de bens e serviços para aqueles que transferem os ativos às instituições beneficiárias, contrapondo-se ao mecanismo de troca existente no mercado.

Um fato que tem chamado a atenção é a crescente participação da geração de recursos próprios, tornando-se um importante componente no *mix* de recursos utilizados pelas instituições do terceiro setor (MÃNAS; CARDOSO, 2000, p.45).

Conforme já mencionado, os números obtidos na pesquisa realizada no Brasil pelo Projeto Comparativo Internacional sobre o Setor Sem Fins Lucrativos, demonstram que 68,3% dos recursos angariados pelo terceiro setor, em 1995, eram provenientes da geração de renda por meio de suas próprias atividades e 14,5% foram oriundos de transferências governamentais. (LANDIM; BERES, 1999, p.19, p. 47).

O quadro, a seguir, apresenta a forma como estavam distribuídos os recursos originados de fontes governamentais e doações privadas, que foram recebidos pelas instituições sem fins lucrativos em 1995:

Fontes de recursos	%
Governo	14,55
Federal	47,43
Estadual	35,44
Municipal	17,13
Doações Privadas	17,19
Empresas	18,60
Indivíduos	81,40
Receitas Próprias	68,27

Quadro 5 – Distribuição das fontes de recursos das entidades sem fins lucrativos no Brasil (incluso grupo de religião) – 1995

Fonte: Landim; Beres (1999, p. 20).

Do ponto de vista da imagem usual, ou seja, da visão que a maioria da população tem das entidades sem fins lucrativos, Landim e Beres (1999, p.49) acreditam ser surpreendente que as receitas próprias caracterizem-se como a principal fonte de recursos. No entanto, os resultados da pesquisa brasileira estão alinhados com aqueles obtidos no plano internacional.

Fontes de recursos	%
Governo	
Brasil	15,50
América Latina	15,50
Média dos 22 países	40,10
Doações Privadas	
Brasil	10,70
América Latina	10,40
Média dos 22 países	10,50
Receitas Próprias	
Brasil	73,80
América Latina	74,00
Média dos 22 países	49,40

Quadro 6 – Distribuição das médias brasileiras, latino-americanas e de 22 países das fontes de recursos para o terceiro setor (excluído grupo de religião) – 1995.

Fonte: Landim; Beres (1999, p. 40).

Para explicar o resultado da pesquisa, os coordenadores adotaram a hipótese de que a sustentação das organizações sem fins lucrativos, por meio da

geração de recursos próprios, “[...] é naturalmente mais pronunciada onde a doação privada é limitada e há pouca disponibilidade de financiamento governamental por razões políticas, ou outras.” (LANDIM; BERES, 1999, p.50).

Números mais recentes sobre o terceiro setor no Brasil, que se encontram disponíveis no 1º Relatório de Estatística no projeto Mapa do 3º Setor¹¹, demonstram que 21% das instituições sem fins lucrativos que compõem sua base de dados, têm seus recursos originados do setor público; 33% têm seus recursos provenientes de recursos privados e 46% de recursos próprios. Porém, deve-se considerar como limitação da pesquisa que os dados são fornecidos pelas próprias entidades, de forma espontânea, por meio do *site* do Mapa do 3º Setor.

Os dados analisados anteriormente encontram-se dispostos no gráfico a seguir, e foram obtidos da estatística realizada pelo Mapa do 3º Setor.

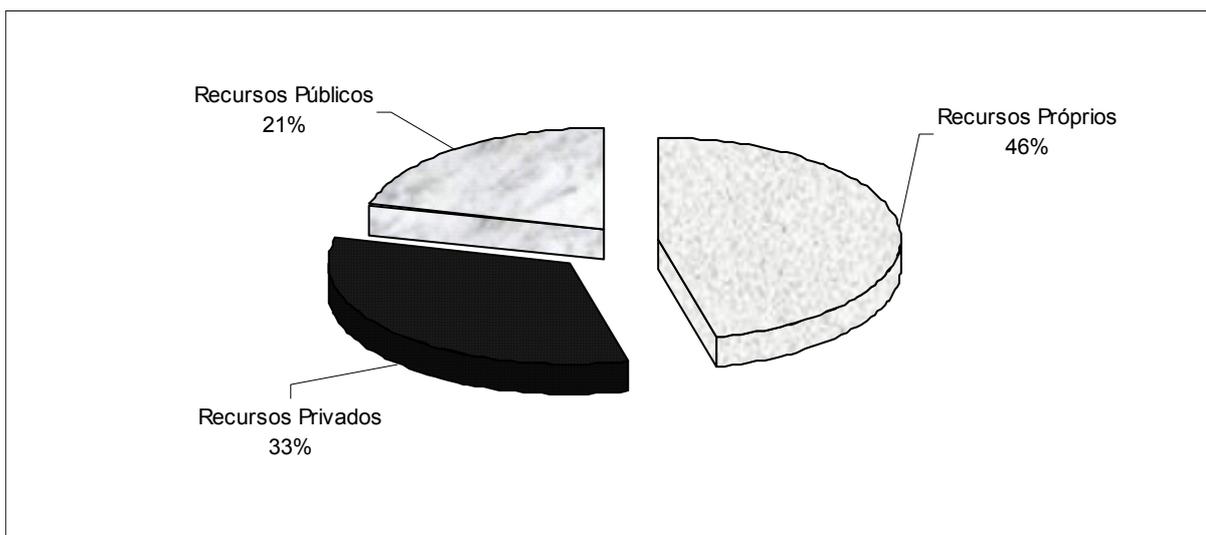


Gráfico 1 – Origem de recursos das instituições do terceiro setor

Fonte: Mariana, Adriana e Arruda, Elvis. Relatório de Estatísticas do Mapa do 3º Setor, 2005, p.16.

Qualquer que seja a origem de recursos, deve-se considerar que, apesar de existirem instituições que cumprem todos os princípios da moral e da ética, há outras que fazem uso incorreto dessa fonte de recursos.

A adequação dos mecanismos de fiscalização pode ser um fator importante na redução dos abusos verificados. A compreensão das atividades desenvolvidas por essas entidades, bem como o entendimento sobre os resultados gerados, constitui-se como parte fundamental do processo de fiscalização.

¹¹ Disponível no endereço <<http://www.mapadoterceirosetor.org.br>>. Acesso em 14 set. 2007.

2.1.5 Parceria Terceiro Setor - Estado

Para caracterização da situação problema, faz-se necessário caracterizar o papel do primeiro setor – Estado no Brasil. Para Silva, E.L.; Menezes (2001, p. 98), este “constitui-se de quatro elementos essenciais, de um poder soberano e de um povo situado em um território com certas finalidades”.

Assim, para caracterizar o papel do Estado, pode-se citar a Constituição Federal, que em seu artigo 23 define o que é competência da União, Estados, Municípios e Distrito Federal:

- I. Zelar pela guarda da Constituição das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II. Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III. Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV. Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;
- V. Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- VI. Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII. Preservar as florestas, a fauna e a flora;
- VIII. Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IX. Promover programas habitacionais e de saneamento básico;
- X. Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- XI. Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII. Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito. (BRASIL, 1988)

Algumas dessas obrigações podem ser oferecidas pelo terceiro setor, e, por isso, como contraparte deste serviço, o primeiro setor oferece isenções, imunidades e, às vezes, financiam projetos ou programas por meio de doações, convênios e parcerias. Além disso, é o responsável pela criação de normativos, análise das prestações de contas e fiscalização das instituições.

Para algumas organizações sem fins lucrativos (ONG's), é necessário desenvolver a colaboração com o Estado que, além de importante fonte de financiamento, é um poderoso parceiro no desenvolvimento de projetos em conjunto,

visando o cumprimento das demandas da sociedade no âmbito social. Assim, é preciso que estas demonstrem sua capacidade e competência, em ambiente em que crescem as pressões para aperfeiçoar o sistema de administração, desempenho, transparência, etc.

Esta parceria, Terceiro Setor – Estado, pode ser entendida de diferentes maneiras. Do ponto de vista neoliberal, ela é considerada como uma alternativa para a prestação de serviços públicos sob a responsabilidade do Estado. Para alguns autores de esquerda, a parceria pode ser uma estratégia de terceirização por parte do Estado. Em relação às ONG's do Terceiro Setor, é possível verificar na literatura, uma posição que considera a parceria como algo nocivo às mesmas, que pode afetar sua capacidade de crítica, cobrança e controle em relação ao Estado. Há uma outra posição que vê a parceria como uma oportunidade da ONG ampliar sua área de atuação e, ao mesmo tempo, influenciar os processos de elaboração de políticas públicas. A perspectiva adotada por esta dissertação, assume esta última, que considera que a parceria pode ser um instrumento importante para a atuação das ONG's, e pode ter um caráter complementar para a atuação do Estado. Esta perspectiva não desconsidera os problemas envolvidos neste tipo de processo. Estes podem estar relacionados, por exemplo: de um lado, com o risco de cooptação das ONG's por parte do Estado e com a terceirização de serviços; de outro lado, podem emergir questões relacionadas à não representatividade e a falta de prestação de contas por parte das ONG's para com a sociedade, havendo o risco de essas organizações estarem mais interessadas na obtenção de objetivos públicos. Apesar dos problemas, as ações conjuntas entre ONG's e Estado vem ganhando certo espaço nas áreas de políticas públicas e prestação de serviços. Em geral, isso tem significado avanços, tanto por parte das ONG's, no que se refere à sua capacidade de atuação, quanto por parte do Estado, no que se refere à possibilidade de se adotar uma postura mais diferenciada nessas áreas.

O terceiro setor não nasceu com o objetivo de substituir o Estado. No Brasil, o mecanismo de publicização, utilizado no âmbito da reforma do Estado, é um exemplo da aproximação do Estado em relação ao terceiro setor, com o objetivo do desenvolvimento de projetos em conjunto.

Neste contexto, se a parceria é importante para ambos os lados e se o Estado está exercendo o papel de *stakeholders*, como está a relação ONG – Estado

no que tange os relatórios financeiros, como instrumento de informação no processo de comunicação?

Para adentrar no assunto deste item, cabe definirmos o que é o Estado. Nenhuma definição para Estado irá satisfazer a todas as correntes doutrinárias, por este ser um ente complexo, que pode ser abordado sob diversas óticas, além de este ser extremamente variável quanto a sua própria natureza.

Na revisão da literatura, neste aspecto, foi possível encontrar várias definições, porém, de acordo com contexto a ser empregado neste trabalho, a definição mais apropriada é a utilizada por Dallari (2003, p.118), “poderá conceituar o Estado como a **ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território.**” (grifo nosso).

O termo Estado, utilizado na revisão da literatura, neste trabalho, abrange as três esferas do governo: Federal, Estadual e Municipal. A pesquisa envolve apenas a esfera Municipal, definida no capítulo 3 – metodologia da pesquisa.

Assim, conceituando o Estado, cabe enfatizar que a parceria ONG – Estado iniciou-se com o processo da Reforma do Estado, conforme já mencionado neste trabalho. Esse movimento, aflorado, principalmente, a partir da década de 1980, girou, basicamente, em torno do discurso do aumento da eficiência e eficácia da atuação do Estado, via redução dos seus papéis e reformulação de sua intervenção.

No Brasil, propostas como privatização, descentralização, participação cidadã, parcerias, etc., emergem como estratégias para a gestão da máquina pública. Neste contexto, o Estado assumiria a função de catalisador de energias e potencialidades existentes, tanto na esfera do governo como na esfera da sociedade civil (KEINERT, 1994).

Observa-se, então, um crescente interesse por parte de organismos do Estado em relação às organizações pertencentes ao terceiro setor, ao mesmo tempo em que, boa parte dessas tem procurado ampliar sua atuação na sociedade. Uma das maneiras pela qual esta relação se dá é a chamada parceria.

Referente ao processo de reforma, o que se percebe são iniciativas por parte do Estado, no sentido de abrir espaço para uma maior interlocução com a sociedade civil. Apesar de não se referir especificamente às ONG's, o processo de publicização, ou seja, transferência de serviços não-exclusivos para o setor público

não estatal, mostra a intenção do Estado de reduzir parte de suas atribuições, o que, possivelmente, abre um campo de atuação para as ONG's. Aliás, ressalta-se que é intenção do Estado buscar “uma maior parceria com a sociedade, que deverá financiar uma parte menor, mas significativa dos custos dos serviços prestados” (BRASIL, 1995).

Principalmente após a constituição de 1988, o Estado brasileiro tem procurado criar um ambiente mais propício para um trabalho em conjunto com as ONG's. Como exemplo, podem ser citadas mudanças no âmbito legal, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990) e a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (BRASIL, Lei nº. 8742, de dezembro de 1993). Nestes casos, pode-se verificar a preocupação com a reorganização e descentralização das políticas de assistência social e o estabelecimento de redes de atendimento baseadas em parcerias entre Estado (órgãos governamentais) e as ONG's (COSTA; CARNEIRO, 2002).

No que se refere às relações entre ONG's e Estado, Hulme e Edwards (1997) afirmam que elas podem ser entendidas em termos de barganha e negociação, embora, às vezes, a coerção seja uma estratégia possível. Reconhece-se que cada autor tentará influenciar o comportamento do outro, e que, um deles, poderá dominar a relação. Segundo esses autores, os objetivos particulares que cada um procura atingir, ocorre através da interação com o outro. Estes podem ser uma combinação de objetivos oficialmente explicitados, como, por exemplo, assistir aos mais pobres de uma determinada região ou cidade; e objetivos ocultos, como, por exemplo, permanecer no poder. Esses objetivos ocultos podem ser entendidos como ambigüidades de acordo com Bosch (1997). De um lado, os departamentos de governo são pragmáticos em relação às ONG's, tratando-as como fonte de trabalho especializado e de baixo custo. De outro, as ONG's encaram este momento como uma oportunidade de obter conhecimento sobre o funcionamento interno da máquina pública e sobre experiências de estratégias e políticas públicas do governo.

A segunda dimensão se refere aos mecanismos que um ator pode utilizar para controlar ou influenciar o outro. Estas influências, por parte do Estado, pode ser o fechamento de organizações, o cancelamento de registros, a investigação e coordenação, que são consideradas como instrumento de controle; e de outro

oferece: isenções de taxas acesso a responsáveis por políticas públicas e financiamento público, considerados como instrumentos de incentivo e atração.

No relacionamento entre esses dois atores, pode-se observar diferentes estratégias que eles poderiam utilizar. Lewis (2001) identifica três que as ONG's podem adotar em relação ao governo. Na primeira, elas procuram se manter pouco notadas (*low profile*), por meio de trabalhos em espaços existentes na prestação de serviços com reconhecimento tácito por parte dos governos ou deixando que os mesmos recebam os créditos por aquilo que foi conseguido pelas ONG's. Este papel de preencher vazios (*gap-filling roles*), de um lado, pode trazer benefícios a curto prazo, principalmente quando os recursos são limitados, por outro, pode causar problemas de sustentabilidade e de responsabilização a longo prazo.

Neste sentido, cabe ressaltar que como conseqüências das relações sociais, políticas e econômicas, há sempre uma delegação de poder (autoridade), e de outro, como contrapartida, a geração de responsabilidades, formando uma grande cadeia de *accountability*, segundo Nakagawa (1993, p.17).

Ainda segundo o autor, *accountability* é "obrigação de se prestar contas dos resultados obtidos, em função das responsabilidades que decorrem de uma delegação de poder" (NAKAGAWA, 1993, p.17). A grande cadeia de *accountability* a que se refere, percorre toda a estrutura organizacional, abrangendo diretoria, gerentes e demais pessoas responsáveis para gerir os negócios das empresas. Assim, a responsabilidade perante este conceito só se quita com a prestação de contas dos resultados alcançados e mensurados pela contabilidade.

A disponibilização de dados é outro elemento a ser considerado. Os dados de um dos organismos envolvidos podem auxiliar em muito o processo decisório de um outro, ou fazê-lo dividir um problema. Através dos dados, pode-se conhecer ou reconhecer a importância de um problema (BROOKE, 1989).

Apesar da importância da disponibilização de dados, existem dificuldades no compartilhamento destes: a informação pode ser considerada confidencial; faltam mecanismos que permita sua difusão; há diferenças nas fronteiras operacionais; inabilidade de dar um formato conveniente às informações; suspeitas entre organizações sobre a maneira como a informação poderá ser utilizada.

2.2 Teoria e Processo da Comunicação

Este item tem como objetivo, analisar a relação da teoria da comunicação com a Contabilidade como linguagem de negócios, bem como proporcionar uma contextualização mais ampla do problema abordado no capítulo anterior. Parte-se do pressuposto que a legitimidade da parceria Terceiro Setor – Estado está condicionada a capacidade administrativa e financeira que estas organizações têm em gerenciar suas atividades com eficiência por meio de recursos recebidos dos entes públicos (Estado). Desta forma, faz-se necessário o desenvolvimento de um processo eficiente de comunicação esteja presente na condição do *accountability*.

A teoria da comunicação foi inicialmente formulada por Shannon e Weaver (1949) e teve como objetivo solucionar problemas relacionados com a transmissão de sinais, passando a prestar relevante apoio ao desenvolvimento de diversos ramos do conhecimento humano, tais como: psiquiatria, educação, administração, economia, etc. Baccega (1999, p.17) ao invés de se preocupar somente com a “emissão” de uma mensagem, procura-se relevar aspectos da “recepção”, através da relação efetiva entre os sujeitos, dentro de uma preocupação mais acentuada com a inter-relação “emissão/recepção”, território efetivo da comunicação.

Para Thayer (1972, p.31) comunicação pode ser definida como “a transmissão ou intercâmbio de pensamentos, opiniões ou informações, através da fala, escrita ou símbolos”.

Segundo Bordenave (1998, p.14) a comunicação é uma das formas pelas quais os homens se relacionam entre si. É a forma de interação humana realizada através do uso de signos – conjunto sistemático de símbolos, assunto abordado mais adiante no item 2.2.1.2.

Dimbleby e Burton (1990, p.35-37) afirmam que a comunicação é um processo e que quando nos comunicamos estamos trocando mensagens, ou seja, a comunicação é tornar comum a mensagem na troca de idéias. Esse processo de troca pode ocorrer em muitos níveis, com muitas pessoas e de várias formas, como esclarece Berlo (1997, p.13). Nesse contexto, Bordenave (1998, p.14) destaca a comunicação não é somente o reflexo de relações sociais imperantes numa sociedade. É um fenômeno ainda mais básico e universal de influência recíproca.

Gomes e Nassar (1999, p.13) ressaltam que a essência da comunicação consiste na sintonização entre o que recebe e o que envia uma determinada mensagem. Essa sintonia depende, dentre outros fatores, do conhecimento dos signos, para que possa ocorrer a devida compreensibilidade da mensagem.

Buscar a qualidade da comunicação adequada às exigências dos mercados globais e aplicada à nossa realidade atual, de tanta diversidade de pensamentos e opiniões, é um grande desafio.

São muitos os estudos voltados à comunicação, que questionam o uso da comunicação apenas como instrumento de transmissão de informações e de controle, propondo que a mesma se torne um instrumento de diálogo e participação.

Sendo assim, pensar na comunicação é vislumbrar um tempo onde haja liberdade e competência para comunicar, característica essencial nos dias de hoje. Saber ouvir e lidar com as diferenças é uma habilidade a ser desenvolvida, pois a mensagem é sempre metade de quem emite e metade de quem a escuta e processa, ou seja, envolvem o emissor e o receptor.

Hendriksen e Breda (1999, p. 29), com relação à teoria como linguagem, dividiram esta em três dimensões: sintática, semiótica e pragmática. Resumidamente, a dimensão sintática é o estudo da lógica ou gramática da linguagem; a semântica é o estudo do significado da linguagem; e a pragmática é o estudo do efeito da linguagem.

Em linha de raciocínio semelhante à acima referida, Bordenave e Carvalho (1979, p. 38) definiram as dimensões da teoria da comunicação como:

A Sintática estuda a forma em que os signos se relacionam e se estruturam dentro de um determinado sistema de signos. Equação que chamamos Gramática quando estudamos idiomas. De fato, [...] todo sistema de signos de qualquer tipo, tem certas regras de organização. A Semiótica estuda [...] a relação entre o signo e o objeto e a idéia que lhe serve de referência. A Pragmática estuda a relação do signo com seu interpretante [...].

Para os autores, o modelo acima citado é composto da seguinte maneira: emissor; mensagem; código; canal e receptor.

Dias e Nakagawa (2000, p.10) descrevem estes componentes da seguinte forma: emissor: é um transformador de sinais que tem por finalidade codificar a

mensagem e torná-la compreensível ao destinatário; mensagem é o instrumento que une o emissor ao receptor, permitindo veicular diversos conteúdos, tais como: ordens, instruções, pedidos, etc.; código pode ser considerado como um sistema de regras que relacionam seus usuários sob a forma de reciprocidade para tornar inteligível o conteúdo da mensagem; canal é o meio utilizado para transportar a mensagem e tem como requisitos básicos: facilidade de manuseio e de reprodução, durabilidade, facilidade de conservação, resistência, etc.; receptor é o destinatário da mensagem.

Os autores enfatizam que, tanto o código quanto o canal, precisam ser denominados tanto pelo emissor quanto pelo receptor e, ainda, ser compatível com o tipo de mensagem que se deseja transportar.

Ainda se referindo ao processo de comunicação, estes autores citam Maser, fazendo menção à estrutura do modelo geral de comunicação, explicando que o objetivo da comunicação é partilhar informação, e que o mesmo pode ser prejudicado por diversos fatores tais como: “o emissor não se expressa de maneira adequada; o receptor compreende a mensagem de modo inapropriado, a mensagem recebida difere da enviada, por ter sido deturpada ou alterada enquanto era transportada” (DIAS E NAKAGAWA, 2000, p.12).

Neste contexto, a contabilidade age como informante da administração das entidades assistenciais, receptoras dos recursos públicos, passando a ser o agente responsável pela divulgação e/ou evidenciação de todos os atos e fatos ocorridos na administração.

Por meio das informações contábeis, o doador, no caso CMAS/TS, pode analisar e tomar as decisões que objetivam aperfeiçoar os mecanismos de prestações de contas, a prorrogação do projeto, a aumento dos recursos repassados ou até mesmo à suspensão dos repasses. Nota-se que a contabilidade também é informante aos próprios gestores das entidades assistenciais, os quais podem analisar sua gestão e tomar as decisões que objetivam aperfeiçoar sua rede de atendimento; proporcionar bases para novos projetos, planejar outras fontes de captação de recursos, etc., e ainda, dar aos usuários, a sociedade e aqueles com quem as entidades transacionam, elementos sobre e eficiência da gestão, composição qualitativa e quantitativa do patrimônio da entidade.

O processo de comunicação pode ser visualizado da seguinte forma:

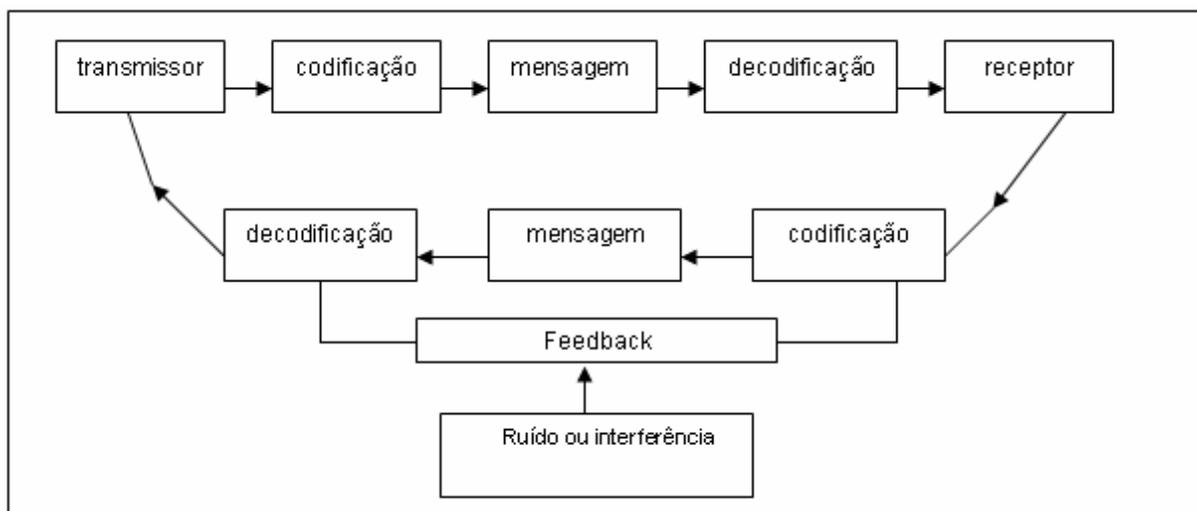


Figura 2 – Modelo linear de comunicação.

Fonte: Adaptado de Dumbleby; Burton (1990).

O esquema (Figura 5) faz com que se imagine que a comunicação entre transmissor e receptor seja algo simples e de fácil realização, contudo, podem existir pontos de fragilidade ao longo da cadeia, como o transmissor não ter suas intenções claramente definidas, a escolha de códigos ser pouco apropriada, a mensagem não interessar ao receptor, ou estar acima de seu nível de entendimento e a mensagem chocar-se contra comportamento preestabelecido (DIMBLEBY; BURTON, 1990).

Schermerhorn *et al* (1999, p. 241) afirmam que é bastante comum avaliar o processo de comunicação como um processo de remessa e recebimento de mensagens com conteúdo significativo, porém apesar do “[...] processo parecer elementar, não é tão simples quanto parece”. Existem os ruídos (vide componentes do processo), termo utilizado para definir os distúrbios que podem surgir dentro do processo e, muitas vezes, interferem e podem até mesmo interromper a transmissão das mensagens.

Megginson *et al* (1998, p. 323) vêem o processo de comunicação de forma um pouco mais elucidativa: “não são as organizações, mas as pessoas que se comunicam”. Continuando, o autor ainda afirma que o sistema de comunicação de uma organização reflete um conjunto heterogêneo de indivíduos com “[...] diferentes antecedentes, níveis de educação, crenças, culturas e necessidades”.

Para Chiavenato (1993, p. 707), ocorre comunicação “[...] quando uma informação é transmitida a alguém, sendo então compartilhada também por essa

pessoa”. O autor complementa ainda seu conceito, quando diz que uma informação simplesmente transmitida, mas, no entanto, não recebida ou compreendida pelo receptor, não foi, na realidade, comunicada, ou seja, não houve comunicação.

Revisando a literatura, observa-se que predomina o entendimento de que a função essencial da comunicação é influenciar o comportamento do receptor, de forma que, se isso não acontecer, a comunicação não cumpriu com seu papel. Assim, devem ser contemplados, por exemplo, os objetivos do emissor e do destinatário das mensagens, suas habilidades comunicadoras, seus níveis de conhecimento sobre o assunto veiculado, papéis que exercem no sistema social, o contexto cultural onde estão inseridos, adequação do código utilizado na comunicação, compatibilidade do canal, etc.

Há ainda a se considerar, que existe uma grande diferença entre a comunicação pretendida e a comunicação efetiva, isto em decorrência de problemas durante o processo comunicativo, o qual, complementando a composição citada anteriormente, constitui-se das seguintes etapas:

- a. Fonte, transmissor ou emissor;
- b. Signos e códigos;
- c. Canal;
- d. Mensagem ou informação;
- e. Ruído ou interferência;
- f. Receptor ou destino;
- g. Decodificação;
- h. Filtros e
- i. *Feedback*.

Estes componentes do processo de comunicação serão analisados nos próximos itens.

2.2.1 Fonte, transmissor ou emissor

É a pessoa interessada e responsável pelo envio da mensagem, que deve, a fim de salvaguardar a integridade da mensagem, tomar alguns cuidados, tais como: escolher qual o estímulo que deseja provocar e determinar o veículo e conteúdo adequado. Deve ainda, de acordo com Dimbleby e Burton (1990), escolher o código adequado à interpretação do receptor, atentar aos possíveis ruídos, filtros ou interferências, além de procurar garantir, que terá a atenção do receptor.

Segundo Megginson (1998, p.324), a fonte é a origem da mensagem. Em síntese, é ela quem controla o tipo de mensagem enviada, a forma e o canal pelo qual será a mensagem enviada, bem como o comportamento esperado.

Para Berlo (1997, p.50), uma fonte de comunicação depois de determinar o meio pelo qual deseja influenciar o receptor, codifica a mensagem destinada a produzir a resposta desejada. Para o autor, no que se refere à fonte, há pelo menos quatro fatores, que podem influenciar a fidelidade da comunicação: “a) suas habilidades comunicativas, b) suas atitudes, c) seu nível de conhecimento e d) sua posição dentro do sistema sócio-cultural”.

a) *Habilidades de comunicação* - considera-se: em termos de codificação, as habilidades comunicativas da fonte envolvem a escrita e a palavra; em termo de decodificação, têm-se a leitura e audição; e a mais importante, não apenas a codificação, mas também a decodificação é o pensamento ou raciocínio. Os níveis de habilidades de comunicação determinam à fidelidade da comunicação, como enfatiza o autor (1997, p. 50):

[...] os nossos níveis de habilidade comunicativa determinam de duas formas a fidelidade de nossa comunicação. Primeiro, influenciam a nossa capacidade de analisar nossos próprios objetivos e intenções, de dizer alguma coisa quando nos comunicamos. Segundo, influenciam a nossa capacidade de codificar mensagens que expressem o que pretendemos (BERLO, 1997, p. 50).

b) *Atitudes*: outro fator que influencia a fidelidade da comunicação são as atitudes que a fonte possui para consigo própria, para com o assunto e para com o receptor, ou seja, o fato da fonte identificar-se com o assunto ou com o receptor influencia o processo de comunicação. Isso significa, por exemplo, que o conteúdo da mensagem pode assumir direções diferentes, dependendo do conceito que a fonte possui de si mesma. O mesmo pode-se dizer em relação às atitudes que a fonte possui para com o assunto, pois

suas crenças, seus conceitos e a imagem pessoal que ela tenha sobre determinado tema, também podem influenciar o seu comportamento no processo da comunicação, induzindo-a a se posicionar de uma maneira ou de outra. Outra atitude que pode influenciar a fidelidade da comunicação, e, talvez, a mais importante dentre as três, é a da fonte para com o receptor. Diz-se mais importante porque ela interage com a atitude do receptor.

c) *Nível de conhecimentos*: o nível de conhecimentos da fonte sobre o assunto também influencia a mensagem. Berlo (1997, p. 55) afirma “ninguém é capaz de comunicar aquilo que não sabe; ninguém comunica com a máxima efetividade material que não conhece”. Por outro lado, se a fonte sabe ‘demais’, pode-se tornar a mensagem tão técnica, que o receptor pode ter dificuldades de interpretá-la.

d) *Sistema sócio-cultural*: o autor enfatiza que nenhuma fonte se comunica sem ser influenciada por sua posição no sistema sócio-cultural. Os sistemas, social e cultural, determinam em parte “[...] as escolhas de palavras que as pessoas fazem os objetivos que têm para comunicar, os canais a serem utilizados para o processo e comunicação, etc.” (BERLO, 1997, p. 56). Assim, quando se trata de analisar a comunicação, torna-se necessário considerar o tipo de sistema social que a fonte atua, e como ela se posiciona nesse sistema, o papel que nele desempenha sua cadeia de relacionamentos, etc. De igual forma, é necessário verificar o contexto cultural onde se desenrola a comunicação, as crenças e os valores que nele predominam.

Os quatro fatores devem ser levados em conta quando se deseja compreender por que uma fonte de comunicação se comporta de determinada maneira, como o faz, e porque é ou não eficiente em comunicar seus objetivos a outras pessoas.

Os fatores expostos cabem, não somente a fonte, mas também ao receptor da mensagem. Falhas nestes fatores, sejam na fonte ou junto ao receptor, comprometem a fidelidade da comunicação.

Neste contexto, cabe ressaltar que na presente pesquisa, a “pessoa” responsável pelo envio da mensagem são as entidades assistenciais, emissoras das demonstrações contábeis.

2.2.2 Signos e códigos

Berlo (1997) inicialmente definiu como um conjunto sistemático de símbolos, Blikstein (1999) denomina como signos, aduzindo que a mensagem é constituída ou uma ou mais unidades denominadas como signo.

Dimbleby e Burton (1990, p.213) dão destaque aos códigos e aos signos, incluindo-os na própria definição de comunicação:

Comunicação é o processo de criar e compartilhar significados através da transmissão e troca de signos; esse processo requer uma interação entre as pessoas e, mesmo, entre pessoas, e meios mecânicos utilizados.

Neste contexto, a comunicação seria impossível sem a significação (BORDENAVE, 1998), isto é, a produção social de sentido; considerando o signo como todo objeto perceptível, que de alguma maneira remete a outro objeto. Um signo nessa definição pode: ser específico – sinal de trânsito, notas musicais, palavras da língua portuguesa; ter função de signo em virtude do uso na sociedade – automóvel signo de velocidade, caminhão signo de transporte, giz signo de aula; ou ser um símbolo – que é um tipo especial de signo, ou seja, “objeto material que, por convenção arbitrária, representa ou designa uma realidade complexa; figura convencional elaborada expressamente para representar uma coisa” (FERREIRA, 1986, p.1586).

Bordenave (1998, p.41) ressalta que “os signos são uma criação livre da imaginação humana”. Seguindo esse raciocínio, para Robbins (2000, p.424), código é a conversão de um pensamento ou mensagem, em uma fórmula simbólica. Montana e Charnov (1999, p.288) fazem uma importante observação quanto à codificação; “Codificar uma mensagem envolve a formulação do conteúdo e a seleção de um veículo eficaz para sua transmissão”. Divide, pois, Montana e

Charnov (1999), a mensagem em duas partes: conteúdo e veículo, os quais devem complementar-se, sob pena de inviabilizar a comunicação eficaz.

Esta codificação da mensagem engloba a transmissão de algum tipo de configuração ou símbolo verbal ou não verbal capaz de transmitir significado, como palavras escritas ou faladas, gestos ou ações.

Trazendo, no contexto da presente pesquisa, os signos são as informações constantes nos relatórios financeiros, pois, é por meio deles que os usuários podem perceber os eventos econômicos da organização. Para serem úteis, tais sinais precisam, antes de tudo, despertar na mente dos seus receptores ou destinatários a idéia que com eles se pretende transmitir, assim eles devem ser tão claros que possa transmitir a estes usuários como se eles estivessem em contato direto com tais eventos.

2.2.3 Canais de comunicação

O canal é o veículo que liga o emissor ao receptor. As mensagens podem chegar ao receptor utilizando diversas formas de veículos de comunicação.

Para Chiavenato (1993, p.709), “canal significa o equipamento ou espaço intermediário entre o transmissor e o receptor”. Ou, segundo Robbins (2000, p.424), canal é o meio pelo qual a mensagem viaja.

O canal de comunicação, sempre é a primeira parte para que haja a transmissão de uma mensagem.

Berlo (1997, p.69) ressalta que a escolha do canal de comunicação fica a critério do emissor, o qual utiliza o que melhor proporcione segundo sua percepção, condições de estimular o receptor.

Para Dias e Nakagawa (2000, p.13) a fonte, ou codificador, precisa identificar a melhor maneira de atingir o receptor, ao menor custo possível. Desse modo, a decisão sobre o tipo de canal utilizado no transporte da mensagem depende de um conjunto de fatores, entre os quais se destacam: conteúdo da mensagem, ao código utilizado, características do receptor, etc.

Determinar qual o melhor meio (ou meios) para a transmissão da mensagem é uma das decisões mais importantes para uma comunicação eficaz.

O canal de comunicação utilizado no processo pesquisado é o meio visual, por meio dos signos descritos nos relatórios financeiros.

2.2.4 Mensagem ou informação

Para Dias e Nakagawa (2000, p.15), a mensagem é composta destes elementos: o código, o conteúdo e a forma. Para estes autores,

O código geralmente é definido como qualquer grupo de símbolos capaz de ser estruturado de maneira a produzir significados para alguns. Desta forma, a mais simples tarefa de interpretação de qualquer mensagem requer certo grau de familiaridade com o código que está sendo utilizado. Portanto, é necessário identificar até que ponto o destinatário da mensagem está apto a compreender a mensagem.

A fonte manda um grupo de mensagem em dado momento, do qual cada receptor seleciona a mensagem, ou parte dela, que realce sua própria estrutura informacional. Assim, Thompson (1973, p. 18), define mensagem como “um conjunto ordenado de símbolos, cujo significado fica claro apenas através do comportamento de cada receptor.”

A mensagem é o objeto da comunicação, sendo, nesta dissertação, o conteúdo das informações transmitidas pelas entidades assistenciais ao Poder Público.

2.2.5 Ruído ou Interferência

Segundo Chiavenato (1993, p.709) ruído pode ser interpretado como, tudo aquilo que perturba a mensagem, ou, a “[...] quantidade de perturbações indesejáveis que tendem a deturpar e alterar, de maneira imprevisível, as mensagens transmitidas”.

Montana e Charnov (1999, p.290), afirmam que “[...] o ruído está situado entre a emissão e a recepção e pode distorcer a mensagem”. Para os mesmos autores, o ruído pode ser qualquer coisa que não pertença ou faça parte, nem do emissor, nem do receptor, porém possui o poder ou capacidade de distorcer a mensagem.

O ruído pode ser originado em qualquer dos elementos da comunicação: remetente, destinatário, codificação, veículo, canal ou contexto. Figueiredo (1999, p.48), Schermerhon *et al* (1999, p.240) compartilham do mesmo pensamento que sempre que um processo de comunicação não é terminado é porque houve a incidência de ruídos.

Torna-se ruído da comunicação tudo aquilo que possa atrapalhar o entendimento da informação a ser transmitida (FIGUEIREDO, 2006). A “linguagem paralela” e secundária interfere nos resultados de uma pesquisa e causa dificuldades ao receptor no que se refere à compreensão e relevância da mensagem desejada.

Segundo Berlo (1997, p.49) ruído e fidelidade são as duas faces da mesma moeda, o autor enfatiza se o ruído for eliminado aumenta a fidelidade da comunicação, enquanto a produção de ruído reduz a fidelidade.

As mensagens são alteradas ou transformadas ao atravessarem os canais de comunicação existentes no processo. Podem ocorrer transformações como omissões, ou seja, eliminação ou redução de parte do conteúdo das mensagens. Podem ocorrer também distorções, através da alteração do próprio sentido da mensagem recebida/enviada. (HALL, R.H., 1984).

Todos estes distúrbios dentro do processo de comunicação que interrompem ou interferem na transmissão de mensagens são os denominados ruídos. É importante o alerta para a importância de identificar as potenciais fontes de ruídos num processo de comunicação, para que se possa atuar sobre elas e aumentar a eficácia deste processo. (HUNT, OSBORN, SCHERMERHORN JR, 1999).

Segundo Shannon e Weaver, (1949, p.14) o ruído é um aspecto do processo comunicacional que deve ser considerado com bastante atenção. O ruído afeta a qualidade dos resultados obtidos em um processo de comunicação

De acordo com Vidotti (2004), para se estabelecer comunicação tem de ocorrer um conjunto de elementos constituídos por: um emissor, que produz e emite uma determinada mensagem, dirigida a um receptor. Mas para que a comunicação se processe, efetivamente, entre estes dois elementos, deve a mensagem ser realmente recebida e decodificada pelo receptor, por isso é necessário que ambos estejam dentro do mesmo contexto (devem ambos conhecer os referentes situacionais), devem utilizar um mesmo código (conjunto estruturado de signos) e estabelecerem um efetivo contrato através de um canal de comunicação. Se qualquer um destes elementos ou fatores falhar, ocorre uma situação de ruído na comunicação, entendido como todo o fenômeno que perturba de alguma forma a transmissão da mensagem e a sua perfeita recepção ou decodificação por parte do receptor.

Ao estabelecer as diferenças entre a linguagem verbal e não verbal, Vidotti (2004) afirma que, na linguagem verbal, as dificuldades de comunicação ocorrem quando as palavras têm graus distintos de abstração e variedade de sentido. O significado das palavras não está nela mesmas, mas, nas pessoas (no repertório de cada um e que lhe permite decifrar e interpretar as palavras).

De acordo com Carvalho (1998, p.82),

o ruído é identificado na comunicação humana como o conjunto de barreiras, obstáculos, acréscimos, erros e distorções que prejudicam a compreensão da mensagem em seu fluxo: emissor x receptor e vice-versa. (...).

Isto significa que nem sempre aquilo que o emissor deseja informar é precisamente aquilo que o receptor decifra e compreende.

Segundo Gil (1999, p.34), “[...] entende-se por ruído qualquer fonte de erro, distúrbio ou deformação da fidelidade na comunicação de uma mensagem, seja ela sonora, visual, escrita, etc. [...]”

Desse modo, observa-se que se é desejado que a contabilidade seja suficientemente compreensível para facilitar a percepção de aspectos relevantes dos eventos econômicos retratados nos relatórios contábeis, é importante que os usuários possuam esta percepção, pois, sem ela, os usuários não podem adquirir o conhecimento de que necessitam para tomar decisões racionais. Como estes

usuários, geralmente, não estão em contato direto com tais eventos, é por meio da linguagem contábil que devem adquirir esse conhecimento.

Assim, se a contabilidade deve exercer esta função, atuando como linguagem de negócio, que busca facilitar a percepção de certas características dos eventos econômicos, é necessária que se verifique se neste processo de comunicação ocorrem ruídos que podem interferir na qualidade da informação trocada entre usuários e fornecedores das informações contábeis.

2.2.6 Receptor ou destinatário

O receptor ou destinatário é o intérprete da mensagem, e, considerando que no processo de comunicação, este também ocupa posição de fonte em determinados momentos, tudo quanto se mencionou sobre este, também se aplica ao receptor ou destinatário. Por exemplo, em termos de habilidades de comunicação, é compreensível que se o receptor não estiver em condições de ler, de ouvir e de pensar, não poderá receber e decodificar as mensagens que lhe foram encaminhadas. Portanto, este é um fator que influencia a fidelidade da comunicação.

Em relação às atitudes, a situação também é semelhante. Berlo (1997) confirma esse fato, salientando que a decodificação da mensagem é influenciada, em partes, pelas atitudes que o destinatário tem para consigo, para com a fonte e para com o assunto, e, acrescenta, que todos os comentários efetuados acerca das atitudes da fonte se ampliam, igualmente, ao receptor ou destinatário. As especificações de decisões tomadas pelo receptor e sua maneira de mudar de atitude, são medidas da eficiência do processo de comunicação. É, em síntese, o destino da mensagem, é o alvo que se deseja estimular. O receptor ou destinatário deve receber uma mensagem, codificação, possível de ser, decodificada, portanto é também ele o agente decodificador.

No que se refere ao nível de conhecimentos, pode-se afirmar que, se o destinatário não possuir nenhum conhecimento sobre o assunto, ou seja, o conteúdo da mensagem, dificilmente poderá compreendê-la. Aliás, se não conhecer o código utilizado na composição da mensagem, não poderá entendê-la, independente dos cuidados que a fonte possa ter adotado para estruturá-la.

O último fator que também influencia a fidelidade da comunicação, no que depende da atuação do destinatário, é o sistema sócio-cultural. Tanto quanto em relação à fonte, as crenças e valores predominantes no sistema cultural, tendem a afetar o comportamento do destinatário no processo de comunicação, conseqüentemente, afetará sua maneira de receber e interpretar as mensagens, de compreender as intenções do emissor.

Como se observa, os fatores que determinam a fidelidade da comunicação por parte da fonte são igualmente aplicáveis ao destinatário. Porém, Berlo (1997) revela que, em termos de impacto sobre a eficácia geral do processo, este último é o elemento crítico.

O receptor ou destinatário é o Poder Público, aqui dividido em dois níveis hierárquicos: Conselho Municipal de Assistência Social e Prefeitura do Município de Taboão da Serra.

2.2.7 Decodificação

Segundo Robbins (2000, p. 424), a decodificação é o processo de interpretação ou tradução dos símbolos contidos na mensagem, “[...] de forma que ela possa ser entendida pelo receptor”. Montana e Charnov (1999, p. 290), confirmam a interpretação feita por Robbins sobre decodificação, mas, no entanto, fazem uma importante ressalva: “[...] é importante reconhecer que a mensagem pode ter sido alterada três vezes antes de ser decodificada: (1) pelo filtro do emissor, (2) pelo ruído e (3) pelo filtro do receptor”, o que pode descaracterizá-la.

2.2.8 Filtros

O processo de filtragem, segundo Montana e Charnov (1999, p. 290), ocorre tanto com o emissor, quanto com o receptor da mensagem; para Montana e Charnov, este é um “[...] processo psicofisiológico e é uma experiência bastante comum”. Citam, ainda, o exemplo de duas pessoas conversando em uma festa, dizendo que, para que estas possam compreender-se, procuram falar mais alto,

mas, no entanto, somente no momento em que alguém chamar o nome de uma delas, é que as mesmas tornar-se-ão conscientes do processo de filtragem, porque ninguém filtra seu próprio nome: “[...] Imediatamente estas pessoas se tornarão conscientes do barulho de fundo, e de que o estão filtrando”.

Na presente pesquisa, o processo de filtragem pode ser considerado pelas diferenças de percepções das informações constantes nas demonstrações contábeis. Emissores – entidades assistenciais e receptores – Poder Público (PMTS e CMAS) processam apenas as informações que consideram importantes do seu ponto de vista, deixando outras que, apesar de demonstradas nos relatórios acabam por não serem percebidas, provavelmente, por julgarem que tais informações não sejam importantes.

2.2.9 Feedback

Pode-se dizer que *feedback* é um retorno, uma forma de informar ao codificador/emissor, o seu desempenho atual; o *feedback* fornece-nos a dimensão do impacto de nossas ações, permitindo-nos manter o curso atual, ou então, se o *feedback* for negativo, auxilia-nos a verificar a ocorrência e as causas de ruído, a fim de reavaliar e mudar o rumo rapidamente, evitando-se assim, o desperdício de esforços e recursos. Para Montana e Charnov (1998), *feedback* é a informação sobre o desempenho da mensagem recebida, o que permite ao emissor, ganhar discernimento sobre como a mensagem esta sendo recebida.

Robbins (2000, p.425) é mais claro em sua definição, afirmando que *feedback* é “[...] a verificação do sucesso obtido na transferência das mensagens tais como originalmente pretendidas”. Ele procura determinar se o entendimento aconteceu. Bowditch (1992), basicamente é o processo de se dizer a uma pessoa, como você se sente em função do que ela fez ou disse. O autor coloca ainda que, [...] “como a comunicação eficaz é um processo de troca bidirecional, o uso do *feedback*, é mais uma maneira de reduzir falhas de comunicação e distorções”.

Percebe-se que a comunicação não é um processo de mão única, mas sim é um processo de trocas de informações, onde há uma resposta a cada mensagem enviada (*feedback*).

A retro informação (*feedback*) para a fonte é a resposta, ou seja, uma mensagem de retorno ao transmissor ou a outra pessoa. Pode-se com este retorno verificar a eficácia da mensagem.

Finalmente, segundo Megginson (1998, p.235), o *feedback* é comumente chamado de “o passo final do processo”, e consiste “[...] nas respostas que o receptor dá, em sua comunicação como transmissor original ou com outra pessoa”.

O *Project Mangement Institute*, em sua publicação “*Guide to the Project Management Body of Knowledge (PMBOK)*” enfatiza as responsabilidades do emissor e do receptor no processo de comunicação (PMI, 2000). O emissor é responsável por permitir que o receptor receba corretamente uma informação clara, coerente e completa. O receptor é responsável pela garantia de que a informação foi recebida integralmente e perfeitamente entendida.

O feedback, na dissertação, refere-se ao deferimento ou indeferimento da prestação de contas. No caso do indeferimento, pode ocorrer um prazo para refazer a prestação de contas, no caso de não atendimento do prazo ou no caso da não prestação de contas, pode ocorrer a suspensão e o cancelamento do registro, bem como a exigência da devolução dos recursos e o corte no recebimento de novos recursos.

2.3 Evidenciação de Informações Contábeis

Esta seção trata dos aspectos da evidenciação de informações contábeis como sua conceituação, a resistência que as organizações têm em evidenciar, a importância da regulamentação de padrões mínimos de evidenciação. Busca-se, também, confirmar a necessidade de estudos dessa natureza, e ampliar a contextualização do problema abordado.

2.3.1 Evidenciação no Contexto da Contabilidade

O termo evidenciação pode ser entendido como: tornar evidente, comprovar, demonstrar, deixar claro; entendimento este obtido através da revisão de

literatura da Teoria da Contabilidade (IUDÍCIBUS, 2006). Vale ressaltar que este é o “entendimento” dado a palavra, pois, como o autor enfatiza o objetivo da evidenciação e seus limites não são esclarecidos positivamente, mas, expressos através da frase: “não tornar os demonstrativos enganosos” (IUDÍCIBUS, 2006, p. 122). Porém, a simples definição da palavra não é capaz de dar a noção da sua amplitude para a Contabilidade. Afinal de contas, no contexto da Contabilidade, o que vem a ser evidenciação?

disclosure [...] está diretamente ligado aos objetivos da contabilidade e diz respeito à qualidade das informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações, recursos e obrigações da entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis, entendidas como sendo aquelas que de alguma forma influenciam na tomada de decisões envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando o conhecimento das ações passadas e a realização de inferências em relação ao futuro (NIYAMA; GOMES, 1996).

Percebe-se que a evidenciação, no contexto da contabilidade, é muito mais do que a simples prestação de informações. Segundo Iudícibus (2000, p.121), as formas de evidenciação podem variar, mas, a sua essência, sempre será apresentar informações quantitativas e qualitativas, de maneira ordenada, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário, deixando fora, o menos possível, as demonstrações formais.

2.3.2 A resistência em evidenciar

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 517), de modo geral, as organizações relutam em aumentar o grau de divulgação de suas informações quando não há pressão da comunidade contábil ou dos órgãos reguladores. A tendência seria de as empresas evidenciarem apenas o mínimo necessário, ou seja, aquilo que está estabelecido pelas normas (evidenciação compulsória).

Segundo os autores, há diversas razões que levam as organizações a resistirem à abertura de suas informações. Dentre essas, destacam-se as seguintes: evitar proporcionar vantagens aos concorrentes; evitar proporcionar vantagens a sindicatos; dificuldade de compreensão pelos investidores; relação custo *versus* benefício da evidenciação; e falta de conhecimento das necessidades dos usuários.

Há discussões acerca dos fundamentos dessas afirmações. De todos os pontos levantados, Hendriksen e Van Breda (1999) consideram que a relação custo *versus* benefício da informação pode ser considerada parcialmente procedente, pois, realmente, há formas menos dispendiosas de se divulgar as informações contábeis. O custo de publicação das informações, geralmente em jornais de grande circulação, costuma ser elevado. Mas, por outro lado, isso não deve impedir que o usuário tenha acesso às informações que sejam relevantes para o seu processo de decisões.

Eng e Mak (2003) demonstram, a partir de estudo realizado com 158 empresas de capital aberto de Singapura, que tanto a estrutura de poder e as características dos controladores, como a composição do *board*, influenciam os níveis de evidenciação voluntária. Os autores concluem que a baixa participação dos dirigentes externos (profissionais) e a alta participação governamental na composição do capital, estão relacionadas com os altos níveis de evidenciação; um maior número de dirigentes profissionais reduz os altos níveis da evidenciação corporativa; e grandes empresas assim como empresas com baixo endividamento, possuem maiores níveis de evidenciação.

Choi (1974) afirma haver uma relação direta entre melhores níveis de evidenciação e necessidade de captação de recursos, o que demonstra que as empresas tendem a aumentar seus níveis de evidenciação quando necessitam acessar determinados mercados de capitais.

Essa afirmação é corroborada por estudo empírico realizado por Khanna, Palepu e Srinivasan (2004), em 794 empresas de 24 países da Ásia-Pacífico e Europa. Os autores demonstram que as empresas que possuem regras de evidenciação semelhantes aos padrões norte-americanos são aquelas que efetivamente apresentam maior relacionamento com os Estados Unidos.

Bens (2002) realizou estudo sobre os determinantes do nível de evidenciação de empresas em reestruturação, em amostra coletada entre os anos de 1990 a 1993. O autor conclui que os níveis de evidenciação estão positivamente relacionados com o grau de monitoração do novo *Chief Executive Officer* – CEO, anteriormente à reestruturação, talvez refletindo o risco de utilização do processo de reestruturação para produzir um “*earnings management*” na organização.

Costa e Melo (2004, p.39) realizaram um estudo, no perceberam os desajustes e carências técnicas existentes na gestão destas organizações e concluíram que, se estas organizações possuísem gestores mais capacitados, haveriam projetos mais estruturados, investimentos em marketing e resultados mais favoráveis. Os autores enfatizam “a capacitação técnica permite o planejamento, essencial para um desenvolvimento estruturado e cumprimento da função social de forma mais eficiente e eficaz”. O fato é que a pesquisa demonstrou que o perfil dos dirigentes influencia na gestão das organizações e, provavelmente, também influenciam na fidelidade da comunicação.

As afirmações anteriores, apesar de direcionadas às empresas com fins lucrativos, enfatizam a importância de uma análise do perfil dos dirigentes e da organização, para investigar os ruídos no processo de comunicação, situação-problema e questão de pesquisa.

2.4 Informação contábil: objetivos, usuários e características

A informação contábil é imprescindível para o processo de comunicação entre empresas, usuários, entidades assistenciais e usuários externos, sendo eles, usuários dos serviços oferecidos, doadores, parceiros, etc.

Antes da abordagem da informação contábil, cabe citar o referencial conceitual da contabilidade, a fim de compreender os objetivos que a contabilidade oferece aos seus usuários, sejam eles internos ou externos.

[...] deve servir como diretriz no estabelecimento de normas ou padrões contábeis, além de fornecer um conjunto de referências para solucionar questões contábeis na ausência de uma norma ou padrão específico, determinar limites de julgamento na preparação das Demonstrações Contábeis, e aumentar comparabilidade, diminuindo o número de métodos contábeis alternativos. Além disso, deve auxiliar os contadores na análise das situações não familiares, desenvolvendo procedimentos contábeis para tais situações (PAULO, 2002, p. 90).

De acordo com Hendriksen e Van Breda (1999, p.90), o referencial conceitual é caracterizado como sendo uma espécie de “constituição” para o processo de estabelecimento de normas ou padrões contábeis.

Segundo FASB (1980) no SFAC nº 1, o referencial conceitual é um orientador para divulgação de informações contábeis e não se restringe às

Demonstrações Financeiras. O FASB (1980) considera que a evidenciação de informações contábeis tem, basicamente, os mesmos objetivos das demonstrações financeiras, porém, existem determinadas informações que só podem ser evidenciadas em outros veículos que não as demonstrações financeiras como, por exemplo, discussões e análises realizadas pela administração da organização no relatório anual.

Conforme Hendriksen e Van Breda (1999), um grupo de estudos conhecidos como Comissão *Trueblood* produziu um documento que tratou dos objetivos das demonstrações financeiras. Esse documento procurou estabelecer relação entre as diversas partes do referencial conceitual, criando uma hierarquia composta por sete elementos, a saber: a) objetivos: diz respeito aos objetivos da evidenciação de informações contábeis; b) informação necessária: trata da identificação das categorias de informações financeiras, necessárias aos usuários da contabilidade; c) características qualitativas: são os atributos da informação contábil, que ampliam sua utilidade (SFAC nº2); d) fundamentos: são os conceitos básicos ligados à mensuração de transações e eventos e sua divulgação, objeto do SFAC nº 5 e 6; e) padrões: representam soluções gerais para problemas de contabilidade financeira; f) interpretações: esclarecem os padrões de contabilidade e facilitam sua aplicação; e g) práticas: são os meios pelos quais os objetivos básicos das demonstrações financeiras são atingidos.

2.4.1 Objetivos da contabilidade

O estabelecimento ou desenvolvimento dos objetivos da contabilidade, passa pela resolução dos conflitos de interesse existentes sobre as informações contábeis. Segundo Belkaoui (2000), as demonstrações financeiras resultam da interação de três grupos: empresas, (nesta pesquisa, considerada as entidades assistenciais), usuários e profissionais contábeis.

As entidades assistenciais (terceiro setor), assim como as empresas com fins lucrativos (segundo setor), são as partes mais envolvidas neste processo, pois o desempenho e o resultado do seu comportamento econômico e financeiro são mensuráveis pelo processo contábil. (PAULO, 2000).

Para Ritchie e Kolodinsky (2003), mesmo as entidades assistenciais, conhecidas como organizações sem fins lucrativos, necessitam avaliar o seu desempenho, bem como seu comportamento econômico financeiro, pois, é desta forma que os seus *stakeholders* (provedores de recursos) podem avaliar se os recursos por eles repassados estão sendo utilizados de forma eficiente. As fontes de informação para esta avaliação, vêm das demonstrações financeiras, originadas das informações contábeis, e do relatório anual da organização.

O SFAC nº 1 (1978, p. 5), publicado pelo FASB (1980), define que a contabilidade deve “[...] fornecer informações que sejam úteis para investidores e credores presentes e potenciais, bem como para outros usuários que visem a tomada racional de decisões de investimento, crédito e outras decisões semelhantes”.

O enfoque dado pelo FASB (1980) aos objetivos da contabilidade é um enfoque pragmático, voltado para a aplicação prática, enfatizando que o objetivo principal da contabilidade é o fornecimento de informações úteis para a tomada de decisões.

2.4.2 Usuários da informação

A contabilidade possui diferentes grupos de usuários, o que torna a tarefa de identificar suas necessidades e de definir o escopo e profundidade das informações a serem prestadas, uma tarefa desafiadora.

De acordo com o SFAC nº 1, por usuário, entende-se todo aquele que tenha interesse econômico direto no acompanhamento do desempenho de uma determinada entidade, seja esse interno ou externo à organização. Os usuários internos são os controladores e administradores. Os demais, (usuários externos), têm sido apontados pela contabilidade moderna como os usuários que merecem maior atenção, fundamentalmente, por não terem o poder de determinar a produção da informação que necessitam, conforme pronunciamento do FASB (1980), a saber:

Os objetivos decorrem primordialmente das necessidades informacionais dos usuários externos, que carecem de autoridade para ordenar a produção da informação financeira que desejam de uma empresa e,

portanto, são forçados a utilizar as informações que a administração divulga.

Para que se defina o padrão de comunicação da informação contábil, é necessário traçar um perfil de seus usuários. Pressupõe-se que esse usuário seja capaz de selecionar a informação, fazer escolhas, tomar decisões, que tenha comportamento racional e conhecimento dos princípios e procedimentos adotados pela contabilidade (IUDÍCIBUS, 2006).

Além disso, para cada grupo de usuários, é necessário ter uma determinada abordagem. O conjunto de informações básicas disponibilizadas, procura atender o grupo mais representativo. Entretanto, diversos aspectos podem influenciar a ênfase no usuário como, por exemplo, a legislação, aspectos culturais do país, o perfil do usuário, seu nível de sofisticação, bem como o próprio desconhecimento do seu modelo decisório.

Dadas essas questões e, em especial, as dificuldades de conhecer o modelo decisório de cada tipo de usuário, Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam que é praticamente impossível ter um modelo que atenda a todos, fato esse que se constitui em um dos maiores desafios para a contabilidade.

A mobilização de recursos financeiros, materiais e humanos e a sua gestão eficiente e eficaz, com o intuito de alcançar os objetivos previamente definidos, exercem papel importante no processo de continuidade das organizações do terceiro setor.

Diferentemente das empresas, em que os gestores são responsáveis pela satisfação dos clientes e maximização do lucro, nas instituições sem fins lucrativos esses profissionais são avaliados pelos resultados alcançados no desenvolvimento de projetos e pela adequação da aplicação dos recursos destinados à instituição.

Por desempenhar função de interesse público, espera-se que a organização do Terceiro Setor cultive a transparência quanto ao seu *portfólio* de projetos e, também, quanto aos resultados obtidos e os recursos alocados. O diagnóstico *ex-ante* e a avaliação *ex-post* constituem instrumentos determinantes para o êxito e o apoio a ser obtido em iniciativas futuras. Nesse sentido, a preparação de relatórios de avaliação, e a sua disseminação constituem importantes instrumentos de comunicação com a sociedade (MARCOVITCH, 1997, p.129).

Por meio dos ensinamentos de Berlo (1999), como visto anteriormente, verifica-se que a comunicação é provocar significados comuns, procurando despertar reações entre consumidor e intérprete por meio de sinais. Assim, para que esta reação seja despertada, é necessário melhorar a própria habilidade de comunicar. Desta forma, a primeira questão a ser formulada é:

[...] que desejava o comunicador que ocorresse como resultado de sua mensagem? Que procurava conseguir, em termos de influenciar o seu ambiente? Em consequência de sua comunicação, que pretendia que os outros acreditassem, que pudessem fazer, que dissessem? Em termos psicológicos, que resposta procurava obter? (BERLO, 1999, p.12).

Berlo (1999, p.12) ainda argumenta que “quando aprendermos a exprimir nossos objetivos em termos de respostas específicas da parte daqueles que recebe nossas mensagens, teremos dado o primeiro passo para a comunicação positiva e eficiente”.

Neste contexto, teremos atingido uma comunicação eficiente quando nossos receptores tiverem a reação compatível com a desejada.

De acordo com Dimpleby e Burton (1990, p.35), comunicação é “um processo e esse processo pode ser dividido em partes, o que nos ajuda a ver o que está acontecendo, como e por quê.”

Os autores (1990, p. 44) ainda enfatizam que nos comunicamos com o objetivo de modificar o comportamento dos outros.

Nesse contexto, a Contabilidade apresenta-se como uma ferramenta essencial no processo de gestão e de promoção da transparência das ações desenvolvidas pelas organizações do terceiro setor, uma vez que é definida “[...] como o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação” (IUDÍCIBUS, 2000, p. 26).

No processo de comunicação das informações contábeis, cabe à contabilidade, como elemento transmissor, decidir quanto à forma de transmissão da mensagem (conjunto de sinais escolhidos para transmissão da idéia – código), que

permita ao receptor (usuário das informações contábeis) a compreensão e entendimento da mensagem transmitida.

Assim, na pesquisa foi analisada a diferença de percepção entre os diferentes grupos de usuários – clusters e Poder Público – para medir o nível de ruído. Posteriormente, foi analisado as características dos grupos com maior/menor nível de ruído em busca das explicações para as causas dos ruídos.

2.4.3 Características qualitativas da informação contábil

De acordo com pronunciamento do *Financial Accounting Standards Board*, as características qualitativas da informação contábil são os atributos necessários para torná-la útil. Estas estão ligadas aos usuários da informação, que são os tomadores de decisões, como pode ser visto na figura abaixo:

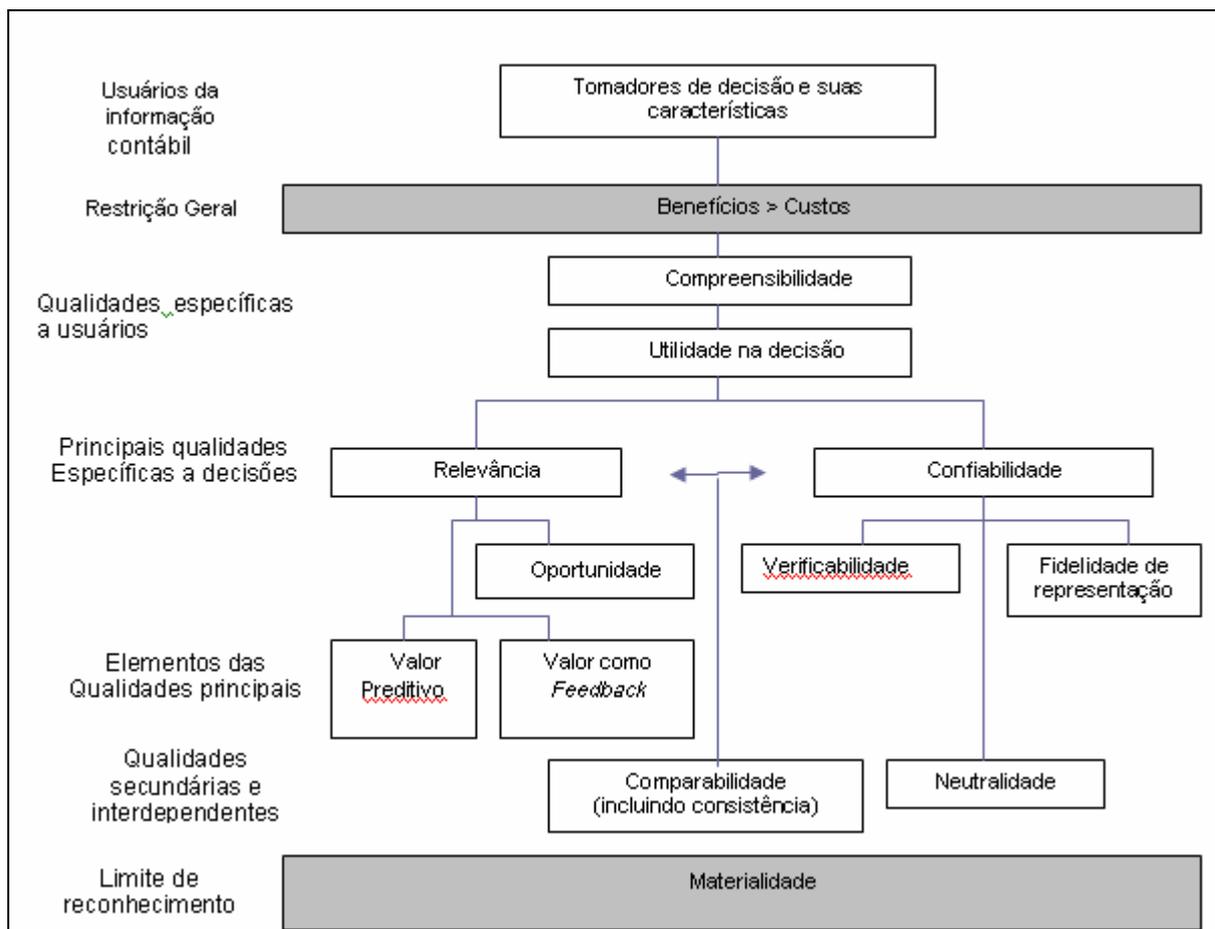


Figura 3 – Hierarquia das Qualidades na Informação Contábil – SFAC nº 2
Fonte: Adaptado de *Financial Accounting Standards Board* – FASB (1980).

Segundo o pronunciamento, as qualidades da informação contábil podem ser subdivididas em específicas a usuários e específicas a decisões.

Para ser útil, uma informação deve ser, necessariamente, compreensível. A compreensibilidade é qualidade específica ao usuário, pois, da natureza desse e do seu grau de sofisticação também depende a inteligibilidade da informação.

Para atender as características qualitativas da informação contábil, os gestores têm à disposição, um conjunto de atributos.

Cada atributo está relacionado com determinada(s) característica(s) da informação contábil, podendo apoiar, explicar, ampliar, viabilizar e tornar mais assertiva suas decisões.

Nesse contexto, a presença de determinado atributo pode significar que a(s) característica(s) qualitativa(s) à(s) qual (is) ele está associado também estão presentes. (AGUIAR; FREZATTI; REZENDE, 2007).

O fato é que, para a informação contábil poder ser considerada útil, a mesma deve ter potencial para influenciar o processo de tomada de decisão.

Para o FASB (1980), as principais características qualitativas da informação contábil são as seguintes: 1) compreensibilidade; 2) relevância, determinada pelo 'valor preditivo', pelo 'valor como *feedback* e pela 'oportunidade' da informação; 3) confiabilidade, representando uma função da 'verificabilidade', 'fidelidade de representação' e 'neutralidade' da informação; 4) comparabilidade; e 5) materialidade. O FASB (1980) por meio do *Statement of Financial Accounting Concepts* nº 4, trata da relação custo – benefício das informações fornecidas pela demonstrações financeiras para organizações sem fins lucrativos.

Os benefícios das informações fornecidas devem ser esperados até que, pelo menos, iguale-se ao custo envolvido. Cabe ressaltar que o próprio FASB enfatiza que os benefícios e custos, geralmente, são difíceis de se calcular.

O IASB (2006), por sua vez, propõe as seguintes características qualitativas da informação contábil: 1) compreensibilidade; 2) relevância; 3) confiabilidade; 4) comparabilidade; e 5) oportunidade.

Para a NBC T (CFC, 2003), as características qualitativas das informações contábeis são compreendidas por: 1) confiabilidade; 2) tempestividade; 3) compreensibilidade e 4) comparabilidade.

De maneira geral, as características qualitativas da informação contábil propostas por cada um desses órgãos normativos se equivalem. Estas características são requisitos para demonstrações financeiras e prestações de contas, havendo, no entanto, grau de importância distinto para cada grupo de usuário.

DESCRIÇÃO		FASB	IASB	NBC T
Compreensibilidade: informação convenientemente disponível, de forma compreensiva e o mais detalhada e completa possível.				
Relevância: comunicar a informação financeira relevante de maneira que facilite sua utilização.	Valor preditivo: antes da ocorrência do fato			
	Feedback: <i>informações de fatos já ocorridos</i>			
	Oportunidade/Tempestividade: disponibilização das informações em tempo hábil para tomada de decisão.	Termo é tratado como oportunidade.		Termo utilizado é tempestividade.
Confiabilidade/Representação Fiel: característica essencial qualitativa deve ser livre de erro material, deve ser completa e neutra.	Materialidade	Considerada como outras características, é a base para outras características.	Materialidade componente para relevância.	É tratado como uma convenção (restrições aos Princípios)
	Verificabilidade			
	Fidedignidade			Termo utilizado confiabilidade.
	Neutralidade			
Comparabilidade: deve permitir a identificação de diferenças e semelhanças dos eventos econômicos.				
Custo – benefício: relação entre o custo na preparação das informações e seus benefícios.		Considerado como outras características qualitativas.	Considerado como restrição à relevância.	

Quadro 7 – Comparativo das características qualitativas e órgãos normativos
Fonte: Adaptado de Aguiar; Frezatti; Rezende, 2007.

Superar esses problemas é um desafio constante da contabilidade, visando a evidenciação, pois “[...] é um compromisso inalienável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos.” (IUDÍCIBUS, 2000, p.121).

O autor (2000, p. 118) lista seis métodos para realizar a evidenciação:

- Forma de apresentação das demonstrações contábeis: elaboração dos demonstrativos com a utilização de terminologia clara e simplificada e sua colocação em uma forma ou ordem que melhore a interpretabilidade;
- Informações entre parênteses: oferecer ao usuário informações curtas e objetivas, colocadas dentro do corpo do demonstrativo contábil, entre parênteses, com vistas ao fornecimento de maiores esclarecimentos sobre um título, um critério de avaliação, à composição de uma conta, etc.;
- Notas explicativas: o objetivo dessa forma de evidenciação é fornecer informações que não podem ser apresentadas no corpo dos demonstrativos contábeis e que não podem ser evidenciados no corpo destes e/ou apresentar outras demonstrações, outra perspectiva de avaliação;
- Comentários do auditor: fonte complementar de *disclosure* para as demonstrações contábeis, oferecendo maior segurança ao usuário;
- Relatório da Diretoria: tem como objetivo fornecer informações não financeiras relacionadas à operação da empresa, tais como, mercado de atuação, perspectivas futuras, plano de crescimento, investimento em pesquisa e desenvolvimento entre outras.

Percebe-se que a evidenciação, no contexto da contabilidade, é muito mais do que a simples prestação de informações. Além de apresentar informações quantitativas, deve atender os objetivos qualitativos da informação contábil e, acima de tudo, deve ser útil para o processo de tomada de decisões.

A maioria dos estudos sobre evidenciação contábil tem sido desenvolvida com o objetivo de atender às necessidades das organizações do segundo setor (empresas com fins lucrativos), enfatizando, normalmente, a produção de riqueza (lucro) destinada à remuneração do capital investido ou os aspectos fiscais.

Dessa forma, pressupõe que existem dificuldades no processo de comunicação entre contabilidade e usuários de informações das instituições do terceiro setor, pois, o conjunto de sinais escolhido para promover a evidenciação contábil foi idealizado e aperfeiçoado para atender às necessidades de outro grupo de usuários.

2.5 Comunicação econômico-financeira via demonstrações contábeis entre entidades assistenciais e provedores de recursos

A existência de uma legislação específica sobre contabilidade aplicável às instituições sem fins lucrativos, é uma dúvida que, normalmente, acompanha as reflexões de gestores e outros indivíduos que se relacionam com o terceiro setor.

Para Paes (2003, p. 319), a falta de previsão no ordenamento jurídico do Brasil sobre má legislação contábil específica, aplicável às instituições do terceiro setor, fez com que seus dirigentes usassem legislações aplicáveis a outras organizações, em especial às empresas.

O autor (2003, p. 319) acrescenta que a Lei nº. 9.790/99 conhecida como a “nova lei do Terceiro Setor”, e sua regulamentação, apresenta-se como “[...] a legislação que deve servir de parâmetro e de referência para a contabilização das entidades sem fins lucrativos.”.

A referida lei prevê, em seus artigos 4º e 5º, que a entidade sem fins lucrativos deve observar os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), (CFC, 2003) devendo elaborar Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados do Exercício.

O (BRASIL, 1999) Decreto nº. 3.100/99 aumentou o conjunto de demonstrações contábeis exigidas das instituições sem fins lucrativos, ao acrescentar a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, além das Notas Explicativas.

As demonstrações contábeis que devem ser apresentadas pelas instituições do terceiro setor, têm suas estruturas estabelecidas por meio da Lei nº. 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações e pela NBC T 3, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2003).

As características da informação contábil são definidas pela NBC T 1 emitida pelo CFC (2003, p. 77) e estas devem gerar informações quantitativas e qualitativas sobre a Entidade, devendo propiciar “[...] aos seus usuários base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a Entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece.”.

Os atributos da informação contábeis devem ser segundo a NBC T 1.3, (CFC, 2003), veraz e eqüitativa, de forma a satisfazer as necessidades de qualquer usuário. Portanto, as informações contidas nas demonstrações contábeis devem propiciar revelação suficiente sobre a Entidade, de modo a facilitar a concretização dos propósitos dos diferentes usuários, devendo ter como atributos indispensáveis:

- **Confiabilidade:** este faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize como base para suas decisões, para isto é fundamental a veracidade das informações e que estas sejam elaboradas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e na ausência de norma específica, com técnicas e procedimentos respaldados na ciência da Contabilidade.
- **Tempestividade:** refere-se ao fato da informação contábil chegar até o seu usuário em tempo hábil, para que este possa utilizá-la para seus fins.
- **Compreensibilidade:** refere-se ao fato da informação contábil ser apresentada na forma mais compreensível ao usuário a que se destine, devendo ser de forma clara e objetiva.
- **Comparabilidade:** este deve propiciar ao usuário o conhecimento da evolução de determinada informação ao longo do tempo.

Nota-se que as características e os atributos das informações contábeis definidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade não são específicos de um setor, pois seu objetivo é tornar as demonstrações contábeis um importante instrumento de comunicação entre a Entidade e seus diferentes usuários.

O que deve ser considerado são as particularidades de cada um dos setores, e, para isto, algumas normas estabelecem alguns procedimentos específicos para instituições do terceiro setor.

Pode-se citar como exemplo, a NBC T 10.19, (CFC, 2003) a qual determina que, na elaboração das demonstrações contábeis, a conta Capital e a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados, deverão ser substituídas, respectivamente, por Patrimônio Social e *Superávit* ou *Déficit* do Exercício; o item 10.19.1.2 orienta quanto ao atendimento às exigências legais sobre os procedimentos contábeis a serem adotados pelas instituições sem fins lucrativos, especialmente, às beneficentes de assistência social (Lei Orgânica da Seguridade Social), para emissão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, da competência do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). A NBC T 10 também trata, especificamente, dos aspectos contábeis em entidades diversas; o item 10.16 trata das Entidades que recebem Subvenções, Contribuições, Auxílios e Doações.

O *Financial Accounting Standards Board* (FASB, 1980), destaca, também, a importância de fornecer informações contábeis compreensíveis para que os principais grupos de usuários possam utilizá-los como ferramenta de apoio à tomada de decisões. As particularidades do terceiro setor, tratadas pelo FASB, podem ser observadas, principalmente, por meio do *Statement of Financial Accounting Concepts n.º 4* (CON4), já mencionados na abertura deste trabalho.

Outra manifestação sobre as características qualitativas das informações contábeis, pode ser encontrada no apêndice 1, do *Conceptual Framework for Financial Reporting* do *International Accounting Standard Board* (IASB, 2006):

Os relatórios financeiros devem ser elaborados a partir da perspectiva da entidade e devem pretender disponibilizar as informações a uma ampla variedade de usuários, em vez de se focarem nas necessidades de informações somente dos acionistas comuns existentes. A estrutura deve identificar os usuários principais como possíveis e atuais investidores e credores. (IASB; FASB, 2005, Appendix 1). (tradução nossa).

O apêndice 1, (citado acima), do *Conceptual Framework* (IASB/FASB, 2005), cita as características qualitativas como sendo:

- Relevância: estas devem ser relevantes e as informações devem ser capazes de fazer diferença nas decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o efeito dos eventos passados e presentes.

- Representação Fiel: esta requer a integridade das informações, com capacidade de comprovação e neutralidade, devendo ser passíveis de verificação, garantindo que essas informações representam fielmente o que pretendem representar.
- Compreensibilidade: esta deve permitir aos usuários que possuem um conhecimento razoável das atividades comerciais e econômicas e da contabilidade, pois estes compreendem o significado das informações.
- Comparabilidade: esta deve permitir que os usuários identifiquem as semelhanças e diferenças entre os fenômenos econômicos.
- Materialidade: é considerada, para o IASB, como outras características e não como uma característica qualitativa de informações financeiras, servindo como uma tela ou filtro para determinar se as informações são suficientemente significativas para influenciar nas decisões dos usuários. A relação custo-benefício deve nortear a decisão, quanto à influência das informações que devem ser evidenciadas ou negadas ao usuário.

Para Araújo (2005, p.48 - 49) os relatórios financeiros das instituições sem fins lucrativos só podem ser considerados úteis se:

- Prover informações que sejam indicativas da capacidade da instituição continuar prestando os serviços a que ela se propõe;
- Fornecer informações sobre o ambiente, a natureza da atividade, os objetivos e outros assuntos que se relacionem;
- Informar sobre o trabalho dos gestores e sua capacidade de gerir os recursos da instituição;
- Evidenciar o fluxo de recursos postos à sua disposição, visando sua continuidade e capacidade de cumprir com as obrigações;
- Informar sobre as realizações da instituição como meio de medir a eficiência a eficiência de seus gestores;
- Incluir nos demonstrativos as técnicas de apuração e alocação dos custos e como os recursos são distribuídos aos diversos programas e serviços disponibilizados;

- Informar como são aplicados os recursos e de onde os mesmos provêm, e como isso afeta a liquidez da instituição;
- Incluir interpretações e explicações que auxiliem no entendimento dessas informações, principalmente no que se refere à organização e realização, identificando eventos e circunstâncias que possam afetar a instituição.

Mesmo existindo características específicas, que diferenciam as instituições sem fins lucrativos das empresas, a legislação exige dessas entidades, a elaboração de demonstrações contábeis que utilizem a mesma estrutura, terminologia e conteúdo usado pelas empresas, excetuando-se as alterações observadas anteriormente.

Esta constatação induz ao questionamento sobre a aplicabilidade de critérios empregados, pelas empresas nas organizações do terceiro setor, frente à importância desse conjunto de demonstrações e o processo de comunicação entre a instituição e os usuários internos e externos da informação contábil.

Uma das principais obrigações dos administradores das entidades assistenciais é prestar contas, primeiramente, ao próprio órgão deliberativo da entidade, e, por fim, ao Poder Público, por meio dos diversos órgãos governamentais, de acordo com a natureza jurídica, títulos e certificados que pleiteia ou possui.

Nas instituições sem fins lucrativos, os provedores de recursos querem saber se os recursos colocados à disposição dos gestores foram aplicados nos projetos institucionais, ou seja, estes querem avaliar se a instituição foi eficaz. Caso isso não aconteça, ou se a instituição não conseguir mostrar aos provedores de recursos esta eficácia, provavelmente, estas terão seus recursos restritos ou, até mesmo, cortados, fato este mencionado no início deste trabalho.

Segundo Marcovitch (1997, p.121) como estas instituições desempenham função de interesse público, espera-se que elas cultivem a transparência, quanto aos seus projetos, resultados obtidos e recursos alocados. Para ele, o diagnóstico *ex-ante* e a avaliação *ex-post* constituem instrumentos determinantes para o êxito e apoio em iniciativas futuras. Nesse sentido, a preparação de *relatórios de avaliação* e *relatórios de prestação de contas*, assim como sua disseminação, constituem importantes *instrumentos de comunicação* com a sociedade.

Nas palavras de Marcovitch (1997), podem ser evidenciados três elementos que caracterizam uma nova postura gerencial e de controle aplicados às instituições sem fins lucrativos: transparência (*accountability*), relatórios de avaliação (desempenhos) e instrumentos de comunicação (relatórios contábeis). Estes relatórios de avaliação e de prestação de contas não têm uma estrutura definida, porém, devem ser elaboradas conforme as exigências de seus provedores de recursos. Estes podem definir, por meio de termo de parceria, algumas condições para aplicação dos recursos, bem como, a forma e periodicidade desta prestação de contas.

Para Nakagawa (2007), nas diversas abordagens sobre *accountability*, enfatiza que o conceito também pode ser aplicado ao setor público, cabendo também, sobre interpretação, ser aplicado em entidades assistenciais, uma vez que estas recebem recursos públicos e prestam serviços à sociedade. Para o autor, o conceito envolve a obrigação de se prestarem contas (*evidenciação*) pelos resultados de decisões ou ações e para prevenir o mau uso do poder. *Accountability* é importante elemento que caracteriza a boa governança, sendo um pressuposto básico da transparência dos negócios públicos em uma verdadeira e legítima democracia. Sem informações apropriadas a respeito da gestão pública, os cidadãos ficam privados de realizar julgamentos adequados em relação aos atos praticados por seus governantes.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2003) define prestação de contas como sendo um conjunto de documentos e informações disponibilizados pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados, de forma a possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão. Ainda segundo o CFC, normalmente, são solicitados:

- Relatório de Atividades: documento circunstanciado dos trabalhos desenvolvidos, acompanhado de elementos que comprovem a efetiva realização, de acordo com as finalidades estatutárias da entidade;
- Demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial; Demonstração do *superávit* ou *déficit* do exercício; Demonstração das origens e aplicações de recursos e a Demonstração das mutações do patrimônio social. Estas devem ser firmadas por contabilista habilitado e devem ser elaboradas de acordo com as normas contábeis;

- Informações bancárias: podendo ser exigido relação das contas bancárias das entidades, com detalhamento da movimentação, ou podem ser exigidas cópias de extratos bancários.

A Lei nº. 9.790/99 (BRASIL, 1999), que regula as relações entre Estado e Sociedade Civil no Brasil, estabeleceu o “Termo de Parceria”. Trata-se de um instrumento jurídico que consolida um acordo de cooperação entre as partes e se constitui em uma alternativa ao convênio para a realização de projetos entre Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e órgãos das três esferas de governo, dispondo de procedimentos mais simples do que os utilizados para a celebração de convênios. Porém, a Lei nº. 9790/99 determina as OSCIPs a obrigatoriedade de prestação de contas ao término de cada exercício financeiro (art. 10, V), diretamente ao órgão estatal parceiro.

A prestação de contas do Termo de Parceria deve ser instruída com os seguintes documentos (Decreto 3.100, art. 12), (Brasil, 1999):

- Relatório sobre a execução do objeto do Termo de Parceria, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;
- Demonstrativo integral da receita e da despesa efetivamente realizadas na execução;
- Parecer e relatório da auditoria, nos casos em que o montante de recursos for maior ou igual a R\$600.000,00 (seiscentos mil reais); e
- Extrato da execução física e financeira, publicada na imprensa oficial do Município, Estado ou União, conforme modelo estabelecido no art. 18 do Decreto 3.100/99.

Além da prestação de contas do Termo de Parceria, há também a prestação de contas anual da OSCIP (Lei nº. 9.790/99, inciso VII do art. 4º e Decreto 3.100/99, art. 11), (BRASIL, 1999). Esta deve ser feita sobre a totalidade das operações patrimoniais e resultados da entidade, devendo ser apresentados os seguintes documentos:

- Relatório anual de execução de atividades;
- Demonstração de resultados do exercício;
- Balanço Patrimonial;

- Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Social;
- Notas explicativas das demonstrações contábeis;
- Parecer e relatório de auditoria independente, (se exceder o limite estabelecido no Decreto 3.100/99, parágrafo 3º do art. 19).

A fim de facilitar o processo de prestação de contas, o Ministério da Justiça adotou, a partir do exercício de 2006, a prestação de contas por meio eletrônico criando o Sistema de Prestação de Contas Anual - CNEs/MJ¹¹ o qual serviu de referência para elaboração do questionário desta pesquisa, conforme mencionado anteriormente.

Em decorrência da maioria dos recursos das instituições sem fins lucrativos serem provenientes de doações ou de órgãos públicos, a transparência é fundamental para estas organizações. Falconer (1999, p.131) conclui: “Para atingir sucesso e, simultaneamente, maximizar o benefício social de sua atuação, as organizações devem, obrigatoriamente, prestar contas a alguém.”

Para Campos (2003, p. 27): “O aumento do volume dos recursos arrecadados pelas entidades do terceiro setor sem fins lucrativos é acompanhado por uma maior necessidade de transparência quanto a sua aplicação.”

De acordo com Glaeser (2003, p.38):

[...] a transparência e a prestação de contas tornaram-se elementos essenciais para contribuir com a própria sobrevivência das entidades, uma vez que estão inseridas num ambiente competitivo por recursos financeiros e não-financeiros e aquelas que melhor atenderem às necessidades dos doadores por informações, terão maior probabilidade de captação de recursos.

Ainda, conforme conclui Campos (2003, p.92):

Na medida em que a contabilidade suprir as Organizações do Terceiro Setor [...] e proporcionar a clareza dos números para o público externo, serão possíveis prestações de contas que estimulem a entrada de mais recursos e a sustentabilidade daquelas entidades ao longo do tempo.

¹¹ O CNEs/MJ é um sistema de prestação de contas disponibilizado pelo Ministério da Justiça para que as entidades assistenciais qualificadas como OSCIP façam sua prestação de contas anualmente. Disponível para *download* no endereço <<http://www.mj.gov.br/cnes>>. Acesso em 27 ago. 2007.

A transparência, para o terceiro setor, é fator determinante da sua sobrevivência, e assim, é preciso que estas entidades prestem contas dos seus atos aos investidores sociais.

2.6 Hipóteses

O arcabouço conceitual dos itens anteriores deste capítulo, ofereceram subsídio para a proposição destas hipóteses que foram testadas na pesquisa e cujos principais resultados estão sintetizados no capítulo 4.

Assim, foram levantadas as seguintes hipóteses para a situação-problema levantada no item 1.2 desta pesquisa:

H1: Existem diferenças nos níveis de ruídos na comunicação entre entidades/CMAS e entidades/PMTS.

As diferenças de formações profissionais, no caso contador (PMTS) x não contador (CMAS) pode dificultar o processo de comunicação ocasionando mais ruídos porque eles provavelmente compartilham em menor grau o repertório utilizado nas demonstrações contábeis.

H2: Entidades com recursos provenientes de órgão público têm menos ruído na comunicação com o Poder Público.

Como visto, anteriormente, a parceria entre Terceiro Setor – Estado, pode trazer benefícios para ambos os lados, uma vez que é uma alternativa para a prestação de serviços públicos sob a responsabilidade do Estado, bem como é uma oportunidade às entidades assistenciais ampliar sua área de atuação tendo neste uma fonte de recursos.

Para “celebrar” esta parceria, existe um termo no qual é definido de que forma deve ser realizada a prestação de contas, e quais as demonstrações contábeis devem ser apresentadas e em que prazo. Portanto, para que a “parceria” permaneça e para que esta fonte de recursos tenha continuidade, é de responsabilidade das entidades assistenciais cumprir as definições do termo, prestando contas dos resultados alcançados e mensurados pela contabilidade, parte-se do pressuposto que a comunicação entre estas entidades e o Poder Público aconteça de maneira mais coesa, com pouco nível de ruído.

H3: Entidades com recursos provenientes de parcerias com empresas privadas têm menos ruído na comunicação com o Poder Público.

Assim como na parceria Terceiro Setor – Estado, na parceria Terceiro Setor – Empresas Privadas, as entidades assistenciais devem prestar contas dos recursos recebidos, a qual deve ser feita por meio das demonstrações contábeis. É por meio deste instrumento que as empresas privadas – doadora de recursos – pode analisar e tomar as decisões que objetivam aperfeiçoar os mecanismos de prestações de contas, a prorrogação do projeto, o aumento dos recursos repassados ou até mesmo a suspensão dos repasses. Quanto mais transparentes forem às prestações de contas, maiores são as oportunidades da obtenção de novos recursos, portanto, supõe-se que as entidades que recebem recursos privados possuem percepção semelhante com o Poder Público, tendo assim menos nível de ruído.

H4: Entidades não certificadas possuem mais ruídos que atrapalham a comunicação com o Poder Público.

As entidades que possuem certificados (Utilidade Pública Federal, Municipal, Estadual, entre outros), precisam manter sua escrituração contábil em perfeita transparência, pois, periodicamente, estas devem prestar contas aos emissores destes certificados para que estes possam ser mantidos. Como entidades não certificadas não são “cobradas” com periodicidade, por vezes, deixam de manter sua escrituração contábil com a transparência devida, ou, simplesmente, deixam de elaborar as demonstrações contábeis. Se o nível de conhecimentos da fonte sobre o assunto influencia a mensagem, neste sentido, pressupõe-se que entidades não certificadas possuem percepção diferente em relação à do Poder Público, possuindo assim maior nível de ruído.

H5: Entidades com maior profissionalização (com empregados) têm menos ruído na comunicação com o Poder Público.

Uma entidade que se pretende manter sustentável, precisa estar dimensionada para atingir seus objetivos, isso significa especialização e profissionalismo, independente da origem dos recursos. Os sistemas, social e cultural, determinam em parte as escolhas de palavras, assim, quando se trata de analisar a comunicação, torna-se necessário considerar o tipo de sistema social que a fonte atua, e como ela se posiciona nesse sistema. Neste sentido, a percepção

supõe-se que entidades com maior profissionalização têm menor nível de ruído com o Poder Público.

H6: Entidades que não participam de eventos promovidos pela PMTS tem mais ruído que atrapalham a comunicação com o Poder Público.

Quanto maior o conhecimento do transmissor (emissor) e do receptor (destino) sobre a mensagem, menor é o ruído ou interferência no processo de comunicação. Desta forma, se as entidades não participam de eventos que propiciam maior conhecimento sobre o papel, as obrigações das entidades assistenciais e a importância das demonstrações contábeis, menor é a identificação destas com o assunto. Isso significa que o conteúdo da mensagem pode assumir direções diferentes, o que pode atrapalhar a comunicação entre estas entidades e o Poder Público, tendo maior nível de ruído. A participação nestes eventos, promovidos pela PMTS, podem aproximar os repertórios de emissor e receptor, diminuindo assim o nível de ruído entre entidades e Poder Público.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA

A escolha do instrumental metodológico está diretamente relacionada com os vários fatores envolvidos na pesquisa, a saber:

- a natureza dos fenômenos;
- o tema e o problema a ser estudado;
- os recursos disponíveis (financeiros e humanos);
- a profundidade da investigação;
- a extensão do controle sobre os eventos;
- o caráter temporal dos acontecimentos (históricos ou contemporâneos).

Conforme Silva, A.L.P. (2000, p. 41): “A definição da abordagem metodológica do trabalho revela o tratamento que é dispensado ao relacionamento entre a teoria e a empírica”.

Segundo a natureza, a pesquisa pode ser pura quando geram conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista. Pode ser do tipo aplicada, gerando conhecimento para aplicação prática à solução de problemas específicos, em médio prazo, e aplicável, quando gera conhecimentos para solução de problemas em curto prazo (HILL; HILL, 2002, p.20).

3.1 Métodos e técnicas da pesquisa

Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura, buscando referências teóricas em livros, revistas, teses, dissertações, publicações periódicas, artigos científicos e *sítes* da Internet, sobre assuntos relacionados com o tema objeto da pesquisa.

Após o levantamento de informações científicas sobre o assunto a ser abordado, foi feita uma pesquisa informal junto ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, do município de Taboão da Serra, com o intuito de identificar o problema de pesquisa. Nesta pesquisa foi identificada a dificuldade que

o Conselho tem em repassar os recursos destinados às atividades de assistência social, em decorrência de poucas entidades se cadastrarem para realização de parcerias e convênios.

Com esta pesquisa informal, surgiu a inquietação em relação ao por que das entidades não se cadastrarem para pleitearem estes recursos, uma vez que a escassez de recursos é uma realidade vivida constantemente por estas instituições.

A fim de verificar a viabilidade do projeto e formalizar a pesquisa, foi realizada no dia 15 de agosto de 2007, entrevista com Sra. Izabel Cristina Rodrigues França, Assistente Social, na Rua Luiz Carlos Ventura, nº. 79 – Jardim Mituzi – Taboão da Serra, local onde se encontra instalado o CMAS. (APÊNDICE A).

Nesta entrevista, constatou-se que o processo de comunicação para realização de parcerias é realizado por editais com divulgação, por meio de resoluções no Diário Oficial do Município, o qual é disponibilizado aos munícipes, gratuitamente, na Câmara dos Vereadores, Prefeitura do Município de Taboão da Serra e nos Conselhos Municipais. Foram obtidas informações e evidências que tornaram a pesquisa viável. Neste contato, foi informado que no orçamento do município, os recursos para área de assistência social não tem restrição, ou seja, o município pode atuar de forma direta ou indireta, por meio de parcerias com as ONG's cadastradas no Conselho, assim como foi informada a situação cadastral das instituições sem fins lucrativos junto ao CMAS. Foi informado também que em 2006, uma Comissão do Conselho Municipal de Assistência Social realizou um estudo sobre a situação cadastral das entidades assistenciais registradas no Conselho.

Neste estudo, foi constatado que muitas instituições que recebem recursos do CMAS deixam de fazer parte da rede de parceiros, por problemas com a prestação de contas. Este fato pode ser constatado por meio das resoluções sobre a situação cadastral das entidades inscritas:

- Resolução 012/2006 – Entidades Regularizadas
- Resolução 013/2006 – Entidades com Registros Suspensos
- Resolução 014/2006 – Entidades com Registros Cancelados

As resoluções, citadas acima, fazem parte do princípio da publicidade, o qual exige a ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública,

ressalvada as hipóteses de sigilo previstas em lei (DI PIETRO, 2001). Seguindo o princípio, foi divulgado o resultado dos trabalhos realizados pela Comissão de Orientação, Análise e Fiscalização COAF/CMAS, quanto às Situações Cadastrais das Entidades inscritas. (IMPrensa OFICIAL DO MUNICÍPIO TABOÃO DA SERRA, 2006, nº. 054), (ANEXO A). Assim, tendo a evidenciação das informações, a reflexão sobre o assunto foi amadurecendo e foi definido o foco do projeto.

O trabalho da Comissão foi realizado em 2006, porém, a suspensão e o cancelamento continuam ocorrendo, como pode ser constatado pela Resolução Normativa de 21 de junho de 2007, publicado pela Imprensa Oficial Cidade de Taboão da Serra (2007, nº. 97), (ANEXO A).

Assim, foi definido o questionário como instrumento de pesquisa, o qual foi aplicado nas instituições sem fins lucrativos, no CMAS e na PMTS.

A construção do questionário foi pautada na pesquisa bibliográfica e na identificação das características e dos objetivos das informações contábeis, definidos pela NBC, FASB e IASB.

Após a construção do questionário, foi realizado pré-teste junto a quatro entidades assistenciais que mantêm convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo.

3.2 População da pesquisa

A população da pesquisa consiste no Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Taboão da Serra, Prefeitura do Município de Taboão da Serra e as entidades inscritas neste Conselho em 2006.

As entidades que fazem parte deste universo são as que foram objeto do trabalho realizado pela COAF/CMAS em 2006, as quais totalizam 50 entidades compostas da seguinte forma: entidades regularizadas (21), entidades com registros suspensos (13) e entidades com registros cancelados (16). Podendo ser mais bem visualizado no gráfico abaixo:

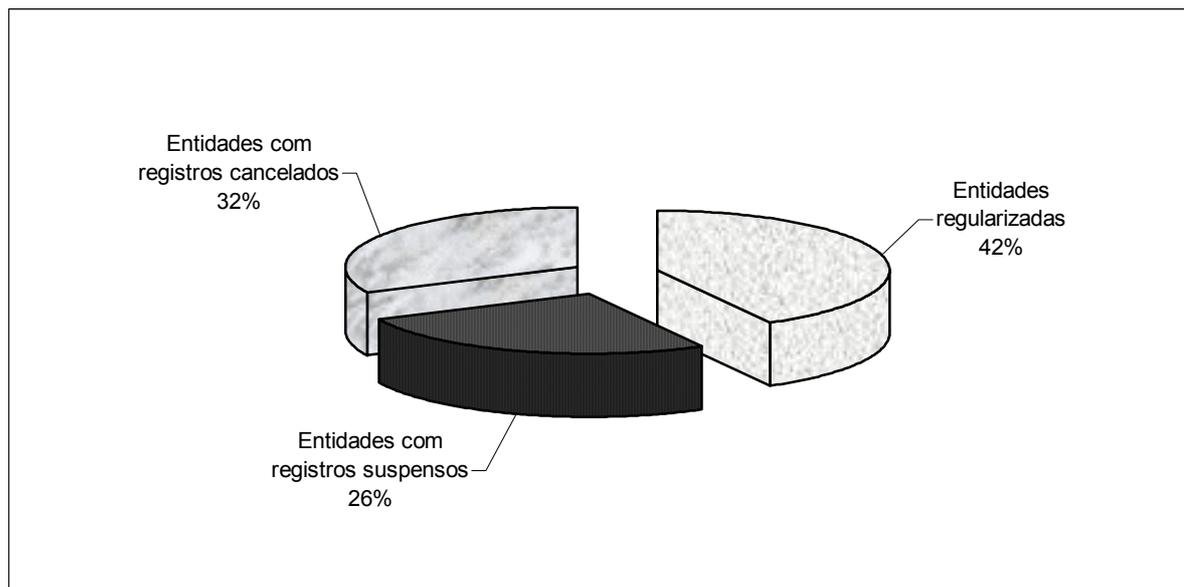


Gráfico 2 – Situação das entidades cadastradas no CMAS de Taboão da Serra.

Fonte: Resoluções CMAS, 2006, p.16. (ANEXO A)

Considerando que se pretende investigar todas as entidades inscritas no CMAS em 2006, conclui-se que estamos trabalhando com toda a população da sua pesquisa.

Desta forma, trata-se de um censo, e não de uma amostragem. Segundo Megliorini, Weffort e Holanda (2004, p.22), a utilização do censo é mais adequada, dentre outras circunstâncias, quando se tratar de população bem reduzida, pois os acréscimos de custos decorrentes da utilização de fatores humanos, materiais e econômicos são mínimos.

A população foi definida após estudo das 50 entidades, objeto de estudo do COAF/CMAS. Do universo das 50 entidades, 02 foram excluídas por se tratar de Programas da Secretaria Municipal de Taboão da Serra, perfil este que não se aplica a esta pesquisa. Das 48 entidades, 08 foram excluídas da população por estar com as atividades encerradas, estas entidades já estão com seus certificados cancelados desde estudo de 2006. Desta forma a população é composta por 40 entidades, parte do objeto da pesquisa do COAF/CMAS.

Segundo Megliorini, Weffort e Holanda (2004, p.20):

População é a totalidade dos elementos que possuem em comum determinadas características de interesse para uma pesquisa. Amostra é um subconjunto de uma população que possa representá-la. Esses conceitos são relativos e dependem das circunstâncias do estudo que se deseja realizar.

A população do Conselho Municipal de Assistência Social do Taboão da Serra foi de um respondente, sendo o profissional de assistência social que mantém contato com as entidades assistenciais do município.

A população da Prefeitura do Município de Taboão da Serra foi de um respondente, sendo o profissional da área contábil, que analisa as demonstrações contábeis e os relatórios financeiros das prestações de contas. O número de respondente no Poder Público foi decorrente da própria estrutura do sistema, uma vez que a pesquisa foi realizada com “as pessoas” que atuam diretamente neste processo de comunicação. Devido a tal situação, no tratamento estatístico tratado no capítulo 4 foram tomadas cautelas para lidar com essa população pequena.

3.3 Operacionalização da pesquisa

A pesquisa foi realizada com a presença da pesquisadora ou de suas auxiliares, sendo a presença destas, apenas para esclarecer dúvidas do respondente. Depois de esclarecidas as dúvidas o respondente, agendava uma data para retirada do questionário, ou respondia no ato e já devolvia a pesquisadora. O mesmo procedimento foi adotado junto ao CMAS e a PMTS, excepcionalmente, no caso da PMTS a devolução do questionário foi feito via correio eletrônico – *e.mail*.

3.3.1 Questionário de pesquisa

O questionário da pesquisa, apresentado no apêndice B, foi elaborado a partir da revisão da literatura, utilizando-se de pronunciamentos de órgãos de classe de reconhecido mérito e autores relevantes de teoria da contabilidade. Foram selecionados tópicos relevantes neste material, para construção do questionário, especificamente, terceira parte do questionário onde abrange o conteúdo e qualidade da informação. As demais partes do questionário sobre perfil, buscaram abranger itens contemplados na literatura revisada e nas hipóteses com causas prováveis dos ruídos.

Com o propósito de qualificar o questionário com requisitos de validade e fidedignidade à parte que se referem ao perfil da instituição, como: área de atuação, público alvo e volume de recursos captados, etc., foi construída com base nos dados

solicitados pelo Sistema de Prestação de Contas Anual (versão: 1.3.1), do Ministério da Justiça, das entidades qualificadas como OSCIP. Na parte que se referem aos relatórios financeiros, o questionário foi construído seguindo as características e os objetivos das informações contábeis segundo NBC, FASB e IASB.

Assim, o questionário empregado na coleta de dados foi estruturado da seguinte forma:

- Informações gerais: esta é uma parte introdutória da pesquisa, que deve ser preenchida com os dados da instituição a ser pesquisada, assim como do respondente. Alguns dados podem ser preenchidos previamente. Nesta seção incluiu uma pequena carta de apresentação e se a instituição autorizava a divulgação de seu nome como colaboradora da pesquisa.
- Parte I – Perfil da organização: procura identificar o perfil da população pesquisada, buscando informações como áreas de atuação, serviços prestados, público-alvo, colaboradores, volume e origem dos recursos, produtividade.
- Parte II – Perfil do Dirigente: tem como objetivo identificar o perfil dos dirigentes das instituições pesquisadas. A pesquisa pretendeu analisar se o perfil do dirigente interfere no processo de comunicação.
- Parte III – Processo de comunicação com usuários internos e externos: identificar o processo de comunicação da população pesquisada com os diferentes usuários. Nesta parte da pesquisa foram identificadas variáveis para auxiliar na resposta da questão e dos objetivos da pesquisa.

Questionário	Definição	Valor	Classificação
Q19.1, Q19.5, Q19.6, Q21.1, Q21.2, Q21.3 Q21.4, Q21.5, Q21.6 Q21.10, Q21.11, Q21.12	Relevância: informações que são capazes de fazer diferença nas decisões econômicas dos usuários.	Escala de Likert	Ordinal
Q19.6, Q21.8 e Q21.14	Representação Fiel: capacidade de comprovação das informações e neutralidade.	Escala de Likert	Ordinal
Q19.6, Q21.1, Q21.2 Q21.3, Q21.4, Q21.5 Q21.6, Q21.9, Q21.10 Q21.11, Q21.12, Q21.13 Q21.15	Compreensibilidade: qualidade das informações.	Escala de Likert	Ordinal
Q19.4, Q19.5 e Q19.7	Comparabilidade: permite a identificação das diferenças e semelhanças entre os fenômenos econômicos.	Escala de Likert	Ordinal
Q21.7	Características quantitativas	Escala de Likert	Ordinal

Quadro 8 – Síntese das variáveis que compõem as características qualitativas das demonstrações contábeis.

Fonte: Elaborado pela autora

As variáveis relacionadas com as características qualitativas das demonstrações relacionadas no quadro acima, têm por objetivo avaliar o entendimento dos respondentes quanto às informações constantes nos relatórios financeiros, e se estes identificam as características definidas no *Conceptual Framework* (IASB/FASB, 2005), descritas no item 2.4.1 deste estudo.

Questionário	Definição	Valor	Classificação
Q19.4	Procedimentos específicos de avaliação e registro contábil	Escala de Likert	Ordinal
Q19.5 e Q19.6	Registro contábil dos auxílios ou contribuições	Escala de Likert	Ordinal
Q21.6	Registro contábil para cobrir perdas inesperadas.	Escala de Likert	Ordinal
Q10, Q11 e Q12	Registro das doações, subvenções e contribuições recebidas.	Escala de Likert	Ordinal

Quadro 9 – Síntese das variáveis que compõem os aspectos específicos em entidades (NBC T-10).

Fonte: Elaborado pela autora

No quadro acima, são relacionadas às variáveis que avaliam segundo entendimento dos respondentes, se os relatórios financeiros demonstram os aspectos contábeis definidos pela NBC T-10.

Questionário	Definição	Valor	Classificação
Q21.1, Q21.10, Q21.11	Informações úteis para os provedores de recursos e usuários na tomada de decisão.	Escala de Likert	Ordinal
Q21.12, Q21.16, Q21.17			
Q21.18			

Quadro 10 – Síntese das variáveis que compõem os objetivos dos relatórios financeiros das entidades.

Fonte: Elaborado pela autora

Estas variáveis têm por objetivo avaliar se os relatórios financeiros estão cumprindo seu papel enquanto instrumento no processo de comunicação, ou seja, se as informações transmitidas por ele auxiliam os provedores de recursos e usuários na tomada de decisão.

Questionário	Definição	Valor	Classificação
Q20	Importância dos relatórios financeiros para acompanhamento dos recursos/benefícios concedidos pelo CMAS.	1 - Nenhuma	Ordinal
		2 - Pouca	
		3 - Muita	
		4 - Extrema	

Quadro 11 – Síntese das variáveis que compõem a relevância dos relatórios financeiros, segundo percepção do CMAS.

Fonte: Elaborado pela autora

Questionário	Definição	Valor	Classificação
Q20	Importância dos relatórios financeiros para acompanhamento dos recursos/benefícios recebidos do CMAS.	1 - Nenhuma	Ordinal
		2 - Pouca	
		3 - Muita	
		4 - Extrema	

Quadro 12 – Síntese das variáveis que compõem a relevância dos relatórios financeiros, segundo percepção das entidades.

Fonte: Elaborado pela autora

As variáveis definidas nos quadros acima, têm por objetivo a confrontação da percepção das entidades e do CMAS sobre a relevância dos demonstrativos contábil-financeiros.

Questionário	Definição	Valor	Classificação
Q22	Importância dos itens dos relatórios financeiros para acompanhamento dos recursos/benefícios recebidos CMAS	1 - Nenhuma	Ordinal
		2 - Pouca	
		3 - Muita	
		4 - Extrema	

Quadro 13 – Síntese das variáveis que compõem a relevância dos itens dos relatórios financeiros, segundo percepção das entidades.

Fonte: Elaborado pela autora

No quadro número 13, foram definidas as variáveis para avaliar quais itens dos relatórios financeiros são relevantes para as entidades acompanharem os recursos recebidos do CMAS, segundo percepção dela própria.

3.3.2 Coleta de dados

O questionário foi utilizado como técnica para coleta de dados. Para Malhotra (2001, p.274), questionário é uma técnica estruturada para coleta de dados, que consiste de uma série de perguntas – escritas ou verbais – que um entrevistado deve responder.

A parte inicial do questionário contém questões sobre dados da instituição e dados do respondente, posteriormente, são questões direcionadas a identificar o perfil e as características das instituições, bem como o perfil do dirigente (Parte II), como sexo, faixa etária, tempo dedicado às atividades da instituição e a outras atividades do terceiro setor. A respeito da utilização do questionário como instrumento para a coleta desse tipo de informações, Gil (1999, p.133) esclarece que:

Os questionários visam, freqüentemente, obter dados referentes a fenômenos subjetivos, como, por exemplo, a crença dos respondentes [...], a atitude em relação ao se próprio trabalho, os sentimentos em relação à criminalidade [...]. Questões dessa natureza são as mais difíceis de serem respondidas [...]. A despeito, porém, de sua complexibilidade, as atitudes podem ser medidas por escalas específicas.

A terceira parte contém questões, que visam avaliar a compreensibilidade das informações como instrumento no processo de comunicação e a percepção dos usuários sobre a relevância dos itens que constam nos relatórios financeiros. Ressalta-se, porém, que essas três partes se inter-relacionam para responder a questão de pesquisa.

Parra Filho e Santos (2003, p.102) aduzem que uma das vantagens do questionário é que pode ser preenchido, valendo-se do anonimato, permitindo dessa forma, que os dados obtidos correspondam fielmente aos anseios do informante.

Como o objetivo da pesquisa é investigar a percepção dos usuários das demonstrações contábeis, os respondentes das entidades assistenciais foram o presidente, diretor ou administrador; do Conselho Municipal de Assistência Social foi uma assistente social que mantém o primeiro contato com as entidades assistenciais

e que fazem uma primeira análise dos relatórios contábeis para posterior encaminhamento ao departamento de contabilidade da Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, o qual faz a análise documental dos relatórios financeiros e finaliza a prestação de contas com seu deferimento ou indeferimento, sendo o contador o respondente por parte da PMTS.

Para a coleta dos dados da pesquisa foram utilizados questionários, validados pelo pré-teste desenvolvido com entidades assistenciais localizadas no município de São Paulo.

Não foram realizados pré-testes com o CMAS e PMTS em decorrência destes fazerem parte da população definida para pesquisa.

As coletas dos dados ocorreram no período de fevereiro a abril de 2008, com a presença da pesquisadora e de uma assistente, a qual foi treinada para ressaltar a importância da pesquisa, assegurar o anonimato das entidades na tabulação dos resultados, não interferir de qualquer forma nas respostas dos respondentes, podendo apenas esclarecer eventuais dúvidas acerca das questões e criar condições para facilitar o recebimento do questionário preenchido.

Em situações que não foi possível obter as respostas no momento da entrega dos questionários, e quando solicitada pelo respondente, foi aberta à possibilidade do presidente, diretor ou administrador responder e entregá-lo posteriormente com agendamento para retirada.

Os questionários foram impressos com a identificação das entidades e com a numeração dada pela COAF/CMAS. Na página inicial, foi dada a possibilidade de a entidade optar ou não pela divulgação da instituição como colaboradora da pesquisa.

Na coleta dos dados foram obtidas 35 (trinta e cinco) respostas junto às entidades assistenciais cadastradas neste conselho em 2006, na cidade de Taboão da Serra em São Paulo, bem como foram coletados os dados junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Taboão da Serra e junto a Prefeitura do Município de Taboão da Serra.

Os respondentes das entidades foram os presidentes, diretores ou coordenadores administrativos e em um único caso o respondente foi um membro do Conselho Deliberativo da entidade.

Da população definida no item 1.5.2., ou seja, das 40 (quarenta) entidades assistenciais, objetos dos trabalhos realizados pelo COAF/CMAS, 01 (uma) não foi localizada; e 04 (quatro) entidades se recusaram a responder a pesquisa, assim a amostra foi de 35 entidades, as quais correspondem a 87,5% da população das entidades assistenciais. No CMAS e PMTS a amostra atingiu 100% da população definida.

O volume de respostas obtidas com questionários, nem sempre é elevado. Babbie (1999, p.63) destaca que:

Apesar da grande variedade nas taxas de retorno e das reações a elas, podemos ter algumas regras básicas. Uma taxa de resposta de pelo menos 50% é geralmente considerada adequada para análise e relatório. Uma taxa de resposta de pelo menos 60% é considerada boa, e uma taxa de 70% ou mais é muito boa. Mas estas são regras rudimentares, sem base estatística, e uma falta de viés de resposta demonstrada é muito mais importante do que uma alta taxa de resposta.

Seguindo a parametrização básica indicada por Babbie (1999), as respostas ao instrumento de pesquisa encontram-se no nível de muito bom, com 70% de questionários respondidos.

3.3.3 As escalas de medida

Quando da construção das escalas de medidas para Parte III do questionário, foram designadas quatro questões, sendo que para duas delas optou-se pela Escala de Likert, com 5 categorias de respostas, a um conjunto de afirmações elaboradas pela autora, que vão de “Concordo Totalmente” a “Discordo Totalmente”. Para a análise, atribui-se a cada afirmação um escore numérico de 1 a 5, sendo a análise feita por item. As outras duas questões tratam-se da percepção do usuário quanto à relevância das informações, assim, foi utilizado o diferencial semântico, cujo objetivo é medir o sentido que determinado objeto tem para as pessoas. (GIL, 1999, p.148).

3.3.4 Tratamento estatístico

A análise estatística dos dados de uma pesquisa pode ser feita por meio de uma abordagem envolvendo a análise exploratória e a análise confirmatória dos dados. De acordo com Collis e Hussey (2005, p.186):

Os textos estatísticos costumam fazer uma distinção entre análise exploratória dos dados ou estatística descritiva, que são usados para resumir ou exibir dados quantitativos, e análise confirmatória de dados, [...] para fazer inferências partir de seus dados de amostra.

A princípio, o tratamento estatístico adotado foi análise descritiva dos dados, sendo utilizadas as medidas de posição (média, moda e mediana), dispersão (desvio-padrão) e comparação de frequências (proporção e porcentagem), tratamento este dado à parte I e parte II do instrumento de pesquisa, onde se destaca o perfil da entidade e perfil do dirigente.

Posteriormente, realizou-se uma análise de cluster, primeiramente definindo estes clusters comparando as questões 19 a 22 com o perfil da organização (Parte I) e do dirigente (Parte II). O objetivo é separar as entidades de acordo com seu perfil e percepção para que, ao final, possa ser definido o nível de ruído na comunicação entre estes *clusters* e o Poder Público – CMAS e PMTS.

A análise de *cluster* é uma técnica multivariada utilizada para detectar grupos homogêneos nos dados, no caso, grupo homogêneos de sujeitos. Segundo Pestana e Gageiro (2000) e Hair et al (2005), os objetos em cada *cluster* tendem a ser semelhantes entre si e diferentes de objetos de outros *clusters*. Com a análise de clusters, pode-se identificar grupos de entidades com opiniões diferentes acerca dos relatórios financeiros.

Assim, a tarefa consiste em agrupar questões da parte I e II do instrumento com as assertivas das questões 19 a 22, segundo alguma medida de similaridade de modo que respostas pertencentes ao mesmo cluster devem ser mais similares entre si e menos similares às respostas pertencentes a clusters diferentes.

Um dos passos fundamentais da análise de cluster é escolher uma maneira de medir a distância entre pares de casos usando os valores observados nas variáveis, ou seja, escolher uma medida para avaliar quão semelhantes ou diferentes são os casos analisados. Desta forma, foi definida como medida de semelhança à distância euclidiana quadrática, por ser uma das mais utilizadas neste tipo de análise, segundo Malhotra (2001), Pestana e Gageiro (2000).

Em seguida, foram testados sete métodos de aglomeração hierárquicos (método Ward, método do centróide, *average linkage between groups*, *average linkage within groups*, *complete linkage furthest neighbor*, *single linkage nearest neighbor* e *median method*), uma vez que *a priori*, não há um número determinado de clusters. Estes testes têm como objetivo explorar os dados e verificar qual

número de clusters a serem retidos.

Existem diversas abordagens de *clustering*, tais como; probabilística, otimização, *clumping* e hierárquica (JAIN et al., 1999; SANDER et al., 2003). Cada uma utiliza uma maneira diferente para a identificação e representação dos clusters.

Uma vez que na análise de cluster, não existe nenhum critério estatístico interno que possa ser usado para esta inferência, isto é, fica a cargo do pesquisador definir seus critérios. Assim, a proposta é agrupar os clusters com maior homogeneidade entre si.

Na pesquisa, os agrupamentos obtidos por meio de um algoritmo de *clustering* hierárquico, o desenvolvimento seqüencial dos agrupamentos e suas distâncias relativas foram apresentados em um diagrama chamado de dendograma.

Com os clusters definidos procura-se verificar em quais variáveis os clusters possuem opiniões diferentes, ou seja, procura-se determinar as variáveis discriminadoras, utilizando dois testes de hipóteses não-paramétricos: os Testes de *Kruskal-Wallis* e *Mann-Whitney*.

Segundo Stevenson (1981, p. 322), “um método alternativo para testar se três ou mais amostras independentes foram extraídas de populações com médias iguais é o teste de *Kruskal-Wallis*”. Martins (2002, p. 280) afirma que “o teste *Kruskal-Wallis* é uma alternativa não-paramétrica à Análise da Variância, indicada nos casos em que o investigador não tem condições de mostrar que seus dados suportam as hipóteses do modelo da Anova”.

A prova de *Kruskal-Wallis* foi calculada pelo *Statistical Package for the Social Sciences* – SPSS® considerando $\alpha=0,05$. Para os níveis de significância menores que 0,05 ($p<0,05$), os resultados são significativos no *stricto sensu*, totalmente baseado na literatura. Quando os níveis de significância estiverem na faixa entre 0,05 e 0,07 ($0,07>p>0,05$), os resultados, por julgamento do pesquisador, são considerados significantes por estarem muito próximos do limite significativo.

Os dados foram consolidados e tabulados com o auxílio do software SPSS®. A estatística “visa estabelecer relações entre fenômenos, transformando os conjuntos complexos de dados em relações simples, quantificadas”. (FERREIRA, 1998, p.110).

A próxima etapa foi analisar a correlação dos clusters encontrados com as partes I e II do instrumento de pesquisa, como as variáveis são mensuradas ao nível

nominal, utilizar-se-á a correlação V de Cramer, a qual é mais indicada nesta situação¹² segundo Levin e Fox (2004).

Em etapa posterior foi avaliado o nível de ruído entre a percepção de cada cluster e a percepção do CMAS e da PMTS, para tanto foi criado um escore de ruído, o qual será utilizado para questões Q20A (Parte I), Q23 e Q24 (Parte II) e Q19 a Q22 (Parte III).

¹² O teste Qui-Quadrado não foi utilizado pois há muitas frequências esperadas com valores inferiores a 5, devido ao baixo número de respondentes, o que torna este teste não confiável (SIEGEL, 1981).

4 RESULTADOS OBTIDOS E ANÁLISES

Este capítulo apresenta os principais resultados obtidos, separando-os conforme a técnica utilizada em cada etapa para tabulação dos dados. Na primeira etapa, foram apresentadas as características da população, por meio da análise descritiva das questões da primeira e segunda parte do questionário. Em seguida, foram realizados análise de cluster com o objetivo de identificar perfis das entidades. Posteriormente, foi mensurado o nível de ruído de cada cluster obtido. Ao final, foram realizadas comparações entre as respostas das partes I e II do instrumento de pesquisa com as respostas da parte III, a fim de testar as hipóteses levantadas no item 2.6.

4.1 Perfil das organizações e dirigentes

Para investigar a qualidade da comunicação, é imprescindível analisar as partes envolvidas neste processo, pois a mensagem é sempre metade de quem emite e metade de quem a recebe e processa, ou seja, envolvem o emissor e o receptor. Como o perfil de cada um destes usuários interfere, diretamente, no resultado da comunicação, faz-se necessário analisar o perfil das organizações e dos dirigentes destas, assunto este abordado a seguir.

A amostra foi composta de 35 (trinta e cinco) entidades de assistência social, representando 87,50% da população¹³, sendo que 51,43% destas entidades possuem atendimento local/comunitário, nos bairros e comunidades onde possuem suas sedes e 31,43% atuam no município de Taboão da Serra. Todas as entidades pesquisadas são constituídas juridicamente (registradas) como associação ou sociedade civil sem fins lucrativos, localizadas no município de Taboão da Serra, no Estado de São Paulo, sendo que 30 possuem certificação e 5 delas não possuem.

A área de atuação está demonstrada na tabela 1, sendo que foi aberta a possibilidade do respondente marcar mais de uma área de atuação:

¹³ Sobre população e amostra ver seção 1.6.2 Delimitação da população do capítulo 1.

Tabela 1 – Área de atuação

Áreas de atuação	Qtde.	%
1	11	31,4%
2	11	31,4%
3	5	14,3%
4 ou mais	8	22,9%
Total	35	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa

Como nas questões 4 (áreas de atuação), 5 (serviços prestados) e 6 (público-alvo) havia a possibilidade de marcar uma ou mais alternativas, a análise será realizada de acordo com a quantidade de entidades que atuam em determinada área, que oferecem os serviços prestados e a quantidade de entidades que atuam com um determinado público.

Dentre as áreas de atuação, três predominam na população pesquisada: assistência social (27), educação/profissionalização (13) e geração de trabalho de renda (11).

A capacitação profissional é um dos serviços mais oferecidos pelas entidades, sendo que 19 oferecem este serviço, 17 oferecem serviços de alfabetização, 11 oferecem serviços de organização comunitária e 10 oferecem educação popular.

Dos beneficiários atendidos pelas entidades crianças e adolescentes são atendidos por 25, as associações representam o público de 14, migrantes ou imigrantes, negros e/ou quilombolas são atendidos por 9 e idosos (Terceira Idade) tem atendimento de 8 entidades.

A distribuição dos colaboradores é apresentada na tabela 2, demonstrada a seguir:

Tabela 2 – Distribuição dos colaboradores

Colaboradores	Frequência			
	Empregados	Terceiros	Estagiários	Voluntários
Nenhum	16	25	32	4
1 a 10	10	10	3	30
11 a 20	6	0	0	1
mais que 21	3	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 2, observou-se que nenhuma das entidades pesquisadas possui

mais de 10 prestadores de serviços ou estagiários. Por outro lado, 3 delas possuem mais de 21 empregados. O que demonstra que a maioria das entidades pesquisadas atua com pouca profissionalização, ou seja, com poucos e na maioria delas (16) sem nenhum empregado, o que pode dificultar as atividades das entidades e a própria prestação de contas uma vez que estas entidades não possuem profissionais para desenvolverem estas atividades. Verificou-se também que 14 entidades nunca participaram de eventos, 5 participaram de apenas 1 e 16 participaram de 2 ou mais eventos. Além disso, a maioria (27) não possui uma missão.

Como visto anteriormente (capítulo 2) para a entidade se manter sustentável esta precisa estar efetivamente dimensionada para atingir seus objetivos, para isto são necessários especialização e profissionalismo. O desafio da sustentabilidade envolve não só o levantamento e a utilização adequada dos recursos implicam também em investir no desenvolvimento das pessoas que fazem parte da organização, melhorando a qualidade dos serviços. Melhoria esta que deve abranger todos os serviços da organização, ou seja, tanto os serviços prestados aos seus usuários diretos, quanto às atividades internas, tais como elaboração dos relatórios financeiros e prestações de contas.

Estas entidades têm como objetivo institucional provocar mudanças sociais, para cumprir a sua missão e garantir sua sustentabilidade se faz necessário que estes objetivos e a razão da existência delas sejam claras. O fato é que se estas entidades não possuem missão, pode ocorrer que seus objetivos e sua razão não estão bem definidos dificultando o desenvolvimento de suas atividades, a gestão e até mesmo a busca e a empregabilidade destes recursos.

A distribuição por volume de recursos captados é mostrada na tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição por volume de recursos captados – Ano 2006

Volume de recursos captados	Freqüência
até 5 mil	14
acima de 5 mil até 10 mil	4
acima de 10 mil até 25 mil	4
acima de 35 mil até 50 mil	10
acima de 50 mil até 100 mil	1
acima de 100 mil até 250 mil	1
acima de 250 mil até 500 mil	1

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a tabela 3, percebeu-se que a maioria das entidades capta até R\$ 50 mil reais, apenas uma capta acima de R\$ 250 mil. Em média 35% dos recursos são de origem própria (recursos decorrentes de prestação de serviços da Entidade), 41% são provenientes da rede pública (subvenções, convênios e parcerias com órgãos públicos), 10% são decorrentes de doações e parcerias com empresas (origem privada), 6% vem de doações eventuais e 8% são provenientes de mensalidades/doações associados (recursos próprios).

Assim, aproveitando a análise descritiva dos recursos captados foi verificado se existe relação entre o perfil da organização e a evidenciação contábil. Para tanto foi analisado o volume de recursos captados (Q8) com os relatórios elaborados (Q20A). Esta relação está demonstrada na tabela 4:

Tabela 4 – Comparação entre volume de recursos captados (Q8) e relatórios elaborados (Q20A)

Assertivas	até 5 mil		5 a 10 mil		10 a 25 mil		35 a 50 mil		50 a 100 mil		100 a 500 mil	
	sim	não	sim	não	sim	não	sim	não	sim	não	sim	não
Q20A.1 Balanço Patrimonial	4	10	2	2	3	1	10	0	1	0	1	0
Q20A.2 Demonstração do Resultado do Exercício	4	10	2	2	4	0	10	0	1	0	1	0
Q20A.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	2	12	1	3	3	1	10	0	1	0	1	0
Q20A.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	2	12	1	3	2	2	10	0	1	0	1	0
Q20A.5 Notas Explicativas	2	12	0	4	3	1	10	0	1	0	1	0
Q20A.6 Fluxo de Caixa	6	8	0	4	2	2	3	7	1	0	1	0
Q20A.7 Relatório de Atividades	6	8	2	2	3	1	10	0	1	0	1	0
Q20A.8 Relatório de Evolução dos Projetos	5	9	1	3	1	3	2	8	1	0	0	1
Q20A.9 Balanço Social	1	13	1	3	1	3	3	7	1	0	0	1
Q20A.10 Demonstração do Valor Agregado	3	11	0	4	0	4	2	8	1	0	0	1

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a tabela 4 observou-se que as entidades pesquisadas que possuem maior volume de recursos elaboram mais relatórios financeiros, demonstrando uma maior evidenciação contábil. Portanto as entidades com menos recursos elaboram menos relatórios financeiros e apresentam uma diferença de percepção sobre a importância da elaboração destes relatórios em relação ao Poder Público possuindo assim um alto nível de ruído.

Como os recursos destas entidades são provenientes da contribuição de terceiros, estas têm responsabilidade perante os seus “patrocinadores”, a não elaboração dos relatórios financeiros e a não elaboração de prestação de contas levam a estas perderem estas fontes de recursos.

O gráfico 3 demonstra a correlação dos relatórios elaborados por níveis de volume de recursos recebidos.

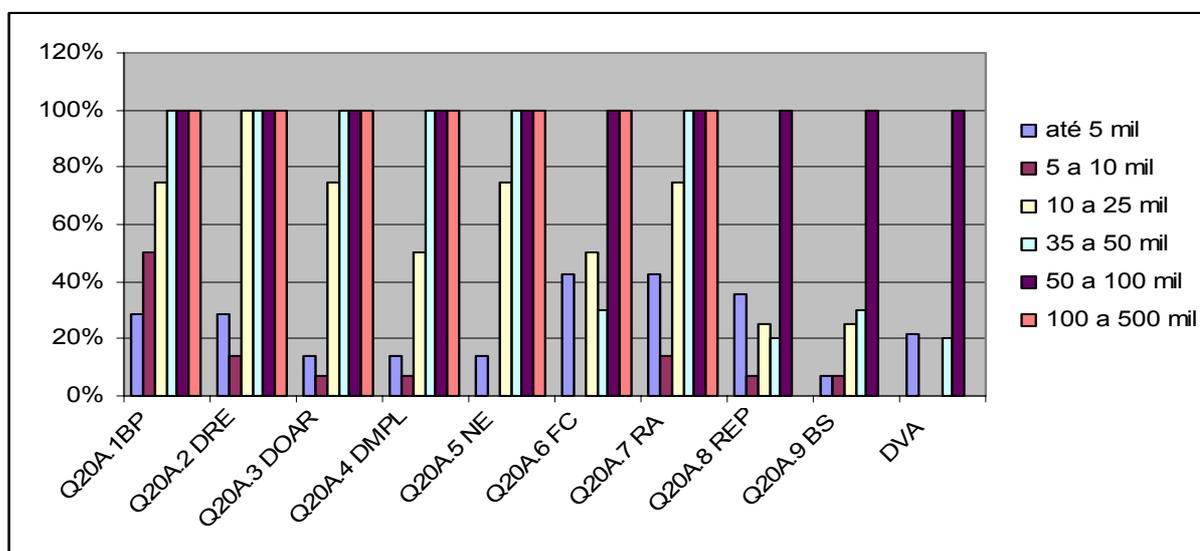


Gráfico 3: Correlação volume de recursos e relatórios elaborados
Fonte: Elaborado pela autora

Na análise do perfil do dirigente foi observado que 48,57% são do sexo feminino e 51,43% são do sexo masculino, não havendo assim uma predominância significativa.

Seguindo o objetivo de identificar se existe relação entre o perfil do dirigente e a evidenciação contábil, a análise foi realizada em relação à faixa etária (Q15) e os relatórios elaborados (Q20A). Esta relação está demonstrada na tabela 5.

Tabela 5 – Comparação entre faixa etária (Q15) e relatórios elaborados Q20A

Assertivas	10,12 ha 35 anos		36 a 45 anos		46 a 55 anos		56 a 65 anos		acima de 66 anos	
	sim	não	sim	não	sim	não	sim	não	sim	não
Q20A.1 Balanço Patrimonial	1	0	4	1	11	5	9	5	1	0
Q20A.2 Demonstração do Resultado do Exercício	1	0	5	0	11	5	9	5	1	0
Q20A.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	1	0	3	2	10	6	6	8	0	1
Q20A.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	1	0	2	3	10	6	6	8	0	1
Q20A.5 Notas Explicativas	1	0	3	2	9	7	6	8	0	1
Q20A.6 Fluxo de Caixa	1	0	1	4	8	8	4	10	1	0
Q20A.7 Relatório de Atividades	1	0	4	1	12	4	7	7	0	1
Q20A.8 Relatório de Evolução dos Projetos	1	0	3	2	5	11	0	14	0	1
Q20A.9 Balanço Social	1	0	3	2	4	12	0	14	0	1
Q20A.10 Demonstração do Valor Agregado	1	0	1	4	5	11	0	14	0	1

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a tabela 5 observou-se que não existe variação significativa entre a faixa etária dos dirigentes e a evidenciação contábil, como pode ser mais bem visualizado no gráfico 4.

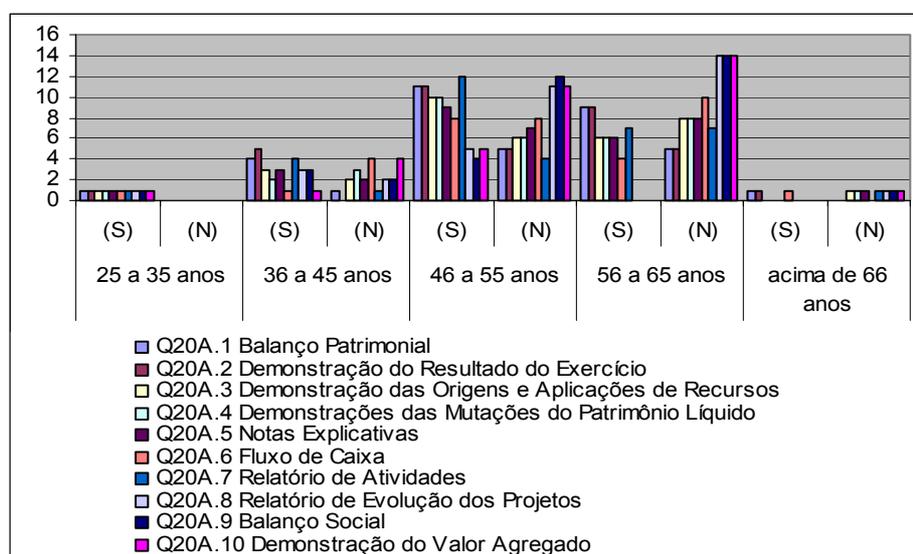


Gráfico 4 – Correlação faixa etária e evidenciação contábil

Fonte: Elaborado pela autora

Seguindo a análise foi verificado que apenas 2 recebem pelos serviços prestados. A distribuição por grau de escolaridade é apresentada na tabela 6.

Tabela 6 – Grau de escolaridade do dirigente

Grau de escolaridade	Frequência
Pós-graduado/Mestrado/Doutorado	1
Superior	11
Curso técnico profissionalizante	3
Ensino médio (2º grau)	10
Ensino fundamental (1º grau)	9
Não respondeu	1

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 6 foi constatado que a maioria (22) possui apenas até o ensino médio (incluindo o curso técnico).

Em relação ao número de horas semanais dedicadas à entidade, observou-se que 8 (oito) dos dirigentes dedicam menos de 5 horas semanais, 8 (oito) dedicam

de 6 a 10 horas, 8 (oito) dedicam de 11 a 20 horas e 11 (onze) dirigentes dedicam mais de 21 horas semanais à entidade.

Neste ponto a análise foi realizada em relação ao tempo do dirigente destinado às atividades da organização (Q17) e a evidenciação contábil (Q20A). Esta relação está demonstrada na tabela 7:

Tabela 7 – Comparação entre Q17 e Q20A

Assertiva	1 a 5 hs		6 a 10 hs		11 a 20 hs		mais de 31 hs	
	sim	não	sim	não	sim	não	sim	não
Q20A.1 Balanço Patrimonial	2	6	6	2	7	1	8	3
Q20A.2 Demonstração do Resultado do Exercício	3	5	6	2	7	1	9	2
Q20A.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	0	8	6	2	7	1	7	4
Q20A.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	0	8	5	3	7	1	7	4
Q20A.5 Notas Explicativas	0	8	5	3	7	1	6	5
Q20A.6 Fluxo de Caixa	1	7	3	5	5	3	4	7
Q20A.7 Relatório de Atividades	0	8	7	1	7	1	8	3
Q20A.8 Relatório de Evolução dos Projetos	0	8	1	7	0	8	6	5
Q20A.9 Balanço Social	0	8	2	6	0	8	4	7
Q20A.10 Demonstração do Valor Agregado	0	8	1	7	0	8	4	7

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a tabela 7, percebeu-se que a maior entidade com dirigente que dedica mais tempo à organização, é a evidenciação contábil, ou seja, quanto maior a atuação do dirigente, mais relatórios financeiros são elaborados, demonstrando uma maior preocupação com a evidenciação contábil, e estando com uma percepção mais próxima do Poder Público, apresentando, assim, menos ruído, conforme pode ser observado no gráfico 5:

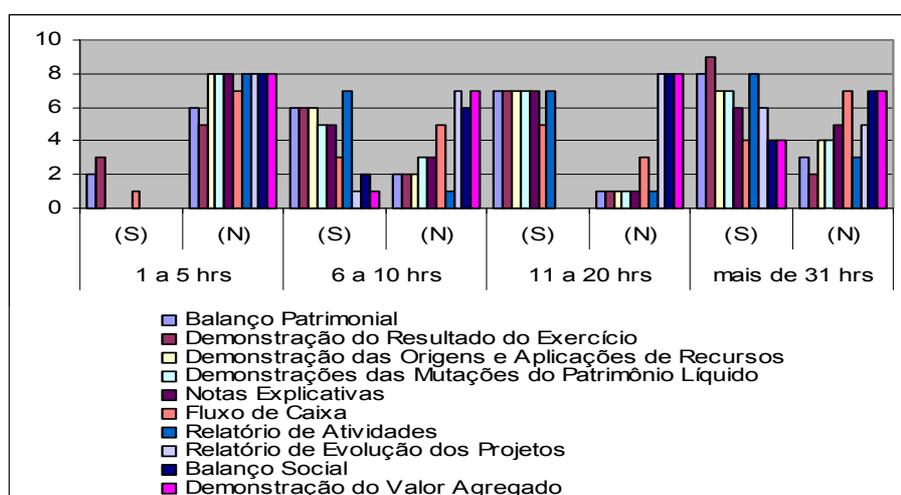


Gráfico 5 – Correlação tempo dos dirigentes dedicados à entidade e evidenciação contábil

Fonte: Elaborado pela autora

Desta forma pode-se observar que quando os dirigentes participam mais da administração da entidade, ou se fazem mais presente, têm maior preocupação com a elaboração dos relatórios financeiros (evidenciação contábil).

O grau de conhecimento dos dirigentes acerca de contabilidade é mostrado na tabela 8.

Tabela 8 – Conhecimento sobre contabilidade

Conhecimento sobre contabilidade	Frequência
inexistente	2
fraco	9
razoável	9
bom	8
muito bom	3
Não respondeu	4

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 8, foi constatado que a maioria, (20), possui pouco conhecimento. Apenas 11 declararam possuir bom/muito conhecimento. Por outro lado, 18 afirmam perceber a relação entre as demonstrações contábeis e o papel da entidade, 12 não percebem a relação e 5 deixaram de responder à questão (Q24).

Como visto anteriormente, o nível de conhecimento da fonte sobre o assunto também influencia a mensagem, portanto, o pouco conhecimento sobre o instrumento de comunicação também faz parte das causas que interferem no processo de comunicação.

4.2 Formação de *clusters* de entidades

Para avaliar a percepção das entidades acerca da sua comunicação com a PMTS, sua percepção dos relatórios financeiros, seu entendimento e grau de relevância das demonstrações contábeis, foi realizada uma análise de *cluster*. Primeiramente, procurou-se definir estes *clusters* comparando as questões 19 a 22 com o perfil da organização (Parte I) e do dirigente (Parte II), porém, constatando que as respostas das assertivas não tinham uma correlação com os perfis da parte I e II do instrumento foram analisadas as questões 19 a 22 da terceira parte do instrumento de pesquisa. O objetivo foi separar as entidades de acordo com sua

percepção para que, ao final, pudesse ser definido o nível de ruído na comunicação entre estes clusters e o Poder Público – CMAS e PMTS.

Inicialmente, foram testados sete métodos de aglomeração hierárquicos (método *Ward*, método do centróide, *average linkage between groups*, *average linkage within groups*, *complete linkage furthest neighbor*, *single linkage nearest neighbor* e *median method*), uma vez que *a priori*, não havia um número determinado de clusters. O método que melhor mostrou a separação entre os *clusters* foi o método *Ward*. Este método minimiza o quadrado da distância euclidiana às médias dos aglomerados, combinando clusters com um pequeno número de observações (HAIR et al, 2005).

Assim, para formar os *clusters* procurou-se grupos com grande homogeneidade entre si. Quando a junção de dois clusters implicava em diminuição desta homogeneidade, foi mantido então cluster separado. Isso pode ser visualizado por meio do dendograma abaixo (figura 4), o qual formou 4 *clusters* distintos.

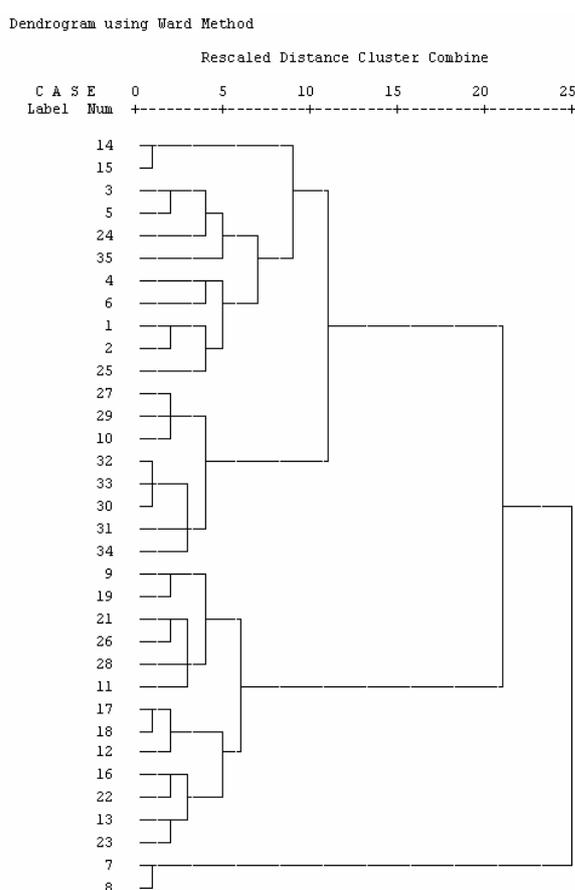


Figura 4 – Dendograma
Fonte: Elaborado pela autora

Percebeu-se, assim, que as 35 entidades desta pesquisa podem ser agrupadas em 4 *clusters* distintos. O primeiro foi formado por 11 entidades (14, 15, 3, 5, 24, 35, 4, 6, 1, 2 e 25), o segundo por 13 (9, 19, 21, 26, 28, 11, 17, 18, 12, 16, 22, 13 e 23), o terceiro por 8 (27, 29, 10, 32, 33, 30, 31 e 34) e o quarto foi composto por apenas duas entidades (7 e 8). Uma das entidades deixou de responder uma das questões e foi excluída da análise.

Vale ressaltar que, analisando o *cluster* 4, pode-se observar que este grupo apresenta inconsistências nas respostas, talvez, em decorrência deste ser composto por apenas 2 entidades.

Para verificar em quais das variáveis os 4 *clusters* possuem opiniões diferentes, isto é, determinar quais são as variáveis discriminadoras, foi utilizado o teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis*. No entanto, como o 4º *cluster* é composto por apenas 2 sujeitos, ele não será incluído nesta comparação. Sua análise será feita mais adiante. Os resultados do teste de *Kruskal-Wallis* são apresentados na tabela 9.

Tabela 9 – Teste de *Kruskal-Wallis*

Assertivas	Qui-quadrado	Graus de liberdade	Significância
Q19.1 Identificação direitos e obrigações das entidades	,537	2	,764
Q19.2 Comunicação sobre resultado de pedidos junto ao CMAS	,127	2	,939
Q19.3 Acesso a situação cadastral junto ao CMAS	3,191	2	,203
Q19.4 Identificação evolução dos projetos e resultados	7,853	2	,020
Q19.5 Demonstração recebimento/ aplicação de recursos	2,745	2	,254
Q19.6 Demonstração aplicação de recursos próprios	4,412	2	,110
Q19.7 Avaliação resultado do projeto	4,303	2	,116
Q19.8 Prazo é adequado para prestação de contas	11,800	2	,003
Q19.9 Prazo permite intervenções durante	11,924	2	,003
Q20B.1 Balanço Patrimonial	11,475	2	,003
Q20B.2 Demonstração do Resultado do Exercício	8,038	2	,018
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	14,177	2	,001
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	14,217	2	,001
Q20B.5 Notas Explicativas	17,444	2	,000
Q20B.6 Fluxo de Caixa	6,321	2	,042
Q20B.7 Relatório de Atividades	7,891	2	,019
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	6,325	2	,042
Q20B.9 Balanço Social	3,629	2	,163
Q20B.10 Demonstração do Valor Agregado	5,336	2	,069
Q21.1 obrigações com fornecedores	6,186	2	,045
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	8,062	2	,018
Q21.3 empréstimos e financiamentos	9,369	2	,009
Q21.4 disponibilidades imediatas	14,228	2	,001
Q21.5 direitos a receber	5,447	2	,066
Q21.6 provisões para contingências trabalhistas	4,816	2	,090
Q21.7 informações quantitativas	8,259	2	,016

Assertivas	Qui-quadrado	Graus de liberdade	Significância
Q21.8 recursos não-financeiros	6,549	2	,038
Q21.9 imobilizado	10,973	2	,004
Q21.10 fundo irrestrito	16,684	2	,000
Q21.11 fundo temporariamente restrito	14,122	2	,001
Q21.12 fundo permanentemente restrito	14,637	2	,001
Q21.13 compreensibilidade das informações	8,005	2	,018
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	6,930	2	,031
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	9,129	2	,010
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	14,669	2	,001
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	16,784	2	,000
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	16,784	2	,000
Q22.1 obrigações com fornecedores	16,623	2	,000
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	12,897	2	,002
Q22.3 empréstimos e financiamentos	15,199	2	,001
Q22.4 disponibilidades imediatas	21,549	2	,000
Q22.5 direitos a receber	16,204	2	,000
Q22.6 provisões para contingências trabalhistas	13,014	2	,001
Q22.7 informações quantitativas	7,383	2	,025
Q22.8 recursos não-financeiros	3,967	2	,138
Q22.9 imobilizado	5,687	2	,058
Q22.10 fundo irrestrito	2,853	2	,240
Q22.11 fundo temporariamente restrito	3,091	2	,213
Q22.12 fundo permanentemente restrito	3,091	2	,213
Q22.13 compreensibilidade das informações	4,708	2	,095
Q22.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	1,472	2	,479
Q22.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	,960	2	,619
Q22.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	1,561	2	,458
Q22.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	2,614	2	,271
Q22.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	1,281	2	,527

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 9, observou-se que a significância do teste de *Kruskall-Wallis* apresentou valor inferior a 0,05 apenas para as assertivas¹⁴ Q19.4 (Identificação evolução dos projetos e resultados), Q19.8 (Prazo é adequado para prestação de contas), Q19.9 (Prazo permite intervenções durante), Q20B.1 (Balanço Patrimonial), Q20B.2 (Demonstração do Resultado do Exercício), Q20B.3 (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos), Q20B.4 (Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido), Q20B.5 (Notas Explicativas), Q20B.6 (Fluxo de Caixa), Q20B.7 (Relatório de Atividades), Q20B.8 (Relatório de Evolução dos Projetos), Q21.1 (obrigações com fornecedores), Q21.2 (obrigações com empregados e

¹⁴ Vale ressaltar que a questão 20 refere-se à importância atribuída aos relatórios financeiros, a questão 21 refere-se ao conhecimento acerca deste e a questão 22 relaciona-se com a relevância dos itens das demonstrações.

colaboradores), Q21.3 (empréstimos e financiamentos), Q21.4 (disponibilidades imediatas), Q21.7 (informações quantitativas), Q21.8 (recursos não-financeiros), Q21.9 (imobilizado), Q21.10 (fundo irrestrito), Q21.11 (fundo temporariamente restrito), Q21.12 (fundo permanentemente restrito), Q21.13 (compreensibilidade das informações), Q21.14 (integridade, capacidade de comprovação e neutralidade), Q21.15 (informações que fornecem ferramentas úteis para decisão), Q21.16 (informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos), Q21.17 (informações para os provedores avaliarem os serviços da organização), Q21.18 (informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores), Q22.1 (obrigações com fornecedores), Q22.2 (obrigações com empregados e colaboradores), Q22.3 (empréstimos e financiamentos), Q22.4 (disponibilidades imediatas), Q22.5 (direitos a receber), Q22.6 (provisões para contingências trabalhistas), Q22.7 (informações quantitativas). Isto indica que há pelo menos um *cluster* que se diferencia dos demais em cada uma destas assertivas. Nas outras questões as opiniões dos três *clusters* são iguais. Assim, inicialmente foi mostrado as opiniões em relação a estas questões antes da apresentação das diferenças.

Para analisar mais detalhadamente quais foram as opiniões das entidades em relação a estas questões, agrupou-se na tabela 10 as escalas 'concordo plenamente' e 'concordo parcialmente' foram agrupadas como 'concordo' e as escalas 'discordo plenamente' e 'discordo parcialmente' como 'discordo' para as questões 19 e 21.

Tabela 10 – Frequência de respostas

Assertivas	Clusters 1 a 3			Cluster 4		
	D ¹⁵	I	C	D	I	C
Q19.1 Identificação direitos e obrigações das entidades	7	1	24	0	0	2
Q19.2 Comunicação sobre resultado de pedidos junto ao CMAS	4	3	25	0	0	2
Q19.3 Acesso a situação cadastral junto ao CMAS	6	0	26	2	0	0
Q19.5 Demonstração recebimento/ aplicação de recursos	8	1	23	2	0	0
Q19.6 Demonstração aplicação de recursos próprios	6	2	24	0	0	2
Q19.7 Avaliação resultado do projeto	7	0	25	0	0	2
Q21.5 direitos a receber	6	3	23	2	0	0
Q21.6 provisões para contingências trabalhistas	18	6	8	2	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

¹⁵ D = discordo, I = indiferente, C = concordo

Pela tabela 10 constatou-se que as entidades pesquisadas tendem a concordar que há identificação dos direitos e obrigações (Q19.1), demonstração de aplicação de recursos próprios (Q19.6) e avaliação do resultado do projeto (Q19.7) em sua comunicação com a PMTS. Além disso, afirmam que há comunicação sobre resultados de pedidos junto ao CMAS (Q19.2).

Por outro lado, apenas os sujeitos do *cluster* 4 tendem a discordar do acesso a situação cadastral (Q19.3) e afirmam que não há demonstração de recebimento/aplicação de recursos (Q19.5).

Já no que se refere aos relatórios financeiros, as entidades tendem a discordar que estes demonstrem as provisões para contingências trabalhistas (Q21.6), mas apenas o cluster 4 discorda que demonstrem os direitos a receber (Q21.5).

Para analisar mais detalhadamente quais são as opiniões das entidades em relação às questões 20B e 22, foram agrupadas na tabela 11 as escalas ‘nenhuma’ e ‘pouca’ formando a categoria ‘pouca’ e as opções ‘muita’ e ‘extrema’ como ‘muita’.

Tabela 11 – Freqüência de respostas

Assertivas	Clusters 1 a 3		Cluster 4	
	Pouca	Muita	Pouca	Muita
Q20B.9 Balanço Social	25	7	0	2
Q20B.10 Demonstração do Valor Agregado	28	4	0	2
Q22.8 recursos não-financeiros	18	14	2	0
Q22.9 imobilizado	10	22	2	0
Q22.10 fundo irrestrito	25	7	2	0
Q22.11 fundo temporariamente restrito	25	7	2	0
Q22.12 fundo permanentemente restrito	25	7	2	0
Q22.13 compreensibilidade das informações	5	27	2	0
Q22.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	3	29	2	0
Q22.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	2	30	2	0
Q22.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	1	31	2	0
Q22.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	1	31	2	0
Q22.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	1	31	2	0

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a tabela 11, foi verificado que as entidades dos *clusters* 1 a 3 atribuem pouca importância ao balanço social (Q20B.9) e à demonstração do valor

agregado (Q20B.10) como relatórios financeiros, enquanto que o cluster 4 considera muito importante. Por outro lado, o cluster 4 considera muito relevante o imobilizado (Q22.9), enquanto que os clusters 1 a 3 consideram pouco relevante.

Além disso, observou-se que as entidades, no geral, consideram pouco relevante os recursos não financeiros (Q22.8), fundo irrestrito (Q22.10), temporariamente restrito (Q22.11) e permanentemente restrito (Q22.12).

Por outro lado, a compreensibilidade das informações (Q22.13), integridade, capacidade de comprovação e neutralidade (Q22.14), informações que fornecem ferramentas úteis para decisão (Q22.15), 16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos (Q22.16), para os provedores avaliarem os serviços da organização (Q22.17) e informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores (Q22.18) são consideradas altamente relevantes pelos clusters 1 a 3, mas pouco relevantes pelo *cluster* 4.

Em seguida, para analisar mais profundamente o perfil dos clusters obtidos, foi utilizado o teste de *Mann-Whitney* e comparando todos os *clusters* 2 a 2 para as variáveis que apresentaram valor de significância menor do que 0,05 no teste de *Kruskall-Wallis*, ou seja, aquelas que apresentaram alguma diferença entre os clusters.

Na tabela 12 são apresentados os resultados deste teste quando comparado com as respostas dos clusters 1 e 2.

Tabela 12 – Teste de *Mann-Whitney*: comparação entre os clusters 1 e 2

Assertivas	Mann-Whitney U	Z	Significância
Q19.4 Identificação evolução dos projetos e resultados	30,500	-2,526	,012
Q19.8 Prazo é adequado para prestação de contas	32,000	-2,552	,011
Q19.9 Prazo permite intervenções durante	29,000	-2,542	,011
Q20B.1 Balanço Patrimonial	36,000	-2,171	,030
Q20B.2 Demonstração do Resultado do Exercício	40,500	-1,942	,052
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	35,500	-2,248	,025
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	32,000	-2,393	,017
Q20B.5 Notas Explicativas	18,000	-3,298	,001
Q20B.6 Fluxo de Caixa	37,000	-2,167	,030
Q20B.7 Relatório de Atividades	44,000	-2,110	,035
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	62,500	-,567	,571
Q21.1 obrigações com fornecedores	44,500	-1,731	,084
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	47,000	-1,582	,114
Q21.3 empréstimos e financiamentos	34,500	-2,317	,021
Q21.4 disponibilidades imediatas	27,500	-2,637	,008
Q21.7 informações quantitativas	30,500	-2,560	,010
Q21.8 recursos não-financeiros	33,000	-2,315	,021
Q21.9 imobilizado	29,500	-2,572	,010

Assertivas	Mann-Whitney U	Z	Significância
Q21.10 fundo irrestrito	17,500	-3,320	,001
Q21.11 fundo temporariamente restrito	28,000	-2,694	,007
Q21.12 fundo permanentemente restrito	26,000	-2,833	,005
Q21.13 compreensibilidade das informações	34,000	-2,378	,017
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	32,500	-2,532	,011
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	27,500	-2,866	,004
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	33,000	-2,451	,014
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	19,000	-3,223	,001
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	19,000	-3,223	,001
Q22.1 obrigações com fornecedores	13,500	-3,678	,000
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	21,000	-3,261	,001
Q22.3 empréstimos e financiamentos	13,500	-3,670	,000
Q22.4 disponibilidades imediatas	8,500	-4,025	,000
Q22.5 direitos a receber	11,500	-3,781	,000
Q22.6 provisões para contingências trabalhistas	13,500	-3,672	,000
Q22.7 informações quantitativas	50,000	-1,340	,180

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 12, foi observado que as opiniões do *cluster 1* são semelhantes às do *cluster 2* nas assertivas Q20B.2 (Demonstração do Resultado do Exercício), Q20B.8 (Relatório de Evolução dos Projetos), Q21.1 (obrigações com fornecedores), Q21.2 (obrigações com empregados e colaboradores) e Q22.7 (informações quantitativas), uma vez que a significância do teste de *Mann-Whitney* resultou num valor superior a 0,05 nestas variáveis.

A seguir, na tabela 13, apresenta-se os resultados para a comparação entre os clusters 1 e 3.

Tabela 13 – Teste de *Mann-Whitney*: comparação entre os clusters 1 e 3

Assertivas	Mann-Whitney U	Z	Significância
Q19.4 Identificação evolução dos projetos e resultados	38,500	-,475	,635
Q19.8 Prazo é adequado para prestação de contas	27,000	-1,583	,113
Q19.9 Prazo permite intervenções durante	26,000	-1,585	,113
Q20B.1 Balanço Patrimonial	10,500	-2,951	,003
Q20B.2 Demonstração do Resultado do Exercício	15,500	-2,574	,010
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	5,000	-3,375	,001
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	4,000	-3,432	,001
Q20B.5 Notas Explicativas	3,000	-3,600	,000
Q20B.6 Fluxo de Caixa	21,500	-1,989	,047
Q20B.7 Relatório de Atividades	24,000	-2,146	,032
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	20,000	-2,065	,039
Q21.1 obrigações com fornecedores	20,000	-2,230	,026
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	16,000	-2,703	,007
Q21.3 empréstimos e financiamentos	15,000	-2,608	,009
Q21.4 disponibilidades imediatas	5,500	-3,343	,001

Q21.7 informações quantitativas	32,000	-1,078	,281
Q21.8 recursos não-financeiros	27,500	-1,400	,162
Q21.9 imobilizado	10,000	-2,971	,003
Q21.10 fundo irrestrito	43,000	-,100	,920
Q21.11 fundo temporariamente restrito	33,500	-1,003	,316
Q21.12 fundo permanentemente restrito	37,000	-,701	,483
Q21.13 compreensibilidade das informações	42,000	-,176	,860
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	36,500	-,656	,512
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	41,500	-,220	,826
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	25,000	-1,679	,093
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	34,000	-,889	,374
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	34,000	-,889	,374
Q22.1 obrigações com fornecedores	11,000	-2,924	,003
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	16,000	-2,505	,012
Q22.3 empréstimos e financiamentos	15,000	-2,528	,011
Q22.4 disponibilidades imediatas	6,000	-3,332	,001
Q22.5 direitos a receber	14,000	-2,634	,008
Q22.6 provisões para contingências trabalhistas	42,000	-,173	,863
Q22.7 informações quantitativas	30,000	-1,211	,226

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 13 foi constatado que a significância do teste de *Mann-Whitney* resultou num valor superior a 0,05 nas variáveis Q19.4 (Identificação evolução dos projetos e resultados), Q19.8 (Prazo é adequado para prestação de contas), Q19.9 (Prazo permite intervenções durante), Q21.7 (informações quantitativas), Q21.8 (recursos não-financeiros), Q21.10 (fundo irrestrito), Q21.11 (fundo temporariamente restrito), Q21.12 (fundo permanentemente restrito), Q21.13 (compreensibilidade das informações), Q21.14 (integridade, capacidade de comprovação e neutralidade), Q21.15 (informações que fornecem ferramentas úteis para decisão), Q21.16 (informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos), Q21.17 (informações para os provedores avaliarem os serviços da organização), Q21.18 (informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores), Q22.6 (provisões para contingências trabalhistas) e Q22.7 (informações quantitativas). Isto indica que as opiniões do cluster 1 são diferentes às do cluster 3 nestas assertivas.

A seguir, na tabela 14, apresenta-se os resultados para a comparação entre os *clusters* 2 e 3.

Tabela 14 – Teste de *Mann-Whitney*: comparação entre os clusters 2 e 3

Assertivas	Mann-Whitney U	Z	Significância
Q19.4 Identificação evolução dos projetos e resultados	23,000	-2,211	,027
Q19.8 Prazo é adequado para prestação de contas	14,000	-2,935	,003
Q19.9 Prazo permite intervenções durante	13,000	-2,962	,003

Q20B.1 Balanço Patrimonial	26,000	-2,160	,031
Q20B.2 Demonstração do Resultado do Exercício	34,500	-1,550	,121
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	22,000	-2,368	,018
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	25,000	-2,121	,034
Q20B.5 Notas Explicativas	38,000	-1,284	,199
Q20B.6 Fluxo de Caixa	47,500	-395	,693
Q20B.7 Relatório de Atividades	48,000	-,784	,433
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	22,000	-2,298	,022
Q21.1 obrigações com fornecedores	42,000	-,975	,330
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	36,000	-1,695	,090
Q21.3 empréstimos e financiamentos	42,000	-,975	,330
Q21.4 disponibilidades imediatas	29,500	-1,893	,058
Q21.7 informações quantitativas	24,500	-2,199	,028
Q21.8 recursos não-financeiros	31,500	-1,545	,122
Q21.9 imobilizado	47,000	-,456	,648
Q21.10 fundo irrestrito	7,000	-3,548	,000
Q21.11 fundo temporariamente restrito	7,000	-3,548	,000
Q21.12 fundo permanentemente restrito	7,000	-3,548	,000
Q21.13 compreensibilidade das informações	22,000	-2,501	,012
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	32,500	-1,891	,059
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	22,500	-2,387	,017
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	4,500	-3,716	,000
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	4,000	-3,680	,000
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	4,000	-3,680	,000
Q22.1 obrigações com fornecedores	47,000	-,532	,595
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	47,000	-,532	,595
Q22.3 empréstimos e financiamentos	46,000	-,635	,525
Q22.4 disponibilidades imediatas	49,500	-,356	,722
Q22.5 direitos a receber	46,000	-,635	,525
Q22.6 provisões para contingências trabalhistas	22,500	-2,558	,011
Q22.7 informações quantitativas	15,500	-2,819	,005

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 14, foi verificado que a significância do teste de *Mann-Whitney* resultou num valor superior a 0,05 nas variáveis Q20B.2 (Demonstração do Resultado do Exercício), Q20B.5 (Notas Explicativas), Q20B.6 (Fluxo de Caixa), Q20B.7 (Relatório de Atividades), Q21.1 (obrigações com fornecedores), Q21.2 (obrigações com empregados e colaboradores), Q21.3 (empréstimos e financiamentos), Q21.4 (disponibilidades imediatas), Q21.8 (recursos não-financeiros), Q21.9 (imobilizado), Q21.14 (integridade, capacidade de comprovação e neutralidade), Q22.1 (obrigações com fornecedores), Q22.2 (obrigações com empregados e colaboradores), Q22.3 (empréstimos e financiamentos), Q22.4 (disponibilidades imediatas) e Q22.5 (direitos a receber). Isto indica que as opiniões do cluster 2 são semelhantes às do cluster 3 nestas assertivas.

Desta forma, pode-se concluir que os *clusters* 1 e 2 possuem opiniões semelhantes nas assertivas Q20B.8 (Relatório de Evolução dos Projetos) e os *clusters* 1 e 3 possuem opiniões semelhantes nas assertivas Q19.4 (Identificação evolução dos projetos e resultados), Q19.8 (Prazo é adequado para prestação de contas), Q19.9 (Prazo permite intervenções durante), Q21.7 (informações quantitativas), Q21.10 (fundo irrestrito), Q21.11 (fundo temporariamente restrito), Q21.12 (fundo permanentemente restrito), Q21.13 (compreensibilidade das informações), Q21.15 (informações que fornecem ferramentas úteis para decisão), Q21.16 (informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos), Q21.17 (informações para os provedores avaliarem os serviços da organização), Q21.18 (informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores) e Q22.6 (provisões para contingências trabalhistas).

Já nas assertivas Q20B.5 (Notas Explicativas), Q20B.6 (Fluxo de Caixa), Q20B.7 (Relatório de Atividades), Q21.3 (empréstimos e financiamentos), Q21.4 (disponibilidades imediatas), Q21.9 (imobilizado), Q22.1 (obrigações com fornecedores), Q22.2 (obrigações com empregados e colaboradores), Q22.3 (empréstimos e financiamentos), Q22.4 (disponibilidades imediatas) e Q22.5 (direitos a receber) os *clusters* 2 e 3 possuem opiniões semelhantes.

Por outro lado, os *clusters* 1 e 3 possuem opiniões diferentes no que se refere às questões Q20B.2 (Demonstração do Resultado do Exercício), Q21.1 (obrigações com fornecedores), Q21.2 (obrigações com empregados e colaboradores), o *cluster* 2 se diferencia do *cluster* 3 na assertiva Q22.7 (informações quantitativas) e o *cluster* 1 se diferencia do 2 nas variáveis Q21.8 (recursos não-financeiros) e Q21.14 (integridade, capacidade de comprovação e neutralidade).

Para as assertivas Q20B.1 (Balanço Patrimonial), Q20B.3 (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos) e Q20B.4 (Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido) foi verificado que as opiniões dos 3 *clusters* são diferentes entre si.

Desta forma, apresenta-se inicialmente, na tabela 15, as opiniões dos *clusters* na variável em que os *clusters* 1 e 2 são semelhantes, ou seja, na assertiva em que o *cluster* 3 possui opinião diferente dos demais *clusters*. Novamente as escalas 'nenhuma' e 'pouca' foram agrupadas como 'pouca' e as escalas 'muita' e

‘extrema’ como ‘muita’.

Tabela 15 – Diferenças entre os clusters

Assertiva	Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3		Cluster 4	
	P ¹⁶	M	P	M	P	M	P	M
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	2	9	4	9	5	3	0	2

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a tabela 15, percebeu-se que os sujeitos dos clusters 1, 2 e 4 atribuem muita importância ao relatório de evolução dos projetos (Q20B.8), enquanto que o cluster 3 considera pouco importante.

Nas tabelas 16 e 17, apresenta-se as opiniões dos clusters nas variáveis em que os clusters 1 e 3 são semelhantes, isto é, em que o cluster 2 se diferencia dos demais.

Tabela 16 – Diferenças entre os clusters

Assertivas	Cluster 1			Cluster 2			Cluster 3			Cluster 4		
	D ¹⁷	I	C	D	I	C	D	I	C	D	I	C
Q19.4 Identificação evolução dos projetos e resultados	2	2	7	10	0	3	1	1	6	2	0	0
Q19.8 Prazo é adequado para prestação de contas	2	0	9	9	0	4	1	0	7	0	0	2
Q19.9 Prazo permite intervenções durante	2	4	5	10	0	3	1	0	7	0	0	2
Q21.7 informações quantitativas	2	4	5	10	1	2	1	6	1	0	0	2
Q21.10 fundo irrestrito	2	6	3	11	2	0	0	7	1	0	0	2
Q21.11 fundo temporariamente restrito	4	5	2	11	2	0	0	7	1	0	0	2
Q21.12 fundo permanentemente restrito	3	6	2	11	2	0	0	7	1	0	0	2
Q21.13 compreensibilidade das informações	5	1	5	12	1	0	4	0	4	0	0	2
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	3	2	6	11	0	2	2	0	6	0	0	2
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	3	2	6	10	0	3	0	0	8	2	0	0
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	2	2	7	11	0	2	0	0	8	2	0	0
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	2	2	7	11	0	2	0	0	8	2	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 16, foi observado que a maioria dos sujeitos dos clusters 1 e 3 tendem a concordar que, em sua comunicação com a PMTS, há identificação da

¹⁶ P = pouca, M = muita

¹⁷ D = discordo, I = indiferente, C = concordo

evolução dos projetos e resultados (Q19.4), o prazo é adequado para prestação de contas (Q19.8) e permite intervenções durante (Q19.9), enquanto que o cluster 2 tende a discordar. Por outro lado, o cluster 4 concorda que há identificação da evolução dos projetos e resultados, mas discorda do prazo.

Além disso, os sujeitos dos clusters 1 e 3 concordam que os relatórios financeiros demonstram informações que fornecem ferramentas úteis para decisão (Q21.15), informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos (Q21.16), para os provedores avaliarem os serviços da organização (Q21.17) e para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores (Q21.18). Já os sujeitos do cluster 4 concordam com o fato das informações fornecerem ferramentas úteis para decisão, mas discordam das demais, enquanto que o cluster 2 discorda das 4 assertivas.

Por outro lado, os sujeitos do cluster 4 concordam com que os relatórios fornecem informações quantitativas (Q21.7), fundo irrestrito (Q21.10), fundo temporariamente restrito (Q21.11) e fundo permanentemente restrito (Q21.12), enquanto que o cluster 2 discorda e para os clusters 1 e 3 é indiferente.

Já na assertiva Q21.13 (compreensibilidade das informações) observa-se que metade dos clusters 1 e 3 concorda e metade discorda, enquanto que o cluster 2 tende a discordar e o cluster 4 a concordar.

Tabela 17 – Diferenças entre os clusters

Assertiva	Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3		Cluster 4	
	P ¹⁸	M	P	M	P	M	P	M
Q22.6 provisões para contingências trabalhistas	4	7	0	13	5	3	2	0

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a tabela 17, constatou-se que a maioria dos sujeitos dos clusters 1, 3 e 4 consideram pouco relevante as provisões para contingências trabalhistas (Q22.6), enquanto que o cluster 2 considera muito relevante.

Na tabela 18 e 19, apresenta-se as opiniões dos clusters nas variáveis em que os clusters 2 e 3 são semelhantes.

¹⁸ P = pouca, M = muita

Tabela 18 – Diferenças entre os clusters

Assertivas	Cluster 1			Cluster 2			Cluster 3			Cluster 4		
	D ¹⁹	I	C	D	I	C	D	I	C	D	I	C
Q21.3 empréstimos e financiamentos	2	3	6	0	1	12	0	0	8	2	0	0
Q21.4 disponibilidades imediatas	3	5	3	1	1	11	0	0	8	2	0	0
Q21.9 imobilizado	1	4	6	1	1	11	0	0	8	0	2	0

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 18, foi verificado que os sujeitos dos clusters 2 e 3 tendem a concordar que os relatórios contábeis demonstram empréstimos e financiamentos (Q21.3) e o imobilizado (Q21.9), enquanto que o cluster 1 tende a concordar em menor proporção. Por outro lado, os sujeitos do cluster 4 são indiferentes em relação ao imobilizado e discordam dos empréstimos e financiamentos. Foi observado que ainda que os clusters 2 e 3, concordam que os relatórios demonstram disponibilidades imediatas (Q21.4), enquanto que o cluster 1 é indiferente e o cluster 4 discorda.

Tabela 19 – Diferenças entre os clusters

Assertiva	Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3		Cluster 4	
	P ²⁰	M	P	M	P	M	P	M
Q20B.5 Notas Explicativas	5	6	1	12	0	8	2	0
Q20B.6 Fluxo de Caixa	4	7	0	13	0	8	2	0
Q20B.7 Relatório de Atividades	3	8	0	13	0	8	2	0
Q22.1 obrigações com fornecedores	4	7	0	13	0	8	2	0
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	3	8	0	13	0	8	2	0
Q22.3 empréstimos e financiamentos	4	7	0	13	1	7	2	0
Q22.4 disponibilidades imediatas	7	4	0	13	0	8	2	0
Q22.5 direitos a receber	6	5	0	13	1	7	2	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 19, constatou-se que os sujeitos dos clusters 2 e 3 atribuem muita importância às notas explicativas (Q20B.5), ao fluxo de caixa (Q20B.6) e ao relatório de atividades (Q20B.7), enquanto que o cluster 4 considera pouco importante e o cluster 1 considera importante (mas em menor proporção). Além disso, verificamos que os clusters 2 e 3 consideram muito relevantes as obrigações com fornecedores (Q22.1), com empregados e colaboradores (Q22.2), os empréstimos e financiamento (Q22.3), as disponibilidades imediatas (Q22.4) e os direitos a receber (Q22.5),

¹⁹ D = discordo, I = indiferente, C = concordo

²⁰ P = pouca, M = muita

enquanto que os sujeitos do cluster 4 consideram pouco relevante e os do cluster 1 consideram importante embora em menor proporção, à exceção das disponibilidades imediatas.

Na tabela 20, apresentam-se as opiniões dos clusters nas variáveis em que os 3 clusters possuem opiniões distintas.

Tabela 20 – Diferenças entre os clusters

Assertivas	Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3		Cluster 4	
	P ²¹	M	P	M	P	M	P	M
Q20B.1 Balanço Patrimonial	5	6	12	1	0	8	2	0
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	6	5	3	10	0	8	0	2
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7	4	4	9	0	8	2	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 20, foi observado que os sujeitos dos clusters 2 e 4 consideram pouco importante o balanço patrimonial (Q20B.1), enquanto que o cluster 3 considera muito importante, assim como metade do cluster 1. Em relação à demonstração das origens e aplicações de recursos (Q20B.3) observou-se que os clusters 3 e 4 são unânimes em considerar importante, enquanto uma menor proporção do cluster 2 considera importante e metade do cluster 1. Já na assertiva Q20B.4 (demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido) verificou-se que os clusters 1 e 4 consideram pouco importante e os clusters 3 e 2 consideram muito importante (embora o 2 em menor proporção).

Nas tabelas 21 e 22, apresentam-se as opiniões dos clusters nas demais variáveis. Vale ressaltar que nas assertivas Q202B, Q21.1 e Q21.2 constatou-se que os clusters 1 e 3 são diferentes entre si, nas assertivas Q21.8 e Q21.14 os clusters 1 e 2 são diferentes entre si e na assertiva Q22.7 o cluster 2 se diferencia do 3.

Tabela 21 – Diferenças entre os clusters

Assertivas	Cluster 1			Cluster 2			Cluster 3			Cluster 4		
	D ²²	I	C	D	I	C	D	I	C	D	I	C
Q21.1 obrigações com fornecedores	2	1	8	0	1	12	0	0	8	0	0	2
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	1	1	9	0	1	12	0	0	8	0	0	2
Q21.8 recursos não-financeiros	2	3	6	9	2	2	3	3	2	0	0	2
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	4	1	6	12	1	0	5	0	3	0	0	2

²¹ P = pouca, M = muita

²² D = discordo, I = indiferente, C = concordo

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a tabela 21, foi verificado que os 4 clusters concordam que os relatórios financeiros demonstram as obrigações com fornecedores (Q21.1) e com empregados e colaboradores (Q21.2), embora o cluster 1 seja em menor proporção. Por outro lado, os clusters 1 e 4 concordam que os recursos não-financeiros (Q21.8) e a integridade, capacidade de comprovação e neutralidade (Q21.14) sejam demonstrados nos relatórios, enquanto que o cluster 2 discorda e o cluster 3 mostra-se indiferente.

Tabela 22 – Diferenças entre os clusters

Assertivas	Cluster 1		Cluster 2		Cluster 3		Cluster 4	
	P ²³	M	P	M	P	M	P	M
Q20B.2 Demonstração do Resultado do Exercício	4	7	0	13	0	8	2	0
Q22.7 informações quantitativas	4	7	1	12	4	4	2	0

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a tabela 22, observou-se que o cluster 4 considera pouco importante a demonstração do Resultado do Exercício (Q20B.2), enquanto que os demais consideram importantes. Além disso, as informações quantitativas (Q22.7) são consideradas relevantes pelos clusters 1 e 2 e pouco relevantes pelo cluster 4, enquanto que apenas metade do cluster 3 considera relevante. Desta forma, pode-se caracterizar cada um dos clusters da seguinte forma:

Cluster 1: Os sujeitos deste cluster tendem a concordar que há identificação dos direitos e obrigações (Q19.1), há identificação da evolução dos projetos e resultados (Q19.4), demonstração de recebimento/aplicação de recursos (Q19.5), demonstração de aplicação de recursos próprios (Q19.6) e avaliação do resultado do projeto (Q19.7) em sua comunicação com a PMTS. Além disso, afirmam que há comunicação sobre resultados de pedidos junto ao CMAS (Q19.2), acesso a situação cadastral (Q19.3), o prazo é adequado para prestação de contas (Q19.8) e permite intervenções durante (Q19.9).

Já no que se refere aos relatórios financeiros, as entidades tendem a concordar que estes demonstrem os direitos a receber (Q21.5), os empréstimos e financiamentos (Q21.3), o imobilizado (Q21.9), os recursos não-financeiros (Q21.8), a integridade, capacidade de comprovação e neutralidade (Q21.14), as obrigações com fornecedores (Q21.1) bem como com empregados e colaboradores (Q21.2).

²³ P = pouca, M = muita

Além disso, demonstram também as informações que fornecem ferramentas úteis para decisão (Q21.15), informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos (Q21.16), para os provedores avaliarem os serviços da organização (Q21.17) e para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores (Q21.18), mas discordam que demonstrem as provisões para contingências trabalhistas (Q21.6).

Por outro lado, os sujeitos mostraram-se indiferentes à demonstração das informações quantitativa (Q21.7), disponibilidades imediatas (Q21.4), fundo irrestrito (Q21.10), fundo temporariamente restrito (Q21.11) e fundo permanentemente restrito (Q21.12). Enquanto que na assertiva Q21.13 (compreensibilidade das informações) observamos que metade concorda e metade discorda.

As entidades deste cluster atribuem muita importância ao relatório de evolução dos projetos (Q20B.8), à demonstração do Resultado do Exercício (Q20B.2), às notas explicativas (Q20B.5), ao fluxo de caixa (Q20B.6) e ao relatório de atividades (Q20B.7), mas consideram pouco importante o balanço social (Q20B.9), a demonstração do valor agregado (Q20B.10) e as demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Q20B.4). Além disso, apenas metade deste cluster considera muito importante o balanço patrimonial (Q20B.1) e a demonstração das origens e aplicações de recursos (Q20B.3).

Em relação ao grau de relevância das informações dos relatórios financeiros, elas consideram altamente relevantes a compreensibilidade das informações (Q22.13), as informações quantitativas (Q22.7), integridade, capacidade de comprovação e neutralidade (Q22.14), informações que fornecem ferramentas úteis para decisão (Q22.15), informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos (Q22.16), para os provedores avaliarem os serviços da organização (Q22.17) e informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores (Q22.18). Consideram ainda muito relevantes as obrigações com fornecedores (Q22.1), com empregados e colaboradores (Q22.2), os empréstimos e financiamento (Q22.3), e os direitos a receber (Q22.5), mas pouco relevante as disponibilidades imediatas (Q22.4).

Por outro lado, o imobilizado (Q22.9), os recursos não financeiros (Q22.8), fundo irrestrito (Q22.10), temporariamente restrito (Q22.11), permanentemente

restrito (Q22.12) e as provisões para contingências trabalhistas (Q22.6) são consideradas pouco relevantes.

Cluster 2: Os sujeitos deste cluster tendem a concordar que há identificação dos direitos e obrigações (Q19.1), demonstração de recebimento/aplicação de recursos (Q19.5), demonstração de aplicação de recursos próprios (Q19.6) e avaliação do resultado do projeto (Q19.7) em sua comunicação com a PMTS, mas não há identificação da evolução dos projetos e resultados (Q19.4), o prazo não é adequado para prestação de contas (Q19.8) e não permite intervenções durante (Q19.9). Além disso, afirmam que há comunicação sobre resultados de pedidos junto ao CMAS (Q19.2) e acesso a situação cadastral (Q19.3).

Já no que se refere aos relatórios financeiros, as entidades tendem a concordar que estes demonstrem os direitos a receber (Q21.5), os empréstimos e financiamentos (Q21.3), o imobilizado (Q21.9), as disponibilidades imediatas (Q21.4), e as obrigações com fornecedores (Q21.1) e com empregados e colaboradores (Q21.2). No entanto, eles discordam que os relatórios demonstrem as provisões para contingências trabalhistas (Q21.6), as informações quantitativas (Q21.7), fundo irrestrito (Q21.10), fundo temporariamente restrito (Q21.11), fundo permanentemente restrito (Q21.12), as informações que fornecem ferramentas úteis para decisão (Q21.15), informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos (Q21.16), para os provedores avaliarem os serviços da organização (Q21.17) e para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores (Q21.18). Discordam ainda da compreensibilidade das informações (Q21.13) e que os recursos não-financeiros (Q21.8) e a integridade, capacidade de comprovação e neutralidade (Q21.14) sejam demonstrados nos relatórios.

As entidades destes clusters consideram muito importante a demonstração do Resultado do Exercício (Q20B.2), a demonstração das origens e aplicações de recursos (Q20B.3), as demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Q20B.4), o relatório de evolução dos projetos (Q20B.8), as notas explicativas (Q20B.5), o fluxo de caixa (Q20B.6) e o relatório de atividades (Q20B.7), mas atribuem pouca importância ao balanço social (Q20B.9) e patrimonial (Q20B.1) e à demonstração do valor agregado (Q20B.10).

Estas entidades consideram ainda muito relevantes a compreensibilidade das informações (Q22.13), as provisões para contingências trabalhistas (Q22.6), integridade, capacidade de comprovação e neutralidade (Q22.14), informações que fornecem ferramentas úteis para decisão (Q22.15), informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos (Q22.16), para os provedores avaliarem os serviços da organização (Q22.17) e informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores (Q22.18). Consideram também muito relevantes as obrigações com fornecedores (Q22.1), empregados e colaboradores (Q22.2), os empréstimos e financiamento (Q22.3), as disponibilidades imediatas (Q22.4), as informações quantitativas (Q22.7) e os direitos a receber (Q22.5).

Por outro lado atribuem pouca importância ao imobilizado (Q22.9), aos recursos não financeiros (Q22.8), fundo irrestrito (Q22.10), temporariamente restrito (Q22.11) e permanentemente restrito (Q22.12).

Cluster 3: Os sujeitos deste cluster tendem a concordar que há identificação dos direitos e obrigações (Q19.1), da evolução dos projetos e resultados (Q19.4), demonstração de recebimento/aplicação de recursos (Q19.5), demonstração de aplicação de recursos próprios (Q19.6) e avaliação do resultado do projeto (Q19.7) em sua comunicação com a PMTS. Além disso afirmam que há comunicação sobre resultados de pedidos junto ao CMAS (Q19.2), acesso a situação cadastral (Q19.3), o prazo é adequado para prestação de contas (Q19.8) e permite intervenções durante (Q19.9).

Já no que se refere aos relatórios financeiros, as entidades tendem a concordar que os relatórios financeiros demonstram informações que fornecem ferramentas úteis para decisão (Q21.15), informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos (Q21.16), para os provedores avaliarem os serviços da organização (Q21.17) e para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores (Q21.18). Além disso, concordam que os relatórios contábeis demonstram empréstimos e financiamentos (Q21.3), os direitos a receber (Q21.5), as disponibilidades imediatas (Q21.4), o imobilizado (Q21.9) e as obrigações com fornecedores (Q21.1) e com empregados e colaboradores (Q21.2), mas discordam que demonstrem as provisões para contingências trabalhistas (Q21.6).

Por outro lado, os sujeitos deste cluster mostram-se indiferentes às informações quantitativas (Q21.7), aos recursos não-financeiros (Q21.8), à integridade, capacidade de comprovação e neutralidade (Q21.14), ao fundo irrestrito (Q21.10), fundo temporariamente restrito (Q21.11) e fundo permanentemente restrito (Q21.12). No entanto, apenas metade concorda que haja compreensibilidade das informações (Q21.13).

As entidades deste cluster consideram muito importante a demonstração do Resultado do Exercício (Q20B.2), a demonstração das origens e aplicações de recursos (Q20B.3), as demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Q20B.4), as notas explicativas (Q20B.5), o balanço patrimonial (Q20B.1), o fluxo de caixa (Q20B.6) e o relatório de atividades (Q20B.7), mas atribuem pouca importância ao balanço social (Q20B.9), à demonstração do valor agregado (Q20B.10) e ao relatório de evolução dos projetos (Q20B.8).

Estas entidades consideram também muito relevantes a compreensibilidade das informações (Q22.13), integridade, capacidade de comprovação e neutralidade (Q22.14), informações que fornecem ferramentas úteis para decisão (Q22.15), 16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos (Q22.16), para os provedores avaliarem os serviços da organização (Q22.17) e informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores (Q22.18)

Além disso, verificamos que elas consideram muito relevantes as obrigações com fornecedores (Q22.1), com empregados e colaboradores (Q22.2), os empréstimos e financiamento (Q22.3), as disponibilidades imediatas (Q22.4) e os direitos a receber (Q22.5), mas consideram pouco relevantes as provisões para contingências trabalhistas (Q22.6), o imobilizado (Q22.9), os recursos não financeiros (Q22.8), fundo irrestrito (Q22.10), temporariamente restrito (Q22.11) e permanentemente restrito (Q22.12). No entanto, apenas metade do cluster considera muito relevante as informações quantitativas (Q22.7).

Cluster 4: Cabe ressaltar que, este cluster, difere dos demais, as respostas deste apresenta inconsistências, talvez devido ao número limitado de respondentes e/ou enganos no preenchimento do instrumento pela entidade.

Os sujeitos deste cluster tendem a concordar que há identificação dos

direitos e obrigações (Q19.1), da evolução dos projetos e resultados (Q19.4), demonstração de aplicação de recursos próprios (Q19.6) e avaliação do resultado do projeto (Q19.7) em sua comunicação com a PMTS. Além disso, afirmam que há comunicação sobre resultados de pedidos junto ao CMAS (Q19.2), mas discordam do acesso a situação cadastral (Q19.3), que haja demonstração de recebimento/aplicação de recursos (Q19.5), que o prazo seja adequado para prestação de contas (Q19.8) ou permita intervenções durante (Q19.9).

Já no que se refere aos relatórios financeiros, às entidades tendem a concordar que os relatórios financeiros demonstram informações que fornecem ferramentas úteis para decisão (Q21.15) e há compreensibilidade das informações (Q21.13), mas discordam que demonstrem informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos (Q21.16), para os provedores avaliarem os serviços da organização (Q21.17) e para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores (Q21.18).

Concordam ainda que os relatórios demonstrem as obrigações com fornecedores (Q21.1) e com empregados e colaboradores (Q21.2), os recursos não-financeiros (Q21.8), a integridade, capacidade de comprovação e neutralidade (Q21.14), fornecem informações quantitativas (Q21.7), fundo irrestrito (Q21.10), fundo temporariamente restrito (Q21.11) e fundo permanentemente restrito (Q21.12), mas discordam que demonstrem provisões para contingências trabalhistas (Q21.6), disponibilidades imediatas (Q21.4), empréstimos e financiamentos (Q21.3) e direitos a receber (Q21.5). Quanto ao imobilizado (Q21.9), elas mostram-se indiferentes.

As entidades deste cluster atribuem muita importância apenas ao balanço social (Q20B.9), à demonstração do valor agregado (Q20B.10), ao relatório de evolução dos projetos (Q20B.8) e à demonstração das origens e aplicações de recursos (Q20B.3).

A demonstração do Resultado do Exercício (Q20B.2), as notas explicativas (Q20B.5), o fluxo de caixa (Q20B.6), o relatório de atividades (Q20B.7), o balanço patrimonial (Q20B.1), as demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Q20B.4), são considerados pouco importantes.

Além disso, a compreensibilidade das informações (Q22.13), as informações quantitativas (Q22.7), o imobilizado (Q22.9), as obrigações com

fornecedores (Q22.1), empregados e colaboradores (Q22.2), os recursos não financeiros (Q22.8), os empréstimos e financiamento (Q22.3), as disponibilidades imediatas (Q22.4) e os direitos a receber (Q22.5), as provisões para contingências trabalhistas (Q22.6), integridade, capacidade de comprovação e neutralidade (Q22.14), fundo irrestrito (Q22.10), temporariamente restrito (Q22.11) e permanentemente restrito (Q22.12), informações que fornecem ferramentas úteis para decisão (Q22.15), informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos (Q22.16), para os provedores avaliarem os serviços da organização (Q22.17) e informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores (Q22.18) também são pouco relevantes para este cluster.

A seguir, será verificado se os clusters apresentam alguma diferença com relação a suas respostas nas questões das partes I e II do instrumento de pesquisa.

4.2.1 Perfil dos clusters – Partes I e II

Nesta etapa, será analisado qual o perfil dos 4 clusters encontrados, com base em suas respostas às questões da primeira e segunda parte do instrumento de pesquisa. Para isso, será verificado se existe correlação entre os clusters e as variáveis analisadas. Uma vez que as variáveis são mensuradas ao nível nominal, será utilizada a correlação V de Cramer.

Na tabela 23 a seguir, serão mostrados os valores destas correlações para as questões 3, 7, 8, 10, 11 e 20A da primeira parte, exceto para a questão 9.

Tabela 23 – Correlação entre os clusters e as questões da primeira parte.

Assertivas	Correlação	Significância
Q3. Títulos e certificados	,274	,465
Q7.1 Colaboradores: empregados	,414	,042
Q7.2. Colaboradores: terceiros e/ou prestadores de serviço	,206	,695
Q7.3. Colaboradores: estagiários	,361	,217
Q7.4. Colaboradores: voluntários	,259	,601
Q8. Volume de recursos captados	,469	,213
Q10. Pro - atividade da organização (participação em eventos)	,281	,497
Q11. Existência de missão	,539	,020
Q20A.1 Balanço Patrimonial	,540	,019
Q20A.2 Demonstração do Resultado do Exercício	,511	,031
Q20A.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	,379	,180
Q20A.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	,429	,100
Q20A.5 Notas Explicativas	,429	,100
Q20A.6 Fluxo de Caixa	,307	,362
Q20A.7 Relatório de Atividades	,336	,279
Q20A.8 Relatório de Evolução dos Projetos	,699	,001
Q20A.9 Balanço Social	,347	,252
Q20A.10 Demonstração do Valor Agregado	,693	,001

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 23, observou-se que a significância da correlação apresentou valor inferior a 0,05 somente para as questões Q7.1, Q11, Q10A.1, Q20A.2, Q20A.8 e Q20A.10, ou seja, os clusters responderam de forma diferente a estas questões. Estas diferenças podem ser analisadas nas tabelas 24 a 29 a seguir:

Tabela 24 – Comparação entre os clusters e a resposta da Q7.1

Assertiva		Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4
Q7.1 Colaboradores: empregados	nenhum	7	5	2	2
	1 a 10	0	5	5	0
	11 a 20	1	3	1	0
	mais que 21	3	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 24, foi constatado que as entidades do cluster 4 não possuem empregados, enquanto que parte dos clusters 1 a 3 possui.

Tabela 25 – Comparação entre o cluster e a resposta da Q11

Assertiva		Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4
Q11. Existência de missão	sim	4	1	1	2
	não	7	12	7	0

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 25, constatou-se que a maioria das entidades dos clusters 1 a 3 possuem uma missão, enquanto que as do cluster 4 não.

Tabela 26 – Comparação entre o cluster e a resposta da Q20A.1

Assertiva		Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4
Q20A.1 Balanço Patrimonial	sim	5	9	8	0
	não	6	4	0	2

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 26, foi observado que as entidades do cluster 4 não elaboram o balanço patrimonial (talvez por considerarem pouco importante), enquanto que todas as do cluster 3 e a maioria dos clusters 1 e 2 o fazem.

Tabela 27 – Comparação entre o cluster e a resposta da Q20A.2

Assertiva		Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4
Q20A.2 Demonstração do Resultado do Exercício	sim	6	9	8	0
	não	5	4	0	2

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 27, verificou-se as entidades do cluster 4 não elaboram a demonstração do resultado do exercício (talvez por considerarem pouco importante),

enquanto que todas as do cluster 3 e a maioria dos clusters 1 e 2 o fazem.

Tabela 28 – Comparação entre o cluster e a resposta da Q20A.8

Assertiva		Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4
Q20A.8 Relatório de Evolução dos Projetos	sim	3	0	0	2
	não	8	13	8	0

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 28, constatou-se que as entidades do cluster 4 elaboram o relatório de evolução dos projetos (talvez por considerarem muito importante), enquanto que todas as do cluster 3 e a maioria dos clusters 1 e 2 não o fazem.

Tabela 29 – Comparação entre o cluster e a resposta da Q20A.10

Assertiva		Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4
Q20A.10 Demonstração do Valor Agregado	sim	1	1	0	2
	não	10	12	8	0

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 29, observou-se que as entidades do cluster 4 elaboram a demonstração do valor agregado (talvez por considerarem muito importante), enquanto que todas as do cluster 3 e a maioria dos clusters 1 e 2 não o fazem.

Na segunda parte do questionário, foram calculadas as correlações entre os clusters e as respostas para as questões Q14, Q16, Q17, Q23 e Q24. Estas correlações são mostradas na tabela 30 a seguir.

Tabela 30 – Correlação entre os clusters e as questões da parte II.

Assertivas	Correlação	Significância
Q14. Grau de escolaridade	,445	,075
Q16. Remuneração do dirigente	,361	,217
Q17. Tempo destinado a organização	,374	,113
Q23. Conhecimento do respondente sobre contabilidade	,284	,842
Q24. Percepção relação entre as demonstrações contábeis e papel das entidades	,388	,224

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 30, observou-se que o valor da significância da correlação é maior do que 0,05 em todas as questões. Assim, pode-se concluir que os clusters responderam de forma semelhante esta parte do instrumento de pesquisa.

4.2.3 Ruído entre clusters e Poder Público

Para avaliar o nível de ruído entre a percepção de cada cluster e a percepção da PMTS e do CMAS, a fim de testar as hipóteses levantadas a partir da revisão conceitual, foi criado um escore de ruído. Este escore foi calculado analisando a diferença de percepção dos respondentes nas assertivas com escala de Likert, seguindo este conceito quanto maior a diferença de percepção nas questões 19 a 22 maior a “nota” atribuída, ou seja, para as assertivas com respostas opostas, pouca/muita, muita/pouca, concordo/discordo e discordo/concordo foi atribuída nota 2, nas assertivas com respostas concordo/indiferente, indiferente/concordo, discordo/indiferente e indiferente/discordo foi atribuída nota 1. Nas assertivas com escalas pouca/média, média/pouca, muita/média e média/muita foi atribuída nota 0,5.

A categoria média foi criada quando metade do cluster considerou ‘pouca’ e metade considerou ‘muita’. Da mesma forma, quando metade ‘concorda’ e metade ‘discorda’ foi considerado ‘indiferente’.

Assim, o escore foi calculado da seguinte forma:

Respostas Clusters	Respostas Poder Público	Nível de ruído
Pouca	Média	0,5
Media	Pouca	0,5
Muita	Média	0,5
Média	Muita	0,5
Concordo	Indiferente	1
Indiferente	Concordo	1
Discordo	Indiferente	1
Indiferente	Discordo	1
Pouca	Muita	2
Muita	Pouca	2
Concordo	Discordo	2
Discordo	Concordo	2

Quadro 14 – Escore para cálculo nível de ruído

Fonte: Elaborado pela autora

As pontuações foram calculadas para as questões Q20A (Parte I), Q23, Q24 (Parte II) e Q19 a Q22 (Parte III). Ao final, para mensurar o nível de ruído, foi somada a pontuação de cada questão. Desta forma, o ruído mínimo será 0 e o máximo pode chegar a 131.

Para testar a hipótese levantada na seção 2.6 do capítulo 2, mencionada abaixo, foi calculado o escore de cada assertiva do instrumento de pesquisa e posteriormente foi calculado o nível de ruído entre cada cluster e a PMTS, bem como o nível de ruído de cada cluster com o CMAS.

- Existem diferenças nos níveis de ruídos na comunicação entre entidades/CMAS e entidades/PMTS.

Assim, na tabela 27, é apresentado os níveis de ruído²⁴ dos clusters com o Poder Público.

Tabela 31 – Nível de ruído dos clusters/PMTS e clusters/CMAS

CLUSTERS	Escore total		Ruído (% do ruído máximo)	
	PMTS	CMAS	PMTS	CMAS
CLUSTER 1	24	39	18%	30%
CLUSTER 2	42	51	32%	39%
CLUSTER 3	23,5	36,5	18%	28%
CLUSTER 4	59	80	45%	61%

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 31, foi observado que existem sim, diferenças de níveis de ruído entre entidades/PMTS e entidades/CMAS. Observou-se que o nível de ruído de todos os clusters é menor com a PMTS do que com o CMAS. Porém, o nível de ruído é maior no cluster 2 do que no cluster 1, o nível de ruído do cluster 3 é muito próximo ao ruído. Foi observado que o ruído com o CMAS chega a 61% no cluster 4.

Desta forma, pode-se dizer que a percepção do cluster 3 (com apenas 8 entidades) é a que mais se aproxima da percepção da PMTS e do CMAS, com baixo ruído. Em seguida, o menor ruído é do cluster 1 (com 11 entidades) e do cluster 2 (13 entidades). O cluster que apresenta o maior ruído é o do cluster 4 (2 entidades), sendo que sua percepção é muito distinta tanto da PMTS quanto do CMAS.

Embora o nível de ruído, dos clusters 1 e 3, seja próximo, eles variam na sua “forma”, ou seja, as questões em que eles diferem tanto da PMTS quanto do CMAS são diferentes.

²⁴ As tabelas com o resultado completo, com os níveis de ruídos por assertivas, encontram-se no Apêndice C.

4.4 Relação entre perfil entidade e nível de ruído

Nesta etapa são comparadas as respostas das entidades nas questões Q3, Q7.1, Q7.4, Q9.3, Q9.5, Q10 e Q24 com suas respostas na Q20B, Q21 e Q22 a fim de testar as hipóteses levantadas na seção 1.3, para tanto em cada etapa será mencionada a hipótese e o resultado do teste realizado em cada uma das etapas.

4.4.1 Recursos públicos – Q9.5

Hipótese:

- Entidades com recursos provenientes de órgão público têm menos ruído na comunicação com o Poder Público.

Para realização do teste da hipótese acima foi utilizado a correlação V de Cramer, cujos resultados são mostrados na tabela 32.

Tabela 32– Correlação entre a Q9.5 e a Q20B

Questões	Correlação	Significância
Q20B.1 Balanço Patrimonial	,632	,034
Q20B.2 Demonstração do Resultado do Exercício	,771	,000
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	,665	,011
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	,664	,012
Q20B.5 Notas Explicativas	,527	,355
Q20B.6 Fluxo de Caixa	,512	,438
Q20B.7 Relatório de Atividades	,362	,983
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	,562	,193
Q20B.9 Balanço Social	,591	,101
Q20B.10 Demonstração do Valor Agregado	,534	,336

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 32, verificou-se que a significância da correlação apresentou valor inferior a 0,05 somente para as questões Q20B.1 a Q20B.4. As diferenças são apresentadas nas tabelas 33 a 36 abaixo.

Tabela 33 – Comparação entre Q9.5 e Q20B.1

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Nenhuma importância	78	43,8
Pouca importância	22	17,1
Muita importância	38	42,8
Extrema importância	36	38,3

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 33, observou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos não dão importância ao balanço patrimonial, possuindo assim muito ruído em relação à percepção da PMTS e do CMAS.

Tabela 34 – Comparação entre Q9.5 e Q20B.2

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Nenhuma importância	75	50,0
Pouca importância	30	14,1
Muita importância	25	35,3
Extrema importância	45	40,5

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 34, constatou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos não dão importância à demonstração do resultado do exercício, possuindo assim muito ruído em relação à percepção da PMTS e do CMAS.

Tabela 35 – Comparação entre Q9.5 e Q20B.3

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Nenhuma importância	78	38,6
Pouca importância	12	16,4
Muita importância	33	42,8
Extrema importância	54	34,7

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 35, foi constatado que as entidades que mais utilizam recursos públicos não dão importância à demonstração das origens e aplicações de recursos, possuindo assim muito ruído em relação à percepção da PMTS e do CMAS.

Tabela 36 – Comparação entre Q9.5 e Q20B.4

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Nenhuma importância	68	45,8
Pouca importância	27	32,5
Muita importância	26	41,9
Extrema importância	53	33,3

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 36, observou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos não dão importância à demonstração das mutações do patrimônio líquido, possuindo assim muito ruído em relação à percepção da PMTS e do CMAS.

Tabela 37 – Correlação entre a Q9.5 e a Q21 e Q22

Assertivas	Correlação	Significância
Q21.1 obrigações com fornecedores	,642	,012
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	,484	,597
Q21.3 empréstimos e financiamentos	,560	,171
Q21.4 disponibilidades imediatas	,602	,052
Q21.5 direitos a receber	,585	,088
Q21.6 provisões para contingências trabalhistas	,520	,383
Q21.7 informações quantitativas	,538	,295
Q21.8 recursos não-financeiros	,534	,300
Q21.9 imobilizado	,466	,730
Q21.10 fundo irrestrito	,441	,853
Q21.11 fundo temporariamente restrito	,498	,530
Q21.12 fundo permanentemente restrito	,452	,807
Q21.13 compreensibilidade das informações	,531	,317
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	,647	,010
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	,647	,010
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	,648	,014
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	,634	,017
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	,634	,017
Q22.1 obrigações com fornecedores	,480	,621
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	,442	,809
Q22.3 empréstimos e financiamentos	,515	,416
Q22.4 disponibilidades imediatas	,501	,498
Q22.5 direitos a receber	,446	,789
Q22.6 provisões para contingências trabalhistas	,587	,112
Q22.7 informações quantitativas	,521	,386
Q22.8 recursos não-financeiros	,569	,167
Q22.9 imobilizado	,525	,366
Q22.10 fundo irrestrito	,627	,039
Q22.11 fundo temporariamente restrito	,641	,025
Q22.12 fundo permanentemente restrito	,663	,012
Q22.13 compreensibilidade das informações	,574	,149
Q22.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	,530	,336
Q22.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	,557	,244
Q22.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	,533	,324
Q22.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	,575	,145
Q22.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	,541	,283

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 37, verificou-se que a significância da correlação apresentou valor inferior a 0,05 para as questões Q21.1, Q21.14 a Q21.18 e Q22.10 a Q22.12. As diferenças são apresentadas nas tabelas 39 a 47 abaixo.

Tabela 38 – Comparação entre Q9.5 e Q21.1

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Concordo plenamente	49	41,0
Concordo	10	14,1
Indiferente	50	70,7
Discordo	40	----
Discordo plenamente	100	----

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 38, observou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos discordam que as obrigações com fornecedores constem no relatório financeiro, possuindo assim muito ruído em relação à percepção da PMTS e do CMAS.

Tabela 39 – Comparação entre Q9.5 e Q21.14

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Concordo plenamente	62	40,6
Concordo	63	40,4
Indiferente	90	0
Discordo	22	30,8
Discordo plenamente	50	70,7

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 39, constatou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos são indiferentes à integridade, capacidade de comprovação e neutralidade, possuindo assim ruído em relação à percepção da PMTS e do CMAS.

Tabela 40 – Comparação entre Q9.5 e Q21.15

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Concordo plenamente	68	36,5
Concordo	36	41,6
Indiferente	95	7,0
Discordo	13	24,4
Discordo plenamente	60	---

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 40, constatou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos são indiferentes às informações que fornecem ferramentas úteis para decisão, possuindo assim ruído em relação à percepção da PMTS e do CMAS.

Tabela 41 – Comparação entre Q9.5 e Q21.16

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Concordo plenamente	74	31,3
Concordo	30	37,4
Indiferente	65	35,4
Discordo	15	25,7
Discordo plenamente	50	70,7

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 41, observou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos tendem a concordar que as informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos constam do relatório financeiro, estando em

consonância com a PMTS e CMAS.

Tabela 42 – Comparação entre Q9.5 e Q21.17

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Concordo plenamente	77	30,6
Concordo	34	35,4
Indiferente	65	35,4
Discordo	13	27,2
Discordo plenamente	32	47,2

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 42, observou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos tendem a concordar que as informações para os provedores avaliarem os serviços da organização constam do relatório financeiro, estando em consonância com a PMTS e CMAS.

Tabela 43 – Comparação entre Q9.5 e Q21.18

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Concordo plenamente	77	30,6
Concordo	34	35,4
Indiferente	65	35,4
Discordo	13	27,2
Discordo plenamente	32	47,2

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 43, observou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos tendem a concordar as informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores constam do relatório financeiro, estando em consonância com a PMTS e CMAS.

Tabela 44 – Comparação entre Q9.5 e Q22.10

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Nenhuma relevância	46	43,1
Pouca relevância	43	41,8
Muita relevância	37	47,2
Extrema relevância	25	37,0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 44, observou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos tendem a considerar pouco relevante o fundo irrestrito, estando em consonância com a PMTS, mas com ruído com o CMAS.

Tabela 45 – Comparação entre Q9.5 e Q22.11

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Nenhuma relevância	46	43,1
Pouca relevância	43	41,8
Muita relevância	48	44,2
Extrema relevância	7	5,8

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 45, observou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos tendem a considerar muito relevante o fundo temporariamente restrito, tendo ruído com a PMTS e com o CMAS.

Tabela 46 – Comparação entre Q9.5 e Q22.12

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Nenhuma relevância	51	44,5
Pouca relevância	43	41,8
Muita relevância	38	38,6
Extrema relevância	7	5,8

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 46, observou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos tendem a considerar pouco relevante o fundo permanentemente restrito, estando em consonância com a PMTS, mas com ruído com o CMAS.

Desta forma, pode-se dizer que as entidades que utilizam uma maior porcentagem de recursos oriundos da rede pública são as que possuem os maiores ruídos.

Neste contexto, tendo como objetivo investigar mais sobre os motivos que levam a este nível de ruído nas entidades que recebem recursos públicos, foi comparado se as entidades que possuem mais recursos oriundos da rede pública têm uma percepção diferente em relação às demais entidades. Para isso, utilizou-se a correlação V de Cramer, agrupando as escalas ‘concordo plenamente’ e ‘concordo parcialmente’ como ‘concordo’ e as escalas ‘discordo plenamente’ e ‘discordo parcialmente’ como ‘discordo’. Os resultados da correlação são mostrados na tabela 47.

Tabela 47 – Correlação entre a Q9.5 e a Q24 e Q21

Assertivas	Correlação	Significância
Q24. Percepção relação entre as demonstrações contábeis e papel das entidades	,579	,174
Q21.1 obrigações com fornecedores	,369	,946
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	,667	,028
Q21.3 empréstimos e financiamentos	,589	,147

Assertivas	Correlação	Significância
Q21.4 disponibilidades imediatas	,495	,510
Q21.5 direitos a receber	,428	,801
Q21.6 provisões para contingências trabalhistas	,625	,073
Q21.7 informações quantitativas	,458	,682
Q21.8 recursos não-financeiros	,436	,775
Q21.9 imobilizado	,555	,252
Q21.10 fundo irrestrito	,577	,180
Q21.11 fundo temporariamente restrito	,577	,181
Q21.12 fundo permanentemente restrito	,553	,258
Q21.13 compreensibilidade das informações	,738	,004
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	,738	,004
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	,609	,100
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	,743	,005
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	,731	,005
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	,731	,005

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 47, verificou-se que a significância da correlação apresentou valor inferior a 0,05 somente para as questões Q21.2, Q21.13, Q21.14 e Q21.15 a Q21.18. As diferenças são apresentadas nas tabelas 48 a 53 abaixo.

Tabela 48 – Comparação entre Q9.5 e Q21.2

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Discordo	100	---
Indiferente	50	70,7
Concordo	39	39,1

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 48, observou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos tendem a discordar que os relatórios financeiros demonstram as obrigações com empregados e colaboradores, possuindo assim maior ruído tanto com a PMTS quanto com o CMAS.

Tabela 49 – Comparação entre Q9.5 e Q21.13

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Discordo	31	39,3
Indiferente	45	63,6
Concordo	58	38,2

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 49, constatou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos tendem a concordar que os relatórios financeiros demonstram a compreensibilidade das informações, estando em consonância com a PMTS, mas com ruído em relação ao CMAS.

Tabela 50 – Comparação entre Q9.5 e Q21.14

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Discordo	24	34,3
Indiferente	90	0,0
Concordo	62	38,6

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 50, constatou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos tendem a ser indiferentes em relação à integridade, capacidade de comprovação e neutralidade, possuindo assim ruído tanto com a PMTS quanto com o CMAS.

Tabela 51 – Comparação entre Q9.5 e Q21.16

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Discordo	20	32,7
Indiferente	65	35,4
Concordo	54	40,3

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 51, observou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos tendem a ser indiferentes em relação às informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos, possuindo assim ruído tanto com a PMTS quanto com o CMAS.

Tabela 52 – Comparação entre Q9.5 e Q21.17

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Discordo	18	33,0
Indiferente	65	35,4
Concordo	58	38,7

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 52, foi verificado que as entidades que mais utilizam recursos públicos tendem a ser indiferentes em relação às informações para os provedores avaliarem os serviços da organização, possuindo assim ruído tanto com a PMTS quanto com o CMAS.

Tabela 53 – Comparação entre Q9.5 e Q21.18

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Discordo	18	33,0
Indiferente	65	35,4
Concordo	58	38,7

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 53, observou-se que as entidades que mais utilizam recursos públicos tendem a ser indiferentes em relação às informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores, possuindo assim ruído tanto com a PMTS quanto com o CMAS.

Desta forma, pode-se dizer que os ruídos das entidades que possuem maior porcentagem de recursos oriundos da rede público estão principalmente nas obrigações com empregados e colaboradores (Q21.2), integridade, capacidade de comprovação e neutralidade (Q21.14), informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos (Q21.16), informações para os provedores avaliarem os serviços da organização (Q21.17) e informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores (Q21.18).

Nestas análises, observou-se que, diferentemente da hipótese (2), acima citada, as entidades que têm a maioria de seus recursos provenientes de órgão público, possuem um alto nível de ruído, tanto com a PMTS quanto com o CMAS. Pode-se dizer que a causa deste ruído está na diferença de percepção entre a fonte – entidades assistenciais e os destinatários. Nota-se que esta diferença de percepção é maior com o CMAS do que com a PMTS. Tal fato interfere no processo de comunicação, uma vez que as demonstrações contábeis não são elaboradas conforme as exigências de seus provedores de recursos, no caso a própria PMTS.

As atitudes da fonte para consigo própria, para com o assunto da informação influencia o processo de comunicação. Suas crenças, seus conceitos e a imagem pessoal que a fonte tenha sobre o tema, interferem no seu comportamento no processo de comunicação induzindo-a a se posicionar de uma maneira ou de outra.

4.4.2 Parcerias com empresas privadas – Q9.3

Hipótese:

- Entidades com recursos provenientes de parcerias com empresas privadas têm menos ruído na comunicação com o Poder Público.

Aqui, para testar a hipótese 3, levantada na revisão conceitual para verificar as causas prováveis dos ruídos, foi comparado se as entidades que possuem mais

recursos oriundos de parcerias com empresas privadas têm uma percepção diferente em relação às demais entidades. Para isso, utilizou-se a correlação V de Cramer, cujos resultados são mostrados na tabela 54.

Tabela 54 – Correlação entre a Q9.3 e a Q20B

Assertivas	Correlação	Significância
Q20B.1 Balanço Patrimonial	,401	,720
Q20B.2 Demonstração do Resultado do Exercício	,354	,902
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	,509	,163
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	,525	,116
Q20B.5 Notas Explicativas	,606	,011
Q20B.6 Fluxo de Caixa	,506	,174
Q20B.7 Relatório de Atividades	,379	,818
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	,419	,622
Q20B.9 Balanço Social	,702	,695
Q20B.10 Demonstração do Valor Agregado	,811	,060

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 54, constatou-se que a significância da correlação apresentou valor inferior a 0,05 somente para a questão Q20B.5. As diferenças são apresentadas na tabela 55 abaixo.

Tabela 55 – Comparação entre Q9.3 e Q20B.5

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Nenhuma importância	6	13,4
Pouca importância	17	2,9
Muita importância	9	12,2
Extrema importância	12	12,2

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 55 constatou-se que as entidades que mais utilizam recursos privados dão pouca importância às notas explicativas, estando em consonância com a percepção do CMAS, mas possuem ruídos em relação à PMTS.

Tabela 56 – Correlação entre a Q9.3 e a Q21 e Q22

Assertivas	Correlação	Significância
Q21.1 obrigações com fornecedores	,361	,920
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	,373	,843
Q21.3 empréstimos e financiamentos	,385	,835
Q21.4 disponibilidades imediatas	,410	,707
Q21.5 direitos a receber	,386	,829
Q21.6 provisões para contingências trabalhistas	,431	,572
Q21.7 informações quantitativas	,373	,841
Q21.8 recursos não-financeiros	,514	,120
Q21.9 imobilizado	,354	,938
Q21.10 fundo irrestrito	,460	,382
Q21.11 fundo temporariamente restrito	,434	,551

Assertivas	Correlação	Significância
Q21.12 fundo permanentemente restrito	,427	,597
Q21.13 compreensibilidade das informações	,383	,800
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	,325	,981
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	,641	,001
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	,460	,422
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	,485	,240
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	,485	,240
Q22.1 obrigações com fornecedores	,478	,294
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	,445	,470
Q22.3 empréstimos e financiamentos	,412	,659
Q22.4 disponibilidades imediatas	,517	,139
Q22.5 direitos a receber	,501	,194
Q22.6 provisões para contingências trabalhistas	,534	,093
Q22.7 informações quantitativas	,378	,823
Q22.8 recursos não-financeiros	,500	,197
Q22.9 imobilizado	,419	,620
Q22.10 fundo irrestrito	,481	,277
Q22.11 fundo temporariamente restrito	,464	,367
Q22.12 fundo permanentemente restrito	,464	,367
Q22.13 compreensibilidade das informações	,437	,518
Q22.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	,412	,658
Q22.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	,363	,815
Q22.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	,420	,614
Q22.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	,394	,752
Q22.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	,410	,670

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 56, constatou-se que a significância da correlação apresentou valor inferior a 0,05 somente para a questão Q21.15. As diferenças são apresentadas na tabela 57 abaixo.

Tabela 57 – Comparação entre Q9.3 e Q21.15

opções	% média de recursos	Desvio Padrão
Concordo plenamente	14	10,7
Concordo	2	2,7
Indiferente	0	0
Discordo	11	13,4
Discordo plenamente	25	----

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 57, constatou-se que as entidades que mais utilizam recursos privados tendem a discordar que as informações que fornecem ferramentas úteis para decisão constem no relatório financeiro, tendo ruído tanto com a PMTS quanto com o CMAS.

Na análise dos resultados, pode-se perceber que a hipótese (3) foi confirmada, pois são poucas as diferenças de percepções entre as entidades com

recursos provenientes de empresas privadas e o Poder Público. Na tabela 56, observa-se que estas entidades percebem as características qualitativas da informação contábil, estando em consonância com as percepções do Poder Público. As diferenças de percepções estão em relação a importância das notas explicativas e que as informações constantes nestes relatórios financeiros podem fornecer ferramentas úteis para decisão. Existem algumas diferenças de percepções entre entidades com recursos provenientes de parcerias com empresas privadas e o Poder Público, porém, o nível de ruído é baixo.

4.4.3 Certificação – Q3

Hipótese:

- Entidades não certificadas possuem mais ruídos que atrapalham a comunicação com o Poder Público.

Nesta etapa, para se testar a hipótese 4 levantada para identificar as prováveis causas dos ruídos, foram comparadas se as entidades certificadas possuem uma percepção diferente em relação às não certificadas na questão Q20B, Q21 e Q22. Para isso, foi utilizado o teste de *Mann-Whitney*, cujos resultados são mostrados nas tabelas 58 a 60.

Tabela 58 – Teste de *Mann-Whitney*

Assertivas	Mann-Whitney U	Z	Significância
Q20B.1 Balanço Patrimonial	46,000	-1,452	,147
Q20B.2 Demonstração do Resultado do Exercício	43,500	-1,628	,104
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	49,500	-1,283	,199
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	49,000	-1,275	,202
Q20B.5 Notas Explicativas	64,000	-,556	,578
Q20B.6 Fluxo de Caixa	48,000	-1,403	,161
Q20B.7 Relatório de Atividades	74,000	-,064	,949
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	64,500	-,522	,602
Q20B.9 Balanço Social	72,500	-,124	,901
Q20B.10 Demonstração do Valor Agregado	57,500	-,960	,337

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 58, constatou-se que a significância do teste de *Mann-Whitney*

resultou num valor superior a 0,05 para todas as variáveis. Isso indica que as entidades certificadas atribuem uma importância semelhante às das entidades não certificadas para os relatórios financeiros. Desta forma, o nível de ruído dos dois grupos é idêntico.

Tabela 59 – Teste de *Mann-Whitney*

Assertivas	Mann-Whitney U	Z	Significância
Q21.1 obrigações com fornecedores	47,000	-1,572	,116
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	49,500	-1,473	,141
Q21.3 empréstimos e financiamentos	65,000	-,518	,605
Q21.4 disponibilidades imediatas	69,500	-,271	,787
Q21.5 direitos a receber	49,000	-1,298	,194
Q21.6 provisões para contingências trabalhistas	29,500	-2,235	,025
Q21.7 informações quantitativas	69,000	-,297	,767
Q21.8 recursos não-financeiros	48,500	-1,285	,199
Q21.9 imobilizado	56,500	-,930	,353
Q21.10 fundo irrestrito	70,000	-,250	,802
Q21.11 fundo temporariamente restrito	64,000	-,550	,582
Q21.12 fundo permanentemente restrito	71,500	-,177	,860
Q21.13 compreensibilidade das informações	67,000	-,404	,687
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	72,500	-,130	,897
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	71,000	-,201	,841
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	58,500	-,713	,476
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	54,500	-1,001	,317
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	54,500	-1,001	,317
Q22.1 obrigações com fornecedores	69,000	-,310	,756
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	52,500	-1,193	,233
Q22.3 empréstimos e financiamentos	69,500	-,282	,778
Q22.4 disponibilidades imediatas	58,500	-,883	,377
Q22.5 direitos a receber	52,500	-1,154	,248
Q22.6 provisões para contingências trabalhistas	55,500	-,969	,332
Q22.7 informações quantitativas	68,000	-,346	,729
Q22.8 recursos não-financeiros	52,000	-1,139	,255
Q22.9 imobilizado	64,000	-,541	,588
Q22.10 fundo irrestrito	49,500	-1,344	,179
Q22.11 fundo temporariamente restrito	49,500	-1,344	,179
Q22.12 fundo permanentemente restrito	74,500	-,026	,979
Q22.13 compreensibilidade das informações	66,500	-,431	,666
Q22.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	65,000	-,548	,584
Q22.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	65,500	-,564	,572
Q22.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	66,000	-,535	,592
Q22.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	71,000	-,257	,797
Q22.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	66,000	-,535	,592

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 59 constatou-se que a significância do teste de *Mann-Whitney* resultou num valor superior a 0,05 para todas as variáveis, exceto a Q21.6. Isso indica que as empresas certificadas atribuem uma importância semelhante às das empresas não certificadas para os relatórios financeiros.

As diferenças na Q21.6 podem ser analisadas na tabela 60.

Tabela 60 – Comparação entre Q3 e Q21.6

Assertiva		Q3. Títulos e certificados	
		possui	não possui
Q21.6 provisões para contingências trabalhistas	Concordo plenamente	5	1
	Concordo	1	2
	Indiferente	4	2
	Discordo	6	0
	Discordo plenamente	14	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 60, observou-se que as entidades que não possuem certificados concordam que os relatórios financeiros demonstram as provisões para contingências trabalhistas, enquanto que as que possuem certificação tendem a discordar e possuem ruído com a PMTS e com o CMAS.

Assim percebeu-se que ao contrário da hipótese (4), não há mudança na percepção das entidades que possuem certificados com as que não possuem certificados, ou seja, o fato das entidades possuírem certificados não altera sua percepção em relação a importância dos relatórios financeiros.

4.4.4 Maior profissionalização – Q7.1

Hipótese:

- Entidades com maior profissionalização (com empregados) têm menos ruído na comunicação com o Poder Público.

Nesta etapa, para avaliar a hipótese 5 levantada no capítulo 2, foi analisado se as entidades que possuem maior número de empregados (maior profissionalização) têm menos ruído na comunicação com o Poder Público. Para

isso, foi utilizada a correlação V de Cramer, cujos resultados são mostrados na tabela 61.

Tabela 61 – Correlação entre a Q7.1 e a Q20B

Assertivas	Correlação	Significância
Q20B.1 Balanço Patrimonial	,317	,307
Q20B.2 Demonstração do Resultado do Exercício	,310	,342
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	,414	,035
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	,403	,047
Q20B.5 Notas Explicativas	,369	,113
Q20B.6 Fluxo de Caixa	,483	,004
Q20B.7 Relatório de Atividades	,344	,191
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	,417	,032
Q20B.9 Balanço Social	,421	,029
Q20B.10 Demonstração do Valor Agregado	,257	,591

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 61, constatou-se que a significância da correlação apresentou valor inferior a 0,05 somente para as questões Q20B.3, Q20B.4, Q20B.6, Q20B.8, e Q20B.9, indicando diferenças nestas questões. Estas diferenças podem ser analisadas nas tabelas 62 a 67 a seguir.

Tabela 62 – Comparação entre Q7.1 e Q20B.3

		Q7.1 Colaboradores: empregados			
		nenhum	1 a 10	11 a 20	mais que 21
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	Nenhuma importância	3	0	0	1
	Pouca importância	3	1	0	1
	Muita importância	9	2	4	1
	Extrema importância	1	7	2	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 62, observou-se que as entidades com 1 a 20 empregados dão mais importância à demonstração das origens e aplicações de recursos e, portanto, não possui ruídos com a percepção da PMTS e do CMAS, percepção esta que pode ser identificada no Apêndice C – Tabela de escore de ruídos.

Tabela 63 – Comparação entre Q7.1 e Q20B.4

		Q7.1 Colaboradores: empregados			
		nenhum	1 a 10	11 a 20	mais que 21
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	Nenhuma importância	5	0	0	1
	Pouca importância	3	1	2	1
	Muita importância	7	2	2	1
	Extrema importância	1	7	2	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 63, verificou-se que as entidades com 1 a 20 empregados dão mais importância às demonstrações das mutações do patrimônio líquido e, portanto, não possuem ruídos com a percepção da PMTS e do CMAS.

Tabela 64 – Comparação entre Q7.1 e Q20B.6

		Q7.1 Colaboradores: empregados			
		nenhum	1 a 10	11 a 20	mais que 21
Q20B.6 Fluxo de Caixa	Nenhuma importância	0	0	1	2
	Pouca importância	2	0	0	0
	Muita importância	7	1	3	1
	Extrema importância	7	9	2	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 64, constatou-se que as entidades com 1 a 20 empregados dão mais importância a fluxo de caixa. Já as com mais de 21 empregados não dão importância, sendo que estas não têm ruídos com a percepção da PMTS e do CMAS.

Tabela 65 – Comparação entre Q7.1 e Q20B.8

		Q7.1 Colaboradores: empregados			
		nenhum	1 a 10	11 a 20	mais que 21
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	Nenhuma importância	0	3	0	0
	Pouca importância	5	2	1	0
	Muita importância	7	1	0	2
	Extrema importância	4	4	5	1

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 65, observou-se que as entidades com mais de 11 empregados dão mais importância ao relatório de evolução dos projetos e, portanto, não possuem ruídos com a percepção da PMTS, mas têm ruídos em relação ao CMAS.

Tabela 66 – Comparação entre Q7.1 e Q20B.9

		Q7.1 Colaboradores: empregados			
		nenhum	1 a 10	11 a 20	mais que 21
Q20B.9 Balanço Social	Nenhuma importância	7	5	1	0
	Pouca importância	4	5	2	1
	Muita importância	5	0	1	2
	Extrema importância	0	0	2	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 66, constatou-se que as entidades com 1 a 10 empregados não dão importância ao balanço social e, portanto, não possuem ruídos com a percepção

da PMTS e do CMAS.

Aqui, foi avaliado se existem diferentes percepções em relação a questão Q20B, Q21 e Q22. Para isso, foi utilizada a correlação V de Cramer, cujos resultados são mostrados na tabela 67.

Tabela 67 – Correlação entre a Q7.1 e a Q21 e Q22

Assertivas	Correlação	Significância
Q21.1 obrigações com fornecedores	,372	,270
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	,252	,669
Q21.3 empréstimos e financiamentos	,358	,338
Q21.4 disponibilidades imediatas	,421	,098
Q21.5 direitos a receber	,452	,044
Q21.6 provisões para contingências trabalhistas	,443	,056
Q21.7 informações quantitativas	,334	,231
Q21.8 recursos não-financeiros	,344	,410
Q21.9 imobilizado	,545	,002
Q21.10 fundo irrestrito	,352	,370
Q21.11 fundo temporariamente restrito	,305	,637
Q21.12 fundo permanentemente restrito	,318	,562
Q21.13 compreensibilidade das informações	,322	,540
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	,328	,502
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	,324	,527
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	,376	,273
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	,335	,464
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	,335	,464
Q22.1 obrigações com fornecedores	,437	,018
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	,506	,001
Q22.3 empréstimos e financiamentos	,478	,004
Q22.4 disponibilidades imediatas	,440	,016
Q22.5 direitos a receber	,399	,053
Q22.6 provisões para contingências trabalhistas	,341	,202
Q22.7 informações quantitativas	,252	,671
Q22.8 recursos não-financeiros	,275	,537
Q22.9 imobilizado	,429	,022
Q22.10 fundo irrestrito	,349	,174
Q22.11 fundo temporariamente restrito	,367	,116
Q22.12 fundo permanentemente restrito	,358	,143
Q22.13 compreensibilidade das informações	,333	,236
Q22.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	,337	,217
Q22.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	,319	,309
Q22.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	,379	,090
Q22.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	,363	,128
Q22.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	,369	,111

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 67, constatou-se que a significância da correlação apresentou valor inferior a 0,05 somente para as questões Q21.5, Q21.9, Q22.1 a Q22.4 e Q22.9, indicando diferenças nestas questões. Estas diferenças podem ser

analisadas nas tabelas 68 a 74 a seguir.

Tabela 68 – Comparação entre Q7.1 e Q21.5

		Q7.1 Colaboradores: empregados			
		nenhum	1 a 10	11 a 20	mais que 21
Q21.5 direitos a receber	Concordo plenamente	4	8	3	1
	Concordo	2	2	1	2
	Indiferente	3	0	0	0
	Discordo	5	0	0	0
	Discordo plenamente	2	0	2	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 68, observou-se que as entidades com 1 a 10 empregados e com mais de 21 concordam que os relatórios financeiros demonstram os direitos a receber (sem ruídos).

Tabela 69 – Comparação entre Q7.1 e Q21.9

		Q7.1 Colaboradores: empregados			
		nenhum	1 a 10	11 a 20	mais que 21
Q21.9 imobilizado	Concordo plenamente	4	9	3	0
	Concordo	8	1	0	0
	Indiferente	4	0	1	2
	Discordo	0	0	1	0
	Discordo plenamente	0	0	1	1

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 69, verificou-se que as entidades com menos de 10 empregados tendem a concordar que os relatórios financeiros demonstram o imobilizado, enquanto que as com mais de 21 tendem a discordar e, portanto, possuem ruídos com a percepção da PMTS e do CMAS.

Tabela 70 – Comparação entre Q7.1 e Q22.1

		Q7.1 Colaboradores: empregados			
		nenhum	1 a 10	11 a 20	mais que 21
Q22.1 obrigações com fornecedores	Nenhuma relevância	2	0	0	0
	Pouca relevância	2	0	1	1
	Muita relevância	8	0	1	2
	Extrema relevância	4	10	4	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 70, constatou-se que as entidades com 1 a 10 empregados

consideram extremamente relevante as obrigações com fornecedores, tendo ruído com a PMTS e sem ruído com o CMAS.

Tabela 71 – Comparação entre Q7.1 e Q22.2

		Q7.1 Colaboradores: empregados			
		nenhum	1 a 10	11 a 20	mais que 21
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	Nenhuma relevância	3	0	0	0
	Pouca relevância	1	0	0	1
	Muita relevância	8	0	0	2
	Extrema relevância	4	10	6	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 71, observou-se que as entidades com 1 a 20 empregados consideram extremamente relevante às obrigações com empregados e colaboradores, tendo ruído com a PMTS e sem ruído com o CMAS.

Tabela 72 – Comparação entre Q7.1 e Q22.3

		Q7.1 Colaboradores: empregados			
		nenhum	1 a 10	11 a 20	mais que 21
Q22.3 empréstimos e financiamentos	Nenhuma relevância	2	0	2	1
	Pouca relevância	2	0	0	1
	Muita relevância	8	0	0	1
	Extrema relevância	4	10	4	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 72, constatou-se que as entidades com 1 a 10 empregados consideram extremamente relevante os empréstimos e financiamentos, tendo ruído com a PMTS e com o CMAS.

Tabela 73 – Comparação entre Q7.1 e Q22.4

		Q7.1 Colaboradores: empregados			
		nenhum	1 a 10	11 a 20	mais que 21
Q22.4 disponibilidades imediatas	Nenhuma relevância	3	0	0	0
	Pouca relevância	3	0	1	2
	Muita relevância	4	0	0	1
	Extrema relevância	6	10	5	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 73, constatou-se que as entidades com 1 a 10 empregados consideram extremamente relevante às disponibilidades imediatas, tendo ruído com a PMTS e com o CMAS.

Tabela 74 – Comparação entre Q7.1 e Q22.9

		Q7.1 Colaboradores: empregados			
		nenhum	1 a 10	11 a 20	mais que 21
Q22.9 imobilizado	Nenhuma relevância	3	0	1	1
	Pouca relevância	6	1	0	1
	Muita relevância	6	2	4	1
	Extrema relevância	1	7	1	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 74, constatou-se que as entidades sem empregados ou com mais de 21 consideram pouco relevante o imobilizado, tendo ruído apenas com o CMAS.

Desta forma, pode-se dizer que as entidades com mais empregados, no geral, dão mais importância às demonstrações das mutações do patrimônio líquido, à demonstração das origens e aplicações de recursos, a fluxo de caixa e ao relatório de evolução dos projetos, mas consideram pouco importante o balanço social.

Para confirmar o teste da hipótese foi verificado se as entidades com menor profissionalização, que possuem maior número de voluntários, têm uma percepção diferente em relação às demais entidades. Para isso, foi utilizada a correlação V de Cramer, cujos resultados são mostrados na tabela 75.

Tabela 75 – Correlação entre a Q7.4 e a Q20B

Assertivas	Correlação	Significância
Q20B.1 Balanço Patrimonial	,388	,104
Q20B.2 Demonstração do Resultado do Exercício	,316	,321
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	,337	,240
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	,349	,202
Q20B.5 Notas Explicativas	,380	,119
Q20B.6 Fluxo de Caixa	,515	,005
Q20B.7 Relatório de Atividades	,320	,307
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	,264	,560
Q20B.9 Balanço Social	,515	,005
Q20B.10 Demonstração do Valor Agregado	,229	,450

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 75, constatou-se que a significância da correlação apresentou valor inferior a 0,05 somente para as questões Q20B.6 e Q20B.9, indicando diferenças nestas questões. Estas diferenças podem ser analisadas nas tabelas 76 e 78 a seguir.

Tabela 76 – Comparação entre Q7.1 e Q20B.6

		Q7.4. Colaboradores: voluntários			
		nenhum	1 a 10	11 a 20	mais que 21
Q20B.6 Fluxo de Caixa	Nenhuma importância	1	2	0	0
	Pouca importância	0	1	1	0
	Muita importância	1	11	0	0
	Extrema importância	2	16	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 76, constatou-se que a entidade que possui mais de 11 voluntários dá pouca importância ao fluxo de caixa, enquanto que as com menor número valorizam mais e, portanto, possuem maior ruído com a PMTS e com o CMAS.

Tabela 77 – Comparação entre Q7.4 e Q20B.9

		Q7.4. Colaboradores: voluntários			
		nenhum	1 a 10	11 a 20	mais que 21
Q20B.9 Balanço Social	Nenhuma importância	1	11	1	0
	Pouca importância	1	11	0	0
	Muita importância	0	8	0	0
	Extrema importância	2	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 77, observou-se que a entidade que possui mais de 11 voluntários dá pouca importância ao balanço social, enquanto que as com menor número possuem uma proporção que valoriza mais e, portanto, possuem maior ruído com a PMTS e com o CMAS.

Tabela 78 – Correlação entre a Q7.4 e a Q21 e Q22

Assertivas	Correlação	Significância
Q21.1 obrigações com fornecedores	,500	,025
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	,352	,193
Q21.3 empréstimos e financiamentos	,407	,170
Q21.4 disponibilidades imediatas	,429	,117
Q21.5 direitos a receber	,516	,017
Q21.6 provisões para contingências trabalhistas	,346	,398
Q21.7 informações quantitativas	,279	,487
Q21.8 recursos não-financeiros	,336	,444
Q21.9 imobilizado	,476	,045
Q21.10 fundo irrestrito	,212	,925
Q21.11 fundo temporariamente restrito	,204	,940
Q21.12 fundo permanentemente restrito	,219	,911
Q21.13 compreensibilidade das informações	,181	,970
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	,315	,543
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	,289	,663
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	,352	,392
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	,340	,426

Assertivas	Correlação	Significância
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	,340	,426
Q22.1 obrigações com fornecedores	,474	,015
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	,473	,016
Q22.3 empréstimos e financiamentos	,377	,126
Q22.4 disponibilidades imediatas	,376	,129
Q22.5 direitos a receber	,401	,080
Q22.6 provisões para contingências trabalhistas	,368	,149
Q22.7 informações quantitativas	,204	,818
Q22.8 recursos não-financeiros	,323	,296
Q22.9 imobilizado	,222	,751
Q22.10 fundo irrestrito	,212	,790
Q22.11 fundo temporariamente restrito	,212	,790
Q22.12 fundo permanentemente restrito	,165	,928
Q22.13 compreensibilidade das informações	,212	,789
Q22.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	,276	,503
Q22.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	,239	,406
Q22.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	,322	,298
Q22.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	,123	,983
Q22.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	,258	,589

Fonte: Dados da pesquisa

Pela tabela 78, constatou-se que a significância da correlação apresentou valor inferior a 0,05 somente para as questões Q21.1, Q21.5, Q21.9, Q22.1 e Q22.2, indicando diferenças nestas questões. Estas diferenças podem ser analisadas nas tabelas 79 a 84 a seguir.

Tabela 79 – Comparação entre Q7.4 e Q21.1

		Q7.4. Colaboradores: voluntários		
		nenhum	1 a 10	11 a 20
Q21.1 obrigações com fornecedores	Concordo plenamente	2	20	1
	Concordo	0	8	0
	Indiferente	0	2	0
	Discordo	1	0	0
	Discordo plenamente	1	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 79, constatou-se que as entidades que possuem pelo menos 1 voluntário tendem a concordar que os relatórios financeiros demonstram as obrigações com fornecedores, estando em consonância com a PMTS e com o CMAS.

Tabela 80 – Comparação entre Q7.4 e Q21.5

		Q7.4. Colaboradores: voluntários		
		nenhum	1 a 10	11 a 20
Q21.5 direitos a receber	Concordo plenamente	2	14	0
	Concordo	0	7	0
	Indiferente	0	2	1
	Discordo	0	5	0
	Discordo plenamente	2	2	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 80, observou-se que as entidades com 1 a 10 voluntários tendem a concordar que os relatórios financeiros demonstram os direitos a receber, estando em consonância com a PMTS e com o CMAS.

Tabela 81 – Comparação entre Q7.4 e Q21.9

		Q7.4. Colaboradores: voluntários		
		nenhum	1 a 10	11 a 20
Q21.9 imobilizado	Concordo plenamente	0	16	0
	Concordo	1	7	1
	Indiferente	1	6	0
	Discordo	1	0	0
	Discordo plenamente	1	1	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 81, observou-se que as entidades com pelo menos 1 voluntário tendem a concordar que os relatórios financeiros demonstram o imobilizado, estando em consonância com a PMTS e com o CMAS.

Tabela 82 – Comparação entre Q7.4 e Q22.1

		Q7.4. Colaboradores: voluntários		
		nenhum	1 a 10	11 a 20
Q22.1 obrigações com fornecedores	Nenhuma relevância	0	2	0
	Pouca relevância	2	1	1
	Muita relevância	1	10	0
	Extrema relevância	1	17	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 82, observou-se que as entidades com até 10 voluntários tendem a considerar muito relevante as obrigações com fornecedores, tendo ruído apenas com a PMTS.

Tabela 83 – Comparação entre Q7.4 e Q22.2

		Q7.4. Colaboradores: voluntários		
		nenhum	1 a 10	11 a 20
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	Nenhuma relevância	0	2	1
	Pouca relevância	1	1	0
	Muita relevância	0	10	0
	Extrema relevância	3	17	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 83, observou-se que as entidades com até 10 voluntários tendem a considerar muito relevante as obrigações com empregados e colaboradores, tendo ruído apenas com a PMTS.

Desta forma, pode-se dizer que as entidades com mais voluntários, no geral, tem menos ruído com a PMTS e com o CMAS.

As entidades com maior profissionalização (maior número de empregados) e entidades que atuam apenas com voluntários, tem percepções semelhantes, até nas assertivas que ambas discordam do Poder Público.

4.4.5 Participação em eventos

Hipótese:

- Entidades que não participam de eventos promovidos pela PMTS tem mais ruído que atrapalham a comunicação com o Poder Público.

Nesta etapa, para testar a hipótese 6, foi comparado se as entidades que participam mais de eventos possuem uma percepção diferente em relação demais na questão Q20B. Para isso, utiliza-se o teste de *Kruskal-Wallis*, cujos resultados são mostrados na tabela 84.

Tabela 84 – Teste de *Kruskal-Wallis*

Assertivas	Qui-quadrado	Graus de liberdade	Significância
Q20B.1 Balanço Patrimonial	,472	2	,790
Q20B.2 Demonstração do Resultado do Exercício	,136	2	,934
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	,485	2	,785
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	1,499	2	,473
Q20B.5 Notas Explicativas	1,118	2	,572
Q20B.6 Fluxo de Caixa	,872	2	,646
Q20B.7 Relatório de Atividades	2,138	2	,343
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	12,849	2	,002

Q20B.9 Balanço Social	4,519	2	,104
Q20B.10 Demonstração do Valor Agregado	57,500	-,960	,337

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 84, constatou-se que a significância do teste resultou num valor inferior a 0,05 apenas para a questão Q20B.8, indicando diferenças de percepção nesta variável. Para analisar mais detalhadamente as diferenças, comparam-se os grupos (não participou, participou de 1, participou de 2 ou mais eventos) dois a dois. Os resultados do teste são mostrados na tabela 85.

Tabela 85 – Teste de *Mann-Whitney*: Q20B.8

Assertivas	Mann-Whitney U	Z	Significância
Não participou/participou de 1 evento	15,000	-1,929	,054
Não participou/participou de 2 ou mais eventos	31,000	-3,534	,000
Participou de 1/participou de 2 ou mais eventos	34,000	-,576	,565

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 85 verificou-se que a significância do teste resultou num valor inferior a 0,05 apenas quando comparado com quem participou com quem participou de 2 ou mais eventos. As diferenças são apresentadas na tabela 86.

Tabela 86 – Comparação entre Q10 e Q20B.8

		Q10. Pró-atividade da organização (participação em eventos)		
		nenhum	apenas um	2 ou mais
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	Nenhuma importância	2	1	0
	Pouca importância	7	0	1
	Muita importância	4	0	6
	Extrema importância	1	4	9

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a tabela 86, observou-se que as entidades que participaram de 2 ou mais eventos dão mais importância ao relatório de evolução de projetos, estando em consonância com a percepção da PMTS. Por outro lado, as empresas que não participam de eventos dão pouca importância ao relatório e estão em consonância com a percepção do CMAS.

Tabela 87 – Teste de *Kruskal-Wallis*

Assertivas	Qui-quadrado	Graus de liberdade	Significância
Q21.1 obrigações com fornecedores	2,205	2	,332
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	1,651	2	,438
Q21.3 empréstimos e financiamentos	1,711	2	,425
Q21.4 disponibilidades imediatas	,898	2	,638
Q21.5 direitos a receber	,742	2	,690
Q21.6 provisões para contingências trabalhistas	1,106	2	,575
Q21.7 informações quantitativas	,324	2	,850
Q21.8 recursos não-financeiros	,782	2	,676
Q21.9 imobilizado	2,791	2	,248
Q21.10 fundo irrestrito	2,787	2	,248
Q21.11 fundo temporariamente restrito	4,528	2	,104
Q21.12 fundo permanentemente restrito	3,166	2	,205
Q21.13 compreensibilidade das informações	1,685	2	,431
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	,767	2	,681
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	,397	2	,820
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	2,419	2	,298
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	,873	2	,646
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	,873	2	,646
Q22.1 obrigações com fornecedores	2,902	2	,234
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	5,090	2	,078
Q22.3 empréstimos e financiamentos	2,787	2	,248
Q22.4 disponibilidades imediatas	,782	2	,676
Q22.5 direitos a receber	2,879	2	,237
Q22.6 provisões para contingências trabalhistas	2,251	2	,325
Q22.7 informações quantitativas	,042	2	,979
Q22.8 recursos não-financeiros	,246	2	,884
Q22.9 imobilizado	2,912	2	,233
Q22.10 fundo irrestrito	3,828	2	,147
Q22.11 fundo temporariamente restrito	3,792	2	,150
Q22.12 fundo permanentemente restrito	4,090	2	,129
Q22.13 compreensibilidade das informações	1,355	2	,508
Q22.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	,724	2	,696
Q22.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	,450	2	,798
Q22.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	,498	2	,780
Q22.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	,155	2	,925
Q22.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	,189	2	,910

Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 87 constatou-se que a significância do teste resultou num valor superior a 0,05 para todas as questões, indicando não haver diferenças de percepção nesta variável.

Na análise do perfil da organização com a evidenciação contábil, foi comparado a questão Q10 com a questão Q20.A, o resultado está demonstrado na tabela 88.

Tabela 88 – Comparação entre Q10 e Q20.A

Assertivas	nenhum		apenas 1		2 ou mais	
	sim	não	sim	não	sim	não
Q20A.1 Balanço Patrimonial	8	6	5	0	10	6
Q20A.2 Demonstração do Resultado do Exercício	8	6	5	0	11	5
Q20A.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	7	7	5	0	8	8
Q20A.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7	7	4	1	8	8
Q20A.5 Notas Explicativas	7	7	5	0	7	9
Q20A.6 Fluxo de Caixa	8	6	2	3	4	12
Q20A.7 Relatório de Atividades	9	5	5	0	10	6
Q20A.8 Relatório de Evolução dos Projetos	5	9	1	4	5	11
Q20A.9 Balanço Social	5	9	2	3	3	13
Q20A.10 Demonstração do Valor Agregado	5	9	1	4	3	13

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando a tabela 88, pode-se observar que as entidades que participam de 02 eventos ou mais, são maior importância a evidenciação contábil. Percebeu-se que 10 das 16 entidades que participam de 02 eventos ou mais dão importância ao relatório de atividades.

As entidades que não participam dos eventos promovidos pela PMTS têm maior nível de ruído com a PMTS e CMAS, quando comparadas com as entidades mais participativas.

4.5 Síntese das hipóteses obtidas e implicações

Tomando-se como referência a teoria da comunicação, autores como Dias e Dias e Nakagawa (2000), explicam que o objetivo da comunicação é partilhar informação, e que o mesmo pode ser prejudicado por diversos fatores tais como: o emissor não se expressa de maneira adequada; o receptor compreende a mensagem de modo inapropriado, a mensagem recebida difere da enviada, por ter sido alterada enquanto era transportada – ruídos.

Partindo destes conceitos e do princípio que a contabilidade é a principal linguagem dos negócios, onde os *stakeholders* – provedores de recursos – e usuários buscam informações sobre a performance das entidades, coube verificar se ela esta constituída de símbolos, capazes de traduzir essas informações de forma inteligível para estes usuários.

Assim, para testar as hipóteses, foi realizada análise descritiva da primeira e segunda parte do instrumento de pesquisa, a fim de identificar o perfil das entidades e o perfil do dirigente para, posteriormente, confrontar com a terceira parte.

Na parte três do instrumento, foi utilizado o método *Ward* para agrupar as entidades em clusters. Para verificar as variáveis discriminadoras, foi utilizado o teste não paramétrico de *Kruskal-Wallis* e *Mann-Whitney*.

Uma vez definido o perfil de cada cluster, foi criado um escore de ruído para avaliar o nível de ruído entre a percepção de cada cluster e a percepção da PMTS e do CMAS.

Na análise do cálculo de escore por assertiva, todos os clusters apresentaram ruídos tanto com a PMTS quanto com o CMAS. Porém, os níveis de ruídos diferem em relação às assertivas do instrumento de pesquisa.

Pode-se observar que os quatro clusters afirmam que há comunicação sobre resultados de pedidos junto ao CMAS, e três afirmam que possuem acesso à situação cadastral, ou seja, existe comunicação entre entidades/CMAS. Desta forma, observa-se que segundo esta afirmação parte-se do pressuposto que quando ocorrem problemas com a prestação de contas as entidades são comunicadas sobre esta situação.

Coube, então, avaliar as questões pertinentes às informações constantes nestes relatórios. Observou-se que existem percepções diferentes sobre as informações constantes nos relatórios financeiros. Partindo do conceito da teoria da comunicação, que a diferença de percepção entre emissor e receptor afetam o processo de comunicação, pode-se afirmar que as diferenças de percepções encontradas no resultado da pesquisa são as causas dos ruídos no processo de comunicação entre entidades/Poder Público.

Seguindo a análise e testando a hipótese: **Existem diferenças nos níveis de ruídos na comunicação entre entidades/CMAS e entidades/PMTS**, pode-se constatar que o nível de ruído de cada cluster com o CMAS é maior do que o nível de ruído de cada cluster com a PMTS.

Analisando as diferenças de níveis de ruídos, cabe ressaltar que o perfil do emissor e receptor também afeta o processo de comunicação. Neste sentido, cabe uma análise do perfil do respondente do CMAS e da PMTS para análise. O

respondente do CMAS foi um profissional da área de assistência social, e que identificou seu conhecimento sobre contabilidade como 'razoável'. Mesmo com este perfil, para que a pesquisa tivesse êxito, era imprescindível a participação desta população, uma vez que este profissional é quem tem contato direto com as entidades assistenciais e com seus dirigentes. O respondente da PMTS foi um profissional da área contábil e que definiu seu conhecimento sobre contabilidade como muito bom; esta população foi escolhida em função das prestações de contas serem analisados por esta área da PMTS, ou seja, a análise detalhada dos relatórios financeiros é de responsabilidade da PMTS.

Apesar da autonomia do CMAS/TS sobre a distribuição dos recursos, cabe à PMTS avaliar como estes recursos foram aplicados pelas entidades beneficiadas com os recursos, assim, parte-se do pressuposto que a contabilidade tem uma maior facilidade de identificar as informações nos relatórios financeiros que os auxiliam a avaliar o desempenho dos gestores e da entidade na utilização destes recursos.

Para testar a hipótese: **Entidades com recursos provenientes de órgão público têm menos ruído na comunicação com o Poder Público**, foram realizadas correlações entre a questão 9.5 com a parte III do instrumento de pesquisa. Nesta análise, foi observado que as entidades que mais utilizam recursos públicos apresentam muito ruído em relação às percepções da PMTS e do CMAS. Estas entidades não dão importância ao balanço patrimonial, à demonstração do resultado do exercício, demonstração das origens e aplicações de recursos e demonstração das mutações do patrimônio líquido, possuindo assim muito ruído com a PMTS e CMAS.

Estas demonstrações são essenciais para prestação de contas, pois elas demonstram como os recursos foram utilizados, quais os direitos e obrigações das entidades, assim se as entidades não dão importância à elas, é compreensível que elas não sejam elaboradas, portanto falta as ferramentas essenciais para que estas entidades possam cumprir com suas obrigações junto à seus parceiros no que tange a prestação de contas. Neste contexto, este fato também as impedem de pleitear parcerias para obtenção de recursos. Se estas recebem recursos públicos e não apresentam seus relatórios financeiros na prestação de contas, conseqüentemente, terão seus registros suspensos e cancelados.

Na investigação um pouco mais profunda desta situação, foi comparado se estas entidades possuem percepção diferente em relação às demais entidades. O resultado desta investigação observou que as entidades que mais utilizam recursos públicos tendem a discordar que os relatórios financeiros demonstram as obrigações com empregados e colaboradores, possuindo assim ruído tanto com a PMTS quanto com o CMAS. Porém esta mesma investigação observou que estas entidades tendem a concordar que os relatórios financeiros demonstram a compreensibilidade das informações, estando em consonância com o Poder Público.

Na análise verificou-se que as entidades que mais utilizam de recursos públicos tendem a ser indiferentes em relação à integridade, capacidade de comprovação e neutralidade, bem como, com as informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos e informações para que estes provedores avaliem os serviços da organização. Pode-se entender que todas estas diferenças de percepções são as grandes responsáveis pelo ruído no processo de comunicação com o Poder Público. Se as entidades não conseguem compreender a importância destes para avaliação dos serviços prestados por elas, é possível entender porque elas não dão à devida importância aos relatórios financeiros.

Na hipótese: **Entidades com recursos provenientes de parcerias com empresas privadas têm menos ruído na comunicação com o Poder Público**, foram realizadas correlação entre a questão Q9.3 da primeira parte do questionário com as assertivas da terceira parte. Na análise pode-se observar que o nível de ruído destas entidades com a PMTS e com o CMAS é baixo, se comparados com as demais entidades. Estas discordam da importância das notas explicativas, estando em consonância com a percepção do CMAS e possuindo ruído em relação à percepção da PMTS. Assim como, discordam que constem no relatório financeiro ferramentas úteis para decisão, tendo ruído tanto com a PMTS quanto com o CMAS.

O que denota que apesar destas entidades estarem em maior consonância como Poder Público, elaborando os relatórios financeiros estas não percebem a verdadeira utilização destas demonstrações, conforme constado na pesquisa.

Em relação à hipótese: **Entidades não certificadas possuem mais ruídos que atrapalham a comunicação com o Poder Público**, para testá-la foram comparadas às percepções referentes à questão Q20B, das entidades certificadas com as não certificadas, bem como a Q20B com as assertivas da terceira parte do

instrumento. Na análise percebeu-se que não há mudança na percepção das entidades certificadas com as não certificadas, a comparação dos resultados demonstrou que a percepção das entidades certificadas são semelhantes a percepção das não certificadas, ou seja, o fato das entidades possuírem certificados não tem influência direta na percepção sobre a importância dos relatórios financeiros.

A hipótese foi levantada considerando que entidades certificadas têm um compromisso maior com a evidenciação contábil e com a obrigação de prestar de contas, pois por vezes, estas devem prestar contas aos diferentes organismos certificadores, tais como, Prefeituras, Governo Estadual, CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério da Justiça, etc. Cada organismo fornece o seu certificado de utilidade pública, municipal, estadual, federal, filantrópico, etc., sendo que a prestação de contas é individualizada, ou seja, cada organismo tem a sua própria forma de solicitar a prestação de contas a fim de manter estes certificados.

Na hipótese: **Entidades com maior profissionalização (com empregados) têm menos ruído na comunicação com o Poder Público**, foram comparadas as questões Q7.1 e as assertivas da terceira parte do instrumento de pesquisa. Na análise das variáveis observou-se que as entidades com 1 a 10 empregados consideram extremamente relevante as obrigações com fornecedores, tendo ruído com a PMTS e sem ruído com o CMAS. As entidades com 1 a 20 empregados consideram extremamente relevante as obrigações com empregados e colaboradores tendo ruído com a PMTS e com a CMAS, assim como as entidades com 1 a 10 empregados consideram extremamente relevante as informações com empréstimos e financiamentos, tendo ruído com a PMTS e com o CMAS. Percebe-se que as entidades com empregados, possuem uma maior preocupação com o passivo da entidade, esta preocupação pode ser entendida uma vez que estas devem honrar seus compromissos, principalmente com empregados, a fim de evitar processos trabalhistas.

Seguindo a análise da hipótese constatou-se que entidades com menor profissionalização (maior número de voluntários), não apresentaram diferentes percepções se comparadas com as entidades com maior profissionalização. Estas entidades também tendem a considerar muito relevante as obrigações com fornecedores, tendo ruído apenas com a PMTS e também consideram muito

relevante as obrigações com empregados e colaboradores, tendo ruído apenas com a PMTS.

A hipótese: **Entidades que não participam de eventos promovidos pela PMTS tem mais ruído que atrapalham a comunicação com o Poder Público**, para testar a hipótese foram comparadas se as entidades que participam mais de eventos possuem percepção diferente em relação às demais. Assim observou-se que as entidades que participam de 2 eventos ou mais dão mais importância ao relatório e evolução de projetos, estando em consonância com a percepção da PMTS, sendo que, as entidades que não participam não dão pouca importância ao relatório e estão em consonância com a percepção do CMAS. Seguindo a análise constatou-se que entidades mais pró-ativas dão mais importância aos relatórios financeiros e percebe-se que a maioria destas elabora o relatório de atividades. Segundo a pesquisa pode-se observar que os eventos promovidos pela PMTS auxiliam as entidades a perceberem a importância dos relatórios financeiros.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Pela convicção de que as demonstrações contábeis, enquanto instrumento de comunicação só se justificam se as informações geradas por elas puderem ser utilizadas como instrumento de apoio ao processo decisório. Nesse sentido, cabe ressaltar que a aplicabilidade da Contabilidade ao mundo dos negócios, mesmo nas chamadas organizações sem fins-lucrativos, aliás, principalmente a estas, está sempre condicionada à capacidade de ajudar o usuário a tomar decisões racionais.

Deste modo, utilizando-se da teoria da contabilidade, enquanto linguagem de negócios e da teoria da comunicação, a pesquisa teve como objetivo identificar as principais causas do ruído no processo de comunicação, via demonstrações contábeis, entre o Poder Público: Conselho Municipal de Taboão da Serra (CMAS/TS) e Prefeitura Municipal de Taboão da Serra (PMTS) e as entidades assistenciais sob a óptica destes usuários.

Para avaliar essas percepções, utilizou-se de instrumento de pesquisa formado por questionário, com perguntas fechadas (itemizadas em escala do tipo Likert). A pesquisa de campo foi realizada com as entidades assistenciais – receptoras de recursos, objeto da pesquisa realizada pela COAF/CMAS, sendo a pesquisa realizada com uma amostra de 87,5% desta população e com o CMAS/TS e PMTS – doadores de recursos. A amostra dos doadores de recursos correspondeu a 100% destas populações (CMAS e PMTS).

Assim, foi constatado que as principais causas do ruído no processo de comunicação estão nas diferenças de percepções destes usuários acerca das demonstrações contábeis, bem como, na utilização da comunicação informal.

Na análise observou que existem as “normas” para que as prestações de contas sejam realizadas, como existem as Normas Brasileiras de Contabilidade que rege como as demonstrações contábeis devem ser elaboradas e quais devem ser elaboradas. O fato é, existe aspecto formal a ser seguido, existe um modelo, porém na prática não é seguido por uma questão de comunicação informal. O modelo informal utilizado é com base nas relações pessoais.

Observa-se que, para reduzir os ruídos detectados, é necessário um trabalho de treinamento e conscientização de que as normas devem ser seguidas,

assim como os objetivos, a importância das características qualitativas da informação contábil. Para que o nível de ruído seja reduzido, é importante equacionar o nível de conhecimento dos diferentes usuários sobre as informações contábeis, de forma que possa haver uma aproximação do repertório entre as partes, ocorrendo assim uma melhor compreensão da mensagem transmitida por este instrumento.

No caso da comunicação informal, faz-se necessário um trabalho intenso de conscientização; em algumas situações, parece que a “rede de relacionamento” sobrepõe o caminho da comunicação formal, pois existem entidades que não se coadunam com a responsabilidade social e atuam de forma negligente utilizando-se desta rede de relacionamento para obter benefícios. Nestes casos, há a necessidade de atuação dos órgãos de controle e fiscalização e da própria sociedade para executar a filtragem dessas entidades, impedindo que estas denigrem o intuito dos movimentos e das entidades assistenciais que atuam com seriedade.

Uma vez identificada a ocorrência de ruído no processo de comunicação entre entidades e Poder Público, procurou definir o nível deste ruído entre cada cluster e a PMTS, assim como, o nível de ruído entre cada cluster e o CMAS.

Nesta análise, observou-se que todos os clusters apresentaram ruído com o Poder Público, sendo que o nível de ruído foi maior com o CMAS do que com a PMTS. As diferenças de percepções não estão em um ponto específico, ou seja, estão pulverizadas entre as diversas assertivas da terceira parte do instrumento de pesquisa. Essas diferenças de percepções e os níveis de ruídos por assertivas podem ser visualizados e analisados no Apêndice C do trabalho. Desta forma foram analisadas o perfil do emissor e receptor, pois segundo a teoria da comunicação esta também é uma causa dos ruídos no processo de comunicação. Assim, cabe ressaltar o perfil dos respondentes do CMAS e da PMTS.

O respondente da PMTS foi profissional habilitado da área contábil; a definição do respondente foi feita em decorrência deste profissional ter acesso às demonstrações e prestações de contas. No CMAS/TS, o respondente foi profissional da área de assistência social; este foi definido em decorrência de ser este profissional o responsável pelo contato direto com as entidades assistenciais e o

receptor das prestações de contas, o qual executa uma análise prévia quando da entrega da documentação.

Na análise dos resultados, observou-se que entidades com recursos provenientes de parcerias com empresas privadas têm menos ruído na comunicação com o Poder Público; o teste desta hipótese identificou que estas entidades discordam que os relatórios financeiros demonstram informações que fornecem ferramentas úteis para decisão, tendo ruído tanto com a PMTS quanto com o CMAS/TS. Nas demais assertivas, a significância da correlação apresentou valor superior a 0,05.

Como as entidades assistenciais dependem de recursos de terceiros, públicos ou privadas, é compreensível que as entidades que mantêm convênios e/ou parcerias com empresas privadas dêem maior importância às demonstrações contábeis, pois, a empresa privada costuma ser exigente em relação à prestação de contas, sob pena de, na ausência da prestação de contas ou qualquer problema detectado na mesma, cancelar a parceria/convênio.

Na análise dos resultados obtidos, identificou-se que não existem diferenças de percepções entre entidades não certificadas e entidades certificadas, esta análise contraria a hipótese levantada. Esta hipótese foi levantada considerando as diversas obrigações que as entidades têm com cada órgão certificador, porém na amostra das entidades assistenciais de Taboão da Serra, esta hipótese foi rejeitada, pois entidades certificadas atribuem uma importância semelhante às das entidades não certificadas para os relatórios financeiros. As entidades certificadas discordam apenas na variável sobre contingência trabalhista, tendo ruído com a PMTS e com o CMAS, neste ponto, não foi avaliado se as demonstrações contábeis demonstram estas informações e as entidades não percebem ou se de fato não constam tais informações.

Analisando as variáveis sobre a hipótese de que entidades com maior profissionalização têm menos ruído na comunicação com o Poder Público, observou-se que tanto as entidades com empregados quanto as entidades que atuam apenas com voluntários, tendem a considerar muito relevante as informações com fornecedores, empréstimos e empregados. Assim, a hipótese levantada também foi rejeitada, pois as percepções são semelhantes, até nas assertivas que ambas discordam do Poder Público. Esta constatação trouxe certa inquietação, uma vez

que foi suposto que a entidade com empregados teria uma percepção diferente da entidade que atua apenas com voluntários. Foi suposto que as entidades com maior profissionalização tivessem uma preocupação maior com o desenvolvimento e controle da organização, pelo próprio vínculo que estes profissionais têm com as entidades. Neste contexto, supôs que entidades que atuam com voluntários, teriam uma preocupação menor com o controle e gestão da organização, até por não possuírem vínculo com estas organizações.

Seguindo a análise, foi constatado que entidades que participam de eventos promovidos pela PMTS dão maior importância aos relatórios financeiros, estando em consonância com a PMTS e com o CMAS, inclusive observou-se que a maioria destas entidades tende a elaborar o relatório de atividades. Este relatório descreve as ações realizadas e os recursos aplicados para desenvolvimento desta, podendo ser considerada uma importante ferramenta para avaliação de desempenho do gestor e da entidade, além de auxiliar em decisões racionais.

Para realização da pesquisa, foi desenvolvido um instrumento de pesquisa e uma metodologia passível de reaplicação em outros municípios brasileiros, que permitam estudo comparativo. Os resultados representam uma amostra de 87,5% da população das entidades assistenciais sendo válidos para o município de Taboão da Serra.

Como foi detectado que as causas dos ruídos prejudiciais ao processo de comunicação é a utilização da comunicação informal, a presente pesquisa tem como impacto provável a melhoria no processo comunicativo entre Estado e entidades assistenciais, pois uma vez que se conhece a causa, se torna mais fácil minimizar o impacto destes ruídos na comunicação.

Sugere-se para pesquisas futuras, analisar as diferenças de percepções entre o próprio Poder Público e identificar, ainda, se esta é uma particularidade deste Poder Público, ou se isto ocorre em outros entes de outros municípios.

Espera-se que esse trabalho contribua para a continuidade das pesquisas a respeito das demonstrações contábeis como instrumento de comunicação, não só para entidades assistenciais, mas como para outros setores, e que auxilie os participantes do processo de comunicação, bem como os profissionais

da Contabilidade, a compreenderem melhor este instrumento a fim de diminuir os ruídos ocorridos nas mensagens entre estes.

REFERÊNCIAS

AAKER, D. A. et al. **Pesquisa de Marketing**. São Paulo: Atlas, 2001.

ADELBERG, A.H. **Narrative disclosures contained in financial reports: an empirical evaluation of their understandability**. Unpublished Ph. D. Dissertation, City University of New York, 1977.

AGUIAR, A.B.; FREZATTI, F.; REZENDE, A.J. Relação entre atributos do sistema de contabilidade e nível de satisfação dos usuários: uma análise em organizações brasileiras. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v.8, p.128-191, 2007.

ANTHONY, R.N.; GOVINDARAJAN, V. **Management control systems**. 9th ed. Boston: Irvin. Mcgraw Hill, 1998.

ARAÚJO, O. C. **Contabilidade para organizações do terceiro setor**. São Paulo: Atlas, 2005.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisas de survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

BACCEGA, M.A. Inter-relações entre comunicação, educação e informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.1, n.1, p.11/22, 1999.

BELKAOUI, A.R. **Accounting Theory**. London: Business Press, Thomson Learning, 2000.

BENS, D.A. *The determinants of the amount of information disclosed about corporate restructurings*. **Journal of Accounting Research**, V. 40. n° 1, 2002.

BERLO, D.K. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática**. Trad. Jorge Arnaldo Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática**. Trad. Jorge Arnaldo Fontes. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BORDENAVE, J.E.D. **Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O que é comunicação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

BORDENAVE, J.E.D.; CARVALHO, H.M., **Comunicação e planejamento**. Paz e Terra. São Paulo, 1979.

BOSCH, M. "NGO's and Development in Brazil: roles and responsibilities in a "new world order". In: *Hulme, David; Edwards, Michael. "NGO's. States and Donors: tõe close for confort?"* London: Macmillan Press, 1997. p.232-242.

BOWDITCH, J.L.; BUONO, A.F. **Elementos de comportamento organizacional**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1992.

BRANDÃO, A.O.; SILVA, A.O.; GUADAGNIN, L.A. Das origens do Estado ao advento do terceiro setor. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 22., Paraná. **Anais do XXII ENANPAD**. Rio de Janeiro: ANPAD, 1998. 1 CD-ROM.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. Controladoria Geral da União. **Lei nº 8.742**, de 07/12/1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br>>. Acesso em: 28 jul. 2007.

_____. **Decreto 3100**, de 30 de junho de 1999. Regulamenta a Lei 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como organizações da sociedade civil de interesse público, institui e disciplina o termo de parceria, e dá outras providências.

_____. **Novo Código Civil Brasileiro**. Lei 10406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: nov. 2007.

_____. Organizações Sociais. **Caderno MARE da Reforma do Estado – Caderno 2**. Brasília, 1998a. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

_____. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Imprensa Oficial, nov. 1995.

_____. **Plano Diretor da Reforma do Estado – Caderno 2**. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

BRESSER, PEREIRA, L.C. **A Reforma do Estado nos anos 90**. Lógica e Mecanismo de Controle. Brasília: MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997. Disponível em <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

BROOKE, R. **Managing the Enabling Authority**. Harlow: Longman, 1989.

CAMPOS, G.M. **A realidade contábil-gerencial de uma organização do terceiro setor**: o caso da Fundação Otacílio Coser. 2003. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

CARDOSO, R.; PELIANO, A.M.M. **Apresentação – Políticas Sociais**. Todos por todos. Disponível em <<http://www.comunidadesolidaria.org.br>>. Acesso em: 14 out. 2002.

CARVALHO, M.C.A.A. Participação Social no Brasil Hoje. **Polis Papers**, São Paulo, p.42-45, nov., 1998.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE; **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**. Brasília: CFC, 2003.

_____: **Manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse social**. [2007]. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 21 dez.2007.

CHAGAS, A.T.R. O questionário na pesquisa científica. **Revista Administração On Line**, São Paulo, v. 1, n. 1, jan./mar. 2000. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/adol/artigo.htm>. Acesso em: 20 nov. 2004.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 4. ed. São Paulo. Makron Books, 1993.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CHOI, F.D.S. *European disclosure: the competitive disclosure hypothesis*. *Journal of International Accounting Business Studies*, p.15-23, 1974.

COELHO, S.C.T. **Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMUNIDADE ATIVA. **Uma estratégia de indução ao desenvolvimento local integrado e sustentável**. Brasília: Comunidade Solidária, set. 1999.

COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. **Métodos de pesquisa em administração**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COSTA, A.L.; MELO, A.S. **Perfil dos dirigentes das organizações do terceiro setor**. Ribeirão Preto. Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, 2004, (TD-A.V. 26).

COSTA, B.L.; CARNEIRO, C.B.L. Sugestões para uma política estadual de combate à pobreza persistente. In: Investindo em políticas Sociais, **Minas Gerais do Séc. XXI**. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002, cap.5, v.8, p.167-195

COSTA, C.S.; VISCONTI, G.R. Terceiro setor e desenvolvimento social. **Relato setorial nº. 3 AS/GESET**, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

CRUZ, C.M.; ESTRAVIZ, M. **Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2003.

DALLARI, D.A. **Elementos de teoria geral do estado**. São Paulo: Saraiva, 2003.

DELANEY, P.R. *et al.* **GAAP 2002: interpretation and application of generally accepted accounting principles 2002**. New York: John Wiley & Sons, 2002.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2002.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 13.ed. São Paulo: Atlas, 2001

DIAS, J.M.F. **Características qualitativas da informação contábil**: o problema da compreensibilidade à luz da teoria semiótica e da comunicação. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DIAS, J.M.; NAKAGAWA, M. Análise do Processo de Comunicação Contábil: Uma contribuição para a solução de problemas semânticos, utilizando conceitos da teoria da comunicação. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE**, 16., 2000, Brasília: CFC, 2000.

DIMBLEBY, R.; BURTON, G. **Mais do que palavras**: Uma introdução à teoria da comunicação. São Paulo: Summus, 1990.

DRAIBE, S. **O “welfare state” no Brasil**: características e perspectivas. São Paulo: ANPOCS – Ciências Sociais Hoje, v. 1989, p.13-61, 1989.

DRUCKER, P.F. **Administração de organizações sem fins lucrativos**: princípios e práticas. São Paulo: Pioneira, 1994.

ENG.L.L.; MAK, Y.T. *Corporate governance and voluntary disclosure*. **Journal of Accounting and Public Policy**. Vol. 22, 2003.

ESPING-ANDERSEN, C. O futuro do *welfare state* na nova ordem mundial. Lua Nova – **Revista de Cultura e Política**. São Paulo. n. 35, p.73-111, 1995.

ETHERIDGE, H.L. *An examination of semiotic theories of accounting accruals*. Unpublished Ph. D. dissertation, Louisiana State University, 1991.

FALCONER, A.P. **A promessa do terceiro setor** – um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão. 1999. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999

FARAH, M. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.35, n.1, p.119-145, jan./fev., 2001.

FASB – FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *Statement of Financial Accounting Concepts nº 2, Qualitative characteristics of accounting information*, May 1980.

_____. *Statement of Financial Accounting Concepts nº 4, Objectives of financial reporting by nonbusiness organizations*, Dec 1980.

FERNANDES, R.C. **Privado, porém público**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina.** 3 ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

FERRAREZI, E.; REZENDE, V. **OSCIPIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: A Lei 9.790/99 como alternativa para o Terceiro Setor.** 2. ed. Brasília: Comunidade Solidária, 2002.

FERREIRA, A.B.H., **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** 2. ed. rev.ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, R. A. **A pesquisa científica nas Ciências Sociais: caracterização e procedimentos.** Recife: UFPE, 1998.

FISCHER, R.M.; FALCONER, A.P. Desafios da parceria governo e terceiro setor. **Revista de Administração.** São Paulo, v.33, n. 1, p. 12-19, jan./mar., 1998.

FONSECA, L.V. O Estado, O Terceiro Setor e o mercado: uma tríade complexa. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE**, 16., 2000, Brasília: CFC, 2000.

FREEMAN, R.J.; SHOULDERS, C.D. **Governmental and nonprofit accounting. Theory and practice.** 4th ed. New Jersey. Prentice Hall, 1993.

GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. **O que é o GIFE?** [1995]. Disponível em <<http://www.gife.org.br>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GLAESER, E. **The Governance of not profit organizations.** Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

GOHN, M.G. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOLDRATT, E.M. **A síndrome do palheiro: garimpando informação num oceano de dados.** Trad. Claudiney Fullmann. São Paulo: Educator, 1992.

GOMES, N.; NASSAR, P. **A comunicação da pequena empresa.** 4. ed. rev.ampl. São Paulo: Globo, 1999.

GRAHAM, P.(org.). **Mary Parker Follet: Profeta do Gerenciamento – Uma Celebração aos Escritos dos Anos 20.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

GUERREIRO, R. **Modelo conceitual de sistema de informação de gestão econômica: uma contribuição à teoria da comunicação.** 1989. Tese de Doutorado – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

HAIR, J.F., et al. **Análise multivariada de dados.** Porto Alegre. Bookman, 2005.

_____. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

HALL, P.D. **Inventing the nonprofit sector**: and other essays on philanthropy, voluntarism and nonprofit organizations. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1992.

HALL, R. H. **Organizações: estruturas e processos**, Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1984.

HENDRIKSEN, E.S.; BREDA, M.F.V. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HORNGREN, C.T. **Accounting for management control**. Englewood Cliffs. NJ: Prentice Hall, 1974.

KEINERT, T. M.M. Os paradigmas da administração pública no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 34, n. 3, p.81-90, 1994.

HILL, M.M.; HILL, A. **Investigação por questionário**. 2. ed. revista e corrigida. Lisboa: Edições Sílabo, 2002.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor**: o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron Books, 1999.

HULME, David; EDWARDS, Michael: *NGO's, states and donors in overview*. In: **Hulme, D. and Edwards, m (eds) NGO's, States and Donors. Too close for confort?**, London: Macmillan Press, 1997. p.9-22.

HUNT, J. G.; OSBORN, R. N.; SCHERMERHORN JR., J. R. **Fundamentos de comunicação organizacional**. 2. ed. Bookman. 1999.

IASB – INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. Discussion paper – Conceptual Framework for financial reporting. Jul 2006. Disponível em: <<http://www.iasb.org>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2002**. Estudos e Pesquisa – Informação Econômica nº.4 Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

IJIRI, Y. **Theory of accounting measurement**. Sarasota, Fl: American Accounting Association, 1975.

IOCHPE, Fundação. **A crescente participação do setor privado no terceiro setor brasileiro**. Documento elaborado a pedido da ONU – Organização das Nações Unidas, para publicação em junho de 1998. Disponível em <<http://www.fiochpe.org.br>>. Acesso em: 18 out. 2004.

IPEA, **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada**. Quantos pobres têm o Brasil?2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 27 ago.2007.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações (aplicável às demais sociedades)**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Teoria da contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

JAIN, A.K., et al. **Data clustering: a review**. *ACM Computing Surveys*, v.31(3), p.264-323, 1999.

JUNQUEIRA, L.A. P. Gestão das políticas sociais e o terceiro setor. In: XXV – Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração – **ANPAD**. Set./2001. Disponível em <<http://www.integracao.fgvsp.br>>. Acesso em: Nov. 2004

_____. **Mudança uma causa compartilhada: do ERSA ao SUS**. 1996. Tese (Doutorado). Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996

KEINERT, T. M.M. Os paradigmas da administração pública no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 34, n. 3,p.19-32, 1994.

KHANNA, T.; PALEPU, K.G.; SRINIVASAN, S. *Disclosure practices of foreign companies interacting with U.S. markets*. **Journal of accounting research**. v. 42, i. 2: p.475-508, 2004.

KORNHAUSER, A.; SHEATSLEY, P.B. Construção de questionário e processo de entrevista. In: SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Edição revista e nova tradução de Dante Moreita Leite. São Paulo: E.P.U. – Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1967. Apêndice C. p. 615-643.

LANDIM, L.; BERES, N. **Ocupações, despesas e recursos: as organizações sem fins lucrativos no Brasil**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

LEVIN, J.; FOX, J. C. **Estatística aplicada às ciências humanas**. São Paulo. Pearson Education, 2004.

LEWIS, D. **“The management of non-governmental development organizations”**. London: Routledge, 2001.

LIKERT, R. **Novos padrões de administração**. São Paulo: Pioneira, 1971.

MALHOTRA, N.K. **Pesquisa e marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MAÑAS, A.V.; CARDOSO, A.J.G. Reflexões sobre o terceiro setor e a sua gestão. **Caderno de Administração da PUC-SP**. São Paulo. EDUC – Editora da PUC-SP, v. 3, n. 3, p.37-63, 2000.

MAPA DO TERCEIRO SETOR. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.mapadoterceirosetor.org.br>>. Acesso em: 28 jul. 2007.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARCOVITCH, J. **Da exclusão à coesão social**: profissionalização do Terceiro Setor. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 1997.

MARTINS, G.A. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Estatística geral e aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MEDEIROS, M. **A trajetória do welfare state no Brasil**: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para Discussão n. 852).

MEDINA, M. **Participação e espaço urbano no contexto Colombiano**. 1997. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.

MEGGINSON, L.C. et al. **Administração, conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Harbra, 1998.

MEGLIORINI, E.; WEFFORT, E.F.J.; HOLANDA, V.B. Amostragem. In: CORRAR, Luiz J.; THEÓPHILO, Carlos Renato (Coord.). **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração**: contabilometria. São Paulo: Atlas, p.19-74, 2004.

MEIRELLES, H.L. Direito Administrativo Brasileiro. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, Cap. VI, p.289-353, 1991.

MILANI F.M.A.F. **A função controladoria em entidades filantrópicas**: uma contribuição para a avaliação de desempenho. 2004. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

MONTANA, P.J., CHARNOV, B.H. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 1999.

MOORES, K., YUEN, S. Management accounting systems and organizational configuration: a life-cycle perspective. **Accounting, Organizations and Society**. Hong Kong, v.26, p.351 – 389, 2001.

MORALES, C.R. **Manual prático do sindicalismo**. São Paulo: LTR, 1999.

MOST, K.S. **Accounting theory**. Columbus, Ohio. Grid Publishing, Inc., 1982.

MOURA, M.S. **Cidades empreendedoras, cidades democráticas e redes públicas**: tendências à renovação na gestão local. 1997. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

_____ et al. Desenvolvimento local sustentável: o que sinalizam as práticas. In: **Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS)**, XXIII, 2001. Ciudad de Guatemala. Anais... Guatemala; ALAS.

NAKAGAWA, M. *Accountability* a razão de ser da contabilidade. **Rev. Cont. Fin. USP**. nº 44, p. 3-8, São Paulo, maio/agosto de 2007.

_____. **Introdução à controladoria**: conceitos, sistemas, implementação. São Paulo: Atlas, 1993.

NIYAMA, J.K.; GOMES, A.L.O. Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas. **Congresso Brasileiro de Contabilidade**, 15., 1996, Brasília. CFC, 1996.

ONU – United Nations. **Department of Economic and Social Affairs: Statistics Division. Handbook on Nonprofit Institutions in the System of National Accounts**, United Nations. New York, 2003. Disponível em: <http://www.unstats.un.org/unsd/publication/SeriesF/SeriesF_91E.pdf>. Acesso em: abr. 2004.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social**: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários. 4. ed. rev. Atual e ampl. De acordo com a Lei nº 10.460/2002. Brasília: Brasília Jurídica, 2003.

PARRA FILHO D.; SANTOS, J.A. **Metodologia científica**. São Paulo. Futura, 2003

PAULO, E. **Comparação de estrutura conceitual da contabilidade financeira**: experiência brasileira, norte-americana e internacional. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – UnB/UFPB/UFPE/UFRN, 2002.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para ciências sociais**: a complementariedade do SPSS. 2. ed. Lisboa: Edições Silabo, 2000.

PMI. **A Guid to the project management body of knowledge**: PMBOK.2000. 1 CD-ROM.

PORTER, M.E. **Competição = On Competition**: estratégias competitivas essenciais. Tradução; Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Campos, 1999.

RAMOS, A. **Sustentabilidade institucional**: o desafio das organizações não governamentais. In: AIDS e sustentabilidade – sobre as ações das organizações da sociedade. Brasília: Publicação Ministério da Saúde, set./2001. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/final/biblioteca/sustenta/construc.html>>. Acesso em: Set. 2004.

RITCHIE, W.J.; KOLODINSKY, R.W. **Nonprofit Management & Leadership**. Vol. 13, nº 4, Summer 2003.

ROBBINS, S.P. **Administração, mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ROSSI Jr., L.R. A gestão para resultados como ferramenta administrativa nas organizações do terceiro setor. **Integração**. São Paulo. maio/2001. Disponível em: <<http://www.200.224.250.199/banco.html>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

SALAMON, L. A emergência do terceiro setor: uma revolução associativa global. **Revista de Administração**, v.33. n.1, p. 5-11, jan-mar 1998. São Paulo.

SALAMON, L.M.; ANHEIER, H.K. **The nonprofit sector in the developing world**. Manchester. Manchester University Press, 1998.

SANDER, J., et al. *Automatic extraction of cluster from hierarchical clustering representations*. In: **PAKDD – Pacific-Asia Knowledge Discovery and Data Mining**, v.2637 of LNAI, p.75-87. Springer-Verlag, 2003.

SCHERMERHORN, John R. *et al.* **Fundamentos de comportamento organizacional**. Porto Alegre: Bookman, 1999.

SCHIOCHET, Valmor. Sociedade Civil e Democracia: Dimensão histórica e normativa da sociedade civil como uma esfera autônoma em relação ao mercado e ao Estado. **Caderno do CEAS**, Salvador, n. 151, p.59-72, maio/jun.,1994.

SCHOMMER, P.C. **Investimento social das empresas: Cooperação Organizacional num Espaço Compartilhado**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Edição revista e nova tradução de Dante Moreira Leite. 2. ed. São Paulo: E.P.U. – Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1967.

SHANNON, C.E. **Communication in the presence of noise**. Proc. I.R.E., 1949, v. 37, p.10. Bell System Techn. J., 1951, v.30 p.50/64.

SHANNON, C.E. & WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana, Illinois. University of Illinois Press, 1949.

SIEGEL, S. **Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento**. São Paulo: McGraw-Hill, 1975.

_____. **Estatística não-paramétrica**. São Paulo: Editora McGraw-Hill do Brasil Ltda, 1981.

SILVA, A.L.P. **Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem**. São Paulo: Global, 2000.

_____. **Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem**. São Paulo: Global, 2003.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: laboratório de ensino à distância da UFSC, 2001. Disponível em: <<http://www.ufsc.br>>. Acesso em: 03 ago. 2007.

STEVENSON, W.J. **Estatística aplicada à administração**. Tradução Alfredo Alves de Farias. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

TENÓRIO, F.G. (org.). **Gestão de ONGs**: principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

_____. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.32, n. 5, p. 7-23. set./out., 1998.

TERRA, J.C.C. et al. Taxonomia : elemento fundamental para a gestão do conhecimento. **TerraForum Consultores**. 2005. Disponível em: <<http://www.terraforum.com.br>>. Acesso em: 20 mar. 2005.

THAYER, L.O. **Comunicação**: fundamentos e sistemas na organização da administração e relações internas. São Paulo: Atlas, 1972.

THOMPSON, J.J. **Anatomia da comunicação**. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1973.

VIDOTTI, S.A.G.B. **Tecnologia e conteúdos informacionais**: abordagens teóricas e práticas. São Paulo: Polis, 2004.

VILLAS BOAS, R. Os canais institucionais de participação popular. In: VILLAS BOAS (org.). **Participação popular nos governos locais**. São Paulo. Pólis, p.21-41,1994.

WILKINSON, Joseph W. **Accounting Information Systems**. 4th ed. New York: John Wiley & Sons Inc., 2000.

APÊNDICE A – Entrevista no Conselho Municipal de Taboão da Serra

25700/07

13:15 hr

Informações Gerais

As informações abaixo podem estar parcialmente preenchidas

Nome da Organização: Secretaria de Assistência Social e Cidadania

CMAS - Conselho Municipal Assistência Social

Endereço: (Rua, Av., nº, etc): Rua Luiz Carlos Ventura, nº 79

Bairro: Jd. Mituzi

CEP: 06775-270

Cidade: Taboão da Serra

São Paulo

Telefones: (11) 4138-8040

E.mail da organização: 5666.27@ig.com.br (pessoal)

Website: www.taboãodaserra.sp.gov.br

Respondente: Isabel Cristina Rodrigues França

Cargo/Função: assistente social

As respostas são exclusivamente para fins acadêmicos e não serão divulgadas individualmente.

A organização autoriza a divulgação do nome da instituição como colaboradora da pesquisa.

Sim

Não

APÊNDICE A – Entrevista no Conselho Municipal de Taboão da Serra

Processo de comunicação entre CMAS e as Entidades

Objetivo: Verificar a viabilidade da continuidade de uma pesquisa sobre a utilização das demonstrações contábeis como ferramenta, no processo de comunicação.

1. A PMTS disponibiliza recursos para parcerias e convênios com entidades assistenciais do município? Em caso positivo, como as entidades tomam conhecimento para pleitear estes recursos?

Sim a PMTS possui recursos para área de assistência social. No orçamento a verba não tem restrição, ou seja, pode ser utilizada de forma direta ou indireta, por meio de parcerias/convênios. As secretarias/conselhos entram edital com divulgação por meio de resolução D.O.M. O D.O.M. é disponibilizado aos municípios na Câmara de Vereadores, PMTS e conselho.

2. Em média, quantas entidades participam do processo para recebimento destas verbas de parcerias e convênios? Quantas têm seus processos rejeitados? Como as entidades tomam conhecimento do deferimento ou indeferimento destes pedidos?

Acredito que seja uma média de 20 a 22 entidades, poucas têm seus processos rejeitados, mas as que não estão regulares não participam do processo. Quando sai a análise do processo eles também saem no D.O.M. e as entidades são comunicadas por carta/ofício.

3. No caso de cancelamento dos registros no CMAS, como as entidades tomam conhecimento? O que levam as entidades terem seus registros cancelados?

Os cancelamentos são publicados no D.O.M., os motivos são inadimplência, irregularidades e falta de entrega de documentos, o cancelamento do processo de prestação sai no D.O.M. com justificativa e realocamento da verba conforme decisão tomada em reunião.

APÊNDICE B – Questionário revisado após o pré-teste

Informações Gerais

As informações abaixo podem estar parcialmente preenchidas

Nome da Organização: _____ Código: _____

Razão Social:

CNPJ: _____ Ano de Fundação: _____

Endereço: (Rua, Av., nº, etc):

Bairro: _____ CEP: _____

Cidade: Taboão da Serra São Paulo

Caixa Postal: _____ CEP Caixa Postal: _____

Tipo: () Sede/Matriz () Representação/Filial/Unidade
de Apoio

Telefones: (11) _____

(11) _____

Fax: (11) _____

E.mail da organização: _____

Website: _____

Respondente: _____

Cargo/Função: _____

As respostas são exclusivamente para fins acadêmicos e não serão divulgadas individualmente, a tabulação dos dados será apresentada de forma anônima e genérica.

O resultado da pesquisa será remetido a sua organização por *e.mail* ou correio.

A organização autoriza a divulgação do nome da instituição como colaboradora da pesquisa.

() Sim

() Não

Parte I - Perfil da Organização

Objetivo: identificar o perfil da população pesquisada.

1. Qual a abrangência geográfica de atuação da sua organização? (marque apenas uma alternativa)

- () Internacional () Nacional () Estadual
 () Regional (Municípios vizinhos) () Municipal () Local/Comunitário

2. Sua organização é identificada/registrada como: (marque apenas uma alternativa)

- () Associação/Sociedade civil sem fins lucrativos
 () Fundação de Direito Privado sem fins lucrativos
 () OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

3. Sua organização possui título de utilidade pública ou certificado? (marque uma ou mais alternativas)

- () título federal – MJ () título estadual () título municipal
 () certificado de filantropia – CEAS () não possui

4. Indique as principais áreas de atuação da sua organização: (marque uma ou mais alternativas)

- () arte, cultura e recreação () geração de trabalho e renda
 () comunicação () cidadania
 () meio-ambiente () desenvolvimento comunitário
 () direitos humanos/civis/justiça () organização e participação popular
 () educação/profissionalização () prevenção/combate as drogas
 () saúde () assistência social
 () combate à violência () outros. Qual? _____

5. Indique os principais serviços prestados pela sua organização: (marque uma ou mais alternativas)

- () capacitação profissional () assessoria
 () alfabetização () campanhas de esclarecimentos
 () defesa de direitos () organização comunitária
 () educação popular () crédito e micro crédito
 () atenção à saúde/combate a doenças () desenvolvimento tecnológico
 () combate à discriminação/preconceito () outros. Qual? _____

6. Qual(is) o(s) público(s)-alvo/beneficiários atendido(s) pela sua organização? (marque uma ou mais alternativas)

- () Crianças e adolescentes () Adolescentes em conflito com a lei
 () Crianças e adolescentes vítimas de violência sexual () Indivíduos em situação de rua (moradores de rua)
 () Portadores de deficiência física/mental () Indígenas
 () Indivíduos apenados e/ou egressos de sistema penitenciário
 () Idosos (Terceira Idade) () Mulheres
 () Migrantes ou Imigrantes () Associações
 () Família () Portadores de deficiências
 () Usuários de substâncias psicoativas () Negros e/ou Quilombolas
 () Comunidades locais () Moradores de área de ocupação
 () Organizações/movimentos populares () Outros. Qual? _____

7. Sobre os colaboradores:

N.º de empregados: _____

N.º de terceiros e/ou prestadores de serviços: _____

N.º de estagiários: _____

N.º de voluntários: _____

8. Qual o volume de recursos captados por sua organização no exercício de 2006?

- () até 5 mil
 () acima de 5 mil até 10 mil
 () acima de 10 mil até 25 mil
 () acima de 35 mil até 50 mil
 () acima de 50 mil até 100 mil
 () acima de 100 mil até 250 mil
 () acima de 250 mil até 500 mil
 () acima de 500 mil até 1 milhão
 () acima de 1 milhão

9. Qual a origem das fontes de recursos financeiros na sua organização?

Fonte	% aproximado do total de recursos recebidos em 2006
1. Própria (recursos decorrentes de prestação de serviços da Entidade)	
2. Própria (recursos decorrentes de mensalidades / doações dos membros ou associados)	
3. Privada (recursos decorrentes doações e parcerias com empresas e entidades privadas)	
4. Privada (recursos de doações eventuais)	
5. Pública (recursos de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas)	
6. Internacional Privada (recursos de entidades e organizações Internacionais)	
7. Internacional Pública (recursos de Países estrangeiros, ONU, etc.)	
8. Outros. Especifique: _____	
Total	100%

10. Sua organização conhece e/ou participa de alguma das iniciativas abaixo? (marque S para Sim e N para Não nos espaços indicados)

Iniciativa	Conhece	Participa	Especifique:
1. Conselhos	()	()	
2. Fóruns/Seminários	()	()	
3. Planos/Planejamentos federal	()	()	
4. Planos/Planejamentos estadual	()	()	
5. Planos/Planejamentos municipal	()	()	
6. Orçamentos públicos participativos	()	()	
7. Outras	()	()	

11. A organização possui uma Missão declarada/explicitada?

- () Sim, por favor informe qual e responda a questão 12.
 () Não, por favor passe para questão 13.

Se sim, qual é a missão?

12. Sobre a Missão da Organização responda os itens abaixo:

Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Nem Concordo Nem Discordo	Concordo Parcialmente	Concordo Totalmente
1	2	3	4	5

A missão da organização...	1	2	3	4	5
É curta e possui um foco bem direcionado.					
É clara e facilmente compreendida.					
Define o que fazemos, porque fazemos, a quem fazemos.					
É suficientemente abrangente.					
Fornece a direção para fazer as tarefas certas.					
Está adequada às competências da organização.					
Inspira o compromisso.					
Diz pelo que, queremos ser lembrados.					
Devia ser revista.					

12a. Como você avalia seu conhecimento sobre contabilidade? (marque apenas uma alternativa)

- () Não conhece
 () Conhece o suficiente
 () Conhece bastante

12b. Você percebe relação entre as demonstrações contábeis e o papel das entidades?

- () Sim
 () Não

Parte II - Perfil do Dirigente

Objetivo: identificar o perfil do dirigente da organização.

13. Sexo: Feminino Masculino

14. Grau de Escolaridade:

 Pós-graduado/Mestrado/Doutorado. Qual curso: _____ Superior. Qual curso: _____ Curso técnico profissionalizante. Qual curso: _____ Ensino médio (2º grau) Ensino fundamental (1º grau) Não sabe/não respondeu

15. Faixa etária do principal dirigente:

 até 25 anos 56 a 65 anos 26 a 35 anos acima de 66 anos 36 a 45 anos não sabe/não respondeu 46 a 55 anos

16. O dirigente recebe remuneração por esta função?

 Sim Não

17. Quanto tempo é destinado às atividades nesta organização.

 1:00 à 5:00 horas semanais 6:00 à 10:00 horas semanais 11:00 à 20:00 horas semanais mais de 21:00 horas semanais

18. Quanto tempo é destinado a outras atividades do terceiro setor?

 1:00 à 5:00 horas semanais 6:00 à 10:00 horas semanais 11:00 à 20:00 horas semanais mais de 21:00 horas semanais não sabe/não respondeu

Parte III – Processo de comunicação com usuários internos e externos

Objetivo: identificar o processo de comunicação da população pesquisada com seus usuários internos e externos.

19. Sobre a comunicação entre Prefeitura Municipal de Taboão e as entidades responda os itens abaixo:

Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Nem Concordo Nem Discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
1	2	3	4	5

	1	2	3	4	5
1. Os termos de parcerias, convênios e subvenções permitem identificar quais são os direitos e obrigações das entidades.					
2. A entidade é comunicada sobre deferimento ou indeferimento de pedidos protocolados junto ao CMAS.					
3. As entidades têm acesso a sua situação cadastral junto ao CMAS.					
4. A forma de prestação de contas de parcerias, convênios e subvenções, permitem identificar a evolução dos projetos e seus respectivos resultados.					
5. A prestação de contas demonstra os recursos recebidos e como estes foram aplicados.					
6. A prestação de contas demonstra se foram aplicados recursos próprios nos projetos.					
7. O conteúdo informado nas prestações de contas permite avaliar o resultado do projeto.					
8. O prazo estipulado pelo CMAS é adequado para elaboração da prestação de contas.					
9. O prazo para apresentação da prestação de contas permite que ações sejam tomadas para melhorias dentro do próprio projeto.					

20. Grau de relevância dos relatórios financeiros, segundo percepção das entidades.

Relatórios Financeiros	Elabora		Qual o grau de importância você atribuiria a estas demonstrações para acompanhamento da utilização, pelas entidades, dos recursos/benefícios recebidos da PMTS?			
	Sim	Não	1 Nenhuma	2 Pouca	3 Muita	4 Extrema
Balanco Patrimonial						
Demonstração do Resultado do Exercício						
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos						
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Notas Explicativas						
Fluxo de Caixa						
Relatório de Atividades						
Relatório de Evolução dos Projetos						
Balanco Social						
Demonstração do Valor Adicionado						
Outros. Especifique: _____						

21. Sobre os relatórios financeiros responda os itens abaixo:

Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Nem Concordo Nem Discordo	Discordo Parcialmente	Discordo Totalmente
1	2	3	4	5

Os relatórios financeiros demonstram...	1	2	3	4	5
1. As obrigações com os fornecedores.					
2. As obrigações com empregados e colaboradores.					
3. Empréstimos e financiamentos.					
4. Disponibilidades imediatas.					
5. Direitos a receber.					
6. Provisões para contingências trabalhistas.					
7. Informações quantitativas. Como por exemplo: n°. de funcionários, de voluntários, de atendimentos, etc.					
8. Informações que não geram recursos financeiros, tais como doações de bens de consumo e serviços voluntários.					
9. Imobilizado.					
10. Fundo irrestrito. (livres de restrições por parte dos <i>stakeholders</i>)					
11. Fundo temporariamente restrito.					
12. Fundo permanentemente restrito.					
13. As informações são compreensíveis por meio da agregação, classificação, caracterização e apresentação das mesmas, de modo claro e conciso.					
14. As representações são fiéis, representa integridade, capacidade de comprovação e neutralidade. Há correspondência entre as medidas ou descrições contábeis nos relatórios financeiros e fenômenos econômicos que elas têm o objetivo de representar.					
15. As informações são demonstradas de forma que permita que os usuários identifiquem as semelhanças e diferenças entre os fenômenos econômicos, fornecendo ferramentas úteis para decisão.					
16. Informações úteis para os provedores de recursos e usuários na tomada de decisões sobre a distribuição de recursos.					
17. Informações que ajudam os provedores de recursos e outros usuários na avaliação dos serviços que a organização presta e sua capacidade em continuar a prestar tais serviços.					
18. Informações úteis para os provedores de recursos e outros usuários na avaliação da gestão e outros aspectos do desempenho dos gerentes da organização.					

22. Sobre os relatórios financeiros responda os itens abaixo:

Qual a relevância destes atributos você atribuiria para acompanhamento da utilização pelas entidades dos recursos/benefícios recebidos da PMTS?	1 Nenhuma	2 Pouca	3 Muita	4 Extrema
1. As obrigações com os fornecedores				
2. As obrigações com empregados e colaboradores.				
3. Empréstimos e financiamentos.				
4. Disponibilidades imediatas.				
5. Direitos a receber.				
6. Provisões para contingências trabalhistas.				
7. Informações quantitativas. Como por exemplo: nº. de funcionários, de voluntários, de atendimentos, etc.				
8. Informações que não geram recursos financeiros, tais como doações de bens de consumo e serviços voluntários.				
9. Imobilizado.				
10. Fundo irrestrito. (livres de restrições por parte dos <i>stakeholders</i>)				
11. Fundo temporariamente restrito.				
12. Fundo permanentemente restrito.				
13. As informações são compreensíveis por meio da agregação, classificação, caracterização e apresentação das mesmas, de modo claro e conciso.				
14. As informações são demonstradas de forma que permita que os usuários identifiquem as semelhanças e diferenças entre os fenômenos econômicos, fornecendo ferramentas úteis para decisão.				
15. Informações que ajudam os provedores de recursos e outros usuários na avaliação dos serviços que a organização presta e sua capacidade em continuar a prestar tais serviços.				
16. Informações úteis para os provedores de recursos e usuários na tomada de decisões sobre a distribuição de recursos.				
17. Informações que ajudam os provedores de recursos e outros usuários na avaliação dos serviços que a organização presta e sua capacidade em continuar a prestar tais serviços.				
18. Informações úteis para os provedores de recursos e outros usuários na avaliação da gestão e outros aspectos do desempenho dos gerentes da organização.				

APÊNDICE C – Escore nível de ruído por cluster

Nível de ruído do cluster 1

Assertivas	Respostas ²⁵			Ruído	
	Cluster 1	PMTS	CMAS	PMTS	CMAS
Q20A.1 Balanço Patrimonial	N	S	S	1	1
Q20A.2 Demonstração do Resultado do Exercício	S	S	S	0	0
Q20A.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	S	S	S	0	0
Q20A.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	N	S	S	1	1
Q20A.5 Notas Explicativas	N	S	S	1	1
Q20A.6 Fluxo de Caixa	N	N	N	0	0
Q20A.7 Relatório de Atividades	S	S	S	1	0
Q20A.8 Relatório de Evolução dos Projetos	N	S	N	1	0
Q20A.9 Balanço Social	N	N	N	0	0
Q20A.10 Demonstração do Valor Agregado	N	N	N	0	0
Q23. Conhecimento do respondente sobre contabilidade	R	R	MB	0	1
Q24. Percepção relação entre as demonstrações contábeis e papel das entidades	S	S	S	0	0
Q19.1 Identificação direitos e obrigações das entidades	C	C	C	0	0
Q19.2 Comunicação sobre resultado de pedidos junto ao CMAS	C	C	C	0	0
Q19.3 Acesso a situação cadastral junto ao CMAS	C	C	C	0	0
Q19.4 Identificação evolução dos projetos e resultados	C	C	C	0	0
Q19.5 Demonstração recebimento/aplicação de recursos	C	C	C	0	0
Q19.6 Demonstração aplicação de recursos próprios	C	C	C	0	0
Q19.7 Avaliação resultado do projeto	C	C	D	0	2
Q19.8 Prazo é adequado para prestação de contas	C	C	C	0	0
Q19.9 Prazo permite intervenções durante	C	C	C	0	0
Q20B.1 Balanço Patrimonial	Me	M	M	0,5	0,5
Q20B.2 Demonstração do Resultado do Exercício	M	M	M	0	0
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	Me	M	M	0,5	0,5
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	P	M	M	2	0
Q20B.5 Notas Explicativas	M	M	P	0	2
Q20B.6 Fluxo de Caixa	M	P	P	2	2
Q20B.7 Relatório de Atividades	M	M	M	0	0
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	M	M	P	0	2
Q20B.9 Balanço Social	P	P	P	0	0

²⁵ N = não, S = sim, R = razoável, MB = muito bom, C = concordo, I = indiferente, D = discordo, M = muita, Me = média e P = pouca.

Assertivas	Respostas ²⁵			Ruído	
	Cluster 1	PMTS	CMAS	PMTS	CMAS
Q20B.10 Demonstração do Valor Agregado	P	P	P	0	0
Q21.1 obrigações com fornecedores	C	C	C	0	0
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	C	C	C	0	0
Q21.3 empréstimos e financiamentos	C	C	C	0	0
Q21.4 disponibilidades imediatas	I	C	C	1	1
Q21.5 direitos a receber	C	C	C	0	0
Q21.6 provisões para contingências trabalhistas	D	C	C	2	2
Q21.7 informações quantitativas	I	C	C	1	1
Q21.8 recursos não-financeiros	C	C	D	0	2
Q21.9 imobilizado	C	C	C	0	0
Q21.10 fundo irrestrito	I	I	D	0	1
Q21.11 fundo temporariamente restrito	I	I	D	0	1
Q21.12 fundo permanentemente restrito	I	I	C	1	1
Q21.13 compreensibilidade das informações	I	C	D	1	1
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	C	C	C	0	0
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	C	C	C	0	0
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	C	C	C	0	0
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	C	C	C	0	0
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	C	C	C	0	0
Q22.1 obrigações com fornecedores	M	P	M	2	0
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	M	P	M	2	0
Q22.3 empréstimos e financiamentos	M	P	P	2	2
Q22.4 disponibilidades imediatas	P	P	P	0	0
Q22.5 direitos a receber	M	P	M	2	0
Q22.6 provisões para contingências trabalhistas	P	P	M	0	2
Q22.7 informações quantitativas	M	M	M	0	0
Q22.8 recursos não-financeiros	P	P	M	0	2
Q22.9 imobilizado	P	P	M	0	2
Q22.10 fundo irrestrito	P	P	M	0	2
Q22.11 fundo temporariamente restrito	P	P	P	0	0
Q22.12 fundo permanentemente restrito	P	P	M	0	2
Q22.13 compreensibilidade das informações	M	M	M	0	0
Q22.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	M	M	P	0	2
Q22.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	M	M	P	0	2
Q22.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	M	M	M	0	0
Q22.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	M	M	M	0	0
Q22.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	M	M	M	0	0
Escore total				24	39
% do ruído máximo				18%	30%

Nível de ruído do cluster 2

Assertivas	Respostas ²⁶			Ruído	
	Cluster 2	PMTS	CMAS	PMTS	CMAS
Q20A.1 Balanço Patrimonial	S	S	S	0	0
Q20A.2 Demonstração do Resultado do Exercício	S	S	S	0	0
Q20A.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	S	S	S	0	0
Q20A.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	N	S	S	1	1
Q20A.5 Notas Explicativas	N	S	S	1	1
Q20A.6 Fluxo de Caixa	N	N	N	0	0
Q20A.7 Relatório de Atividades	S	S	S	0	0
Q20A.8 Relatório de Evolução dos Projetos	N	S	N	1	0
Q20A.9 Balanço Social	N	N	N	0	0
Q20A.10 Demonstração do Valor Agregado	N	N	N	0	0
Q23. Conhecimento do respondente sobre contabilidade	R	R	MB	0	1
Q24. Percepção relação entre as demonstrações contábeis e papel das entidades	S	S	S	0	0
Q19.1 Identificação direitos e obrigações das entidades	C	C	C	0	0
Q19.2 Comunicação sobre resultado de pedidos junto ao CMAS	C	C	C	0	0
Q19.3 Acesso a situação cadastral junto ao CMAS	C	C	C	0	0
Q19.4 Identificação evolução dos projetos e resultados	D	C	C	2	2
Q19.5 Demonstração recebimento/aplicação de recursos	C	C	C	0	0
Q19.6 Demonstração aplicação de recursos próprios	C	C	C	0	0
Q19.7 Avaliação resultado do projeto	C	C	D	0	2
Q19.8 Prazo é adequado para prestação de contas	D	C	C	2	2
Q19.9 Prazo permite intervenções durante	D	C	C	2	2
Q20B.1 Balanço Patrimonial	P	M	M	2	2
Q20B.2 Demonstração do Resultado do Exercício	M	M	M	0	0
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	M	M	M	0	0
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	M	M	M	0	0
Q20B.5 Notas Explicativas	M	M	P	0	2
Q20B.6 Fluxo de Caixa	M	P	P	2	2
Q20B.7 Relatório de Atividades	M	M	M	0	0
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	M	M	P	0	2
Q20B.9 Balanço Social	P	P	P	0	0
Q20B.10 Demonstração do Valor Agregado	P	P	P	0	0
Q21.1 obrigações com fornecedores	C	C	C	0	0

²⁶ N = não, S = sim, R = razoável, MB = muito bom, C = concordo, I = indiferente, D = discordo, M = muita, Me = média e P = pouca.

Assertivas	Respostas ²⁶			Ruído	
	Cluster 2	PMTS	CMAS	PMTS	CMAS
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	C	C	C	0	0
Q21.3 empréstimos e financiamentos	C	C	C	0	0
Q21.4 disponibilidades imediatas	C	C	C	0	0
Q21.5 direitos a receber	C	C	C	0	0
Q21.6 provisões para contingências trabalhistas	D	C	C	2	2
Q21.7 informações quantitativas	D	C	C	2	2
Q21.8 recursos não-financeiros	D	C	D	2	0
Q21.9 imobilizado	C	C	C	0	0
Q21.10 fundo irrestrito	D	I	D	1	0
Q21.11 fundo temporariamente restrito	D	I	D	1	0
Q21.12 fundo permanentemente restrito	D	I	C	1	2
Q21.13 compreensibilidade das informações	C	C	D	0	2
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	C	C	C	0	0
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	D	C	C	2	2
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	D	C	C	2	2
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	D	C	C	2	2
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	D	C	C	2	2
Q22.1 obrigações com fornecedores	M	P	M	2	0
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	M	P	M	2	0
Q22.3 empréstimos e financiamentos	M	P	P	2	2
Q22.4 disponibilidades imediatas	M	P	P	2	2
Q22.5 direitos a receber	M	P	M	2	0
Q22.6 provisões para contingências trabalhistas	M	P	M	2	0
Q22.7 informações quantitativas	M	M	M	0	0
Q22.8 recursos não-financeiros	P	P	M	0	2
Q22.9 imobilizado	P	P	M	0	2
Q22.10 fundo irrestrito	P	P	M	0	2
Q22.11 fundo temporariamente restrito	P	P	P	0	0
Q22.12 fundo permanentemente restrito	P	P	M	0	2
Q22.13 compreensibilidade das informações	M	M	M	0	0
Q22.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	M	M	P	0	2
Q22.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	M	M	P	0	2
Q22.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	M	M	M	0	0
Q22.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	M	M	M	0	0
Q22.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	M	M	M	0	0
Escore total				42	51
% do ruído máximo				32%	39%

Nível de ruído do cluster 3

Assertivas	Respostas ²⁷			Ruído	
	Cluster 3	PMTS	CMAS	PMTS	CMAS
Q20A.1 Balanço Patrimonial	S	S	S	0	0
Q20A.2 Demonstração do Resultado do Exercício	S	S	S	0	0
Q20A.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	S	S	S	0	0
Q20A.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	N	S	S	1	1
Q20A.5 Notas Explicativas	N	S	S	1	1
Q20A.6 Fluxo de Caixa	N	N	N	0	0
Q20A.7 Relatório de Atividades	S	S	S	0	0
Q20A.8 Relatório de Evolução dos Projetos	N	S	N	1	0
Q20A.9 Balanço Social	N	N	N	0	0
Q20A.10 Demonstração do Valor Agregado	N	N	N	0	0
Q23. Conhecimento do respondente sobre contabilidade	R	R	MB	0	1
Q24. Percepção relação entre as demonstrações contábeis e papel das entidades	S	S	S	0	0
Q19.1 Identificação direitos e obrigações das entidades	C	C	C	0	0
Q19.2 Comunicação sobre resultado de pedidos junto ao CMAS	C	C	C	0	0
Q19.3 Acesso a situação cadastral junto ao CMAS	C	C	C	0	0
Q19.4 Identificação evolução dos projetos e resultados	C	C	C	0	0
Q19.5 Demonstração recebimento/aplicação de recursos	C	C	C	0	0
Q19.6 Demonstração aplicação de recursos próprios	C	C	C	0	0
Q19.7 Avaliação resultado do projeto	C	C	D	0	2
Q19.8 Prazo é adequado para prestação de contas	C	C	C	0	0
Q19.9 Prazo permite intervenções durante	C	C	C	0	0
Q20B.1 Balanço Patrimonial	M	M	M	0	0
Q20B.2 Demonstração do Resultado do Exercício	M	M	M	0	0
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	M	M	M	0	0
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	M	M	M	0	0
Q20B.5 Notas Explicativas	M	M	P	0	2
Q20B.6 Fluxo de Caixa	M	P	P	2	2
Q20B.7 Relatório de Atividades	M	M	M	0	0
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	P	M	P	2	0
Q20B.9 Balanço Social	P	P	P	0	0
Q20B.10 Demonstração do Valor Agregado	P	P	P	0	0
Q21.1 obrigações com fornecedores	C	C	C	0	0

²⁷ N = não, S = sim, R = razoável, MB = muito bom, C = concordo, I = indiferente, D = discordo, M = muita, Me = média e P = pouca.

Assertivas	Respostas ²¹			Ruído	
	Cluster 3	PMTS	CMAS	PMTS	CMAS
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	C	C	C	0	0
Q21.3 empréstimos e financiamentos	C	C	C	0	0
Q21.4 disponibilidades imediatas	C	C	C	0	0
Q21.5 direitos a receber	C	C	C	0	0
Q21.6 provisões para contingências trabalhistas	D	C	C	2	2
Q21.7 informações quantitativas	I	C	C	1	1
Q21.8 recursos não-financeiros	I	C	D	1	1
Q21.9 imobilizado	C	C	C	0	0
Q21.10 fundo irrestrito	I	I	D	0	1
Q21.11 fundo temporariamente restrito	I	I	D	0	1
Q21.12 fundo permanentemente restrito	I	I	C	0	1
Q21.13 compreensibilidade das informações	I	C	D	1	1
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	I	C	C	1	1
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	C	C	C	0	0
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	C	C	C	0	0
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	C	C	C	0	0
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	C	C	C	0	0
Q22.1 obrigações com fornecedores	M	P	M	2	0
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	M	P	M	2	0
Q22.3 empréstimos e financiamentos	M	P	P	2	2
Q22.4 disponibilidades imediatas	M	P	P	2	2
Q22.5 direitos a receber	M	P	M	2	0
Q22.6 provisões para contingências trabalhistas	P	P	M	0	2
Q22.7 informações quantitativas	Me	M	M	0,5	0,5
Q22.8 recursos não-financeiros	P	P	M	0	2
Q22.9 imobilizado	P	P	M	0	2
Q22.10 fundo irrestrito	P	P	M	0	2
Q22.11 fundo temporariamente restrito	P	P	P	0	0
Q22.12 fundo permanentemente restrito	P	P	M	0	2
Q22.13 compreensibilidade das informações	M	M	M	0	0
Q22.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	M	M	P	0	2
Q22.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	M	M	P	0	2
Q22.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	M	M	M	0	0
Q22.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	M	M	M	0	0
Q22.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	M	M	M	0	0
Escore total				23,5	36,5
% do ruído máximo				18%	28%

Nível de ruído do cluster 4

Assertivas	Respostas ²⁸			Ruído	
	Cluster 4	PMTS	CMAS	PMTS	CMAS
Q20A.1 Balanço Patrimonial	N	S	S	1	1
Q20A.2 Demonstração do Resultado do Exercício	N	S	S	1	1
Q20A.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	S	S	S	0	0
Q20A.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	N	S	S	1	1
Q20A.5 Notas Explicativas	N	S	S	1	1
Q20A.6 Fluxo de Caixa	N	N	N	0	0
Q20A.7 Relatório de Atividades	S	S	S	0	0
Q20A.8 Relatório de Evolução dos Projetos	S	S	N	0	1
Q20A.9 Balanço Social	N	N	N	0	0
Q20A.10 Demonstração do Valor Agregado	S	N	N	1	1
Q23. Conhecimento do respondente sobre contabilidade	R	R	MB	0	1
Q24. Percepção relação entre as demonstrações contábeis e papel das entidades	S	S	S	0	0
Q19.1 Identificação direitos e obrigações das entidades	C	C	C	0	0
Q19.2 Comunicação sobre resultado de pedidos junto ao CMAS	C	C	C	0	0
Q19.3 Acesso a situação cadastral junto ao CMAS	D	C	C	2	2
Q19.4 Identificação evolução dos projetos e resultados	C	C	C	0	0
Q19.5 Demonstração recebimento/aplicação de recursos	D	C	C	2	2
Q19.6 Demonstração aplicação de recursos próprios	C	C	C	0	0
Q19.7 Avaliação resultado do projeto	C	C	D	0	2
Q19.8 Prazo é adequado para prestação de contas	D	C	C	2	2
Q19.9 Prazo permite intervenções durante	D	C	C	2	2
Q20B.1 Balanço Patrimonial	P	M	M	2	2
Q20B.2 Demonstração do Resultado do Exercício	P	M	M	2	2
Q20B.3 Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos	M	M	M	0	0
Q20B.4 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	P	M	M	2	2
Q20B.5 Notas Explicativas	P	M	P	2	0
Q20B.6 Fluxo de Caixa	P	P	P	0	0
Q20B.7 Relatório de Atividades	P	M	M	2	2
Q20B.8 Relatório de Evolução dos Projetos	M	M	P	0	2
Q20B.9 Balanço Social	M	P	P	2	2
Q20B.10 Demonstração do Valor Agregado	M	P	P	2	2

²⁸ N = não, S = sim, R = razoável, MB = muito bom, C = concordo, I = indiferente, D = discordo, M = muita, Me = média e P = pouca.

Assertivas	Respostas ²⁸			Ruído	
	Cluster 4	PMTS	CMAS	PMTS	CMAS
Q21.1 obrigações com fornecedores	C	C	C	0	0
Q21.2 obrigações com empregados e colaboradores	C	C	C	0	0
Q21.3 empréstimos e financiamentos	D	C	C	2	2
Q21.4 disponibilidades imediatas	D	C	C	2	2
Q21.5 direitos a receber	D	C	C	2	2
Q21.6 provisões para contingências trabalhistas	D	C	C	2	2
Q21.7 informações quantitativas	C	C	C	0	0
Q21.8 recursos não-financeiros	C	C	D	0	2
Q21.9 imobilizado	I	C	C	1	1
Q21.10 fundo irrestrito	C	I	D	1	2
Q21.11 fundo temporariamente restrito	C	I	D	1	2
Q21.12 fundo permanentemente restrito	C	I	C	1	0
Q21.13 compreensibilidade das informações	C	C	D	0	2
Q21.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	C	C	C	0	0
Q21.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	C	C	C	0	0
Q21.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	D	C	C	2	2
Q21.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	D	C	C	2	2
Q21.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	D	C	C	2	2
Q22.1 obrigações com fornecedores	P	P	M	0	2
Q22.2 obrigações com empregados e colaboradores	P	P	M	0	2
Q22.3 empréstimos e financiamentos	P	P	P	0	0
Q22.4 disponibilidades imediatas	P	P	P	0	0
Q22.5 direitos a receber	P	P	M	0	2
Q22.6 provisões para contingências trabalhistas	P	P	M	0	2
Q22.7 informações quantitativas	P	M	M	2	2
Q22.8 recursos não-financeiros	P	P	M	0	2
Q22.9 imobilizado	P	P	M	0	2
Q22.10 fundo irrestrito	P	P	M	0	2
Q22.11 fundo temporariamente restrito	P	P	P	0	0
Q22.12 fundo permanentemente restrito	P	P	M	0	2
Q22.13 compreensibilidade das informações	P	M	M	2	2
Q22.14 integridade, capacidade de comprovação e neutralidade	P	M	P	2	0
Q22.15 informações que fornecem ferramentas úteis para decisão	P	M	P	2	0
Q22.16 informações para os provedores e usuários sobre distribuição de recursos	P	M	M	2	2
Q22.17 informações para os provedores avaliarem os serviços da organização	P	M	M	2	2
Q22.18 informações para os provedores avaliarem o desempenho dos gestores	P	M	M	2	2
Escore total				59	80
% do ruído máximo				45%	61%

ANEXO A – Imprensa Oficial do Município de Taboão da Serra



IMPrensa Oficial DO MUNICÍPIO TABOÃO DA SERRA

ÓRGÃO DE IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA

Ano 02 - Número 054 - Taboão da Serra, SP - 15 de Setembro de 2006 - Distribuição Gratuita

ATOS OFICIAIS - PREFEITO EVILÁSIO FARIAS

LEI Nº 1679/2006

Dispõe sobre: “Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios para a implantação do Programa de Subsídios à Habitação de Interesse Social - PSH”

Artigo 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação - SFH para implantação do Programa de Subsídios à Habitação de Interesse Social - PSH, com obediência às determinações contidas nesta Lei.

Artigo 2º - PSH objetiva tornar acessível a moradia para os segmentos populacionais de renda familiar alcançados pelas operações de financiamento ou parcelamento habitacional de interesse social, realizadas por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pelos agentes financeiros do Sistema Financeiro da Habitação - SFH, na forma definida pelo Conselho Monetário Nacional.

Artigo 3º Para os fins desta Lei considera-se:

I - financiamento: a operação caracterizada, no mínimo, pelo aporte de recursos financeiros, provenientes das instituições financeiras ou agentes financeiros do SFH participantes do Programa, necessários à composição do pagamento do preço de imóvel residencial, retornáveis pelos beneficiários finais das operações;

II - parcelamento: a operação caracterizada, no mínimo, pelo aporte de recursos financeiros, bens ou serviços, provenientes de órgãos e entidades responsáveis pela promoção dos empreendimentos necessários à composição do pagamento do preço de imóvel residencial, passíveis de retorno, parcial ou integral, pelos beneficiários finais das operações.

Artigo 4º Os recursos do PSH serão destinados, exclusivamente, ao subsídio de operações de financiamento ou parcelamento habitacional de interesse social, contratadas com pessoa física, de modo a complementar, no ato da contratação:

I - a capacidade financeira do proponente para pagamento do preço do imóvel residencial;

II - o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das

operações de financiamento realizadas pelas instituições financeiras ou agentes financeiros do SFH, compreendendo as despesas de contratação, de administração e cobrança e de custos de alocação, remuneração e perda de capital; e

III - o valor necessário a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de parcelamento, realizadas pelas instituições financeiras ou agentes financeiros do SFH, compreendendo as despesas de contratação e administração do crédito e remuneração das instituições ou agentes.

Parágrafo único. Os recursos mencionados neste artigo serão aplicados, no ato da contratação, na complementação dos valores não suportados pelos rendimentos dos mutuários beneficiados pelo Programa.

Artigo 5º - Os contratos constitutivos ou translativos de direitos reais sobre imóveis com financiamento ou parcelamento e os contratos de financiamento ou de parcelamento celebrados no âmbito do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH, bem como quaisquer outros atos e contratos resultantes da aplicação desta Lei, poderão ser celebrados por instrumento particular, a eles se atribuindo o caráter de escritura pública, para todos os fins de direito, não se lhes aplicando as disposições do art. 108 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil.

Artigo 6º - A faixa de renda de abrangência desta lei é fixada em no máximo 05 (cinco) salários mínimos por cada família a ser contemplada, que também deve comprovar residência no Município, há um período de no mínimo de 03 (três) anos, a ser contado da data de publicação da presente lei.

Artigo 7º - VETADO

Artigo 8º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessários.

Artigo 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, aos 11 de setembro de 2006.

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS
Prefeito Municipal

ANGELA DE ARRUDA CAMARGO AMARAL
Secretária Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Registrado e publicado na Secretaria Municipal de Governo, data supra.

SAID JORGE DE MORAES
Secretário Municipal de Governo

Informações acesse: www.taboao.daserra.sp.gov.br

Esta publicação completa custou ao cofre público municipal a quantia de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

02

IMPRESA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA - NÚMERO 054 - 15 DE SETEMBRO DE 2006

LEI Nº 1677/2006

(de autoria do Vereador Claudinei Pinheiro Monteiro PTB)

Dispõe sobre: "Cria o Dia Municipal de Oração, a ser celebrado, anualmente, 50 (cinquenta) dias após a Páscoa".**Artigo 1º** Fica instituído, no âmbito do município de Taboão da Serra, o DIA MUNICIPAL DE ORAÇÃO, a ser celebrado, anualmente, 50 (cinquenta) dias após a Páscoa.**Parágrafo único** Como parte da celebração do DIA MUNICIPAL DE ORAÇÃO, serão estabelecidos 10 (dez) dias de oração, marcando a data entre a ascensão de Nosso Senhor Jesus Cristo e o recebimento do Espírito Santo em Pentecostes, a partir da mobilização das congregações cristãs.**Artigo 2º** Cabe ao Poder Executivo incluir o DIA MUNICIPAL DE ORAÇÃO no calendário oficial de eventos do município.**Artigo 3º** O Poder Executivo regulamentará a presente lei, para todos os efeitos legais.**Artigo 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, aos 04 de setembro de 2006.

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria Municipal de Governo, data supra.

SAID JORGE DE MORAES
Secretário Municipal de Governo**LEI Nº 1678/2006****Dispõe sobre: "Autoriza concessão de direito real de uso área pública à Cáritas Diocesana de Campo Limpo"****Artigo 1º** Fica a Prefeitura Municipal de Taboão da Serra autorizada a conceder direito real de uso de área pública situada na Rua José Copazi, à Cáritas Diocesana de Campo Limpo, pelo prazo de 90 (noventa) anos, renováveis por igual período.**Parágrafo único** A área mencionada no caput deste artigo está devidamente caracterizada no memorial descritivo anexo, que integra a presente Lei Complementar.**Artigo 2º** A área concedida será destinada, exclusivamente, para a construção de Centro Comunitário destinado à promoção social, humana e cultural dos moradores da região.**Artigo 3º** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, aos 04 de setembro de 2006.

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria Municipal de Governo, data supra.

SAID JORGE DE MORAES
Secretário Municipal de Governo**MEMORIAL DESCRITIVO**Memorial descritivo de uma área reservada no loteamento denominado Parque Albina, no Município de Taboão da Serra São Paulo área igual a 330,05 m2
Localiza-se ao lado direito do muro da EMI Anjinho, no. 338 da Rua Rodolfo Schultz, distante 438,00m da avenida Maria Rosa até o ponto A de esta descrição.

Tem início no ponto A, localizado no muro de divisa ao lado direito da EMI Anjinho, no. 338 da rua Rodolfo Schultz, deste ponto segue com um azimute 353º 14' 23" e distância de 25,07 m confrontando com a EMI Anjinho até o ponto B; deste ponto deflete à direita e segue com um azimute de 120º 00' 02" distância de 30,65m, confrontando com a Alameda Hermes, não oficializada do loteamento denominado Jardim Maria Rosa, deste ponto deflete à direita e segue em curva com uma distância de 25,68m, confrontando com a rua Rodolfo Schultz até o ponto A, onde teve início esta descrição, e encerrando uma área de 330,50m2.

Considerando que os moradores da circunvizinhança da EMEF HEITOR VILA LOBOS mantém estreita relação de amizade e parceria com a referida escola, em especial os alunos seus pais e familiares;

Considerando que em virtude de tal parceria e participação tem-se evitado ações de vândalos e invasores às dependências da referida unidade escolar;

Considerando que a Lei Orgânica do Município (art. 100) autoriza o "uso de bem imóvel municipal por terceiros mediante autorização, permissão ou concessão, desde que sua utilização seja de interesse da coletividade";

Considerando, que a Comunidade local em Assembléia do Conselho da Escola se declarou favorável à cessão do pátio da EMEF Heitor Vila Lobos para estacionamento gratuito de veículos de alunos e pais residentes nas imediações da escola;

Considerando o Parecer favorável emitido pela Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos - SEMUJUR, obedecidos os parâmetros legais (fl.15/13 Processo Administrativo nº 21867/2006);

Considerando, finalmente, que o Chefe do Executivo poderá conceder "permissão de uso", a título precário, mediante decreto, modificável e revogável unilateralmente pela Administração Pública.

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS, Prefeito Municipal de Taboão da Serra, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **DECRETA:****DECRETO Nº 101 DE 04 DE SETEMBRO DE 2006****Dispõe sobre: "do Estacionamento Aberto aos Membros do Conselho da Escola EMEF Heitor Vila Lobos".****Artigo 1º** - Fica instituído o estacionamento gratuito de veículos particulares no pátio da EMEF Heitor Vila Lobos, destinado a alunos e pais de alunos dessa unidade escolar, que se regulará pelas cláusulas seguintes.**DO ACESSO E USO DO ESTACIONAMENTO****Artigo 2º** - Terão direito ao acesso e uso do estacionamento gratuito da EMEF Heitor Vila Lobos, fora do horário de funcionamento da unidade escolar, exclusivamente alunos maiores e pais, que comprovadamente sejam membros do Conselho da Escola EMEF Heitor Vila Lobos e que residam na quadra que circunda a referida unidade escolar e até o raio de cem metros de distância da Portaria principal desta escola.**Artigo 3º** - Os interessados deverão requerer o direito de acesso e uso do estacionamento na forma dos artigos antecedentes, comprovando por documento hábil, serem membros do Conselho da Escola EMEF Heitor Vila Lobos, apresentando prova de residência em uma das ruas que circundam a referida escola, cópia do documento de propriedade do veículo, em seu próprio nome, e de declaração de responsabilidade civil e criminal pelo uso do bem público.**Artigo 4º** - O estacionamento ficará aberto a esses usuários, de 2ª a 6ª feira, entre 21h e 6h e aos sábados, domingos e feriados durante 24h, com acesso restrito ao pátio, ficando a cargo de cada usuário abrir e fechar o portão de acesso, ficando vedada a cessão ou transferência da concessão a terceiros, a qualquer título, sob pena de cancelamento, independente de qualquer procedimento notificação administrativa ou judicial.**Artigo 5º** - A Municipalidade e em especial a EMEF HEITOR VILA LOBOS não serão responsabilizados por danos causados aos veículos dos usuários, correndo por sua conta e risco a responsabilidade pela guarda dos mesmos, nada podendo ser reclamado do Poder Público a qualquer título.**Artigo 6º** - O presente regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, aos 04 de setembro de 2006.

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS
Prefeito Municipal**MARTA DE BETÂNIA JULIANO**
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Registrado e Publicado na Secretaria Municipal de Governo, data supra.

SAID JORGE DE MORAES
Secretário Municipal de Governo

DECRETO N.º 104 DE 13 DE SETEMBRO DE 2006.

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS, Prefeito Municipal de Taboão da Serra, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **DECRETA**:

Dispõe Sobre: "Nova Composição do Conselho Municipal de Assistência Social para o Biênio 2006/2008."

Artigo 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social CMAS, no biênio 2006/2008, passa a ser constituído dos seguintes membros:

Representação Governamental

SEMUEC

Titular: Ana Lucia Lima

Suplente: Selma Batista Basilio Rebelo =

SEMUS

Titular: Albino Jeronimo Andrade

Suplente: Ana Rosa R. Gomes de Oliveira

SEMUFIN

Titular: Raimundo Nonato Fernandes

Suplente: Fabio S. Arbulu

SEMUASC

Titular: Patricia Alves de Souza

Suplente: Maria do Socorro Macedo

Representantes da Sociedade Civil:

ADT - Segmento Pessoa com Deficiência

Titular: Neusa Harumi Hanai

Suplente: Andrezza Maria dos Santos

CEPIM - Segmento Idoso

Titular: Em eralda Alves da Silva

Suplente: Roberta Motta

CÁRITAS SANTA TEREZINHA - Segmento Família

Titular: Maria de Lourdes de M. Moraes

Suplente: Fabiana Nunes F. Nascimento

CENTRO EDUCACIONAL SAL DA TERRA - Segmento Criança e Adolescente

Titular: Adriana Oleciuc de Andrade

Suplente: Walter Aparecido Santos

Prefeitura do Município de Taboão da Serra, aos 13 de setembro de 2006.

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria Municipal de Governo, data supra.

SAID JORGE DE MORAES

Secretário Municipal de Governo

PORTARIA N.º 759/2006

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS, Prefeito Municipal de Taboão da Serra, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **RESOLVE: Exonerar** a pedido, nos termos da Lei n.º 1615/2006, conforme Processo n.º 20912/2006, a **Sra. ANDREA DE MOURA**, do cargo de ADI, de provimento efetivo, regime estatutário, a partir desta data.

Prefeitura do Município de Taboão da Serra, aos 05 de setembro de 2006.

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria Municipal de Governo, data supra.

SAID JORGE DE MORAES

Secretário Municipal de Governo

DECRETO N.º 103 DE 12 DE SETEMBRO DE 2006.

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS, Prefeito Municipal de Taboão da Serra, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **DECRETA**:

Dispõe Sobre: "Aposentadoria de Funcionário Público Municipal"

Artigo 1º - Fica o funcionário Sr. **ANTONIO JOSÉ VIEIRA DE CAMARGO**, aposentado na forma do que dispõe o art. 40, § 5º da Constituição Federal.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, aos 12 de setembro de 2006.

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS

Prefeito Municipal

LUIZ ANTONIO DE LIMA

Secretário Municipal de Administração

Registrado e Publicado na Secretaria Municipal de Governo, data supra.

SAID JORGE DE MORAES

Secretário Municipal de Governo

PORTARIA N.º 760/2006

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS, Prefeito Municipal de Taboão da Serra, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **RESOLVE: Exonerar** a pedido, nos termos da Lei n.º 1615/2006, conforme Processo n.º 20648/2006, a **Sra. CLAUDETE QUIRINO DO NASCIMENTO RODRIGUES**, do cargo de ADI, de provimento efetivo, regime estatutário, a partir desta data.

Prefeitura do Município de Taboão da Serra, aos 05 de setembro de 2006.

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria Municipal de Governo, data supra.

SAID JORGE DE MORAES

Secretário Municipal de Governo

PORTARIA N.º 761/2006

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS, Prefeito Municipal de Taboão da Serra, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **RESOLVE: Exonerar** a pedido, nos termos da Lei n.º 1615/2006, conforme Processo n.º 20951/2006, a **Sra. VERA LUCIA ALVES DA SILVA MARIANO**, do cargo de ADI, de provimento efetivo, regime estatutário, a partir desta data.

Prefeitura do Município de Taboão da Serra, aos 05 de setembro de 2006.

EVILÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria Municipal de Governo, data supra.

SAID JORGE DE MORAES

Secretário Municipal de Governo

PORTARIA N° 770/2006

EVLÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS, Prefeito Municipal de Taboão da Serra, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, **RESOLVE**: Reestruturar a portaria 1647/2006 que delega ao Conselho Municipal de Assistência Social CMAS, criado pela Lei 1190/1997 alterada pela Lei 1212/1998, o Controle Social do Programa Bolsa Família, sendo este o órgão responsável do referido programa conforme Portaria 1641/2005, atendendo as exigências da nova adesão do município ao Programa, que passa a ser constituído pelos seguintes membros:

Representação Governamental
SÊMUEC

Titular: Ana Lucia Lima
Suplente: Selma Batista Basilio Rebelo
SÊMUS

Titular: Albino Jerônimo Andrade
Suplente: Ana Rosa R. Gomes de Oliveira
SÊMUFIN

Titular: Raimundo Nonato Fernandes
Suplente: Fabio S. Arbulo
SÊMUASC

Titular: Patricia Alves de Souza
Suplente: Maria do Socorro Macedo

Representantes da Sociedade Civil:

ADT - Segmento Pessoa com Deficiência
Titular: Neusa Harumi Hanai

Suplente: Andreza Maria dos Santos
CÉPIM - Segmento Idoso

Titular: Esmeralda Alves da Silva

Suplente: Roberta Motta

CÁRITAS SANTA TEREZINHA - Segmento Família

Titular: Maria de Lourdes de M. Moraes

Suplente: Fabiana Nunes F. Nascimento

CENTRO EDUCACIONAL SAL DA TERRA - Segmento Criança e Adolescente

Titular: Adriana Oleciuc de Andrade

Suplente: Walter Aparecido Santos

Prefeitura do Município de Taboão da Serra, aos 13 de setembro de 2006.

EVLÁSIO CAVALCANTE DE FARIAS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria Municipal de Governo, da data supra.

SAID JORGE DE MORAES
Secretário Municipal de Governo



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TABOÃO DA SERRA

Lei Municipal nº 1900/02 de 04/11/97, com alteração parcelar pela Lei 1212/98 de 06/24/98 e Lei Federal nº 5742 de 07/20/03

Resolução 012/2006 Situação Cadastral das Entidades Inscritas.

O Conselho Municipal de Assistência Social CMAS do Município de Taboão da Serra, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica de Assistência Social 3742/1993 - LOAS -, Lei Municipal 1.190/1997, Complementada pela Lei Municipal 1.212/1998, conforme Deliberação em Ata 0010 de Reunião Ordinária do dia 17.08.2006. **RESOLVE**:

Art. 1º - Publicizar, o Resultado dos Trabalhos realizados pela Comissão de Orientação, Análise e Fiscalização COAF/CMAS - quanto às Situações Cadastrais das Entidades Inscritas, quanto à:

ENTIDADES REGULARIZADAS

- 01) 001/1999 Casa de Convivência Filhos de Oxum
- 02) 002/1999 Casa Eduardo José Cavicchio CAJEC -
- 03) 003/1999 Obra Social Maria Madalena
- 04) 004/1999 Casa da Criança Tia Julieta
- 05) 005/1999 Secretaria Municipal de Assistência Social - Programas
- 06) 006/1999 Centro de Proteção à Infância e à Maternidade CEPIM
- 07) 007/1999 Associação dos Deficientes de Taboão da Serra ADT
- 08) 008/1999 Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Programas
- 09) 012/1999 Casa de Repouso São José
- 10) 015/2000 Associação Pró Trabalho Ocupacional ao Deficiente APTO
- 11) 016/2000 Instituição de Amparo à Criança e ao Adolescente Asas Brancas
- 12) 030/2000 Associação de Moradores do Jardim Maria Helena
- 13) 033/2000 Cântas Diocesana "Centro Educacional Sal da Terra"
- 14) 037/2000 Associação Cristã Feminina Lar Jane Suzanne
- 15) 045/2005 Cântas Diocesana Campo Limpo Cântas Santa Terezinha
- 16) 046/2005 Centro Educacional Asas Fortes Associação Pela Família
- 17) 047/2005 Solar dos Unidos Assoc. Comunitária. Parque que Iracema e Jardim Clementino
- 18) 048/2005 Associação Amigos do Bairro Sítio das Madres
- 19) 049/2006 Associação Amigos do Bairro do Jardim Saint Terezinha
- 20) 050/2006 Associação Beneficente Casa Amiga ABECA
- 21) 051/2006 AAMOR Associação de Assist. Ao Menor Órfão de Rua Paz e Vida

Taboão da Serra, Estado de São Paulo, 17 de agosto de 2006.

Miriam Meneghini Rodrigues
Presidente

Resolução 013/2006 Situação Cadastral das Entidades Inscritas.

O Conselho Municipal de Assistência Social CMAS do Município de Taboão da Serra, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica de Assistência Social 3742/1993 - LOAS -, Lei Municipal 1.190/1997, Complementada pela Lei Municipal 1.212/1998, conforme Deliberação em Ata 0010 de Reunião Ordinária do dia 17.08.2006. **RESOLVE**:

Art. 1º - Publicizar, o Resultado dos Trabalhos realizados pela Comissão de Orientação, Análise e Fiscalização COAF/CMAS - quanto às Situações Cadastrais das Entidades Inscritas, quanto à:

ENTIDADES COM REGISTROS SUSPENSOS

- 01) 011/1999 Lar da Criança Feliz
- 02) 013/1999 Comunidade Kolping de Taboão da Serra Vila Iasi
- 03) 014/1999 Associação Vitale Depiere
- 04) 023/2000 SAB's do Jardim Scandia Panorama e Jardim Suína
- 05) 024/2000 SAB's do Jardim São Luiz
- 06) 027/2000 SAB's do Jardim Salete
- 07) 031/2000 SAB's do Jardim Myrna
- 08) 032/2000 Comunidade Kolping de Taboão da Serra Jd. das Margaridas
- 09) 040/2000 SAB's do Jardim das Oliveiras
- 10) 042/2000 SAB's do Jardim Intercap
- 11) 044/2002 Creche El Shaddai Associação Cultural, Recreativa e Social.
- 12) 022/2000 SAB's do Jardim Silvio Sampaio e Jardim Lem e
- 13) 021/2000 SAB's do Parque São Joaquim

Taboão da Serra, Estado de São Paulo, 17 de agosto de 2006.

Miriam Meneghini Rodrigues
Presidente

06

IMPrensa Oficial DO MUNICÍPIO DE TABOÃO DA SERRA - NÚMERO 054 - 15 DE SETEMBRO DE 2006



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TABOÃO DA SERRA

Lei Municipal nº 1180/97 de 04/12/97, com alteração feita pela Lei 1212/98 de 16/04/98 e Lei Federal nº 8742 de 07/2/93.

Resolução 014/2006 Situação Cadastral das Organizações Inscritas no CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social CMAS do Município de Taboão da Serra -, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica de Assistência Social 8742/1993 -LOAS -, Lei Municipal 1.190/1997, Complementada pela Lei Municipal 1.212/1998, conforme Deliberação em Ata 0010 de Reunião Ordinária do dia 17.08.2006. RESOLVE:

Art. 1º - Publicizar, o Resultado dos Trabalhos realizados pela Comissão de Orientação, Análise e Fiscalização COAF/CMAS - quanto às Situações Cadastrais das Organizações Inscritas, quanto à:

ORGANIZAÇÕES QUE TIVERAM SEUS REGISTROS CANCELADOS

- 02) 009/1999 Loja Maçônica Alvorada da Serra
- 03) 010/1999 Lar Jesus Menino
- 04) 017/2000 Associação de Amigos Resplendor
- 05) 018/2000 SAB's do Parque Assunção
- 06) 019/2000 SAB's do Jardim Trianon e Jardim Mafalda
- 07) 020/2000 SAB'S do Parque Jacarandá
- 08) 025/2000 SAB's do Jardim Freitas Júnior
- 09) 026/2000 SAB's do Pque Albina, Jd. Três Irmãos, Pque Taboão e Adj.
- 10) 028/2000 Clube de Mães do Novo Parque Pinheiros
- 11) 034/2000 Instituição Beneficente Angelina Quadros de Moraes
- 12) 035/2000 Grupo de Mães do Vale do Pirajussara
- 13) 036/2000 SAB's do Jardim Maria Luiza
- 14) 038/2000 Associação dos Proprietários do Portal do Monte Alegre
- 15) 039/2000 SAB's do Jardim Vila Sonia
- 16) 041/2000 Clube de Mães do Pirajussara
- 17) 043/2001 GRADD Grupo de Resgate e Apoio ao Droga Dependente

Taboão da Serra, Estado de São Paulo, 17 de agosto de 2.006.

Miriam Meneghini Rodrigues
Presidente



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TABOÃO DA SERRA

Lei Municipal nº 1180/97 de 04/12/97, com alteração feita pela Lei 1212/98 de 16/04/98 e Lei Federal nº 8742 de 07/2/93.

Resolução 015/2006 Situação Cadastral das Organizações que solicitaram Inscrições no CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social CMAS do Município de Taboão da Serra -, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica de Assistência Social 8742/1993 -LOAS -, Lei Municipal 1.190/1997, Complementada pela Lei Municipal 1.212/1998, conforme Deliberação em Ata 0010 de Reunião Ordinária do dia 17.08.2006. RESOLVE:

Art. 1º - Publicizar, o Resultado dos Trabalhos realizados pela Comissão de Orientação, Análise e Fiscalização COAF/CMAS - quanto às Organizações que solicitaram Inscrições no CMAS e ainda não apresentaram todas as documentações necessárias, conforme Legislação Pertinente:

ORGANIZAÇÕES QUE SOLICITARAM INSCRIÇÕES NO CMAS.

- 01 Fraternidade Espírita Cristã Eurípedes Barsanulfo "FRATECEB"
- 02 Associação de Moradores do Jardim São Judas
- 03 Associação Espírita Renascer
- 04 Associação Desportiva e Cultural "Pássaro da Liberdade"
- 05 CONSAB'S Conselho de Sociedades Amigos de Bairros
- 06 Centro Cristão Maná
- 07 Associação Núcleo Juvenil e Ocupacional Solidário - ANJOS
- 08 Grathi Grupo de Assistência ao Tratamento Hospitalar Infantil
- 09 Associação Beneficente Em amor para as Nações.
- 10 Associação Beneficente do Jardim Beatriz e Parque Albina.

Taboão da Serra, Estado de São Paulo, 17 de agosto de 2.006.

Miriam Meneghini Rodrigues
Presidente

SEU IMPOSTO, VIROU SEGURANÇA !

Novas viaturas, motos e equipamentos
para a Guarda Municipal.

GOVERNO MUNICIPAL



Taboão da Serra
Orgulho da gente

www.taboao daserra.sp.gov.br



SEMUS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE TABOÃO DA SERRA
GRUPO TÉCNICO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O GRUPO TÉCNICO DE VIGILÂNCIAS ANITÁRIA COMUNICA:

Processo Administrativo: 20328/2004 - **Razão Social:** Deraldo Oliveira Barboza Mercadinho ME

Em 31/07/2006

Indeferido solicitação de Licença de Funcionamento Inicial.
Motivo: conforme relatório de vistoria realizado no dia 31/07/2006 a empresa encerrou suas atividades no município.

Processo Administrativo: 9911/2005 - **Razão Social:** Mauli Tanese Panificadora LTDA

Em 31/07/2006

Indeferido solicitação de Licença de Funcionamento Inicial.
Motivo: conforme relatório de vistoria realizado no dia 31/07/2006 a empresa encerrou suas atividades no município.

Processo Administrativo: 10545/2006 - **Razão Social:** Novartis Biociências S/A

Em 28/07/2006

Deferida a solicitação de Assunção de Responsabilidade Técnica Substituta de Aline Vanessa R. da S. Vasconcelos Coelho CRM 114.004D.

Processo Administrativo: 10543/2006 - **Razão Social:** Novartis Biociências S/A

Em 28/07/2006

Deferida a solicitação de Baixa de Responsabilidade Técnica Substituta de Maria Cristina de Araújo Silva CRM 46658.

Processo Administrativo: 11917/2006 - **Razão Social:** Pirajussara Lanchonete LTDA - ME

Em 31/07/2006

Deferida a solicitação de Licença de Funcionamento Inicial para a atividade de Lanchonete.

Processo Administrativo: 15144/2006 - **Razão Social:** Laureano de Oliveira Pizzaria - ME

Em 28/07/2006

Deferida a solicitação de Licença de Funcionamento Inicial para a atividade de Fornecimento de alimento preparado para consumo domiciliar.

Processo Administrativo: 11868/2006 - **Razão Social:** Oftalmocare Medical LTDA

Em 28/07/2006

Deferida a solicitação de Assunção de Responsabilidade Técnica de Flora Maria Abdalla P. Neves Garcia CRM 42162.

COMUNICADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e atuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 160/2005.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00202

Contribuinte: Dioclides Francisco dos Santos

Inscrição: 264.42.71.0716

Infrção: Não proceder muro, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e atuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 160/2005.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00203

Contribuinte: Dioclides Francisco dos Santos

Inscrição: 264.42.71.0707

Infrção: Não proceder muro, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e atuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 160/2005.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 10139

Multa: 7428

Contribuinte: Rosa Tereza Basile

Inscrição: 262.54.26.0340

Infrção: Não proceder muro, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e atuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 160/2005.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 100188

Multa: 7426

Contribuinte: Eugenia Moraes de Andrade

Inscrição: 264.21.56.0336

Infrção: Não proceder muro, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e atuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 160/2005.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00206

Contribuinte: Temus Eq. Temicos Ind. Ltda

Inscrição: 263.61.91.0430

Infrção: Não proceder muro, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e atuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 160/2005.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00197

Contribuinte: Pessua Constr. e Incorpor. Ltda

Inscrição: 263.44.26.0174

Infrção: Não proceder muro, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e autuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 1602/05.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00195

Contribuinte: Matia Falbel

Inscrição: 421.32.51.0510

Infração: Não proceder muro, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e autuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 1602/05.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00196

Contribuinte: Edson da Silva

Inscrição: 421.32.51.0521

Infração: Não proceder muro, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e autuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 1602/05.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00282

Contribuinte: Maria Rosa F Rossi e outro

Inscrição: 422.12.55.0282

Infração: Não proceder muro, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e autuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 1602/05.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00191

Contribuinte: Azeite Lopes Sobrinho

Inscrição: 263.44.26.0174

Infração: Não proceder, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e autuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 1602/05.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00199

Contribuinte: Carlos Lagamba

Inscrição: 421.12.77.0234

Infração: Não proceder muro, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e autuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 1602/05.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00200

Contribuinte: Domingos Pereira Rocha

Inscrição: 421.12.56.0118

Infração: Não proceder muro, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e autuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 1602/05.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00296

Contribuinte: José Álvaro Pereira

Inscrição: 00296

Infração: Não proceder muro, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e autuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 1602/05.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00295

Contribuinte: Zélia Renata da Silva

Inscrição: 263.51.12.0267

Infração: Não proceder, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e autuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 1602/05.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00294

Contribuinte: Fabiana Gutierrez Souza

Inscrição: 263.51.12.0057

Infração: Não proceder muro, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e autuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 1602/05.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00300

Contribuinte: Adalberto Ananias da Silva

Inscrição: 263.51.12.0001

Infração: Não proceder muro, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e autuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 1602/05.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00298

Contribuinte: Rogério Costa da Silva

Inscrição: 263.51.12.0292

Infração: Não proceder, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e autuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 1602/05.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00299

Contribuinte: Maria dos Reis Araújo Múcio

Inscrição: 263.51.12.0307

Infração: Não proceder muro, passeio e capinagem.

Notificação

A Prefeitura Municipal de Taboão da Serra, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, notifica os proprietários titulares do domínio útil e os possuidores a qualquer título abaixo relacionados para que tomem ciência das notificações e autuações lavradas pelo descumprimento dos artigos da Lei 687/84 alterada pela Lei Complementar 1602/05.

O não atendimento à notificação e a não interposição de recurso no prazo legal, acarreta a aplicação de multa(s).

Notificação: n° 00297

Contribuinte: Ademir Oliveira Silva Filho

Inscrição: 263.51.12.0277

Infração: Não proceder muro, passeio e capinagem.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Aguiar, Frezatti e Resende, 89,91
 Albelberg, 33
 Antony, 54

 Araújo, 96
 Babbie, 102, 104, 105, 111
 Bacega, 60
 Belkaoui, 79
 Bens, 77
 Berlo, 61, 65, 66, 67, 68, 70, 81
 Blikstein, 67
 Bordenave, 61, 67,
 Bosch, 58
 Bowditch, 74
 Brandão, Silva e Guadagnin, 45
 Bresser Pereira, 26, 40
 Brooke, 59
 Campos, 4, 94, 95
 Carvalho, 30, 61, 71
 CFC, 51, 52,87, 88, 92
 Chagas, 102, 103
 Chiavenato, 64, 68, 69
 Choi, 76
 CMAS, 99, 100, 108, 110, 111, 112, 114
 COAF, 99, 110, 111
 Coelho, 25, 27, 38, 44

 Collis e Hussey, 112
 Cooper Shindler, 102, 104
 Comunidade Ativa, 36
 Comunidade Solidária, 39
 Costa Carneiro, 58
 Costa Melo, 77
 Costa Visconde, 38, 39
 Cruz e Estraviz, 51
 Dallari, 2, 57,
 Delaney, 51
 Demo, 96
 Dias, 7, 10, 60, 62
 Dias e Nakagawa, 68, 69
 Dimpleby e Burton, 61, 63, 65, 67, 81
 Draibe, 26, 27
 Drucker, 48, 49
 Eng Mak, 76
 Esping Andersen, 26
 Everitt, 113
 Kornhanser e Sheatsley, 102

 Etheridge, 11
 Falconer, 4, 29, 42, 44, 46, 94
 FASB, 5, 6, 11, 20, 78, 79, 80, 89, 105,
 107
 Farah, 32, 33
 Fernandes, 3, 44, 45
 Fernandes e Falconer, 29
 Ferreira, 67, 114
 Figueiredo, 69, 70
 Filho e Santos, 109
 Fipecafi, 19
 Fischer e Falconer, 44
 Fonseca, 3
 Freemann e Shoulders, 29
 Gife, 42, 43
 Gil, 71, 97, 99, 101, 109, 112
 Glaeser, 94
 Gohn, 31, 36
 Goldratt, 10
 Gomes, 61
 Graham, 37
 Guerreiro, 18
 Hair, 102, 112
 Hall, 16, 70
 Hendriksen, 9
 Hendriksen e Breda, 61, 76, 78, 80, 82,
 83
 Hill, 96, 102, 103, 105
 Horngren, 9
 Hudson, 3, 49
 Hulme Edwards, 58
 Hunt, 70
 IASB, 5, 6, 11, 20, 84, 89, 105, 107
 IBGE e IPEA, 48
 Ibracon, 19
 Ijiri, 9
 IMP OF TS, 98
 lochpe, 38, 43
 Iudícibus, 9, 75, 80, 82, 86
 Jornal o Estado de S.Paulo, 17
 Junqueira, 27, 28
 Landin e Beres, 47, 49, 52, 53, 54
 Lewis, 59
 Likert, 8
 Keinert, 57
 Khanna, Palepu, e Srinivasan, 77
 Paulo, 78, 79

Malhotra, 109, 113
Mapa do 3º Setor, 54
Marconi e Lakatos, 13
MARE, 27, 28, 29, 40, 41
Markovitch, 81, 91, 92
Martins, 113
Medeiros, 26
Medina, 30, 31
Megginson, 64,65,74
Megliorini, Weffort e Holanda, 100
Meirelles, 34
Montana, 68, 69, 73, 74
Morales, 34
Most, 10
Moura, 36
Nakagawa, 4, 59, 62, 92
NBCT, 5, 6, 11, 20, 84, 87, 88, 89, 105, 107
Nyama Gomes, 75
ONU, 47, 49
OSCIP, 93, 106
Paes, 87
Paulo, 78, 79
Pestana e Gageiro, 112
PMI, 74
Ramos, 50
Ritchie Kolodinsky, 79
Robbins, 67, 68, 73,74
Rossi Junior, 3
Salamon, 16
Salamon e Anheier, 46
Schermerhorn, 63, 69
Schiochet, 30
Schommer, 37
Selltiz, 102
Shannon e Weaver, 70
Silva, 55, 96, 97, 99
Stevenson, 113
Tenório, 37
Terra, Schouerl, Vogel e Franco, 47
Thayer, 60
Thompson, 69
Vidotti, 70, 71
Villas Boas, 30